

Evandra Grigoletto
Thiago César da Costa Carneiro
[org]

DIÁLOGOS COM ANALISTAS DO DISCURSO

Reflexões sobre a relevância do
pensamento de Michel Pêcheux hoje

DIALOGUES AVEC DES ANALYSTES DU DISCOURS

Réflexions sur la pertinence de la
pensée de Michel Pêcheux aujourd'hui



Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)

G857d Grigoletto, Evandra; Carneiro, Thiago César da Costa (org.).

Diálogos com Analistas de Discurso: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje - Dialogue avec Analystes du Discours: réflexions sur la pertinence de la pensée de Michel Pêcheux aujourd'hui /

Organizadores: Evandra Grigoletto e Thiago César da Costa Carneiro.

1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2023;

E-book: 7 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5637-766-7.

1. Análise do Discurso. 2. Linguística.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso. 401.41

2. Linguística. 410

Evandra Grigoletto
Thiago César da Costa Carneiro
[org]

DIÁLOGOS COM ANALISTAS DO DISCURSO

Reflexões sobre a relevância do
pensamento de Michel Pêcheux hoje

DIALOGUES AVEC DES ANALYSTES DU DISCOURS

Réflexions sur la pertinence de la
pensée de Michel Pêcheux aujourd'hui

Bianca Damacena (responsable de la version française)



Copyright © 2023 – Dos organizadores representantes dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: dos organizadores

Editoração: Vinnie Graciano

Capa: ACESSA Design

Tradução: Bianca Damaceno

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

**ESTILHAÇAR UM ESTRANHO ESPELHO: SEMPRE (RE)LER, (RE)
INTERPRETAR PÊCHEUX _____ 12**

Evandra Grigoletto (UFPE-CNPq)

Thiago César da Costa Carneiro (UFPE)

**CASSER UN ÉTRANGE MIROIR: TOUJOURS (RE)LIRE, (RE)
INTERPRÉTER PÊCHEUX _____ 22**

Evandra Grigoletto (UFPE)

Thiago César da Costa Carneiro (UFPE)

UMA PROPOSTA DE ESCUTA DISCURSIVA _____ 34

Bethania Mariani (UFF – CNPq – FAPERJ)

**ESCUTA SOCIAL, DISCIPLINA DE INTERPRETAÇÃO: UMA
QUESTÃO DE RESPONSABILIDADE _____ 41**

Luciana Iost Vinhas (UFRGS)

UNE PROPOSITION D'ÉCOUTE DISCURSIVE _____ 48

Bethania Mariani (UFF–CNPq–FAPERJ)

**L'ÉCOUTE SOCIALE, DISCIPLINE D'INTERPRÉTATION: UNE
QUESTION DE RESPONSABILITÉ _____ 56**

Luciana Iost Vinhas (UFRGS)

A IDEOLOGIA AINDA MERECE QUE LUTEMOS POR ELA? _____ 64

Freda Indursky (UFRGS)

DA IDEOLOGIA ÀS IDEOLOGIAS NOSSAS DE CADA DIA _____ 72

Dirce Jaeger (UPE)

**L'IDEOLOGIE VAUT-ELLE ENCORE LA PEINE D'ETRE
DEFENDUE?** _____ 80

Freda Indursky (UFRGS)

DE L'IDÉOLOGIE À NOS IDÉOLOGIES QUOTIDIENNES _____ 88

Dirce Jaeger (UPE)

**ANÁLISE DO DISCURSO E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICO-
POLÍTICAS NA SOCIEDADE CAPITALISTA** _____ 97

Helson Flávio da Silva Sobrinho (UFAL-CNPq-Gedon)

**AS CIÊNCIAS HUMANAS E O “MOMENTO ATUAL”: É PRECISO
UMA LUTA POLÍTICA DE MODO DIRETO** _____ 103

Luciana Nogueira (UFSCar)

**L'ANALYSE DU DISCOURS ET SES IMPLICATIONS THÉORICO-
POLITIQUES DANS LA SOCIÉTÉ CAPITALISTE** _____ 111

Helson Flávio da Silva Sobrinho (UFAL-CNPq-Gedon)

**LES SCIENCES HUMAINES ET LE « MOMENT ACTUEL »: UNE
LUTTE POLITIQUE DIRECTE EST NÉCESSAIRE** _____ 118

Luciana Nogueira (UFSCar)

ANÁLISE DE DISCURSO: UMA CIÊNCIA DA LINGUAGEM _____ 126

Eni Puccinelli Orlandi (Labeurb-IEL/UNICAMP)

**QUANDO A TEORIA “IGNORA SAUSSURE”: RELAÇÕES
ENTRE CIÊNCIA, MÉTODO E INSTRUMENTOS TÉCNICOS NA
ABORDAGEM DA LÍNGUA** _____ 132

Carolina Rodríguez-Alcalá (UNICAMP)

L'ANALYSE DU DISCOURS: UNE SCIENCE DU LANGAGE _____ 146

Eni Puccinelli Orlandi (Labeurb-IEL/UNICAMP)

**QUAND LA THÉORIE « IGNORE SAUSSURE »: RELATIONS
ENTRE SCIENCE, MÉTHODE ET INSTRUMENTS TECHNIQUES
DANS L'APPROCHE DE LA LANGUE _____ 153**

Carolina Rodríguez-Alcalá (UNICAMP)

**PROFISSÃO REFORMA: O PAPEL DOS INTELLECTUAIS NO
CAPITALISMO _____ 168**

Rodrigo Oliveira Fonseca (UFSB)

**REVOLUÇÃO OU REFORMISMO? APONTAMENTOS PARA UMA
REFLEXÃO SOBRE O LUGAR DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
_____ 174**

Fabiana Ferreira N. de Souza (UFPE)

**LA RÉFORME COMME PROFESSION: LE RÔLE DES
INTELLECTUELS DANS LE CAPITALISME _____ 183**

Rodrigo Oliveira Fonseca (UFSB)

**RÉVOLUTION OU RÉFORMISME? NOTES POUR UNE RÉFLEXION
SUR LA PLACE DES SCIENCES HUMAINES ET SOCIALES _____ 190**

Fabiana Ferreira N. de Souza (UFPE)

**MUDAR DE TERRENO, SEGUIR CONSTRUINDO TERRENOS
OUTROS... _____ 199**

Fabiele Stockmans De Nardi (UFPE)

**“MUDANÇA DE TERRENO” E A LÍNGUA: DE SISTEMA PERFEITO
A LUGAR DE EQUÍVOCOS _____ 205**

Mizael Inácio do Nascimento (UFRPE)

**CHANGER DE TERRAIN, CONTINUER À CONSTRUIRE SUR UN
AUTRE TERRAIN... _____ 212**

Fabiele Stockmans De Nardi (UFPE)

« CHANGEMENT DE TERRAIN » ET LANGUE : D'UN SYSTÈME PARFAIT À UN LIEU DE MALENTENDUS _____ 218

Mizael Inácio do Nascimento (UFRPE)

DE QUE COR É O BRASIL: O ESPAÇO DA CONTRADIÇÃO NA DIVISÃO POLÍTICA DOS SENTIDOS _____ 225

Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)

O POLÍTICO NA DESPOLITIZAÇÃO, O IDEOLÓGICO DA DESIDEOLÓGIZAÇÃO _____ 231

Thiago Alves França (UNEB)

DE QUELLE COULEUR EST LE BRÉSIL: L'ESPACE DE CONTRADICTION DANS LA DIVISION POLITIQUE DES SENS _____ 238

Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)

LE POLITIQUE DANS LA DÉPOLITISATION, L'IDÉOLOGIQUE DANS LA DÉSIDÉOLOGISATION _____ 244

Thiago Alves França (UNEB)

MATERIALIDADES DO/NO DIGITAL: MODOS DE LEITURA E DE CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO _____ 252

Fernanda Correa Silveira Galli (UFPE)

O TEMPO DAS MÁQUINAS ALGORÍTMICAS DE LEITURA _____ 257

Cristiane Costa Dias (LABEURB/NUDECRI/UNICAMP)

MATÉRIALITÉS DU/EN NUMÉRIQUE: MODES DE LECTURE ET DE CONSTRUCTION DE L'ARCHIVE _____ 264

Fernanda Correa Silveira Galli (UFPE)

L'ÉPOQUE DES MACHINES ALGORITHMIQUES DE LECTURE _____ 270

Cristiane Costa Dias (LABEURB/NUDECRI/UNICAMP)

A QUEM INTERESSA A TEORIA SOCIAL DO MATERIALISMO HISTÓRICO? PENSEMOS COM MICHEL PÊCHEUX _____ 277

Maria Virgínia Borges Amaral (UFAL)

AS VIAS DO ASSUJEITAMENTO EMPREENDEDOR DE SI: LIBERDADE E CONTROLE _____ 286

Rita de Kássia Kramer Wanderley (IFCE – Campus Crateús)

QUI S'INTÉRESSE À LA THÉORIE SOCIALE DU MATÉRIALISME HISTORIQUE ? RÉFLÉCHISSONS AVEC MICHEL PÊCHEUX _____ 292

Maria Virgínia Borges Amaral (UFAL)

LES VOIES DE L'ASSUJETTISSEMENT ENTREPRENEUR DE SOI: LIBERTÉ ET CONTRÔLE _____ 301

Rita de Kássia Kramer Wanderley (IFCE – Campus Crateús)

MATERIALIDADE DISCURSIVA: DE QUE MATÉRIA ESTAMOS MESMO FALANDO? _____ 307

Maria Cristina Leandro Ferreira (UFRGS)

MATERIALIDADE DISCURSIVA: “NÃO SE PODE DIZER NÃO IMPORTA O QUÊ” _____ 314

Suzy Lagazzi (UNICAMP)

LA MATÉRIALITÉ DISCURSIVE : DE QUELLE MATIÈRE PARLONS-NOUS VRAIMENT ? _____ 321

Maria Cristina Leandro Ferreira (UFRGS)

LA MATÉRIALITÉ DISCURSIVE: « ON NE PEUT PAS DIRE N'IMPORTE QUOI » _____ 328

Suzy Lagazzi (UNICAMP)

ESPECTROS DIGITAIS: ENTRE O HORROR DA VISIBILIDADE DO AGENTE OPRESSOR E A EFICÁCIA DA INVISIBILIDADE DA DOMINAÇÃO _____ 335

Maurício Beck (PPGL-UESC)

FALAR DO OUTRO, FALAR O OUTRO _____ 339

Phellipe Marcel da Silva Esteves (UFF)

SPECTRES NUMÉRIQUES : ENTRE L'HORREUR DE LA VISIBILITÉ DE L'AGENT OPPRESSEUR ET L'EFFICACITÉ DE L'INVISIBILITÉ DE LA DOMINATION _____ 346

Maurício Beck (PPGL-UESC)

PARLER DE L'AUTRE, PARLER L'AUTRE _____ 350

Phellipe Marcel da Silva Esteves (UFF)

OBJETOS PARADOXAIS: UM PERCURSO DE UMA NOÇÃO NA OBRA DE MICHEL PÊCHEUX _____ 357

André Cavalcante (UFPE)

A IDEOLOGIA É PARADOXAL: PONTUAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO IDEOLÓGICO _____ 363

Guilherme Adorno (UEM)

OBJETS PARADOXAUX: PARCOURS D'UNE NOTION DANS L'OEUVRE DE MICHEL PÊCHEUX _____ 370

André Cavalcante (UFPE)

L'IDÉOLOGIE EST PARADOXALE : DES PONCTUATIONS SUR LE FONCTIONNEMENT IDÉOLOGIQUE _____ 376

Guilherme Adorno (UEM)

O QUE NÃO PODE SER ESQUECIDO NA LEITURA DE ARQUIVOS DIGITAIS PELA ANÁLISE DO DISCURSO _____ 384

Solange Mittmann (UFRGS)

GESTOS DE LEITURA DO ARQUIVO, HOJE _____ 390

Solange L. Gallo (UNISUL)

Vitor Pequeno (USF)

**NE FAUT PAS NÉGLIGER LORS DE LA LECTURE DES ARCHIVES
NUMÉRIQUES PAR L'ANALYSE DU DISCOURS_____400**

Solange Mittmann (UFRGS)

LES GESTES DE LECTURE DE L'ARCHIVE, AUJOURD'HUI_____406

Solange L. Gallo (UNISUL)

Vitor Pequeno (USF)

SOBRE OS ORGANIZADORES_____415

À PROPOS DES ORGANISATEURS_____416

SOBRE OS AUTORES_____417

À PROPOS DES AUTEURS_____426

ESTILHAÇAR UM ESTRANHO ESPELHO: SEMPRE (RE)LER, (RE)INTERPRETAR PÊCHEUX

Evandra Grigoletto (UFPE - CNPq)
Thiago César da Costa Carneiro (UFPE)

A proposta de organizarmos esta coletânea surgiu, inicialmente, de reflexões feitas na disciplina de Tópicos Avançados em Análise do Discurso, ministrada no segundo semestre de 2021, no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE,¹ em que queríamos questionar pesquisadores da Análise do Discurso sobre alguns textos de Pêcheux menos discutidos, mas que, em sua existência-acontecimento, conduzem-nos em nossos trabalhos e grupos de pesquisa. Elaboramos, então, durante a realização da disciplina, questões norteadoras para cada texto trabalhado/discutido, as quais, posteriormente, foram (re)organizadas, (re)agrupadas, (re)escritas por nós para comporem a presente obra, que se propõe a ser, sobretudo, um espaço de diálogo entre diferentes pesquisadores de Análise do Discurso (AD). Além desse diálogo,

1 A disciplina foi ministrada pela organizadora dessa coletânea, e contou, entre os seus discentes, com o organizador. Gostaríamos, aqui, de registrar nosso agradecimento a todos os demais discentes que participaram da disciplina e que nos ajudaram a organizar questões em torno dos textos debatidos, quais sejam: Carlos Eduardo de Freitas Barbosa, Célio Fernando da Silva, Diana Antoniazzi Furtado, Eduarda Cavalcanti Valença, Marina Maria Austregésilo Saraiva da Silva, Marina Maria da Glória Gomes, Ricardo Tavares Martins e Vânia de Moraes Besse. Também gostaríamos de registrar nosso agradecimento à PROPG, nossa Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFPE, e à CAPES, pelo financiamento concedido para a publicação dessa coletânea, com a tradução dos textos para o francês, o que nos permitiu trazer a público uma versão bilíngue da obra, ampliando assim seu escopo de circulação para além das fronteiras brasileiras.

o qual se produz entre experientes e jovens pesquisadores, espalhados em instituições de diferentes estados brasileiros, o objetivo da obra é também resgatar a memória da obra de Michel Pêcheux, refletindo sobre os desdobramentos e impactos do seu pensamento na atualidade, ao colocar em relação textos clássicos e menos lidos do autor.

O que as noções discutidas por Pêcheux, ao longo de sua trajetória teórico-política, têm a nos dizer sobre o momento atual, mais especificamente, sobre o funcionamento dos discursos que constituem a formação social brasileira? Essa foi a questão que se colocou como fio condutor para nós para que chegássemos às 13 perguntas que compõem esta coletânea, as quais retomam diferentes momentos dessa trajetória de Michel Pêcheux, desde os seus textos assinados sob o pseudônimo de Thomas Herbert.

Para cada uma das 13 questões, convidamos duplas de pesquisadores do campo discursivo materialista pecheuxtiano, de diferentes instituições brasileiras, os quais, em suas inscrições teórico-analíticas, levam-nos a refletir sobre o pensamento de Pêcheux, observando suas questões em outras condições de produção. Condições nas quais a formação social brasileira se inscreve hoje, atravessada por novas formas de dominação do modo de produção capitalista, pelas questões latino-americanas, por uma outra visão das relações de classe, gênero e raça, o que instaura, necessariamente, a deriva.

Seguindo as pistas pelas quais essa deriva vai se instaurando, passamos a apresentar, brevemente, o que esses 27 pesquisadores convidados têm a nos dizer sobre as provocações que lhes fizemos.

Questionadas sobre a escuta social e a escuta ordinária do sentido, **Bethania Mariani** e **Luciana Vinhas** avançam ao refletirem sobre a escuta discursiva social e a interpretação. Mariani afirma que a escuta discursiva se produz como possibilidade de uma escuta do sujeito se movimentando (e se revoltando) na sociedade, uma escuta da política dos sentidos divididos na contradição social, e em curso, em movimento na história. Já, Vinhas afirma que a escuta social se produz,

a partir da observação do ordinário do sentido, como disciplina de interpretação, sempre atravessada por uma questão de responsabilidade do analista.

Para tratar da ideologia na obra de Pêcheux e os seus efeitos na prática teórico-metodológica dos analistas de discurso brasileiros, convidamos **Freda Indursky** e **Dirce Jaeger**. Indursky retoma alguns textos de Pêcheux para mostrar o seu percurso teórico sobre a noção de ideologia, no qual sempre estiveram presentes, segundo a autora, elementos do Materialismo Histórico e da Psicanálise, não sem avanços próprios. E finaliza sua resposta destacando as mudanças que nossa formação social vem sofrendo, mas enfatizando que não é possível pensarmos no fim das ideologias, tampouco defendermos que não “haja mais luta de classes.”. Jaeger, acatando a sugestão de Indursky de que é preciso olhar para as mudanças nas nossas condições de produção, escolhe fazer uma análise da cena política em curso no Brasil, observando como as ideologias neoliberal, religiosa e fascista determinam a inscrição dos discursos de extrema direita numa Formação Discursiva que ela chamou de *patriótico-supremacista*. Conclui, a partir dessa análise, que a noção de ideologia continua reverberando “[...] incessantemente na profícua geração de analistas de discursos no Brasil, que segue, com ousadia e perspicácia, trabalhando nas brechas; ali onde a língua falha; ali onde, nas reconfortantes palavras de Pêcheux, “o ritual se estilhaça no lapso”...”.

Questionados sobre o interesse das ciências humanas para o capitalismo e o seu papel num cenário de crescimento do conservadorismo e dos discursos neoliberais, **Helson Flávio da Silva Sobrinho** e **Luciana Nogueira** trazem-nos uma reflexão que aponta sobretudo para as contradições do sistema capitalista. Silva Sobrinho nos mostra que, quando as ciências humanas se submetem aos interesses do sistema capitalista, elas são tidas como “relevantes”, mas, quando se empenham em desvelar a contraditoriedade do sistema, elas passam a incomodar, pois o modo de produção capitalista “[...] é desumanizante

e destrutivo”, diz o autor. Nogueira, por sua vez, dá destaque, em sua resposta, ao modo “[...] como o neoliberalismo vem se estabelecendo na sociedade, a começar pela educação, que, nas condições de produção da formação social capitalista neoliberal, é determinada pelo imperativo ideológico do empreendedorismo enquanto uma condição de significação da relação educação-trabalho.”. Nossa tarefa, enquanto analistas de discurso, concluem os autores, é produzir análises que escancarem essas contradições, intervindo para, de algum modo, contribuir para a transformação das relações de produção capitalista.

Eni Orlandi e Carolina Rodríguez-Alcalá são interpeladas a nos falar sobre os discursos outros que tratam a Análise do Discurso como uma metodologia de pesquisa. Orlandi, de forma brilhante, já começa afirmando que a Análise de Discurso é uma ciência, com método, teoria, procedimentos e objeto. Não faz sentido, portanto, segundo a autora, pensarmos em metodologia, mas sim em método, o qual “[...] se fundamenta na relação constitutiva da linguagem com sua exterioridade, sustentada no eixo da tensão entre paráfrase e polissemia.”. Trata-se de, a partir do texto, alcançar o objeto discursivo, para que se chegue aos processos discursivos. Como uma disciplina de interpretação, de entremeio, a Análise de Discurso, diz a autora, mobiliza um *dispositivo teórico* e um *dispositivo analítico da interpretação*, num movimento contínuo entre teoria e análise. Já, Rodríguez-Alcalá retorna a Saussure para responder à questão, afirmando que a diferença essencial entre a análise de conteúdo e a análise do discurso é que a primeira ignora Saussure. Elas não têm o mesmo objeto: “O objeto da AC são *conteúdos* que existem por trás da língua; o da AD, resulta das *relações* entre suas unidades.”. A autora defende, a partir desse gesto relacional, a centralidade do procedimento analítico da paráfrase, ferramenta para “triturar a língua” e visualizar relações de oposições, substituições, encadeamentos, derivas possíveis *etc.*, observando as relações de sentido que se produzem no jogo entre o dito e o não-dito, o que pode e não pode ser dito. Eis a diferença entre um método sociologista (AC) e um método materialista (AD).

Para pensar a relação entre intelectuais de esquerda e burguesia e o funcionamento do discurso reformista nas Ciências Humanas e Sociais (CHS), convidamos **Rodrigo Oliveira Fonseca** e **Fabiana Ferreira N. de Souza**. Fonseca conduz sua reflexão problematizando o que disse Pêcheux sobre o reformismo e sobre os intelectuais como pequenos burgueses. Adverte-nos que, no lugar de tratar os intelectuais da CHS como pequenos burgueses, prefere falar em classes gestoras. Faz, então, uma retomada histórica do que ele chama de *extorsão produtiva dos trabalhadores*, concluindo que o discurso reformista nada mais é do que “[...] o horizonte ideológico de absorção das diferenças sociais [...], seja ele social-liberal, seja estatista, venha de posições burguesas ou de posições gestoras.” Já, Souza, em sua resposta, se diz convencida de que os intelectuais de esquerda, em sua maioria, praticam o que Pêcheux chamou de ideologia individualista da livre iniciativa. Fazem, assim, da sua prática teórica-política nas CHS mais um lugar de reformismo do que revolucionário de fato, como queriam Marx e Lenin, afastando-se dos seus potenciais aliados, que são a classe trabalhadora.

Para falar da mudança de terreno, proposta por Pêcheux, na ciência linguística, sobretudo em relação a uma reterritorialização dos saberes para tratar da língua, ouvimos **Fabiele Stockmans De Nardi** e **Mizael Inácio do Nascimento**. De Nardi, ao concordar com Pêcheux, reforça o “[...] necessário avanço materialista nos modos de se fazer linguística”, trabalhando a questão da relação língua-sujeito-sentido e movimentos de análise que coloquem à mostra práticas reformistas. A mudança de terreno exige, segundo a autora, dos analistas de discurso “[...] a construção de um laço cada vez mais estreito e consequente [...] entre o discurso e suas condições de produção.” Ainda, na esteira da reflexão sobre a apropriação social do conhecimento, De Nardi nos alerta sobre o modo como a escola sofre os efeitos dessa apropriação e os reproduz, afirmando que “[...] é preciso que nos perguntemos sobre o óbvio para questionar os sentidos de fracasso escolar e os dados que apontam para as defasagens de nossas aprendizagens.”. Conclui, assim, que, “nessa mudança de terreno, precisamos “[...] derrubar os pi-

lares sobre os quais se produziram as relações sociais em nossa formação.”. Nascimento, por sua vez, vai direcionar sua reflexão sobre o lugar da língua nos estudos discursivos para pensar a mudança de terreno. O autor faz um resgate histórico dos estudos linguísticos, mostrando ao leitor: i) como a questão do sentido, no escopo dos estudos linguísticos, sempre foi “varrida para debaixo do tapete”; ii) como a Análise do Discurso, a partir da reflexão de Pêcheux, vai propondo uma mudança de terreno, de modo a deslocar a noção de língua de um lugar de um sistema perfeito para um lugar de equívocos, em que a exterioridade é constitutiva da produção de sentidos.

Provocados a refletir sobre a tomada de posição do analista de discurso na luta de classes, observando processos de denegação e desideologização da política, **Gesualda dos Santos Rasia** e **Thiago Alves França** analisam, cada um imprimindo seu gesto de interpretação, mas também sua tomada de posição político-teórica, o enunciado “Minha cor é o Brasil”, que comparece na questão que propusemos aos dois. Rasia, ao analisar o enunciado em questão, trata do espaço da contradição na divisão política dos sentidos, mostrando como a convergência dos fatores *classe social* e *raça* dão forma às contradições sociais. Em sua análise, a autora observa que enunciados como esse projetam uma sociedade racialmente homogênea, numa tentativa de pacificar, de não produzir dissensos e disputas. Ao mesmo tempo, destaca a impossibilidade do analista de discurso não tomar partido em seu trabalho de interpretação, já que essa é sua responsabilidade teórico-política. Já, França traz mais um outro enunciado para análise “meu partido é o Brasil” que se produz como paráfrase do “minha cor é o Brasil”, afirmando que os dois “[...] materializam um discurso sobre a nação, que repete um imaginário de unidade, apagando/esmaecendo diferenças/dissimetrias político-sociais [...]”. Se “minha cor é o Brasil” escamoteia o racismo estrutural, “Meu partido é o Brasil” simula um discurso nacionalista, funcionando nos dois, segundo o autor, a denegação da política. No entanto, ao contrário da pretensa despolitização/desideologização, a ideologia funciona nesses enunciados “[...]”

negando a historicidade que constitui o próprio sujeito e os sentidos que ele retoma, e direcionando o “olhar” desse mesmo sujeito, capaz de identificar a ideologia em qualquer lugar, menos em suas práticas.” As análises empreendidas pelo autor nos apontam a impossibilidade do analista não tomar posição, já que, como conclui França, “[...] nossa maneira de lidar com os textos implica um modo de fazer política.”

Em pergunta que visa ao questionamento sobre a construção/formulação de *corpora* de natureza experimental, **Fernanda Correa Silveira Galli** e **Cristiane Costa Dias**, que têm se dedicado à análise de discursividades do espaço digital, bem como a teorias neste âmbito, abordam os modos de constituição de trajetórias metodológico-analíticas que se voltem às discursividades em questão. Galli, em sua resposta, pontua ser necessário pensarmos o arquivo não de forma empírica, mas na relação com a língua, a história e o sujeito, de modo que, ao trabalhar sobre um *corpus*, há que se observar o atravessamento do sujeito-pesquisador, o qual deverá arquitetar caminhos que propiciem um “movimento pendular” (Petri, 2002). Em concordância, Dias pontua que pensar a formação dos *corpora* em AD, observada a sua espessura algorítmica e seriada, é ter em vista, especialmente, a noção de leitura, bem como a relação dos arquivos com a memória, visto que a memória digital, conforme discutido pela autora, está aliada à constituição daquilo que chama de traços algorítmicos.

Em seguida, temos as contribuições de **Maria Virgínia Borges Amaral** e **Rita de Kássia Kramer Wanderley**, que foram questionadas sobre as novas formas históricas de assujeitamento do indivíduo, observando as relações de despolitização/superpolitização e os efeitos do empreendedorismo de si. Amaral, em discussão fortemente embasada no pensamento marxista, afirma-nos que se produzem estratégias de controle e de dominação de uma classe sobre a outra, de modo que a ciência, sob o viés da ideologia dominante, busca normalizar o discurso de neutralidade de si mesma, bem como esmaecer a luta de/das classes nas formações sociais. Desse modo, a ideologia encontra na polí-

tica, na propaganda e na tecnologia um espaço fértil para o exercício do controle social. Já, Kramer Wanderley, que inicia seu texto mencionando os efeitos do empreendedorismo na educação, ao citar a Base Nacional Comum Curricular, convoca-nos, como Amaral o fez, a refletir sobre a prática científica. Kramer Wanderley assegura que, nas atuais condições de produção, determinadas pelo neoliberalismo, o discurso do empreendedorismo atravessa o discurso da ciência, inclusive sobredeterminando-o.

Questionadas sobre a noção-conceito de materialidade discursiva e prática da resistência em *Análise do Discurso*, **Maria Cristina Leandro Ferreira** e **Suzy Lagazzi** tecem considerações sobre os modos de compreensão da(s) materialidade(s) discursiva(s). Leandro Ferreira, inicialmente, reitera algo que Pêcheux, em outros termos, já havia declarado: pensar na noção de materialidade discursiva é pensar na conjunção da ordem tríplice do real – o real da língua, o real da história e o real do inconsciente. Nessa direção, afirma que os analistas se expõem, se posicionam ao longo do processo teórico-analítico, buscando, em suas questões, se imunizar das “falsas respostas”, das evidências do sentido, tomando partido pela imbecilidade. Lagazzi, em direção similar, indica que a prática de análise em *Análise do Discurso* requer do sujeito atenção à linguagem em seus diferentes modos significantes, entendendo que as materialidades produzem entre si tensão, contradição, posição também sustentada por Leandro Ferreira.

Questionados sobre o poder da burguesia nas formações sociais, bem como sobre a presença do germe do nazismo na formação social brasileira, **Maurício Beck** e **Phellipe Marcel da Silva Esteves** observam, em diferentes reflexões, o modo como se pode discutir esse funcionamento. Para Beck, não se trataria de falar em uma *invisibilidade* do poder burguês, mas sim uma “[...] certa latência na esfera privada, de nazismos e fascismos”. Já, Esteves, em uma proposição alicerçada também em Foucault, aponta-nos para a necessidade de pensarmos “[...] como as discursividades que fornecem o poder simbólico de con-

trolar e ceifar vidas, como o nazismo, sobrevivem à queda das instituições em que se constituíram”.

Buscando uma reflexão sobre o funcionamento dos objetos paradoxais, instamos **André Cavalcante** e **Guilherme Adorno** a discutirem, entre outros pontos, se seria possível pensar em deslocamentos nesta noção nas atuais condições de produção. Cavalcante, fundamentando-se no percurso teórico da noção de objetos paradoxais, destaca que, na escrita de Pêcheux, a noção em tela ora aparece como *objetos paradoxais*, ora como *objetos ideológicos*, evidenciando a indissociabilidade do trabalho da ideologia e da contradição nessas condições. Adorno, também fazendo um resgate teórico, indica que “a formulação “objetos paradoxais” diz respeito a todo e qualquer funcionamento ideológico. Todo objeto ideológico é um objeto paradoxal.”.

Por fim, retornando à questão das tecnologias, **Solange Mittmann** e **Solange L. Gallo e Vitor Pequeno** respondem-nos sobre a constituição dos arquivos e de seus percursos de leitura. Mittmann, em sua resposta, assegura que a AD deve, além de questionar os métodos da informática, questionar a si própria e seus métodos. Além disso, a autora coloca-nos uma reflexão sobre o real da tecnologia, ou melhor, o real da história que sustenta a tecnologia, de modo a não cairmos num subjetivismo idealista, tomando a informação e a comunicação a partir de sujeitos estrategistas. **Gallo e Pequeno** observam que, com a materialidade digital, as clivagens dos arquivos se sobrepõem “[...] às instâncias de formulação e da constituição, e têm um aspecto técnico [...]”. Desse modo, encaminham que o digital não seria um discurso, mas uma forma-discurso de tipo novo, como a escrita. Finalizam afirmando que ler o arquivo hoje é, entre outras formas, “[...] entender que as grandes organizações e corporações digitais exercem um poder constitutivo das formas de vida urbana e que são por elas que hoje se constrói um novo arquivo”.

Apresentar esta coletânea, em que nos propusemos e questionamos os entrevistados a voltar à reflexão de/sobre o pensamento

de Pêcheux, é, sem sombra de dúvidas, um desafio, atravessado por uma incessante contradição. Em nossa percepção, as diferentes respostas que recebemos abrem-se à margem, de forma que as reflexões aqui feitas são pontos de ancoragem teórica e de abertura analítica para as questões do discurso, indicando um índice, uma pista a ser seguida, repensada, reelaborada.

Pensar. Repensar. Refletir. Reler. Reinterpretar. Questionar Pêcheux! Essas ações são, muitas vezes, para analistas de discurso, retornar a textos já-lidos, já-discutidos, o que poderia ser remontar a um *já-lá*. Contudo, seguindo as lições que o próprio Pêcheux nos deixou, esse retorno jamais seria apenas observar novamente as mesmas questões, mas, pelo fio discursivo, movimentar saberes, estabelecer relações, produzir deslocamentos, colocar-se em um outro lugar, ouvir outros sentidos. Fazer, então, Análise do Discurso no Brasil é, principalmente, remarcar um lugar, que é teórico-político, que mobiliza a emersão das formas de assujeitamento político-ideológico próprias da formação social brasileira; mas é também inserir nossas práticas (no sentido pecheuxtiano do termo) em um outro terreno, em que a resistência é um princípio de constituição, e não somente uma consequência. Na busca de um fim, que não passa de mero efeito ideológico, retomamos Pêcheux para provocar talvez aquilo que seja o fio condutor desta coletânea: “Seria estranho que os analistas do discurso fossem os últimos a saber da conjunção existente entre a cegueira quanto à história e a surdez quanto à língua que diz respeito a seus objetos e a suas práticas. **Já era hora de começar a quebrar os espelhos.**” (Pêcheux, [1981] 2014, p. 26, destaque nosso)².

2 PÊCHEUX, Michel. [1981]. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução: Cristina de Campos Velho Birck, Didier Martin, Maria Lúcia Meregalli, Maria Regina Borges Osório, Sandra Dias Loguércio e Vincent Leclercq. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

CASSER UN ÉTRANGE MIROIR: TOUJOURS (RE)LIRE, (RE)INTERPRÉTER PÊCHEUX

Evandra Grigoletto (UFPE - CNPq)
Thiago César da Costa Carneiro (UFPE)

La proposition d'organiser ce recueil est née initialement des réflexions menées dans le cadre du cours de Thèmes avancés en analyse du discours, dispensé au second semestre 2021, au sein du Programme de troisième cycle en lettres de l'UFPE,¹ dans lequel nous souhaitons interroger les chercheurs en Analyse du Discours sur certains textes de Pêcheux moins discutés, mais qui, par leur existence-occurrence, nous conduisent dans nos groupes de travail et de recherche. Au cours du stage, nous avons élaboré des questions-guides pour chaque texte travaillé/discuté, qui ont ensuite été (ré)organisées, (ré)groupées et (ré)écrites par nos soins pour constituer cet ouvrage, qui se veut avant tout être un espace de dialogue entre différents chercheurs en Analyse du Discours (AD). Outre ce dialogue entre chercheurs expérimentés

1 Le cours a été donné par la coordinatrice de cette collection et l'organisateur a été parmi les étudiants. Nous tenons à remercier tous les autres étudiants qui ont participé au cours et nous ont aidés à organiser les questions autour des textes discutés : Carlos Eduardo de Freitas Barbosa, Célio Fernando da Silva, Diana Antoniazzi Furtado, Eduarda Cavalcanti Valença, Marina Maria Austregésilo Saraiva da Silva, Marina Maria da Glória Gomes, Ricardo Tavares Martins et Vânia de Moraes Besse. Nous remercions également le PROPG, notre rectorat de troisième cycle à l'UFPE, et CAPES pour le financement accordé à la publication de ce recueil, avec la traduction des textes en français, ce qui nous a permis de publier une version bilingue de l'ouvrage, élargissant ainsi son champ de diffusion au-delà des frontières brésiliennes.

et jeunes chercheurs, répartis dans des institutions de différents états brésiliens, l'objectif de l'ouvrage est également de retrouver la mémoire de l'œuvre de Michel Pêcheux, en réfléchissant aux développements et aux impacts de sa pensée aujourd'hui, en rassemblant des textes classiques et moins lus de l'auteur.

Qu'est-ce que les notions discutées par Pêcheux tout au long de sa carrière théorico-politique ont à nous dire sur le moment présent, plus précisément sur le fonctionnement des discours qui composent la formation sociale brésilienne ? C'est cette question qui nous a servi de fil conducteur pour arriver aux 13 questions qui composent ce recueil et qui revisitent différents moments de la carrière de Michel Pêcheux, à partir de ses textes signés sous le pseudonyme de Thomas Herbert.

Pour chacune des 13 questions, nous avons invité des paires de chercheurs du champ discursif matérialiste pêcheuxien, de différentes institutions brésiliennes, qui, dans leurs inscriptions théorico-analytiques, nous amènent à réfléchir sur la pensée de Pêcheux, en observant ses questions dans d'autres conditions de production. Conditions dans lesquelles s'inscrit aujourd'hui la formation sociale brésilienne, traversée par de nouvelles formes de domination du mode de production capitaliste, par des enjeux latino-américains, par une autre vision des relations de classe, de genre et de race, qui établit nécessairement une dérive.

En suivant les indices par lesquels cette dérive s'établit, nous allons maintenant présenter brièvement ce que ces 27 chercheurs invités ont dit des provocations que nous leur avons adressées.

Interrogées sur l'écoute sociale et l'écoute ordinaire du sens, **Bethania Mariani** et **Luciana Vinhas** vont plus loin en réfléchissant sur l'écoute discursive sociale et l'interprétation. Mariani affirme que l'écoute discursive est produite comme une possibilité d'écouter le sujet en mouvement (et en révolte) dans la société, une écoute de la politique des significations divisées dans la contradiction sociale,

et dans le progrès, dans le mouvement de l'histoire. Vinhas, quant à elle, dit que l'écoute sociale est produite par l'observation de l'ordinaire du sens, comme une discipline d'interprétation, toujours traversée par la question de la responsabilité de l'analyste.

Pour discuter de l'idéologie dans l'œuvre de Pêcheux et de ses effets sur la pratique théorico-méthodologique des analystes du discours brésiliens, nous avons invité **Freda Indursky** et **Dirce Jaeger**. Indursky revisite certains textes de Pêcheux pour montrer son parcours théorique sur la notion d'idéologie, dans lequel, selon elle, des éléments du matérialisme historique et de la psychanalyse ont toujours été présents, mais non sans leurs propres avancées. Elle termine sa réponse en soulignant les changements que notre formation sociale a subis, mais en insistant sur le fait qu'il n'est pas possible de penser à la fin des idéologies, ni d'affirmer qu'«il n'y a plus de lutte des classes». Jaeger, reprenant la suggestion d'Indursky selon laquelle nous devons examiner les changements dans nos conditions de production, choisit d'analyser la scène politique actuelle au Brésil, en observant comment les idéologies néolibérales, religieuses et fascistes déterminent l'inscription des discours d'extrême droite dans une formation discursive qu'elle appelle *patriotique-suprémaciste*. De cette analyse, elle conclut que la notion d'idéologie continue à se répercuter «[...] sans cesse dans la génération féconde d'analystes du discours au Brésil qui continuent, avec audace et perspicacité, à travailler dans les interstices; là où le langage échoue; là où, selon les mots réconfortants de Pêcheux, « le rituel vient se briser dans le lapsus. » »

Interrogés sur l'intérêt des sciences humaines pour le capitalisme et sur leur rôle dans un contexte de montée du conservatisme et des discours néolibéraux, **Helson Flávio da Silva Sobrinho** et **Luciana Nogueira** nous proposent une réflexion qui met surtout en évidence les contradictions du système capitaliste. Silva Sobrinho nous montre que, lorsque les sciences humaines se soumettent aux intérêts du système capitaliste, elles sont considérées comme «pertinentes», mais

lorsqu'elles s'efforcent de révéler les contradictions du système, elles deviennent dérangeantes, car le mode de production capitaliste « [...] est déshumanisant et destructeur », affirme l'auteur. Nogueira, pour sa part, souligne dans sa réponse la manière dont « [...] le néolibéralisme s'est installé dans la société, en commençant par l'éducation qui, dans les conditions de production de la formation sociale capitaliste néolibérale, est déterminée par l'impératif idéologique de l'esprit d'entreprise en tant que condition de signification de la relation entre l'éducation et le travail ». Notre tâche en tant qu'analystes du discours, concluent les auteurs, est de produire des analyses qui exposent ces contradictions, en intervenant pour contribuer d'une manière ou d'une autre à la transformation des relations de production capitalistes.

Eni Orlandi et **Carolina Rodríguez-Alcalá** sont invitées à nous parler des autres discours qui considèrent l'analyse du discours comme une méthodologie de recherche. Orlandi commence brillamment en affirmant que l'analyse du discours est une science, avec une méthode, une théorie, des procédures et un objet. Par conséquent, selon l'auteur, il n'y a pas lieu de penser à une méthodologie, mais plutôt à une méthode, qui « [...] est basée sur la relation constitutive du langage avec son extériorité, soutenue sur l'axe de tension entre paraphrase et polysémie. L'idée est de partir du texte et d'atteindre l'objet discursif pour arriver aux processus discursifs. » En tant que discipline d'interprétation, d'entre-deux, l'analyse du discours mobilise, selon elle, un *dispositif théorique* et un *dispositif analytique d'interprétation*, dans un mouvement continu entre théorie et analyse. Rodríguez-Alcalá retourne à Saussure pour répondre à la question, en affirmant que la différence essentielle entre l'analyse de contenu et l'analyse de discours est que la première ignore Saussure. Elles n'ont pas le même objet: « L'objet de l'AC est le *contenu* qui existe derrière le langage; celui de l'AD résulte des *relations* entre ses unités. » A partir de ce geste relationnel, l'auteur défend la centralité de la procédure analytique de la paraphrase, outil pour « triturer la langue » et visualiser les relations d'oppositions,

de substitutions, de liaisons, de dérives possibles, etc, observer les relations de sens qui se produisent dans le jeu entre le dit et le non-dit, ce qui peut être dit et ce qui ne peut pas l'être. C'est la différence entre une méthode sociologique (AC) et une méthode matérialiste (AD).

Nous avons invité **Rodrigo Oliveira Fonseca** et **Fabiana Ferreira N. de Souza** à réfléchir sur la relation entre les intellectuels de gauche et la bourgeoisie et sur le fonctionnement du discours réformiste dans les sciences humaines et sociales (SHS). Fonseca mène sa réflexion en problématisant les propos de Pêcheux sur le réformisme et sur les intellectuels en tant que petits bourgeois. Il nous prévient qu'au lieu de traiter les intellectuels de les SHS de petits bourgeois, il préfère parler de classes managériales. Ainsi, l'auteur retrace l'histoire de ce qu'il appelle *l'extorsion productive des travailleurs* et conclut que le discours réformiste n'est rien d'autre que « [...] l'horizon idéologique de l'absorption des différences sociales [...], qu'elles soient sociales-libérales ou étatistes, qu'elles proviennent de positions bourgeoises ou de positions managériales ». Souza, quant à elle, dans sa réponse, se dit convaincue que les intellectuels de gauche, pour la plupart, pratiquent ce que Pêcheux a appelé l'idéologie individualiste de la libre entreprise. Ils transforment ainsi leur pratique théorico-politique au sein de la SHS en un lieu de réformisme plutôt qu'en une véritable révolution, comme le voulaient Marx et Lénine, s'éloignant ainsi de leurs alliés potentiels, la classe ouvrière.

Fabiele Stockmans De Nardi et **Mizael Inácio do Nascimento** ont parlé du changement de terrain proposé par Pêcheux dans la science linguistique, en particulier en ce qui concerne la reterritorialisation de la connaissance pour traiter de la langue. De Nardi, en accord avec Pêcheux, renforce la « [...] nécessaire avancée matérialiste dans les manières de faire de la linguistique », en travaillant sur la question de la relation langue-sujet-sens et en analysant les mouvements qui révèlent des pratiques réformistes. Selon l'auteur, l'évolution du terrain oblige les analystes du discours à « [...] construire un lien de plus en plus

étroit et conséquent [...] entre le discours et ses conditions de production ». Aussi, dans le sillage de la réflexion sur l'appropriation sociale des savoirs, De Nardi nous met en garde sur la manière dont l'école subit les effets de cette appropriation et les reproduit, en affirmant que « [...] il faut s'interroger sur les évidences pour questionner les sens de l'échec scolaire et les données qui pointent les lacunes de nos apprentissages ». Il conclut que, pour changer de terrain, nous devons « [...] démolir les piliers sur lesquels les relations sociales dans notre éducation ont été produites ». Nascimento, pour sa part, oriente sa réflexion sur la place de la langue dans les études discursives pour penser la changement de terrain. L'auteur passe en revue l'histoire des études linguistiques, montrant au lecteur: i) comment la question du sens, dans le cadre des études linguistiques, a toujours été « balayée sous le tapis »; ii) comment l'Analyse du Discours, à partir des réflexions de Pêcheux, propose un changement de terrain, afin de déplacer la notion de langue d'un lieu de système parfait à un lieu d'équivoques, dans lequel l'extériorité est constitutive de la production des sens.

Amenés à réfléchir sur la position de l'analyste du discours dans la lutte des classes, en observant les processus de déni et de désidéologisation de la politique, **Gesualda dos Santos Rasia** et **Thiago Alves França** analysent l'affirmation «Ma couleur, c'est le Brésil», qui apparaît dans la question que nous leur avons proposée à tous les deux. Rasia, en analysant l'énoncé en question, traite de l'espace de contradiction dans la division politique des sens, en montrant comment la convergence de la classe sociale et de la race façonne les contradictions sociales. Dans son analyse, elle observe que des déclarations comme celle-ci projettent une société racialement homogène, dans une tentative de pacification, afin d'éviter de produire des dissensions et des différends. En même temps, l'auteure souligne l'impossibilité pour l'analyste du discours de ne pas prendre parti dans son travail d'interprétation, puisqu'il s'agit de sa responsabilité théorico-politique. França, quant à lui, soumet à l'analyse un autre énoncé « mon parti,

c'est le Brésil» qui est produit comme une paraphrase de «ma couleur, c'est le Brésil», affirmant que tous deux « [...] matérialisent un discours sur la nation, qui répète un imaginaire d'unité, effaçant/affaiblissant les différences/dissemblances politiques et sociales [...] ». Si « Ma couleur, c'est le Brésil » dissimule un racisme structurel, « Mon parti, c'est le Brésil » simule un discours nationaliste, tous deux ayant pour fonction, selon l'auteur, de nier la politique. Cependant, contrairement à la prétendue dépolitisation/désidéologisation, l'idéologie fonctionne dans ces énoncés « [...] en niant l'historicité qui constitue le sujet lui-même et les significations qu'il prend, et en orientant le «regard» de ce même sujet, capable d'identifier l'idéologie ailleurs que dans ses pratiques.» Les analyses menées par l'auteur nous montrent qu'il est impossible pour l'analyste de ne pas prendre position, puisque, comme le conclut França, «[...] notre façon de traiter les textes implique une façon de faire de la politique.»

Dans une question portant sur la construction/formulation de corpus expérimentaux, **Fernanda Correa Silveira Galli** et **Cristiane Costa Dias**, qui se sont consacrées à l'analyse de la discursivité dans l'espace numérique, ainsi qu'à la théorisation dans ce domaine, abordent les moyens d'établir des parcours méthodologiques et analytiques axés sur la discursivité en question. Galli, dans sa réponse, souligne qu'il est nécessaire de penser l'archive non pas de manière empirique, mais en relation avec le langage, l'histoire et le sujet, de sorte qu'en travaillant sur un corpus, il faut observer la traversée du sujet-chercheur, qui doit concevoir des parcours favorisant un « mouvement de balancier » (Petri, 2002). En accord, Dias souligne que penser la formation des corpus en AD, en observant leur épaisseur algorithmique et sérialisée, c'est avoir à l'esprit, notamment, la notion de lecture, ainsi que la relation entre archives et mémoire, puisque la mémoire numérique, telle que discutée par l'auteur, s'allie à la constitution de ce qu'elle appelle des traces algorithmiques.

Ensuite, nous avons les contributions de **Maria Virgínia Borges Amaral** et de **Rita de Kássia Kramer Wanderley**, qui ont été interrogées sur les nouvelles formes historiques d'assujettissement de l'individu, en observant les relations de dépolitisation/superpolitisation et les effets de l'auto-entrepreneuriat. Amaral, dans une discussion fortement basée sur la pensée marxiste, nous dit que des stratégies de contrôle et de domination d'une classe sur une autre sont produites, de sorte que la science, sous le biais de l'idéologie dominante, cherche à normaliser le discours de neutralité d'elle-même, ainsi qu'à brouiller la lutte de/ contre les classes dans les formations sociales. De cette manière, l'idéologie trouve dans la politique, la propagande et la technologie un espace fertile pour exercer son contrôle social. D'autre part, Kramer Wanderley, qui commence son texte en mentionnant les effets de l'esprit d'entreprise sur l'éducation, en citant la Base commune nationale des programmes d'études, nous invite, comme l'a fait Amaral, à réfléchir sur la pratique scientifique. Kramer Wanderley nous assure que, dans les conditions actuelles de production, déterminées par le néolibéralisme, le discours de l'entrepreneuriat traverse le discours de la science, voire le surdétermine.

Interrogées sur la notion de matérialité discursive et la pratique de la résistance dans l'analyse du discours, **Maria Cristina Leandro Ferreira** et **Suzy Lagazzi** examinent les manières de comprendre la (les) matérialité(s) discursive(s). Leandro Ferreira réitère d'abord ce que Pêcheux avait déjà énoncé en d'autres termes : penser la notion de matérialité discursive, c'est penser la conjonction du triple ordre du réel – le réel de la langue, le réel de l'histoire et le réel de l'inconscient. Dans ce sens, il affirme que les analystes s'exposent, se positionnent tout au long du processus théorico-analytique, en cherchant, dans leurs questions, à s'immuniser contre les «fausses réponses», contre l'évidence du sens, en prenant parti pour l'imbécillité. Lagazzi, dans la même veine, indique que la pratique de l'analyse du discours exige du sujet qu'il prête attention au langage dans ses différents modes si-

gnifiants, en comprenant que les matérialités produisent des tensions et des contradictions entre elles, une position également soutenue par Leandro Ferreira.

Maurício Beck et **Phellipe Marcel da Silva Esteves**, questionnés sur le pouvoir de la bourgeoisie dans les formations sociales, ainsi que sur la présence d'un germe de nazisme dans la formation sociale brésilienne, observent, dans des réflexions différentes, la manière dont ce fonctionnement peut être discuté. Pour Beck, il ne s'agit pas de parler de l'*invisibilité* du pouvoir bourgeois, mais plutôt d'une « [...] certaine latence dans la sphère privée des nazismes et des fascismes ». Esteves, quant à lui, dans une proposition également basée sur Foucault, nous indique la nécessité de réfléchir à «[...] comment les discursivités qui fournissent le pouvoir symbolique de contrôler et de prendre des vies, comme le nazisme, survivent à la chute des institutions dans lesquelles elles ont été constituées ».

Cherchant à réfléchir sur le fonctionnement des objets paradoxaux, nous avons demandé à **André Cavalcante** et **Guilherme Adorno** de discuter, entre autres, de la possibilité de penser des déplacements de cette notion dans les conditions actuelles de production. Cavalcante, s'appuyant sur le parcours théorique de la notion d'objets paradoxaux, souligne que, dans l'écriture de Pêcheux, la notion en question apparaît tantôt comme des *objets paradoxaux*, tantôt comme des *objets idéologiques*, mettant en évidence l'inséparabilité du travail de l'idéologie et de la contradiction dans ces conditions. Adorno, qui opère également une récupération théorique, souligne que « la formulation « objets paradoxaux » concerne tout fonctionnement idéologique. Tout objet idéologique est un objet paradoxal. ».

Enfin, revenant à la question des technologies, **Solange Mittmann** et **Solange L. Gallo** et **Vitor Pequeno** nous répondent sur la constitution des archives et leurs parcours de lecture. Mittmann, dans sa réponse, nous assure que l'AD doit, en plus d'interroger les méthodes

de l'informatique, s'interroger sur elle-même et sur ses méthodes. En outre, l'auteur nous demande de réfléchir sur le réel de la technologie, ou plutôt, le réel de l'histoire qui sous-tend la technologie, afin de ne pas tomber dans un subjectivisme idéaliste, en prenant l'information et la communication à partir des sujets stratégiques. **Gallo et Pequeno** observent qu'avec la matérialité numérique, les clivages des archives se superposent « [...] aux instances de formulation et de constitution, et ont un aspect technique [...] ». Ils suggèrent ainsi que le numérique n'est pas un discours, mais une nouvelle forme de discours, comme l'écriture. Ils concluent en disant que lire l'archive aujourd'hui signifie, entre autres, « [...] comprendre que les grandes organisations et entreprises numériques exercent un pouvoir constitutif sur les formes de la vie urbaine et que c'est à travers elles qu'une nouvelle archive se construit aujourd'hui ».

Présenter ce recueil, dans lequel nous avons proposé et interrogé les interviewés pour qu'ils reviennent sur la réflexion de Pêcheux, est sans doute un défi, traversé par une contradiction incessante. Pour nous, les différentes réponses reçues ouvrent les marges, de sorte que les réflexions faites ici sont des points d'ancrage théorique et d'ouverture analytique aux questions du discours, indiquant un indice, une piste à suivre, à repenser, à retravailler.

Penser. Repenser. Réfléchir. Relire. Réinterpréter. Questionner Pêcheux ! Ces actions sont souvent, pour les analystes du discours, des retours à des textes déjà lus, déjà discutés, ce qui pourrait être un retour à un *déjà-là*. Cependant, en suivant les leçons que Pêcheux lui-même nous a laissées, ce retour ne consisterait jamais seulement à revoir les mêmes questions, mais, à travers le fil discursif, à déplacer des connaissances, à établir des relations, à produire des déplacements, à se mettre à une autre place, à écouter d'autres sens. Faire de l'Analyse du Discours au Brésil, c'est donc principalement marquer un lieu, théorico-politique, qui mobilise l'émergence des formes d'assujettissement politico-idéologique caractéristiques de la formation sociale

brésilienne; mais c'est aussi insérer nos pratiques (au sens pecheux-tien du terme) dans un autre terrain, dans lequel la résistance est un principe de constitution, et non pas seulement une conséquence. Dans la recherche d'une fin, qui n'est qu'un effet idéologique, nous revenons à Pêcheux pour provoquer peut-être ce qui est le fil conducteur de ce recueil: « Il serait étrange que les praticiens de l'analyse de discours soient les derniers à s'avertir de la conjonction entre l'aveuglement sur l'histoire et la surdité à la langue qui concerne    la fois leurs objets et leurs pratiques. Il était temps de commencer    casser les miroirs. » (Pêcheux, 1981, p. 8)².

2 PÊCHEUX, Michel. L'  trange miroir de l'analyse du discours. **Langages**. Ann  e 1981, n   62. Disponible en: https://www.persee.fr/issue/lgge_0458-726x_1981_num_15_62. Consult   le 16 out. 2023.

Evandra e Thiago: No artigo *Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social*¹, Herbert/Pêcheux ([1966] 2015a, p. 53) propõe a “escuta social” como caminho para a passagem dos objetos ideológicos para uma “re-apropriação científica” desses objetos, em sentido análogo à “escuta analítica, da prática freudiana”. Qual a produtividade teórico-analítica dessa formulação sobre a escuta social para refletirmos, enquanto analistas de discursos, sobre objetos ideológicos que se materializam em diferentes discursividades da atualidade? E como podemos colocá-la em diálogo com a discussão de Pêcheux ([1983a] 2015b), em *Discurso: estrutura ou acontecimento*?², sobre a escuta do ordinário do sentido?

1 Publicação original: HERBERT, Thomas/PÊCHEUX, Michel. *Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et spécialement, de la psychologie sociale. Cahiers pour l'analyse*, v. 2, 1966. p. 174-203.

Tradução brasileira: HERBERT, Thomas/PÊCHEUX, Michel [1966]. *Reflexões sobre a situação teoria das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social*. Tradução: Mariza Vieira da Silva e Laura A. Perrella Parisi. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015a. p. 21-54.

2 Publicação original: PÊCHEUX, Michel [1983]. *Discourse: structure or event?*. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence. (org.). **Marxism and interpretation of Culture**. Chicago: University of Illinois Press, 1988. p. 633-350.

Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel [1983a]. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 7. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2015b.

UMA PROPOSTA DE ESCUTA DISCURSIVA

Bethania Mariani (UFF – CNPq – FAPERJ)

– Agradeço a questão que me foi encaminhada.

Um gesto de leitura para iniciar a discussão sobre a expressão “escuta social” empregada por Pêcheux, e os efeitos teóricos por ela implicados, precisa levar em consideração as condições de produção da reflexão no campo das Ciências Humanas e Sociais da época. A releitura do pensamento de Marx e Freud é ponto de parada indispensável nas discussões que se avolumam nos anos 1960 e, nesta medida, integra e engendra muito do que é possível ler nas reterritorializações de Pêcheux, em seu percurso, na formulação da teoria da Análise do Discurso.

Para citar apenas duas relevantes discussões da época, vale lembrar que, em 1964, em mesa-redonda sobre *desafios milenares*, Foucault propõe um pequeno desvio para falar sobre as técnicas de interpretação, e o ponto incontornável de reflexão que se encontra em Nietzsche, Freud e Marx. Apresentando sua crítica à filosofia que se praticava, o texto “Nietzsche, Freud e Marx”¹ traz os nomes destes três fundadores

1 Colóquio de Royamond, em 1964. Texto publicado em 1967, IN *Cahiers de Royaumont*, t. VI, Paris, Éd. de Minuit, 1967. No Brasil, uma das publicações deste texto foi feita pela editora Agalma. Para ler o texto em francês (acesso em fevereiro, 2023), fui ao site <http://1libertaire.free.fr/MFoucault121.html>.

de discursividades, responsáveis por rupturas com a tradição racionalista uma vez que, a partir deles, não é mais possível tomar o homem como centro, em uma concepção de inteireza racional e consciente. São estes autores, mestres do colocar em suspeição o dizer e o escutar, que descentralizam as práticas das disciplinas de interpretação. Também em 1964, Althusser publica *Freud, Lacan* e, logo depois, em 1965, organiza um seminário para leitura coletiva, com seus estudantes, o qual tinha como título: “Ler o capital”. Incluindo uma autocrítica sobre sua posição anterior relativa à psicanálise, no texto de 1964, Althusser defende a importância da descoberta do inconsciente a partir de Freud, e inclui a relevância de Lacan (que já estava em seu décimo primeiro seminário), considerando o rigor com que este faz uma leitura de Freud em seus fundamentos teóricos². Como já discuti anteriormente (Mariani, 2010; Mariani; Silveira, 2017), tal seminário desemboca no que Althusser chama de “leitura sintomal”, ou seja, um modo de ler o texto em suas lacunas, em suas contradições, em seus silêncios. Althusser chega à formulação dessa “leitura sintomal” a partir do modo como Marx lia seus predecessores. É do livro *Ler o capital* que Pêcheux (1990, p. 45, grifos nossos) retoma a citação de Althusser:

Foi a partir de Freud que começamos a **suspeitar do que escutar, logo do que falar (e calar) quer dizer**: que este “quer dizer” do falar e do escutar descobre, sob a inocência da fala e da escuta, a profundidade determinada de um fundo duplo, o “quer dizer” do discurso do inconsciente – este fundo duplo no qual a linguística moderna, nos mecanismos da linguagem, pensa os efeitos e condições formais.

2 Em 1963, em artigo intitulado “Filosofia e ciências humanas”, publicado na *Revue de l'Enseignement Philosophique*, Althusser faz um elogio ao modo de Lacan ler Freud: “Marx fundou a sua teoria sobre a recusa do mito do *homem economicus*. Freud fundou a sua teoria sobre a recusa do mito do *homem psicologicus*. Lacan compreendeu e cumpriu a ruptura libertadora de Freud. Ele a acolheu no sentido pleno do termo, tomando a palavra em seu rigor, e forçando-a a produzir sem trégua e nem concessão suas próprias consequências. Pode-se, como cada um, errar nos detalhes, e atestar na revisão filosófica: nós lhe devemos o *essencial*”. (Althusser, [1963] 1988, nota 20, tradução nossa).

O modo como tenho pensado a presença da escuta nas disciplinas de interpretação, tal como assinaei, encontra pistas no modo como Paul Henry (1990), em artigo sobre a fundação do campo da Análise do Discurso, discute as ideias que circulavam na época. Aquilo que, apesar das profundas divergências, de certo modo, aproxima Foucault, Althusser, Freud, Lacan e Pêcheux nesse momento teórico dos anos 60, nesse retorno a textos fundadores de seus campos de saber, o que está em jogo são fortes discussões sobre o sujeito e a linguagem; sobre um inacabamento e não fechamento das interpretações, e sobre a perda da inocência frente ao falar, ao ler, ao escrever e ao escutar.

O termo “escuta” na expressão “escuta social”, proposta de Herbert Pêcheux em 1964, quando inserido nessa circulação de ideias, ressoa com um fundo duplo e, também, contraditório, pois o sujeito é dividido e interpelado. Quem escuta deve levar em consideração o permanente fracasso do voluntarismo consciente em (se) assegurar sentidos para o que (se) diz. No fracasso do voluntarismo do querer dizer, pode-se escutar o bem dizer do sujeito abalado por uma verdade outra na forma de um sonho, um lapso, um chiste. Ou ainda pode-se escutar o sintoma que entrava o sujeito: palavra não dita ou palavra dura, rígida de sentidos, sentidos que não se deslocam, não se dividem. Algo pode irromper sempre e inesperadamente – *ça parle* –, abalando a ficção que o sujeito construiu sobre si mesmo. O que faz a psicanálise? Escuta a articulação significante e acolhe. Pontua. Corta. Equivoca. Não preenche nem obtura furos. Espera. Trabalha com e no silêncio. Escuta psicanalítica, portanto, não fornece sentidos. Aí está a ética do psicanalista.

Vale trazer Lacan, que já em 1960 afirma:

[...] coisa paradoxal, curiosa – mas é impossível registrar a experiência analítica de outra maneira –, a razão, o discurso, a articulação significante como tal, está aí de entrada, *ab ovo*, ela está aí em estado inconsciente, antes do nascimento de toda coisa referente à experiência humana, ela está aí dissimulada, desconhecida, não domina-

da, sem que aquele mesmo que é seu suporte saiba dela
(Lacan, [1959-1960] 1986, p. 255).

A escuta psicanalítica, é importante dizer, acolhe a partir de uma escuta constituída em uma situação de transferência em sessões analíticas. Não é isso se passa com a escuta na Análise do Discurso.

Como já afirmei (Mariani, 2021), o significante *escutar* em Pêcheux aparece mais de uma vez. Nos textos assinados como Thomas Herbert, encontramos “escuta social”. No texto de 1982, com J. Léon, S. Bonnafous e J. Marandin, o significante “escutar” reaparece, dessa vez explicitamente a partir de Althusser, quando Althusser vai dizer que é a partir de Freud que começamos a suspeitar que aquilo que escutar, portanto aquilo que falar, e calar-se quer dizer – o querer dizer do discurso inconsciente, ou seja, da posição do sujeito na fantasia.

É dessa posição fantasmática que o sujeito marca sua presença, abrindo rachaduras nos rituais sociais com seus aparentes pontos de estabilidade na fala. Retomando De Certeau, em Pêcheux, escutar é compreender essas discursividades que emergem como formas de resistência, muitas vezes silenciosas, “da urgência às voltas com os mecanismos da sobrevivência...”, a necessidade “de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido.” (Pêcheux, [1983] 1990). Seguimos analisando “os espaços discursivos logicamente estabilizados”, as formas das “urgências pragmáticas” e os sistemas de coerção que o “mundo semanticamente normal”, ou melhor, normatizado, vai tomando conforme as relações de poder se (re)organizam (Pêcheux, [1983] 1990).

Na Análise do Discurso, o gesto de escuta do analista, tal como o compreendo, é muito específico, mas não deixa de ter alguma relação com a escuta psicanalítica. Seguimos teorizando e analisando, em um batimento sempre inquieto. Não fechamos as interpretações. Há uma ética na prática do analista do discurso.

Seguimos sempre atentos aos rumores da língua, não apenas aos sentidos hegemônicos e institucionalizados, mas sobretudo aos dizeres socialmente silenciados, aos processos de produção de sentidos que foram apagados, ou que ainda não se configuraram de forma completa. As urgências... Me interessam os dizeres urgentes que irrompem no cotidiano dos sentidos, constituindo o que chamei de *testemunho de revolta* (Mariani, 2021), e que precisam ser escutados.

Posso dizer que a Análise do Discurso, como reflexão teórica e prática analítica, pulsa em questionamentos diante dos seus objetos de análise; retorna criticamente sobre si mesma para avançar, e cria mecanismos de resistência, a partir da própria teoria, contra qualquer tipo de submissão, seja aos formalismos, aos psicologismos, aos mais variados tipos de colonialismos, enfim, contra qualquer tipo de servidão. Esse é o nosso trabalho. Essa é a bandeira, que é uma bandeira teórica com uma práxis que se manifesta em sua ampla gama de análises. Uma bandeira ética, firmada no desejo do analista do discurso. Analisamos tanto os processos institucionais que gerenciam as injunções ideológicas, promovendo processos de significação hegemônicos, quanto outros *corpora* de discursividades, aqueles voltados para o dissonante, para o que não se deixa apreender, funcionando nas margens, na equivocidade dos sentidos.

Escutar as circulações cotidianas nesse ordinário dos sentidos é também escutar seus restos enigmáticos e lacunares, que assinalam a presença dos efeitos do inconsciente no social e na história.

Tal presença do inconsciente no social, o que irrompe e rompe com o logicamente estabilizado das malhas do ordinário dos sentidos, dos sentidos esperados, tem sua materialidade no que venho chamando de *grãos de enunciação*. Esta expressão, *grãos de enunciação*, que retomo de Pêcheux e Fuchs ([1975] 1990) para reterritorializá-la no gesto de escutar as pequenas políticas de resistência ou de revolta que ir-

rompem de modo urgente no sujeito em momentos específicos do seu dia-a-dia.

Em suma, e retomando o que já formulei anteriormente (Mariani, 2021), o que proponho – e não é uma formulação definitiva – como escuta discursiva do social se configura como um deslocamento em relação à expressão “escuta social”. Me interessa flagrar o instante em que paráfrase e polissemia se encontram no grão de enunciação. Não se trata mais de dizer o mesmo do ordinário dos sentidos, o sujeito caminha inexoravelmente para outro sentido, na fricção da polissemia empurrando a paráfrase. Um resto a tentar dizer, rompendo como revolta, como diferença que se inscreve de modo inesperado no ordinário do sentido.

O sujeito solta a voz sem refletir um segundo em conflito com algo que o confronta em relação ao seu mal-estar social, conforme analisei (Mariani, 2021). É uma escuta da materialidade discursiva no enlaçamento momentâneo e fugidio da língua com o inconsciente e com a ideologia.

Uma escuta discursiva é proposta que abre para o real, o inatural do cotidiano dos saberes discursivos estabilizados. Então o que estou pensando é a escuta discursiva como a possibilidade de uma escuta do sujeito se movimentando (e se revoltando) na sociedade, uma escuta da política dos sentidos divididos na contradição social, e em curso, em movimento na história³.

3 Seguindo por outros caminhos, pensando no sujeito urbano e retomando as reflexões de Lacan na cidade de Baltimore, já afirmei em outro momento: “[...] podemos compreender a cidade como um lugar simbólico com uma gramática própria que nem sempre se dá a ver: regras urbanísticas e administrativas regem seu funcionamento ao mesmo tempo em que uma outra lógica, própria e não totalmente visível, fura o esperado do urbanismo fazendo eclodir fluxos não previstos de subjetivações ali inscritas. [...] Em outras palavras, Baltimore e o inconsciente funcionam de modo análogo na batida da sincronicidade, na simultaneidade das relações entre espaço e tempo que, se dão a ler [escutar] um texto, permitem entrever a presença do sujeito lá onde ele não é previsto pelas regras urbanísticas: sujeitos que de modo pontual, fugaz e em permanente movimento, não se deixam apreender em sua errância de tentativas de inscrição de significante a significante nos muros da cidade.” (Mariani; Medeiros, 2014, com acréscimo entre colchetes ao texto inicial feito agora em 2023).

Então, escutar discursivamente seria analisar no entremeio desses grãos de enunciação que se marcam num ímpeto de um dizer-fazer uma pequena política de sentidos, sob determinadas condições de produção.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis [1963]. Philosophie et sciences humaines. *In*: ALTHUSSER, Louis. **La solitude de Machiavel**. Paris: PUF, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud e Marx**. Theatrum Philosophicum. Tradução de Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípio Editora, 1997.

LACAN, Jacques. **O Seminário 7—A ética na psicanálise (1959-1960)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. p. 254-286.

MARIANI, Bethania. Textos e conceitos fundadores de Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan. **Alfa**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 113-127, 2010.

MARIANI, Bethania; ALMEIDA, Eliana. Entre Pêcheux, Althusser e Lacan: uma carta sempre chega ao seu destino? *In*: SOUZA, Lucília Maria Abrahão; GARCIA, Dantielli Assumpção. (org.). **Ler Althusser hoje**. São Carlos: Edufscar, 2017. p. 169-186.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. Discurso urbano e enigmas no Rio de Janeiro: pichações, grafites, decalques. **Rua** [online], Campinas, Edição Especial, 2014. p. 127-143.

MARIANI, Bethania. **Testemunhos de resistência e de revolta**. Campinas: Pontes, 2021.

PÊCHEUX, Michel [1969]. As Ciências Humanas e o “Momento Atual”. *In*: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados: Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 175-202.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. [1975] A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.) **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução a obra de M. Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel [1983]. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes. 1990.

ESCUITA SOCIAL, DISCIPLINA DE INTERPRETAÇÃO: UMA QUESTÃO DE RESPONSABILIDADE

Luciana Iost Vinhas (UFRGS)

A nota de fim n° 5 do texto *O discurso: estrutura ou acontecimento* registra uma definição preciosa e sucinta da Análise de Discurso (AD). Para Pêcheux ([1983] 2006), a tarefa dos analistas de discurso consiste em explicitar e descrever montagens – arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados. Da simplicidade da afirmação exala a grandeza do empreendimento epistemológico engendrado por Michel Pêcheux e por seus parceiros de trabalho entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1980. A opacidade dos elementos do enunciado materializa a complexidade da ciência de entremeio nascida da aliança entre diferentes campos do conhecimento, cuja identificação teórica calcada no materialismo histórico permitiu o estabelecimento de uma ruptura epistemológica no seio das ciências humanas. Paraphraseando Orlandi (2006), a AD é a ciência da reflexão nos entremeios.

Para tratar da produtividade da “escuta social” nas discursividades da atualidade em relação à teorização sobre o ordinário do sentido, começamos remontando ao texto de 1966. Em *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social*, Herbert/Pêcheux vislumbra o desenvolvimento de uma “escuta social”, dando a largada para a construção da disciplina cujo objetivo é escutar o social por uma tomada de posição não-subjetiva, aliada, desde o início,

à Psicanálise. O *social* derivou, de 1966 a 1983, para os *arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados*, constituindo os jogos metafóricos que consubstanciam a epistemologia da AD e instalam seu efeito de unidade. Derivas entre *escuta psicanalítica* e *escuta social*; *escutar* e *explicitar/descrever*; *social* e *arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados*; *social* e *ordinário dos sentidos*: em tais relações significantes configuramos aquilo que pode ser dito na/da disciplina de interpretação chamada Análise de Discurso.

Uma leitura possível para o projeto de Pêcheux se desdobra a partir da articulação entre a *escuta social*, do primeiro texto, à *disciplina de interpretação do ordinário do sentido*, do último texto. Ao longo de sua reflexão, o autor consolida a sustentação desse eixo norteador, a espinha dorsal da teoria do discurso. Pode ser que a premissa aqui sustentada engendre um efeito imaginário de início e fim do empreendimento epistemológico. Na verdade, trata-se de um processo sem início nem fim; é o fazer discursivo, que segue produzindo efeitos até hoje, sempre afetado pelo impossível.

Desde o início do *tempo das grandes construções* (Maldidier, 2003), Pêcheux convoca o materialismo histórico, que substitui “os antigos postulados (empirismo-idealismo do sujeito, empirismo-idealismo da essência) que estão na base, não só do idealismo, mas também do materialismo pré-marxista, por um materialismo histórico-dialético da *práxis*” (Althusser, 2015, p. 190). A tomada de posição materialista, colocando “em causa as evidências da ordem humana como estritamente bio-social” (Pêcheux [1983] 2006, p. 45), institui o caráter científico da teoria, opondo-se à concepção de sujeito como subjetividade concreta, aquele que pensa, diz e faz (Herbert, [1966] 1972). Nem tecnocrática nem humanista; nem objetivista nem subjetivista; nem empirista nem racionalista: a AD nos convoca à assunção de uma posição materialista, que não confunde prática técnica/ideológica com prática teórica.

No texto de 1966, Pêcheux formula a urgência de se pensar em um sistema científico de conceitos articulados pela intervenção do *Aparelho de transformação* sobre a ideologia. Aqui é estabelecido o embrião do quadro epistemológico: Linguística, Psicanálise e História constituem esse Aparelho, que permitirá a construção do almejado objeto científico. Ele detecta que a escuta social deve envolver um certo trabalho com a língua baseado em uma certa concepção de língua. Ainda que timidamente, aí há o comparecimento determinante da Psicanálise, pois, ao falar em *escuta social* em funcionamento no Aparelho de transformação, é decisiva a referência à *escuta psicanalítica*. Conforme Althusser (1979, p. 14, grifos do autor), “Depois de Freud é que começamos a suspeitar do que *quer dizer* o escutar, e portanto o falar (e o calar); e que o ‘quer-dizer’ do falar e do escutar, a profundidade de uma fala *inteiramente diversa*, a fala do inconsciente”. O inconsciente já se marcava na escrita de Pêcheux antes de ser nomeado. Este é o rompimento entre a prática ideológica/empírica e a prática teórica, e tal ruptura se constrói em torno dos significantes *escuta e interpretação*.

Pêcheux ([1983] 2006) apresenta uma análise sobre o acontecimento da eleição de François Mitterrand na França. O enunciado *On a gagné*, metaforizado do esportivo para o político, é relacionado a algumas paráfrases que circulam na imprensa, que materializam o “confronto discursivo sobre a denominação desse acontecimento improvável”, o qual, segundo ele, começou antes mesmo da eleição. São elas: (i) *F. Mitterrand é eleito presidente da República Francesa*; (ii) *A esquerda francesa leva a vitória eleitoral dos presidencialistas*; (iii) *A coalização socialista-comunista se apodera da França*; e (iv) *A esquerda toma o poder na França*. Os enunciados remetem ao mesmo fato, mas não constroem as mesmas significações. A cada paráfrase elaborada, a partícula *On* produz diferentes efeitos de sentido. É nesse *jogo metafórico* característico do processo discursivo que se observa a equivocidade do acontecimento. Aquele que ganha, o que se ganha... as ausências significantes abrem espaço para o trabalho da memória, que, não alheia ao funcio-

namento da ideologia, coloca em confronto diferentes sentidos. Apesar da aparência de estabilidade, certos objetos se cruzam com o equívoco, que somente ganha corpo porque há real – há o impossível que interfere, que se faz presente por seus efeitos, e muda o trajeto dos sentidos, até daqueles que compõem os “mundos normais”.

Com essa análise, calcada no funcionamento léxico-sintático, o ordinário produz novos direcionamentos de sentidos, que rompem com os saberes legitimados e logicamente estabilizados. O olhar para a infraestrutura, negligenciado por Althusser (conforme alerta Pêcheux), permite a prática de uma escuta social nas “formas de existência histórica da individualidade (Pêcheux, [1983] 2006, p. 8). Foi determinante, para a consideração do ordinário, o *início da retificação* do Anexo III (Pêcheux, [1978] 2009). As metáforas no interior da própria prática científica da semântica discursiva direcionam o olhar para a relação entre inconsciente e ideologia, fisgada na resistência, constitutiva da subjetividade, e, portanto, dos processos de significação. A atenção ao ordinário dos sentidos permite a identificação das marcas da resistência naquilo que o Real produz. É neste ponto que a *escuta social* (1966) e a *escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido* (1983), se tocam: só é possível que a AD trabalhe no lugar da interpretação oferecido pelos enunciados, pelas constelações de enunciados, tendo como pressuposto fundamental o fato de que *há real*.

Com esta premissa fundamental, a pesquisa linguística é obrigada a “construir procedimentos [...] capazes de abordar explicitamente o fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (Pêcheux, [1983] 2006, p. 51). Descrever é trabalhar com *o todo do não-todo*, conforme definição de Milner (2012) sobre a língua e a lalíngua. É necessária responsabilidade do analista, que não deve se confundir com a fonte dos sentidos tampouco realizar interpretações quaisquer, desalinhadas da forma material, pois “a descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca necessariamente

em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência” (Pêcheux, [1983] 2006, p. 54-55). Somente é possível fazer AD, da escuta social à disciplina de interpretação, na consideração do Real: esta é a questão de responsabilidade.

A escuta do ordinário dos sentidos é, portanto, produtiva no trabalho com as discursividades da atualidade. Como exemplo, citamos duas pesquisas recentes. Modesto (2021, p. 3) desenvolve uma escuta discursiva “que considere as determinações históricas dos processos de racialização na sua relação com as ‘materialidades do discurso’ (Courtine, 1982)”. É a partir disso que o autor mobiliza uma discussão sobre a formulação sintática *PM confunde X com Y e mata Z (em W)*, regularmente reproduzida no ordinário do discurso jornalístico e que materializam as tensões raciais constitutivas da formação social brasileira, sendo, portanto, a interpelação ideológica sempre racializada. Por sua vez, Grigoletto e De Nardi (2022) analisam entrevistas realizadas com sujeitos nordestinos sobre os modos de dizer o nordeste e o nordestino. A *escuta* é fundamental para o desenvolvimento da análise dos sentidos ordinários, a partir da qual se constitui uma tomada de posição científica que toma o funcionamento material da língua como lugar da reprodução da relação entre memória e resistência.

De 1966 a 1983, duas pontas do arco discursivo se unem, construindo a teoria que des-estrutura as formas de compreender o funcionamento dos processos semânticos, e, portanto, sociais, históricos e ideológicos. A semântica discursiva, ao associar língua, inconsciente e ideologia, traz a incompletude, o equívoco, a falha como constitutivas dos processos semânticos. O caminho para uma prática científica anti-humanista se dá a partir de uma teoria não-subjetiva da subjetividade na observação do ordinário dos sentidos. Esta é a escuta social, a disciplina de interpretação. Assim, a ruptura epistemológica está

em circundar o Real sem negar a sua existência (nem os seus efeitos):
uma questão de responsabilidade.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. De O Capital à Filosofia de Marx. *In*: ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques; MACHÉREY, Pierre. **Ler o Capital**. Volume 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.

GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele. “Orgulho de ser nordestino”. Uma análise dos modos de dizer o sujeito nordestino e os seus modos de subjetivação. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, v. 25, n. 50, p. 99-122, jul./dez. 2022.

HERBERT, Thomas [1966]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. **Tempo brasileiro**, n. 30/31, p. 3-36, jul./dez. 1972.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021.

ORLANDI, Eni. Nota ao leitor. *In*: PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4. ed. Campinas: Pontes. 2006. p. 7-9.

PÊCHEUX, Michel [1983]. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel [1978]. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. p. 269-282.

Evandra et Thiago: Dans l'article *Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale*¹, Herbert/Pêcheux ([1966] 2015a, p. 53) propose l'« écoute sociale » comme une voie de passage des objets idéologiques à une « réappropriation scientifique » de ces objets, en un sens analogue à l'« écoute analytique, de la pratique freudienne ». Quelle est la productivité théorico-analytique de cette formulation sur l'écoute sociale pour nous permettre de réfléchir, en tant qu'analystes du discours, aux objets idéologiques qui se matérialisent dans les différentes discursivités d'aujourd'hui? Et comment la mettre en dialogue avec la discussion de Pêcheux ([1983a] 2015b), dans *Discours: structure ou événement ?*², sur l'écoute de l'ordinaire du sens?

1 Publication originale: HERBERT, Thomas/PÊCHEUX, Michel. *Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et spécialement, de la psychologie sociale. Cahiers pour l'analyse*, v. 2, 1966. p. 174-203.

Traduction brésilienne: HERBERT, Thomas/PÊCHEUX, Michel [1966]. *Reflexões sobre a situação teoria das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social*. Traduction: Mariza Vieira da Silva et Laura A. Perrella Parisi. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015a. p. 21-54.

2 Publication originale: PÊCHEUX, Michel [1983]. *Discourse: structure or event?*. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence. (org.). **Marxism and interpretation of Culture**. Chicago: University of Illinois Press, 1988. p. 633-350.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1983a]. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 7. ed. Traduction: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2015b.

UNE PROPOSITION D'ÉCOUTE DISCURSIVE

Bethania Mariani (UFF–CNPq–FAPERJ)

– Je vous remercie pour la question qui m’a été posée.

Un geste de lecture pour commencer la discussion sur l’expression « écoute sociale » employée par Pêcheux, et les effets théoriques qu’elle implique, doit prendre en considération les conditions de production de la réflexion dans le domaine des Sciences Humaines et Sociales à ce moment-là. La relecture de la pensée de Marx et de Freud est un point d’arrêt indispensable dans les discussions qui ont lieu dans les années 1960 et, dans cette mesure, intègre et engendre une grande partie de ce qu’il est possible de lire dans les reterritorisations de Pêcheux, sur son chemin, dans la formulation de la théorie de l’Analyse du Discours.

Pour ne citer que deux discussions pertinentes de l’époque, il convient de rappeler qu’en 1964, lors d’une table ronde sur les *défis millénaires*, Foucault propose une brève diversion pour parler des techniques d’interprétation, et de l’incontournable point de réflexion à trouver chez Nietzsche, Freud et Marx. Présentant sa critique de la philosophie pratiquée, le texte « Nietzsche, Freud et Marx »¹ rapporte

1 Colloque de Royamond en 1964. Texte publié en 1967, IN Cahiers de Royaumont, t. VI, Paris, Éd. de Minuit, 1967. Au Brésil, une des publications de ce texte a été faite par la maison d’édition Agalma. Pour lire le texte en français (accès en février 2023), je me suis rendu sur le site <http://1libertaire.free.fr/MFoucault121.html>.

les noms de ces trois fondateurs de discursivités, responsables de ruptures avec la tradition rationaliste puisque, après eux, il n'est plus possible de prendre l'homme comme centre, dans une conception de la totalité rationnelle et consciente. Ce sont ces auteurs, maîtres de la mise en suspicion du dire et de l'écouter, qui décentrent les pratiques des disciplines de l'interprétation. Toujours en 1964, Althusser publie *Freud, Lacan* et peu après, en 1965, il organise avec ses étudiants un séminaire de lecture collective intitulé: « Lire le capital ». Dans le texte de 1964, Althusser défend l'importance de la découverte de l'inconscient par Freud et inclut la pertinence de Lacan (qui en était déjà à son onzième séminaire), compte tenu de la rigueur avec laquelle il a lu Freud dans ses fondements théoriques, en faisant une autocritique de sa position antérieure par rapport à la psychanalyse.² Comme je l'ai discuté précédemment (Mariani, 2010; Mariani; Silveira, 2017), ce séminaire conduit à ce qu'Althusser appelle la « lecture symptomale », c'est-à-dire une manière de lire le texte dans ses lacunes, dans ses contradictions, dans ses silences. Althusser arrive à la formulation de cette « lecture symptomale » en s'appuyant sur la lecture que Marx a faite de ses prédécesseurs. C'est dans le livre *Lire le capital* que Pêcheux (1990, p. 45, souligné par nous) reprend la citation d'Althusser:

C'est après Freud que nous avons commencé à suspecter ce que veut dire écouter, et donc parler (et se taire) : que ce « veut dire » de parler et d'écouter découvre, sous l'innocence de la parole et de l'écoute, la profondeur déterminée d'un double fond, le « veut dire » du discours de l'inconscient—ce double fond dans lequel la linguistique moderne,

2 En 1963, dans un article intitulé « Philosophie et sciences humaines », publié dans la Revue de l'Enseignement Philosophique, Althusser valorise la manière dont Lacan lit Freud : « Marx a fondé sa théorie sur le rejet du mythe de *l'homme economicus*. Freud a fondé sa théorie sur le rejet du mythe de *l'homme psychologicus*. Lacan a vu et compris la rupture libératrice de Freud. Il l'a comprise dans le sens plein du terme, la prenant au mot de sa rigueur, et la forçant à produire sans trêve ni concession, ses propres conséquences. Il peut, comme chacun, errer dans les détails, voire dans le choix de repères philosophiques: on lui doit *l'essentiel* » (Althusser, [1963] 1988).

dans les mécanismes du langage, pense les effets et les conditions formels.

La façon dont j'ai réfléchi à la présence de l'écoute dans les disciplines de l'interprétation, comme je l'ai souligné, trouve des indices dans la façon dont Paul Henry (1990), dans un article sur la fondation du champ de l'Analyse du Discours, discute les idées qui circulaient à l'époque. Ce qui, malgré les profondes divergences, réunit en quelque sorte Foucault, Althusser, Freud, Lacan et Pêcheux dans ce moment théorique des années 1960, dans ce retour aux textes fondateurs de leurs champs de savoir, ce sont des discussions fortes sur le sujet et le langage, sur l'inachèvement et la non-clôture des interprétations, sur la perte de l'innocence face à la parole, à la lecture, à l'écriture et à l'écoute.

Le terme « écoute » dans l'expression « écoute sociale », proposée par Herbert-Pêcheux en 1964, lorsqu'il est inséré dans cette circulation d'idées, résonne sur un fond double et aussi contradictoire, car le sujet est divisé et interpellé. Celui qui écoute doit tenir compte de l'échec du volontarisme conscient à (si) assurer des significations à ce que (qu'on) dit. Dans l'échec apparent du volontarisme du vouloir dire, on peut écouter le bien dire du sujet ébranlé par une autre vérité sous la forme d'un rêve, d'un lapsus, d'une blague. Ou bien on peut écouter le symptôme qui gêne le sujet : un mot non dit ou un mot dur, rigide de significations, de significations qui ne sont pas disloquées, pas divisées. Quelque chose peut toujours et de façon inattendue faire irruption—ça parle -, ébranlant la fiction que le sujet s'est construite sur lui-même. Que fait la psychanalyse? Elle écoute l'articulation du signifiant et l'accueille. Elle ponctue. Elle coupe. Elle équivoque. Elle ne remplit ni ne bouche les trous. Elle attend. Elle travaille avec et dans le silence. L'écoute psychanalytique ne donne donc pas de sens. C'est là que réside l'éthique du psychanalyste.

Il convient de rappeler Lacan qui, en 1960, déclarait

[...] chose paradoxale, curieuse—mais il est impossible d’inscrire l’expérience analytique autrement—la raison, le discours, l’articulation signifiante comme telle, est là à l’entrée, ab ovo, elle est là à l’état inconscient, avant la naissance de tout ce qui se réfère à l’expérience humaine, elle est là dissimulée, inconnue, non dominée, sans que celui-là même qui en est le support en ait conscience (Lacan, [1959-1960] 1986, p. 255).³

Il est important de dire que l’écoute psychanalytique accueille une écoute constituée dans une situation de transfert en séances analytiques. Ce n’est pas le cas de l’écoute en Analyse du discours.

Comme je l’ai déjà dit (Mariani, 2021), le signifiant écouter chez Pêcheux apparaît plus d’une fois. Dans les textes signés par Thomas Herbert, nous trouvons « écoute sociale ». Dans le texte de 1982, avec J. Léon, S. Bonnafous et J. Marandin, le signifiant « écouter » réapparaît, cette fois explicitement à partir d’Althusser, quand celui-ci dira que c’est après Freud que l’on commence à soupçonner que ce qu’écouter, donc ce que parler, et se taire veut dire—le vouloir dire du discours inconscient, c’est-à-dire de la position du sujet dans la fantaisie.

C’est à partir de cette position fantasmatique que le sujet marque sa présence, ouvrant des brèches dans les rituels sociaux avec ses apparents points de stabilité dans la parole. Revenant à De Certeau, chez Pêcheux, écouter c’est comprendre ces discursivités qui émergent comme des formes de résistance, souvent silencieuses, « de l’urgence aux prises avec les mécanismes de la survie... », de la nécessité « de se mettre à l’écoute des circulations quotidiennes, prises dans l’ordinaire du sens. » (Pêcheux, [1983] 1990). On analyse ensuite « les espaces discursifs logiquement stabilisés », les formes des « urgences pragmatiques » et les systèmes de coercition que le « monde sémantiquement

3 Note de la traductrice: cette citation a été traduite depuis la traduction portugaise, car il n’a pas été possible de trouver l’original.

normal », ou plutôt normé, prend au fur et à mesure que les rapports de pouvoir se (ré)organisent (Pêcheux, [1983] 1990).⁴

Dans l'Analyse du discours, le geste d'écoute de l'analyste, tel que je le conçois, est très spécifique, mais il n'est pas sans rapport avec l'écoute psychanalytique. Nous continuons à théoriser et à analyser, dans un rythme toujours agité. Nous ne fermons pas nos interprétations. Il y a une éthique dans la pratique de l'analyste du discours.

Nous sommes toujours attentifs aux bruits de la langue, non seulement aux significations hégémoniques et institutionnalisées, mais surtout aux paroles socialement réduites au silence, aux processus de production de significations qui ont été effacées ou qui n'ont pas encore été pleinement configurées. Les urgences... Je m'intéresse aux dire urgents qui surgissent dans la vie quotidienne des sens, constituant ce que j'ai appelé le *témoignage de la révolte* (Mariani, 2021), et qui ont besoin d'être écoutés.

Je peux dire que l'Analyse du discours, en tant que réflexion théorique et pratique analytique, palpite en questionnements devant ses objets d'analyse; elle revient de manière critique sur elle-même pour avancer, et crée des mécanismes de résistance, à partir de la théorie elle-même, contre toute forme de soumission, que ce soit aux formalismes, aux psychologismes, aux colonialismes les plus variés, bref, contre toute forme de servitude. Voilà notre travail. Tel est l'étendard, qui est un étendard théorique avec une praxis qui se manifeste dans son large éventail d'analyses. Un étendard éthique, ancré dans le désir de l'analyste du discours. Nous analysons aussi bien les processus institutionnels qui gèrent les injonctions idéologiques, promouvant des processus de signification hégémoniques, que d'autres corpus de discursivités, ceux qui s'adressent au dissonant, à ce qui ne se laisse pas appréhender, travaillant dans les marges, dans l'équivocité des sens.

4 Note de la traductrice: Citation extraite de l'œuvre originale. Disponible à l'adresse suivante : https://www.persee.fr/doc/drlav_0754-9296_1982_num_27_1_979

Écouter les circulations quotidiennes dans cette banalité des sens, c'est aussi écouter leurs restes énigmatiques et lacunaires, qui marquent la présence des effets de l'inconscient dans le social et l'histoire.

Cette présence de l'inconscient dans le social, qui fait irruption et rompt avec le logiquement stabilisé des mailles de l'ordinaire des sens, des sens attendus, trouve sa matérialité dans ce que j'ai appelé les *grains d'énonciation*. Cette expression, grains d'énonciation, je la reprends à Pêcheux et Fuchs ([1975] 1990) pour la reterritorialiser dans le geste d'écoute des petites politiques de résistance ou de révolte qui font irruption de façon urgente dans le sujet à des moments précis de sa vie quotidienne.

En résumé, et en reprenant ce que j'ai formulé précédemment (Mariani, 2021), ce que je propose—et ce n'est pas une formulation définitive—comme écoute discursive du social est configuré comme un déplacement par rapport à l'expression « écoute sociale ». Je m'intéresse à la mise en évidence de l'instant où la paraphrase et la polysémie se rencontrent dans le grain de l'énonciation. Il ne s'agit plus de dire la même chose de l'ordinaire des sens, le sujet se déplace inexorablement vers un autre sens, dans le frottement de la polysémie poussant la paraphrase. Un reste à dire qui s'interrompt comme une révolte, comme une différence qui s'inscrit de façon inattendue dans l'ordinaire du sens.

Le sujet libère sa voix sans réfléchir une seconde à la confrontation avec quelque chose qui le confronte au malaise social, comme je l'ai analysé (Mariani, 2021). Il s'agit d'une écoute de la matérialité discursive dans l'enchevêtrement momentané et fugace du langage avec l'inconscient et l'idéologie.

Une écoute discursive est une proposition qui s'ouvre au réel, à l'inactuel du quotidien des savoirs discursifs stabilisés. Je pense donc à l'écoute discursive comme possibilité d'une écoute du sujet en mouvement (et en révolte) dans la société, une écoute de la politique des sens

divisés dans la contradiction sociale et, bien sûr, en mouvement dans l'histoire⁵.

Alors, écouter discursivement serait analyser entre ces grains d'énonciation qui se marquent dans un élan d'un dire-faire une petite politique des sens, sous certaines conditions de production.

RÉFÉRENCES

ALTHUSSER, Louis [1963]. Philosophie et sciences humaines. *In*: ALTHUSSER, Louis. **La solitude de Machiavel**. Paris: PUF, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud e Marx**. Theatrum Filosoficum. Tradução de Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípio Editora, 1997.

LACAN, Jacques. **O Seminário 7—A ética na psicanálise (1959-1960)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. p. 254-286.

MARIANI, Bethania. Textos e conceitos fundadores de Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan. **Alfa**, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 113-127, 2010.

MARIANI, Bethania; ALMEIDA, Eliana. Entre Pêcheux, Althusser e Lacan: uma carta sempre chega ao seu destino? *In*: SOUZA, Lucília Maria Abrahão; GARCIA, Dantielli Assumpção. (org.). **Ler Althusser hoje**. São Carlos: Edufscar, 2017. p. 169-186.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. Discurso urbano e enigmas no Rio de Janeiro: pichações, grafites, decalques. **Rua** [online], Campinas, Edição Especial, 2014. p. 127-143.

5 En poursuivant par d'autres chemins, en pensant au sujet urbain et en reprenant les réflexions de Lacan sur la ville de Baltimore, je l'ai déjà dit dans un autre moment : « [...] on peut comprendre la ville comme un lieu symbolique doté d'une grammaire propre qui n'est pas toujours visible: des règles urbanistiques et administratives régissent son fonctionnement en même temps qu'une autre logique, propre et non entièrement visible, vient briser les attendus de l'urbanisme en suscitant des flux imprévus de subjectivations qui s'y inscrivent. [...] En d'autres termes, Baltimore et l'inconscient fonctionnent de manière analogue dans le battement de la synchronicité, dans la simultanéité des rapports entre l'espace et le temps qui, s'ils donnent à lire [écouter] un texte, ils permettent d'entrevoir la présence du sujet là où il n'est pas prévu par les règles urbanistiques : des sujets qui de manière ponctuelle, éphémère et en mouvement permanent, ne se laissent pas appréhender dans leur errance de tentatives d'inscription du signifiant au signifié dans les murs de la ville. » (Mariani; Medeiros, 2014, avec un ajout entre parenthèses au texte initial fait maintenant en 2023).

MARIANI, Bethania. **Testemunhos de resistência e de revolta**. Campinas: Pontes, 2021.

PÊCHEUX, Michel [1969]. As Ciências Humanas e o “Momento Atual”. *In*: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 175-202.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. [1975] A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução a obra de M. Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel [1983]. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

L'ÉCOUTE SOCIALE, DISCIPLINE D'INTERPRÉTATION: UNE QUESTION DE RESPONSABILITÉ

Luciana Iost Vinhas (UFRGS)

La note 5 du texte *Le discours: structure ou événement?* donne une définition précieuse et succincte de l'analyse du discours (AD). Pour Pêcheux ([1983] 2006), la tâche des analystes du discours consiste à expliquer et à décrire des assemblages—des arrangements socio-historiques de constellations d'énoncés. De la simplicité de l'énoncé se dégage la grandeur de l'entreprise épistémologique engendrée par Michel Pêcheux et ses compagnons de travail entre la fin des années 1960 et le début des années 1980. L'opacité des éléments de l'énoncé matérialise la complexité de la science de l'entre-deux née de l'alliance entre différents champs de connaissance, dont l'identification théorique fondée sur le matérialisme historique a permis d'établir une rupture épistémologique au sein des sciences humaines. Paraphrasant Orlandi (2006), l'AD est la science de la réflexion dans l'entre-deux.

Pour aborder la productivité de l'« écoute sociale » dans les discursivités actuelles en relation avec la théorisation de l'ordinaire du sens, nous commençons par revenir au texte de 1966. Dans *Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale*, Herbert/Pêcheux envisage le développement d'une « écoute sociale », donnant le feu vert à la construction de la discipline dont le but

est d'écouter le social à travers une prise de position non subjective, alliée, dès l'origine, à la psychanalyse. De 1966 à 1983, le *social* a dérivé vers *les arrangements socio-historiques des constellations d'énoncés*, constituant les jeux métaphoriques qui consubstantialisent l'épistémologie de l'AD et installent son effet d'unité. Dérives entre *écoute psychanalytique et écoute sociale; écoute et explicitation/description; arrangements sociaux et socio-historiques des constellations d'énoncés; social et ordinaire des sens*: dans de telles relations signifiantes, nous configurons ce qui peut être dit dans/de la discipline d'interprétation appelée Analyse du discours.

Une lecture possible du projet de Pêcheux se déploie de l'articulation entre l'*écoute sociale*, du premier texte, à *la discipline d'interprétation de l'ordinaire du sens*, du dernier texte. Tout au long de sa réflexion, l'auteur consolide l'appui de cet axe directeur, épine dorsale de la théorie du discours. Il se peut que la prémisse soutenue ici engendre un effet imaginaire de début et de fin de l'entreprise épistémologique. En fait, il s'agit d'un processus sans début ni fin; c'est le faire discursif, qui continue à produire des effets jusqu'aujourd'hui, toujours affecté par l'impossible.

Depuis *le début du temps des grandes constructions* (Maldidier, 2003), Pêcheux convoque le matérialisme historique, qui remplace « les anciens postulats (empirisme-idéalisme du sujet, empirisme-idéalisme de l'essence) qui sont à la base, non seulement l'idéalisme, mais aussi le matérialisme prémarxiste, par un matérialisme dialectique-historique de la *praxis* » (Althusser, 2015, p. 190)¹. La prise de position matérialiste, en mettant « en question l'évidence de l'ordre humain comme strictement bio-social » (Pêcheux [1983] 2006, p. 45)², établit le caractère scientifique de la théorie, en s'opposant à la conception du sujet comme subjectivité concrète, celle qui pense, dit et fait (Herbert, [1966]

1 Note de la traductrice: Citation extraite de l'œuvre originale Althusser (1963 [1980], pages 235-236).

2 Note de la traductrice: cette citation a été traduite depuis la traduction portugaise, car il n'a pas été possible de trouver l'original.

1972). Ni technocratique, ni humaniste; ni objectiviste, ni subjectiviste; ni empiriste, ni rationaliste: l'AD nous appelle à l'assomption d'une position matérialiste, qui ne confond pas la pratique technique/idéologique avec la pratique théorique.

Dans le texte de 1966, Pêcheux formule l'urgence de penser un système scientifique de concepts articulés par l'intervention de l'*Appareil de transformation* sur l'idéologie. L'embryon du cadre épistémologique est ici établi: La linguistique, la psychanalyse et l'histoire constituent cet appareil, qui permettra la construction de l'objet scientifique souhaité. Il perçoit que l'écoute sociale doit passer par un certain travail sur le langage à partir d'une certaine conception du langage. La psychanalyse, bien que timidement, fait ici une apparition décisive, car lorsqu'on parle de l'*écoute sociale* à l'œuvre dans l'Appareil de transformation, la référence à l'*écoute psychanalytique* est déterminante. Selon Althusser (1979, p. 14, souligné par l'auteur)³, « après Freud, on commence à soupçonner ce que signifie écouter, et donc parler (et se taire) ; et que le « sens » de parler et d'écouter est la profondeur d'un *tout autre discours*, le discours de l'inconscient. » L'inconscient était déjà marqué dans les textes de Pêcheux avant d'être nommé. Il s'agit de la rupture entre la pratique idéologique/empirique et la pratique théorique, et cette rupture se construit autour des signifiants *écoute* et *interprétation*.

Pêcheux ([1983] 2006) présente une analyse de l'événement de l'élection de François Mitterrand en France. L'énonciation *On a gagné*, métaphorisée du sportif au politique, est liée à quelques paraphrases circulant dans la presse, qui matérialisent la « confrontation discursive sur la dénomination de cet événement improbable », qui, selon lui, a commencé avant même l'élection. Il s'agit de (i) *F. Mitterrand est élu président de la République française*; (ii) *La gauche française remporte la victoire électorale des candidats à la présidence*; (iii) *La coali-*

3 Note de la traductrice: cette citation a été traduite depuis la traduction portugaise, car il n'a pas été possible de trouver l'original.

tion socialiste-communiste prend le pouvoir en France; et (iv) La gauche prend le pouvoir en France. Les énoncés se réfèrent au même fait, mais ne construisent pas les mêmes significations. Dans chaque paraphrase élaborée, la particule *On* produit des effets de sens différents. C'est dans ce *jeu métaphorique* caractéristique du processus discursif que s'observe l'équivocité de l'événement. Ce qui gagne, ce qui est gagné... les absences signifiantes ouvrent l'espace au travail de la mémoire qui, non sans lien avec le fonctionnement de l'idéologie, confronte des significations différentes. Malgré l'apparence de stabilité, certains objets traversent l'équivoque, qui ne prend corps que parce qu'il y a du réel – il y a de l'impossible qui interfère, qui se rend présent par ses effets, et change le cours des significations, même de celles qui composent les « mondes normaux ».

Avec cette analyse, basée sur le fonctionnement lexico-syntaxique, l'ordinaire produit de nouvelles directions de sens, qui rompent avec le savoir légitimé et logiquement stabilisé. Le regard sur l'infrastructure, négligé par Althusser (comme mis en garde par Pêcheux), permet la pratique d'une écoute sociale dans les « formes d'existence historique de l'individualité » (Pêcheux, [1983] 2006, p. 8)⁴. Il a été déterminant, pour la prise en compte de l'ordinaire, le *début de la rectification* de l'Annexe III (Pêcheux, [1978] 2009). Les métaphores au sein même de la pratique scientifique de la sémantique discursive orientent le regard vers la relation entre inconscient et idéologie, accrochée à la résistance, constitutive de la subjectivité, et donc des processus de signification. L'attention portée à l'ordinaire des significations permet d'identifier les marques de résistance dans ce que produit le Réel. C'est à ce point que *l'écoute sociale* (1966) et *l'écoute des mouvements quotidiens, pris dans l'ordinaire du sens* (1983), se rejoignent: il n'est possible à l'AD de travailler dans le lieu d'interprétation offert par les énoncés,

4 Note de la traductrice: cette citation a été traduite depuis la traduction portugaise, car il n'a pas été possible de trouver l'original.

par les constellations d'énoncés, qu'en ayant comme hypothèse fondamentale le fait qu'*il y a un réel*.

Avec cette prémisse essentielle, la recherche linguistique est obligée de « construire des procédures [...] capables d'aborder explicitement le fait linguistique de l'équivoque comme un fait structurel impliqué par l'ordre du symbolique. » (Pêcheux, [1983] 2006, p. 51). Décrire, c'est travailler avec le tout du pas-tout, comme le définit Milner (2012) à propos du langage et du lalangue. C'est une responsabilité nécessaire de l'analyste, qui ne doit pas se confondre avec la source des significations ni effectuer d'interprétations, décalées par rapport à la forme matérielle, car « la description d'un énoncé ou d'une séquence met nécessairement en jeu (par la détection des places vides, des ellipses, des négations et interrogations, des formes multiples du discours rapporté...) le discours-autre comme espace de lecture virtuel de cet énoncé ou de cette séquence » (Pêcheux, [1983] 2006, p. 54-55)⁵. Il n'est possible de faire de l'AD, de l'écoute sociale à la discipline de l'interprétation, que dans la prise en compte du Réel: c'est la question de la responsabilité.

L'écoute de l'ordinaire des sens est donc productive dans le travail sur les discursivités actuelles. A titre d'exemple, nous citons deux recherches récentes. Modesto (2021, p. 3) développe une écoute discursive qui « considère les déterminations historiques des processus de racialisation dans leur rapport aux 'matérialités du discours' (Courtine, 1982). » C'est à partir de là que l'auteur mobilise une discussion sur la formulation syntaxique *PM (la la police militaire) confond X avec Y et tue Z (en W)*, régulièrement reproduite dans l'ordinaire du discours journalistique et qui matérialise les tensions raciales constitutives de la formation sociale brésilienne, étant, par conséquent, l'interpellation idéologique toujours racialisée. De leur côté, Grigoletto et De Nardi (2022) analysent des entretiens menés avec des sujets du nord-

5 Note de la traductrice: cette citation a été traduite depuis la traduction portugaise, car il n'a pas été possible de trouver l'original

est sur les façons de dire le nord-est et le nord-estrien. *L'écoute* est fondamentale pour le développement de l'analyse des significations ordinaires, à partir de laquelle se constitue une position scientifique qui prend le fonctionnement matériel de la langue comme lieu de reproduction du rapport entre mémoire et résistance.

De 1966 à 1983, les deux extrémités de l'arc discursif se rejoignent, construisant une théorie qui déstructure les manières de comprendre le fonctionnement des processus sémantiques, et donc sociaux, historiques et idéologiques. La sémantique discursive, en associant langue, inconscient et idéologie, fait apparaître l'incomplétude, l'équivoque et l'échec comme constitutifs des processus sémantiques. La voie vers une pratique scientifique antihumaniste se fonde sur une théorie non subjective de la subjectivité dans l'observation de l'ordinaire des sens. C'est l'écoute sociale, la discipline de l'interprétation. Ainsi, la rupture épistémologique consiste à cerner le Réel sans en nier l'existence (ni les effets): une question de responsabilité.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. De O Capital à Filosofia de Marx. In: ALTHUSSER, Louis; RANCIÈRE, Jacques; MACHÉREY, Pierre. **Ler o Capital**. Volume 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.

GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele. "Orgulho de ser nordestino". Uma análise dos modos de dizer o sujeito nordestino e os seus modos de subjetivação. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, v. 25, n. 50, p. 99-122, jul./dez. 2022.

HERBERT, Thomas [1966]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. **Tempo brasileiro**, n. 30/31, p. 3-36, jul./dez. 1972.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021.

ORLANDI, Eni. Nota ao leitor. *In*: PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006. p. 7-9.

PÊCHEUX, Michel [1983]. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel [1987]. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. p. 269-282.

Evandra e Thiago: No artigo *Observações para uma teoria geral das ideologias*¹, Pêcheux ([1968] 1995), sob o pseudônimo de Thomas Herbert, discute as ideologias como sendo de tipo A e de tipo B. Em *Semântica e discurso*, já com a assinatura de Pêcheux ([1975] 2014a), o autor aborda a Ideologia (omni-histórica), a ideologia dominante e as ideologias dominadas. Como, hoje, é possível articular as reflexões feitas no artigo *Observações para uma teoria geral das ideologias* com as discussões construídas ao longo do *Semântica e discurso*²? Como se dá esse percurso da abordagem da ideologia na obra de Pêcheux? A ideologia ainda merece que lutemos por ela? Qual seu papel e importância no trabalho analítico, considerando as atuais condições de produção da pesquisa em AD no Brasil?

1 Publicação original: HERBERT, Thomas/PÊCHEUX, Michel. Remarques pour une théorie générale des idéologies. *Cahier pour l'analyse*, v. 9, 1968. p. 74-92.

Tradução brasileira: HERBERT, Thomas/PÊCHEUX, Michel [1968]. Observações para uma teoria geral das ideologias. *Rua*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 63-89, 1995. DOI: 10.20396/rua.v1i1.8638926. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638926>. Acesso em: 9 out. 2022.

2 Publicação original: PÊCHEUX, Michel. *Les vérités de la palice*. Paris: Maspero, 1975.

Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel [1975]. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. Campinas: Pontes Editores, 2014a.

A IDEOLOGIA AINDA MERECE QUE LUTEMOS POR ELA?

Freda Indursky (UFRGS)

Anos atrás, em um dos encontros do SEAD, questionei se a *Formação Discursiva* ainda merecia que lutássemos por ela (Indursky, 2007). Agora, vou interrogar algo que a antecede, a *ideologia*. Para isso, além de *Observações para uma teoria geral das ideologias* (doravante *Observações*) ([1967] 1995), e de *Semântica e Discurso* ([1975] 1988), textos indicados pelos organizadores, vou passar rapidamente por Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social, (doravante *Reflexões*) ([1966] 2011), pois é nesse artigo que Pêcheux inicia suas reflexões sobre ideologia. Esses dois artigos – *Observações e Reflexões* – foram assinados por Thomas Herbert, pseudônimo usado por Pêcheux, naquele período.

De *Reflexões*, trago as noções de *prática* e seus desdobramentos, as quais apontam para as condições de produção da divisão do trabalho, àquela época. *Prática* é “todo processo de transformação de uma matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por trabalho humano, utilizando meios de produção determinados” (p. 24); a) *prática técnica*: “transformação de matérias primas [...] em produtos técnicos, por meio de instrumentos de produção determinados” (p. 24); b) *prática política*: “transformação de relações sociais dadas em novas relações sociais, produzidas por meio de instru-

mentos políticos” (p. 24); c) *prática ideológica*: “transformação de uma “consciência” em uma nova “consciência” por meio de reflexão sobre si própria” (p. 24-25); d) *prática teórica*: “transformação de um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho conceitual determinado [...] “corte epistemológico”” (p. 25); e) *prática social*: “o conjunto complexo de práticas indeterminadas, no interior de um todo social dado” (p. 25). Esse complexo de práticas indica a “organização complexa das forças de produção (instrumentos de produção e forças produtivas) e as relações de produção (formas de relações sociais entre produtores)” (Herbert, [1966] 2011, p. 25). A *prática social* se organiza em três eixos verticais (prática empírica, prática ideológica e prática teórica) e em dois eixos horizontais A (*prática técnica*) e B (*prática política*): “Os conteúdos ideológicos existem [...] em continuidade com as práticas técnica e política” (Herbert, [1966] 2011, p. 28), ocorrendo em função das condições de produção da formação social em uma época determinada.

Já a matéria prima a ser transformada pela prática política são as relações sociais entre os homens. O autor passa a observar o “grande palco da prática social” (p. 38) de onde emanam as *demandas*, pontuando que “o instrumento de transformação da prática política é o *discurso*, como sistema articulado que remete à prática social complexa” (p. 35), de modo que “a prática política tem por função transformar as relações sociais reformulando a demanda social [demanda é também comanda] [...] por meio de um discurso” (p. 35). Ou seja: é no interior da prática política que a *comanda social* se formula. “A prática política tem por função transformar as relações sociais no interior da prática social preservando, “sem modificações, a estrutura global” e “recalçando no sujeito a realização-irrealizável da comanda”. Esse é o poder do trabalho da ideologia. (Herbert, [1966] 2011, p. 34-39, destaques são meus).

Já em *Observações*, Herbert ([1968] 1995) retoma *as ideologias de tipo A*, que envolvem *técnicas empíricas* e apresentam uma resis-

tência local, e *as ideologias de tipo B*, que mobilizam a *prática política* cuja resistência está ligada à estrutura da sociedade, para deter-se sobre essa dupla resistência, suas causas e consequências. Esse princípio da dualidade indica que a ideologia funciona segundo duas modalidades, a saber: uma delas dominante no interior de uma forma ideológica dada: a dominância metafórica semântica ou a dominância metonímica sintática. Na *ideologia de tipo A*, *as técnicas empíricas* consistem em um sistema de marcas que envolve gestos e falas que recortam a “realidade” em elementos sintagmáticos separáveis. Já na *ideologia de tipo B*, *as práticas políticas* são um sistema de operações que envolvem instituições e discursos, o qual contém as leis de combinação de elementos sintagmáticos. Esses processos ideológicos são inconscientes, nos quais o *efeito metafórico*, enquanto *articulação vertical*, se combina com o *efeito metonímico*, em sua *articulação horizontal*, e atravessam a formação social (Herbert, [1968] 1995, p. 65-77, destaques são meus).

Em ambos os artigos, há elementos provenientes do Materialismo Histórico e da Psicanálise. Ou seja: desde o início, estava traçado o percurso teórico que Pêcheux seguiria. Neles, encontram-se algumas formulações que serão retomadas com reformulações, enquanto outras serão criticadas em *Semântica e discurso* (Pêcheux, [1975] 1988), obra central da *Teoria Materialista da Análise do Discurso*. Na seção 4 – *Sujeito, centro, sentido* (II capítulo), Pêcheux aponta seus acertos e tropeços em *Observações*. Cita como tropeços a oposição entre uma *ideologia empírica, metáfora e semântica*, e uma *ideologia especulativa, metonímia e sintaxe*: “Uma formulação confusa do sistema acoplado de dois mecanismos: encaixe/articulação”. E aprofunda sua autocrítica: “a verdadeira raiz desse erro se encontra [...] no desconhecimento da luta de classes [...] e na ausência do conceito de *contradição* [...], na “descrição dos processos ideológicos empíricos e especulativos” (p. 131). Neles, “encontram-se apenas *oposições, diferenças* que expressam a complexidade da *dupla face* da relação de forças produtivas/relações de produção” (p. 131). Tratava-se de “*um esboço (incerto e incompleto)*

de uma teoria não-subjetivista da subjetividade [...]” (p. 133), e conclui: “o terreno que atingimos [...] deve permitir-nos fundar *a teoria (materialista) dos processos discursivos...*” (Pêcheux, [1975] 1988, p. 134, destaques meus).

Passemos, pois, à *Semântica e discurso*. Na seção *Língua e ideologia* (II capítulo), pode-se observar como o autor redireciona sua reflexão sobre *ideologia*, frente a alguns funcionamentos linguísticos – *referência, determinação, enunciação* – como funcionamentos discursivos, que indicam que a língua goza de uma autonomia relativa:

[...] esses elementos [...] pertencem à região de articulação da Linguística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos que é parte da ciência das formações sociais: o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto não se pode concluir [...] que esses personagens tenham o *mesmo discurso*: a língua se apresenta como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados [...] (Pêcheux, [1975] 1988 p. 91, destaques meus).

Na seção 1 do Cap. III – *Discurso e ideologia(s)*, Pêcheux sublinha que o trabalho com uma *teoria materialista do discurso* impõe refletir sobre as condições *ideológicas da reprodução/trans formação das relações de produção* que, associadas a fatores econômicos, condicionam a reprodução/trans formação das relações de produção de uma formação social. Se, por um lado, “a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto”, por outro lado, a Ideologia não “se impõe de maneira igual e homogênea à sociedade” (p. 144), como se fosse “um espaço anterior à luta de classes” (p. 144). Nesse ponto, mobiliza os Aparelhos Ideológicos de Estado de Althusser (doravante AIE), sublinhando que eles “não são puro instrumento da classe dominan-

te, mas o palco da ideologia dominante” (p. 145) que se constitui “simultânea e contraditoriamente no lugar e nas condições ideológicas da transformação das relações de produção” (p. 145). Os AIE constituem um “conjunto complexo”, atravessados por “relações de contradição-desigualdade-subordinação”. É pela instalação dos AIE, nos quais a ideologia da classe dominante é realizada, que ela se torna dominante (Pêcheux, [1975] 1988, p. 143-145). E é no interior dos AIE que se trava a luta de classes cujas relações são de desigualdade/subordinação.

Pêcheux produz mais uma transformação em sua teorização: a grande instância ideológica, de que havia se ocupado nos dois artigos anteriores, só existe sob a forma de *Formações ideológicas* (referidas aos AIE), as quais *comportam posições de classe que não são simétricas entre si*.

A concepção de Ideologias de tipo A ou B deixam de ser assim nomeadas, pois essa distinção deixa de ser funcional, tendo sido incorporada ao funcionamento das *formações ideológicas*: essas formações podem ser de diferentes tipos, e vemos isso ao longo do capítulo IV. E, entre as diferentes Formações ideológicas, encontram-se as de cunho político, técnico e científico. Essas formações ideológicas formam um conjunto complexo com dominante. Como se vê, o conjunto de práticas que representam o estado de desenvolvimento de uma formação social vai ser absorvido pelo complexo com dominante das Formações Ideológicas.

Pêcheux trouxe igualmente duas teses essenciais de Althusser: 1) *Só há prática através de e sob uma ideologia*; 2) *Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos*. (Pêcheux, [1975] 1988, p. 144-149, destaques meus).

Com a primeira tese, Pêcheux sintetizou sua reflexão sobre as práticas e a segunda deu direção à questão da *demanda/comanda*, presente em *Reflexões*: para que haja uma demanda, é preciso que haja sujeitos de uma demanda e sujeitos que realizem a comanda, como apareceu

na análise que fiz a propósito do discurso de Lula, horas antes que ele se entregasse à Polícia Federal (Indursky, 2019)¹.

Ao mesmo tempo, essa segunda tese abre caminho para teorizar a noção de sujeito em AD, produzida na seção 2 desse cap. III: “*a constituição do sentido junta-se à constituição do sujeito, no interior da tese central, na figura da interpelação*” (Pêcheux, [1975] 1988, p. 154). Trata-se do vínculo entre o “sujeito de direito” (relação contratual com outros sujeitos de direito, seus iguais) e o sujeito ideológico (aquele que diz “sou eu” ao falar de si). Esse teatro teórico da interpelação, ao apontar a discrepância entre “indivíduo” e “sujeito”, mostra o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: *o não-sujeito/o indivíduo é interpelado-constituído em sujeito pela ideologia* (Pêcheux, [1975] 1988, p.153-155).

Essa reflexão sobre a interpelação do sujeito vai conduzir, na seção 3, à *teorização da forma-sujeito do discurso, ao sentido e às Formações Discursivas que projetam no discurso as Formações Ideológicas*, dando uma direção aos sentidos.

Interrompo a leitura do percurso realizado por Pêcheux, mas não antes de observar que as Formações Discursivas são heterogêneas, com fronteiras porosas que se deixam penetrar por discursos-outros, indicando a divisão dos sujeitos e a movimentação dos sentidos.

A seguir, passo a fazer algumas reflexões sobre o papel da ideologia no trabalho de análise do discurso, em nossos dias. Muitos já se apressaram a declarar o fim das ideologias, em função da queda do muro de Berlim e do fim da União Soviética. De lá para cá, novos conflitos não cessam de surgir, os quais, ao serem discursivizados, colocam em movimento relações de diferença, divergência e contradição que permitem observar quais formações ideológicas e que posições-sujeito são mobilizadas, as quais expressam um momento determi-

1 INDURSKY, Freda. Discurso, mídias e formas de resistência. In: FLORES. G. B *et al* (org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. v. 4. Campinas: Pontes, 2019.

nado de uma formação social dada. Ou seja: se desejamos trabalhar com *Análise Materialista de Discurso*, é impossível não levar em consideração noções como *condições de produção, formações ideológicas, formações discursivas, luta de classes, identificação ideológica, diferentes tomadas de posição*, entre outras.

Pêcheux, em sua época, ficou fascinado pelos avanços tecnológicos que conduziram ao desenvolvimento dos computadores, o que o levou a pensar inicialmente em uma análise automática do discurso, que não prosperou, mas, em contrapartida, passados alguns anos, a tecnologia abriu espaços, até então inimagináveis. Com o surgimento da rede mundial de computadores (*www*), a *internet*, os algoritmos e o *Wi-Fi*, novos horizontes se abriram, produzindo um impacto imenso nos modos de produção/circulação, em todas as áreas.

O modo como o discurso é produzido e como circula atualmente mudou radicalmente, afetando o modo de vida e as condições de produção de todas as práticas, seja como o conhecimento é produzido e circula; como o trabalho se desenvolve em redes e, não poderia ser diferente, as relações sociais também foram fortemente afetadas. Essas novas condições de produção se fazem notar no modo como se estuda, no modo como os sujeitos se informam e trabalham, no modo como a medicina é praticada, ou, ainda, no modo como se faz política. Mas todas essas mudanças não implicam o fim das ideologias. Pelo contrário. Poder-se-á apontar que o modo como a luta de classes se trava mudou, mas não será possível defender que não haja mais luta de classes.

As novas condições para produzir análise de discurso foram igualmente afetadas, mas o corpo teórico continua válido, desde que se atente para as mudanças que estão se instaurando em nossa formação social. Vale dizer: as condições de produção mudaram e precisam ser levadas em conta pelo trabalho dos analistas de discurso.

REFERÊNCIAS

HERBERT, Thomas [1966]. Reflexões sobre a situação teoria das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. Tradução: Mariza Vieira da Silva e Laura A. Perrella Parisi. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 21-54.

HERBERT, Thomas [1968]. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Rua**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 63-89, 1995. DOI: 10.20396/rua.v1i1.8638926. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638926>. Acesso em: 30 jan. 2023.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: esta noção ainda merece que lutemos por ela?. *In*: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Clara Luz, 2007. p. 163-172.

INDURSKY, Freda. Discurso, mídias e formas de resistência. *In*: FLORES, G. B *et al* (org.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. v. 4. Campinas: Pontes, 2019. p. 125-146.

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. Campinas: Pontes Editores, 1988.

DA IDEOLOGIA ÀS IDEOLOGIAS NOSSAS DE CADA DIA

Dirce Jaeger (UPE)

Se me fosse solicitada uma proposta de síntese para as teses desenvolvidas nos textos de Herbert/Pêcheux que tratam de ideologia, esse título traria uma forte candidata. Ao equiparar metaforicamente “o pão nosso de cada dia” (oração cristã do *Pai Nosso*) às *ideologias nossas de cada dia*, evoco o que Pêcheux reafirma no decorrer de suas reflexões: fora da(s) ideologia(s), não há sujeitos, nem discursos. Ao mesmo tempo, traz implícita uma implicação: precisamos do alimento para subsistir. A esta metáfora, voltarei no decorrer das reflexões que aqui têm lugar.

Para iniciar, tomo a liberdade de mobilizar, desde já, a categoria das Formações Discursivas (FD) como auxiliar teórico-analítico no processo reflexivo oportunizado pelas releituras dos textos de Herbert/Pêcheux. Para falarmos sobre ideologia, faz-se necessário “vê-la” em suas materializações. Por esse motivo, como *corpus*, evocarei um dos processos discursivos que mobilizaram nossas emoções nos meses que antecederam as eleições presidenciais brasileiras de 2022. E se há algo que os recentes movimentos político-discursivos que se desenvolveram (e seguem reverberando) no cenário brasileiro nos legaram foi a convicção de que ainda há muitos gestos de leitura por fazer.

No contexto brasileiro dos anos que antecederam as eleições presidenciais de 2022, uma *já-não-dissimulada* cooperação entre discursos religiosos, neoliberais e fascistas (e aqui, me limitarei a estes) produzia efeitos de sentido no âmbito da formação social brasileira. A possibilidade de estarmos lidando com “novas cepas” e mutações de já conhecidos discursos, para aproveitar o que aprendemos com a epidemia de Covid-19, concretizava-se cada vez mais. Tudo apontava para o trabalho de um verdadeiro *pool* discursivo. Trago esta breve contextualização porque escolhi voltar aos textos de Herbert/Pêcheux acompanhada da Formação Discursiva (FD) “patriótico-supremacista”, especialmente “concebida” para este texto com a finalidade de *pôr em funcionamento* as concepções de ideologias A e B; Ideologia e ideologias de Pêcheux. Poderíamos fazê-lo sem a cooperação de uma FD? Provavelmente, sim. Entretanto, minhas releituras dos consagrados textos evocaram, quase que imediatamente, a metáfora althusseriana do gesto interpelador; do assujeitamento (por mim, por questões pedagógicas, nomeado *ensujeitamento*) e da relação Sujeito/sujeitos/reconhecimento mútuo.

Portanto, mobilizo não somente as modalidades de ideologia do tipo A e B, desenvolvidas por Herbert/Pêcheux no texto de 1968 e a diferenciação entre Ideologia e ideologias desenvolvida em *Semântica e Discurso*, mas também o processo de Interpelação ideológica a partir da “dupla relação especular” proposta por Althusser ([1968] 2007) porque me parece que esta última, uma vez problematizada, permite-nos metaforizar a relação entre os diferentes atores que interagem no processo de Interpelação, enquanto lançamos hipóteses sobre as instâncias e o modo de funcionamento que a distinção ideologias do tipo A e B/Ideologia e ideologias ocupariam no processo de interpelação ideológica entre o Sujeito e os sujeitos interpelados no espaço de funcionamento da FD *patriótico-supremacista*.

Antes de colocar em funcionamento as instâncias ideológicas, objetos desta reflexão, explico que a designação FD *patriótico-supremacista* surge da hipótese de que o gesto interpelador da candidatura

de extrema direita, que recebeu votos de quase metade dos eleitores brasileiros nas últimas eleições presidenciais, reuniu, entre tantos outros percursos possíveis de leitura e interpretação, discursos supremacistas oriundos de três basilares discursos: o religioso, o neoliberal e o fascista, os quais mobilizaram, respectivamente, a superioridade naturalizada enquanto povo santo/eleito/pré-destinado (discurso religioso); prósperos mediante o mérito (discurso neoliberal); superiores segundo hierarquia étnica, histórico-cultural e econômica (discurso fascista). Resumidamente: seletivas memórias para *santidade*, *mérito* e *pré-seleção* se achariam da constituição dos saberes para “todo mundo sabe o que é ser patriota” a partir da FD *patriótico-supremacista*.

Althusser (2007, p. 102) afirma, no mesmo texto em que trata de estabelecer as bases desta dupla relação especular entre sujeitos e Sujeito, que “toda ideologia tem um centro, lugar único ocupado pelo Sujeito Absoluto, que interpela, à sua volta, a infinidade de indivíduos como sujeitos [...]”, o que acaba não favorecendo uma compreensão ampliada do processo de interpelação. Uma compreensão que leve em conta não ser o Sujeito universal da formação discursiva o epicentro do processo de interpelação, mas tão somente a instância apreensível *interna* de um movimento que se dá em um *continuum* entre a instância interna e o “*non-sens* do inconsciente”. Isto dito, acrescentaria que aquilo que se passa no interior da FD constitui uma irrupção material da interpelação ideológica que transborda, em efeito, os contornos materiais dos Aparelhos de Estado (AIE/ARE).

De volta aos textos: em *Observações para uma teoria geral das ideologias* de 1968, por efeito do ainda hegemônico diálogo com o Positivismo e o Estruturalismo, as instâncias A e B da ideologia se mostram como espaços ideológicos previsíveis e, em grande medida, controlados e controláveis. Esse fato, por si só, distancia as concepções A e B da continuidade das reformulações de Pêcheux sobre as ideologias, desenvolvidas em *Semântica e Discurso*. Outro aspecto relevante diz respeito aos efeitos de sentido da linearidade espacial e sequencia-

lidade temporal de A e B no alfabeto, bem como do ingrediente axiológico que sugere ser A uma classe superior a B, em muitos temas. E uma última observação quer chamar a atenção para A e B enquanto exemplo das dicotomias e bipolaridades que dominaram boa parte do século XX: outra herança positivista.

Adentrando nas explicações de Herbert sobre a *dupla forma da ideologia*, encontramos o tipo A enquanto “processo original” de conceitos operatórios técnicos (função semântica) que, recombinaados, produziriam um “discurso original” (Herbert, [1968] 1995, p. 67). À continuação, entende-se que o processo implicado em A se daria, em essência, no âmbito do discurso científico e dos meios de produção, ou seja, dos que detêm os meios de produção materiais e científicos em uma dada formação social. Em contraposição, as ideologias do tipo B (função sintática), de caráter especulativo, se realizariam no terreno das “relações de produção” das diversas formações sociais. Aliás, mesma conclusão recai sobre as ideologias referidas por Pêcheux e Althusser, que diz: “As ideologias particulares, seja qual for a sua forma [...] sempre expressam *posições de classe*.” (Pêcheux, [1975] 2010 p. 124). Inference, a partir do texto de 1968, que esta última classe social (do trabalho) reproduz discursos sem, contudo, conhecer “a conexão de significantes entre si” (*op. cit.*, p. 71). Esse “desconhecimento”, complementa Herbert, estaria ligado ao “efeito de sociedade” e ao “efeito de linguagem”, o que nos remete às teorizações de *Semântica e Discurso* sobre as ilusões, a evidência de sentidos e a dissimulação que caracterizam o fazer ideológico.

Quando Pêcheux se refere à chamada Ideologia em geral, retomando algumas das teses althusserianas, assume ser o indivíduo um “animal ideológico” antes de se tornar sujeito discursivo (afetado por/afiliado a ideologias). Também deixa clara a não-coincidência entre Ideologia e a chamada ideologia dominante, enquanto afirma que a natureza da primeira está mais próxima daquela atribuída por Freud

ao inconsciente. Caracterização de Ideologia que não encontra correspondência em *Observações para uma teoria geral das ideologias*, de 1968.

Ainda que o texto assinado por Herbert reconheça que não há formas puras de ideologia A ou B, além de admitir um fluxo entre ambas, reconhece-se o caráter *histórico* destas ideologias. Importante contraponto com a sugerida *omni-historicidade* atribuída à Ideologia em geral em *Semântica e Discurso*, afastando-a das ideologias A e B, segundo se depreende do recorte: as relações sociais de produção “permitem atribuir à ideologia a função de um mecanismo que produz e conserva as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção nas sociedades de classe, e antes de tudo a ‘diferença’ fundamental: trabalhador/não-trabalhador” (Herbert, [1968] 1995, p. 67). O que se pode inferir acerca das categorias ideológicas sugeridas pelos dois textos até agora? Tanto A como B têm seus funcionamentos problematizados pelo próprio Pêcheux pois, se, no texto de 1968, A e B oporiam *prática técnica (forças produtivas)* e *prática política (relações de produção)*, em 1975, ambos compartilham o âmbito das chamadas “ideologias particulares”, onde não haverá distinção entre o terreno ideológico e o espaço da luta de classes. Ideologias *nossas de cada dia* que nos alimentam e nos fortalecem enquanto sujeitos de “nossos discursos”. Discursos estes amplamente reproduzidos pelo conjunto dos Aparelhos de Estado, com maior ou menor dissimulação sobre suas filiações ideológicas. Próprio das materializações ideológicas, portanto, vem a ser a capacidade de reinventar-se, com “novas cepas” e mutações (e novos cardápios!) ante as demandas político-ideológicas surgidas no âmbito das formações sociais, espaço simultâneo e contraditoriamente de produção, reprodução e transformação (Pêcheux, [1975] 2010).

A fim de pausar por ora estas reflexões, retomemos o que se anunciou no início deste texto quando evocamos a complexidade do processo de Interpelação ideológica que teve lugar no recente cenário eleitoral brasileiro ante o funcionamento de um *pool* discursivo aqui denominado

FD *patriótico-supremacista*. Gesto de análise que nos possibilita ver um conjunto de “ideologias particulares” formuladas no âmbito da família, da igreja e da escola (AIEs) alinhado, sob uma simulada linearidade, ao discurso capitalista neoliberal. Portanto, a partir de uma adaptação da metáfora althusseriana da *dupla estrutura especular* (2010, p. 137), desenvolvida na sequência numérica que segue, levantaremos uma hipótese analítica sobre o “comportamento” das diferentes instâncias ideológicas implicadas no processo de Interpelação e enssujeitamento do indivíduo ante o Sujeito da *FD patriótico-supremacista*:

1. A Ideologia em geral (*omni-histórica*) interpela *indivíduos* em *sujeitos ideológicos* mediante o trabalho do complexo das formações ideológicas (históricas, materiais);

2. Em um movimento *continuum* ao gesto interpelador da Ideologia, é no âmbito das FD que os indivíduos se enssujeitam; quando, ao responder positivamente à interpelação, tornam-se sujeitos falantes no interior dos Aparelhos de Estado. No exemplo sob análise: um conjunto de Aparelhos, tanto repressivos como ideológicos (Igreja, Família, Partidos, Mídia, Polícia, ...) legitima e naturaliza (por um efeito de evidência ideológica) saberes/valores que se apresentam como *já-desde-sempre-comuns*, reunidos sob a *FD patriótico-supremacista*. São as *ideologias nossas de cada dia* que não se apresentam em estado “puro”, mas mostram sua capacidade de reconfiguração e de produzir evidências de homogeneidade em meio à contradição. Nesse sentido, chama a atenção o comportamento do discurso capitalista neoliberal que, silenciando sua filiação ideológica, alinha-se ao conjunto de saberes da FD num simulacro de identificação com os valores e tradições comuns aos demais discursos do *pool*;

3. Finalmente, dá-se o *reconhecimento/identificação* mútua entre sujeitos falantes e o Sujeito universal da *FD patriótico-supremacista*; e entre os próprios sujeitos. Apagam-se quaisquer estranhamentos ou conflitos entre saberes, filiações ou sujeitos discursivos e instala-

-se um efeito ideológico de homogeneidade e reconhecimento mútuo, enquanto memórias/saberes dissonantes são desautorizados e deslegitimados (muito embora visibilizados nas tomadas de posição dos maus-sujeitos);

4. Completa-se o processo mediante o *ensujeitamento* ao Sujeito universal no interior dos AIE e dos ARE (instâncias ideológicas históricas concretas). Esse “sim” traz implícita a submissão (sem reconhecimento) dos sujeitos à instância *exterior* e *anterior* da Ideologia *omni-histórica*.

Esse breve teatro dos atos de Interpelação retoma didaticamente as “relações de contradição-desigualdade-subordinação” (Pêcheux, [1975] 2010, p. 131) constitutivas dos processos de constituição de sujeitos e sentidos e também destaca a fluidez e uma inerente (e incômoda) imprevisibilidade no comportamento das *ideologias nossas de cada dia*.

O percurso das reflexões de Pêcheux sobre a(s) Ideologia(s), tão prematuramente pausado, não foi de modo algum interrompido. Muito pelo contrário, reverbera incessantemente na profícua geração de analistas de discursos no Brasil que segue, com ousadia e perspicácia, trabalhando nas brechas; ali onde a língua falha; ali onde, nas reconfortantes palavras de Pêcheux, “o ritual se estilhaça no lapso”...

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis [1968]. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 10 ed. São Paulo: Graal, 2007.

HERBERT, Thomas (Michel Pêcheux) [1968]. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Rua**, Campinas: Nudetri/Unicamp, 1994.

PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 1ª reimpressão. Tradução: Eni P. Orlandi et al. Campinas (SP): Unicamp, 2010.

Evandra et Thiago: Dans l'article *Remarques pour une théorie générale des idéologies*¹, Pêcheux ([1968] 1995), sous le pseudonyme de Thomas Herbert, discute les idéologies comme type A et type B. Dans *Les vérités de la palice*, déjà publié sous la signature de Pêcheux ([1975] 2014a), l'auteur aborde l'Idéologie (omni-historique), l'idéologie dominante et les idéologies dominées. Comment, aujourd'hui, est-il possible d'articuler les réflexions menées dans l'article *Remarques pour une théorie générale des idéologies* avec les discussions construites tout au long de *Les vérités de la palice*?² Comment se déroule l'approche de l'idéologie dans l'œuvre de Pêcheux? L'idéologie veut-elle encore la peine d'être défendue? Quel est son rôle et son importance dans le travail analytique, compte tenu des conditions actuelles de production de la recherche en AD au Brésil?

1 Publication originale: HERBERT, Thomas/PÊCHEUX, Michel. Remarques pour une théorie générale des idéologies. **Cahier pour l'analyse**, v. 9, 1968. p. 74-92.

Traduction brésilienne: HEBERT, Thomas/PÊCHEUX, Michel [1968]. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Rua**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 63-89, 1995. DOI: 10.20396/rua.v1i1.8638926. Disponible à l'adresse suivante: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638926>. Accès le: 9 oct. 2022.

2 Publication originale: PÊCHEUX, Michel. **Les vérités de la palice**. Paris: Maspero, 1975.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Traduction: Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Gonçalves Corrêa et Silvana Mabel Serrani. Campinas: Pontes Editores, 2014a.

L'IDEOLOGIE VAUT-ELLE ENCORE LA PEINE D'ETRE DEFENDUE?

Freda Indursky (UFRGS)

Il y a quelques années, lors de l'une des réunions du SEAD (Séminaire d'études en analyse du discours), je me suis demandé si la formation discursive méritait toujours que nous nous battions pour elle (Indursky, 2007). Aujourd'hui, je vais m'interroger sur quelque chose qui la précède, l'*idéologie*. Pour cela, outre les *Remarques pour une théorie générale des idéologies* (ci-après *Remarques*) [1975] 1988, et *Les vérités de la Palice* (1988 [1975]), textes indiqués par les organisateurs, je passerai rapidement par les *Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale*, (ci-après *Réflexions*) ([1966] 2011), car c'est dans cet article que Pêcheux entame ses réflexions sur l'idéologie. Ces deux articles – *Remarques et Réflexions* – sont signés par Thomas Herbert, pseudonyme utilisé par Pêcheux à cette époque.

Des *Réflexions*, je retiens les notions de pratique et de déroulement, qui renvoient aux conditions de production de la division du travail à cette époque. La *pratique* est « tout processus de transformation d'une matière première donnée en un produit donné, transformation effectuée par le travail humain, à l'aide de moyens de production donnés » (p. 24); a) *pratique technique*: « transformation de matières premières [...] en produits techniques, au moyen d'instruments de production déterminés » (p. 24) ; b) *pratique politique*: « transformation de rapports

sociaux donnés en nouveaux rapports sociaux, produits au moyen d'instruments politiques » (p. 24); c) *pratique idéologique*: « transformation d'une 'conscience' en une nouvelle 'conscience' par la réflexion sur elle-même » (p. 24-25) ; d) *pratique théorique*: « transformation d'un produit idéologique en connaissance théorique par un travail conceptuel déterminé [...] 'coupure épistémologique' » (p. 25); e) *pratique sociale*: « l'ensemble complexe des pratiques indéterminées, dans un ensemble social donné » (p. 25). Cet ensemble de pratiques indique « l'organisation complexe des forces de production (instruments de production et forces productives) et des rapports de production (formes de relations sociales entre producteurs). » (Herbert, [1966] 2011, p. 25). La pratique sociale est organisée sur trois axes verticaux (pratique empirique, pratique idéologique et pratique théorique) et sur deux axes horizontaux—A (*pratique technique*) et B (*pratique politique*): « Les contenus idéologiques existent [...] en continuité avec les pratiques techniques et politiques » (Herbert, [1966] 2011, p. 28), se produisant selon les conditions de production de la formation sociale à un moment donné.

Déjà la matière première à transformer par la pratique politique sont les relations sociales entre les hommes. L'auteur observe ensuite la « grande étape de la pratique sociale » (p. 38) d'où émanent les *demandes*, en soulignant que « l'instrument de transformation de la pratique politique est le *discours*, en tant que système articulé qui renvoie à la pratique sociale complexe » (p. 35), de sorte que « la fonction de la pratique politique est de transformer les relations sociales en reformulant la demande sociale [la demande est aussi la commande] [...] à travers un discours » (p. 35). En d'autres termes, c'est dans la pratique politique que la *commande sociale* est formulée. « La fonction de la pratique politique est de transformer les rapports sociaux au sein de la pratique sociale » en conservant, « sans modification, la structure globale » et en « refoulant dans le sujet la réalisation irréalisable de la commande ». Telle est la puissance du travail de l'idéologie. (Herbert, [1966] 2011, p. 34-39, souligné par moi).

Déjà dans *Remarques*, Herbert ([1968] 1995) reprend les *idéologies de type A*, qui font appel à des techniques empiriques et présentent une résistance locale, et les *idéologies de type B*, qui mobilisent une pratique politique dont la résistance est liée à la structure de la société, pour s'attarder sur cette double résistance, ses causes et ses conséquences. Ce principe de dualité indique que l'idéologie fonctionne selon deux modalités, dont l'une est dominante dans une forme idéologique donnée: la dominance métaphorique-sémantique ou la dominance métonymique-syntaxique. Dans l'idéologie de type A, les techniques empiriques consistent en un système de marques impliquant des gestes et des discours qui découpent la « réalité » en éléments syntagmatiques séparables. Dans l'idéologie de type B, les pratiques politiques sont un système d'opérations impliquant des institutions et des discours qui contiennent les lois de combinaison des éléments syntagmatiques. Ces processus idéologiques sont inconscients, dans lesquels l'effet métaphorique, dans son articulation verticale, se combine avec l'effet métonymique, dans son articulation horizontale, et traverse la formation sociale (Herbert, [1968] 1995, p. 65-77, souligné par moi).

Dans les deux articles, on trouve des éléments provenant du matérialisme historique et de la psychanalyse. En d'autres termes, dès le début, la voie théorique que Pêcheux allait suivre a été tracée. On y trouve des formulations qui seront reprises avec des reformulations, tandis que d'autres seront critiquées dans *Les Vérités de la Palice* (Pêcheux, [1975] 1988), l'ouvrage central de la *Théorie matérialiste de l'Analyse du Discours*. Dans la section 4–*Sujet, centre, sens* (chapitre II « de Vérités »), Pêcheux signale ses succès et ses échecs dans *Remarques*. Il cite comme points d'achoppement l'opposition entre une *idéologie empirique, la métaphore et la sémantique*, et une *idéologie spéculative, la métonymie et la syntaxe*: « Une formulation confuse du système couplé de deux mécanismes: en-châssement/articulation ». Et il approfondit son autocritique: « la véritable racine de cette erreur se réside [...] dans méconnaissance de la lutte des classes [...] et l'absence du concept de *contradiction* [...], dans la

« description de processus idéologiques empiriques et spéculatifs » (p. 131). En eux, « on ne trouve que des *oppositions*, des *différences* qui expriment la complexité à double face du rapport forces productives/rapports de production » (p. 131). Il s'agitait d'une « *esquisse (incertaine et incomplète) d'une théorie non subjectiviste de la subjectivité [...]* » (p. 133), et il conclut : « Le terrain que nous avons atteint [...] devrait nous permettre de fonder *la théorie (matérialiste) des processus discursifs [...]* ». (Pêcheux, [1975] 1988, p. 134, souligné par moi).

À la section 1 – *Langue et idéologie* (chapitre II) – de ce livre, nous pouvons observer comment l'auteur réoriente sa réflexion sur l'idéologie, en confrontant certains fonctionnements linguistiques–*référence, détermination, énonciation*–à des *fonctionnements discursifs*, qui indiquent que la langue jouit d'une relative autonomie :

[...] ces éléments [...] appartiennent à la zone d'articulation de la linguistique avec la théorie historique des processus idéologiques et scientifiques qui fait partie de la science des formations sociales : le système de la langue est, en effet, le même pour le matérialiste et pour l'idéaliste, pour le révolutionnaire et pour le réactionnaire, pour celui qui dispose connaissance donnée et pour celui qui n'en dispose pas. Cependant, on ne peut pas conclure [...] que ces personnages ont le *même discours*: la langue se présente comme la base commune de processus discursifs différenciés [...] (Pêcheux, [1975] 1988, p. 91, souligné par moi).

À la section 1 du Chapitre III–*Discours et idéologie(s)*–Pêcheux souligne que travailler avec une *théorie matérialiste du discours* impose réfléchir aux conditions *idéologiques de la reproduction/transformation des rapports de production* qui, associées aux facteurs économiques, conditionnent la reproduction/transformation des rapports de production d'une formation sociale. Si, d'une part, « la lutte des classes traverse le mode de production dans son ensemble », d'autre part, l'idéologie ne

« s'impose pas de manière égale et homogène à la société » (p. 144), comme si elle était « un espace antérieur à la lutte des classes » (p. 144). Pêcheux mobilise alors les Appareils Idéologiques d'Etat (AIE) d'Althusser, soulignant qu'ils « ne sont pas de purs instruments de la classe dominante, mais la scène de l'idéologie dominante » (p. 145) qui se constitue « simultanément et contradictoirement dans le lieu et les conditions idéologiques de la transformation des rapports de production » (p. 145). Les AIE constituent un « ensemble complexe », traversé par des « relations de contradiction-inégalité-subordination ». C'est par la mise en place des AIE dans lesquels se réalise l'idéologie de la classe dominante, que cette dernière devient dominante. (Pêcheux, [1975] 1988, p. 143-145). Et c'est au sein des AIE que se déroule la lutte des classes dont les rapports sont d'inégalité/subordination.

Pêcheux opère une transformation supplémentaire dans sa théorisation: la grande instance idéologique, dont il s'est occupé dans les deux articles antérieurs, n'existe que sous la forme de *Formations Idéologiques* (avec référence aux AIE), qui *comprennent des positions de classe non symétriques les unes par rapport aux autres*.

Le *concept d'idéologies de type A ou B* n'est plus nommé ainsi, car cette distinction n'est plus fonctionnelle, mais a été incorporée dans le fonctionnement des *formations idéologiques* : ces formations peuvent être de différents types, comme l'on peut voir tout au long du chapitre IV. Parmi les différentes formations idéologiques, on trouve les formations politiques, techniques et scientifiques. Ces formations idéologiques forment un ensemble complexe à dominante. Comme on le voit, l'ensemble des pratiques qui représentent l'état de développement d'une formation sociale sera absorbé dans le complexe à dominante des Formations Idéologiques.

Pêcheux a également repris deux thèses essentielles d'Althusser
1) *Il n'y a de pratique que par et sous une idéologie*; 2) *Il n'y a d'idéologie*

que par le sujet et pour les sujets. (Pêcheux, [1975] 1988, p. 144-149, souligné par moi).

Avec la première thèse, Pêcheux synthétise sa réflexion sur les pratiques et la seconde oriente la question de la *demande/commande*, présente dans *Réflexions* : pour qu'il y ait une demande, il faut qu'il y ait des sujets d'une demande et des sujets qui exécutent la commande, comme cela est apparu dans l'analyse que j'ai faite du discours de Lula, quelques heures avant qu'il ne se rende à la Police Fédérale (Indursky, 2019)¹.

En même temps, cette deuxième thèse ouvre la voie à la théorisation de la notion de sujet dans l'AD, produite dans la section 2 de ce chapitre III: « *la constitution du sens se joint à celle de la constitution du sujet, au sein de la thèse centrale, dans la figure de l'interpellation.* » (Pêcheux, [1975] 1988, p. 154). C'est le lien entre le « sujet de droit » (relation contractuelle avec d'autres sujets de droit, leurs égaux) et le sujet idéologique (celui qui dit « c'est moi » en parlant de lui-même). Ce théâtre théorique de l'interpellation, en soulignant l'écart entre « individu » et « sujet », montre le paradoxe par lequel le sujet est appelé à exister: *le non-sujet/individu est interpellé-constitué en sujet par l'idéologie* (Pêcheux, [1975] 1988, p. 153-155).

Cette réflexion sur l'interpellation du sujet conduira, dans la section 3, à *la théorisation de la forme-sujet du discours, du sens et des Formations Discursives qui projettent dans le discours les Formations Idéologiques*, donnant une direction aux sens.

J'interromps la lecture du parcours de Pêcheux, mais pas avant d'avoir observé que les Formations Discursives sont hétérogènes, avec des frontières poreuses qui se laissent pénétrer par des discours-autres, indiquant la division des sujets et le mouvement des sens.

1 INDURSKY, Freda. Discurso, mídias e formas de resistência. In: FLORES. G. B et al. (org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. v. 4. Campinas: Pontes, 2019.

Ensuite, je ferai quelques réflexions sur le rôle de l'idéologie dans le travail de l'analyse du discours aujourd'hui. Beaucoup se sont déjà empressés de déclarer la fin des idéologies, suite à la chute du mur de Berlin et à la fin de l'Union Soviétique. Depuis lors, de nouveaux conflits ne cessent de surgir, qui, lorsqu'ils sont discursivisés, mettent en mouvement des relations de différence, de divergence et de contradiction qui nous permettent d'observer quelles formations idéologiques et quelles positions-sujet sont mobilisées, qui expriment un moment particulier d'une formation sociale donnée. Autrement dit, si l'on veut travailler avec l'*Analyse Matérialiste du Discours*, il est impossible de ne pas prendre en considération des notions telles que les *conditions de production*, les *formations idéologiques*, les *formations discursives*, la *lutte des classes*, l'*identification idéologique*, les *différentes prises de position*, entre autres.

Pêcheux, en son temps, a été fasciné par les avancées technologiques qui ont conduit au développement des ordinateurs, ce qui l'a amené dans un premier temps à penser à une analyse automatique du discours, qui n'a pas prospéré, mais, par contre, après quelques années, la technologie a ouvert des espaces, inimaginables jusqu'alors. Avec l'émergence du world Wided Web (www), de l'internet, des algorithmes et du Wi-Fi, de nouveaux horizons se sont ouverts, produisant un impact immense sur les modes de production/circulation, dans tous les domaines.

La manière dont le discours est produit et circule aujourd'hui a radicalement changé, affectant le mode de vie et les conditions de production de toutes les pratiques, qu'il s'agisse de la manière dont les connaissances sont produites et circulent, de la manière dont le travail se développe en réseau et, il ne peut en être autrement, des relations sociales qui ont également été fortement affectées. Ces nouvelles conditions de production sont perceptibles dans la manière dont les études sont menées, dans la manière dont les sujets s'informent et travaillent, dans la manière dont la médecine est pratiquée, ou encore dans la ma-

nière de faire de la politique. Mais tous ces changements n'impliquent pas la fin des idéologies. Au contraire. On peut souligner que la manière de mener la lutte des classes a changé, mais on ne pourra pas soutenir qu'il n'y a plus de lutte des classes.

Les nouvelles conditions de production de l'analyse du discours ont été également affectées, mais le *corpus* théorique reste valable, pour autant que l'on soit attentif aux changements qui s'opèrent dans notre formation sociale. Autrement dit: les conditions de production ont changé et doivent être prises en compte par le travail des analystes du discours.

RÉFÉRENCES

HERBERT, Thomas [1966]. Reflexões sobre a situação teoria das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. Traduction: Mariza Vieira da Silva et Laura A. Perrella Parisi. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 21-54.

HERBERT, Thomas [1968]. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Rua**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 63-89, 1995. DOI: 10.20396/rua.v1i1.8638926. Disponible à l'adresse: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638926>. Accès le: 30 jan. 2023.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: esta noção ainda merece que lutemos por ela?. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Clara Luz, 2007. p. 163-172.

INDURSKY, Freda. Discurso, mídias e formas de resistência. In: FLORES. G. B *et al* (org.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. v. 4. Campinas: Pontes, 2019. p. 125-146.

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Traduction: Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Gonçalves Corrêa et Silvana Mabel Serrani. Campinas: Pontes Editores, 1988.

DE L'IDÉOLOGIE À NOS IDÉOLOGIES QUOTIDIENNES

Dirce Jaeger (UPE)

Si l'on me demandait de proposer une synthèse des thèses développées dans les textes de Herbert/Pêcheux traitant de l'idéologie, ce titre serait un candidat de choix. En assimilant métaphoriquement « notre pain quotidien » (« la prière du Notre Père ») à *nos idéologies quotidiennes*, j'évoque ce que Pêcheux réaffirme tout au long de sa réflexion: hors idéologie(s), il n'y a pas de sujets, ni de discours. En même temps, il apporte implicitement un sous-entendu: nous avons besoin de nourriture pour subsister. Je reviendrai sur cette métaphore au cours des réflexions qui ont lieu ici.

Pour commencer, je me permets de mobiliser la catégorie des Formations Discursives (FD) comme aide théorico-analytique dans le processus réflexif permis par la relecture des textes de Herbert/Pêcheux. Pour parler de l'idéologie, il faut la « voir » dans ses matérialisations. C'est pourquoi, en guise de corpus, j'évoquerai l'un des processus discursifs qui a mobilisé nos émotions dans les mois qui ont précédé les élections présidentielles brésiliennes de 2022. Et s'il y a quelque chose que les récents mouvements politico-discursifs qui se sont développés (et qui continuent à se répercuter) dans le scénario brésilien nous ont légué, c'est la conviction qu'il y a encore beaucoup de gestes de lecture à faire.

Dans le contexte brésilien des années qui ont précédé les élections présidentielles de 2022, une coopération *déjà-non-dissimulée* entre les discours religieux, néolibéraux et fascistes (et je me limiterai ici à ces derniers) a produit des effets de sens au sein de la formation sociale brésilienne. La possibilité que nous ayons affaire à de « nouvelles souches » et à des mutations de discours déjà connus, pour tirer parti de ce que nous avons appris de l'épidémie de Covid-19, devenait de plus en plus concrète. Tout indiquait qu'il s'agissait d'un véritable pool de discours. Je fais cette brève mise en contexte parce que j'ai choisi de revenir aux textes de Herbert/Pêcheux accompagnés de la Formation Discursive (FD) « patriotique-suprémaciste », spécialement « conçue » pour ce texte dans le but de *mettre en œuvre* les conceptions de Pêcheux sur les idéologies A et B; Idéologie et idéologies. Pourrait-on le faire sans la collaboration de la FD? Probablement, oui. Cependant, mes relectures des textes consacrés ont évoqué, presque immédiatement, la métaphore althussérienne du geste d'interpellation, de l'assujettissement (que j'ai nommé, en portugais, pour des raisons pédagogiques, « *ensujeitamento* ») et de la relation Sujet/sujets/reconnaissance réciproque.

Je mobilise donc non seulement les modalités de l'idéologie de type A et B développées par Herbert/Pêcheux dans le texte de 1968 et la différenciation entre Idéologie et idéologies développée dans Sémantique et Discours, mais aussi le processus d'interpellation idéologique de la « double relation spéculaire » proposée par Althusser ([1968] 2007) car il me semble que cette dernière, une fois problématisée, permet de métaphoriser la relation entre les différents acteurs qui interagissent dans le processus d'interpellation, tout en émettant des hypothèses sur les instances et le mode de fonctionnement qu'occuperait la distinction type A et B/Idéologie et idéologies dans le processus d'interpellation idéologique entre le Sujet et les sujets interpellés dans l'espace de fonctionnement de la FD *patriotique-suprémaciste*.

Avant de mettre en œuvre les instances idéologiques, objets de cette réflexion, j'explique que la désignation FD *patriotique-suprémaciste* découle de l'hypothèse selon laquelle le geste interpellatif de la candidature d'extrême droite, qui a reçu les votes de près de la moitié des électeurs brésiliens lors des dernières élections présidentielles, a rassemblé, parmi tant d'autres voies possibles de lecture et d'interprétation, des discours suprémacistes provenant de trois discours de base: le discours religieux, le discours néolibéral et le discours fasciste, qui mobilisent respectivement la supériorité naturalisée en tant que peuple saint/élu/prédestiné (discours religieux); prospère grâce au mérite (discours néolibéral); supérieur selon la hiérarchie ethnique, historico-culturelle et économique (discours fasciste). En bref, les mémoires sélectives *de la sainteté, du mérite et de la présélection* se retrouveraient dans la constitution du savoir « tout le monde sait ce que c'est que d'être patriote » de la FD *patriotique-suprémaciste*.

Althusser (2007, p. 102) affirme, dans le même texte où il tente d'établir les bases de cette double relation spéculaire entre sujets et Sujet, que « toute idéologie est centrée, que le Sujet Absolu occupe la place unique du Centre, et interpelle autour de lui l'infinité des individus en sujets [...] »¹, ce qui finit par ne pas favoriser une compréhension élargie du processus d'interpellation. Une compréhension qui tienne compte du fait que le Sujet universel de la formation discursive n'est pas l'épicentre du processus d'interpellation, mais seulement l'instance interne appréhendable d'un mouvement qui se déroule dans un *continuum* entre l'instance interne et les « non-sens de l'inconscient ». Cela dit, j'ajouterais que ce qui se passe au sein de la FD constitue une irruption matérielle de l'interpellation idéologique qui déborde en effet les contours matériels de l'Appareil d'Etat (AIE/ARE).

1 Note de la traductrice: cette citation a été reprise de La Pensée, numéro 151, juin 1970 page 24. Disponible sur : <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcgclclefindmkaj/http://gesd.free.fr/althu70.pdf>

Revenons aux textes: dans les *Remarques pour une théorie générale des idéologies* de 1968, par l'effet du dialogue encore hégémonique avec le positivisme et le structuralisme, les instances A et B de l'idéologie sont montrées comme des espaces idéologiques prévisibles et, dans une large mesure, contrôlés et contrôlables. Ce fait, en lui-même, éloigne les conceptions A et B de la continuité des reformulations des idéologies par Pêcheux, développées dans *Les vérités de la palice*. Un autre aspect pertinent concerne les effets de sens de la linéarité spatiale et de la séquentialité temporelle de A et B dans l'alphabet, ainsi que l'ingrédient axiologique qui suggère que A est une classe supérieure à B, dans de nombreux sujets. Enfin, une dernière observation veut attirer l'attention sur A et B en tant qu'exemple des dichotomies et des bipolarités qui ont dominé une grande partie du vingtième siècle: un autre héritage positiviste.

En se plongeant dans les explications de Herbert sur *la double forme de l'idéologie*, on trouve le type A comme un « processus original » de concepts techniques opérationnels (fonction sémantique) qui, recombinaison, produiraient un « discours original » (Herbert, [1968] 1995, p. 67). On comprend alors que le processus impliqué dans A se produirait, par essence, dans le cadre du discours scientifique et des moyens de production, c'est-à-dire de ceux qui détiennent les moyens de production matériels et scientifiques dans une formation sociale donnée. En contraste, les idéologies de type B (fonction syntaxique), de nature spéculative, se dérouleraient sur le terrain des « relations de production » des différentes formations sociales. D'ailleurs, la même conclusion s'impose pour les idéologies dont parlent Pêcheux et Althusser, qui affirme: « Les idéologies particulières, expriment toujours, quelle que soit leur forme [...] *des positions de classe*. » (Pêcheux, [1975] 2010, p. 124). On déduit du texte de 1968 que cette dernière classe sociale (du travail) reproduit des discours sans pour autant connaître « la connexion des signifiants entre eux » (*op. cit.*, p. 71). Cette « ignorance », ajoute Herbert, serait liée à « l'effet de société » et à « l'effet

de langage », ce qui nous renvoie aux théorisations de *Les vérités de la palice* sur les illusions, l'évidence des significations et la dissimulation qui caractérisent la fabrication idéologique.

Lorsque Pêcheux se réfère à ce que l'on appelle l'idéologie en général, en reprenant certaines des thèses althussériennes, il suppose que l'individu est un « animal idéologique » avant de devenir un sujet discursif (affecté par/affilié à des idéologies). Il met également en évidence la non-coïncidence entre l'Idéologie et l'idéologie dite dominante, tout en affirmant que la nature de la première est plus proche de celle attribuée par Freud à l'inconscient. Une caractérisation de l'Idéologie qui ne trouve pas de correspondance dans *Remarques sur une théorie générale des idéologies*, 1968.

Bien que le texte signé par Herbert reconnaisse qu'il n'existe pas de formes pures d'idéologie A ou B, tout en admettant un flux entre les deux, le caractère *historique* de ces idéologies est reconnu. Un contrepoint important à l'*omni-historicité* suggérée attribuée à l'idéologie en général dans *Les vérités de la palice*, la distançant des idéologies A et B, comme indiqué dans la coupure: les rapports sociaux de production « permettent d'attribuer à l'idéologie la fonction d'un mécanisme qui produit et préserve les différences nécessaires au fonctionnement des rapports sociaux de production dans les sociétés de classes, et surtout la « différence » fondamentale: travailleur/non-travailleur » (Herbert, [1968] 1995, p. 67). Que peut-on déduire des catégories idéologiques suggérées par les deux textes jusqu'à présent? A et B voient leur fonctionnement problématisé par Pêcheux lui-même puisque, si dans le texte de 1968 A et B opposent *pratique technique* (*forces productives*) et *pratique politique* (*rapports de production*), en 1975 ils partagent tous deux le domaine des « idéologies particulières », où il n'y aura pas de distinction entre le terrain idéologique et l'espace de la lutte des classes. *Nos idéologies quotidiennes* qui nous nourrissent et nous renforcent en tant que sujets de « nos discours ». Ces discours sont largement reproduits par l'ensemble des appareils

d'État, avec une dissimulation plus ou moins grande de leurs affiliations idéologiques. Le propre des matérialisations idéologiques est donc de pouvoir se réinventer, avec de « nouvelles souches » et mutations (et de nouveaux menus !) devant les exigences politico-idéologiques qui surgissent au sein des formations sociales, espace simultanément et contradictoirement de production, de reproduction et de transformation (Pêcheux, [1975] 2010).

Afin d'interrompre pour l'instant ces réflexions, reprenons ce qui a été annoncé au début de ce texte lorsque nous avons évoqué la complexité du processus d'interpellation idéologique qui a eu lieu dans le récent scénario électoral brésilien avant l'opération d'un pool discursif ici appelé FD *patriotique-suprémaciste*. Ce geste d'analyse nous permet de voir un ensemble d'« idéologies particulières » formulées au sein de la famille, de l'église et de l'école (AIE) alignées, dans le cadre d'une linéarité simulée, sur le discours capitaliste néolibéral. Par conséquent, sur la base d'une adaptation de la métaphore althusérienne de *la structure en double miroir* (2010, p. 137), développée dans la séquence numérique suivante, nous soulèverons une hypothèse analytique sur le « comportement » des différentes instances idéologiques impliquées dans le processus d'interpellation et *d'ensujeitamento* de l'individu devant le sujet de la DF *patriotique-suprémaciste* :

1. L'idéologie en général (*omni-historique*) interpelle les individus en *sujets idéologiques* par le travail du complexe de formations idéologiques (historiques, matérielles);

2. Dans un mouvement continu vers le geste interpellatif de l'Idéologie, c'est dans le champ de la FD que les individus se « ensujeitam » ; lorsque, en répondant positivement à l'interpellation, ils deviennent des sujets parlants au sein des Appareils d'Etat. Dans l'exemple analysé: un ensemble d'appareils, à la fois répressifs et idéologiques (Eglise, Famille, Partis, Médias, Police, ...) légitime et naturalise (par un effet d'évidence idéologique) des connaissances/valeurs qui sont présen-

tées comme *déjà-toujours-devenues-communes*, rassemblées sous la FD *patriotique-suprémaciste*. Il s'agit de *nos idéologies quotidiennes* qui ne sont pas présentées à l'état « pur », mais qui montrent leur capacité à se reconfigurer et à produire des preuves d'homogénéité au milieu de la contradiction. En ce sens, le comportement du discours capitaliste néolibéral attire l'attention, qui, faisant taire son appartenance idéologique, s'aligne sur le corpus de connaissances de la FD dans un simulacre d'identification avec les valeurs et les traditions communes à d'autres discours du *pool*;

3. Enfin, il y a une *reconnaissance/identification* mutuelle entre les sujets parlants et le sujet universel de la FD *patriotique-suprémaciste*; et entre les sujets eux-mêmes. Tout éloignement ou conflit entre les connaissances, les affiliations ou les sujets discursifs est effacé et un effet idéologique d'homogénéité et de reconnaissance mutuelle est installé, tandis que les mémoires/connaissances dissonantes sont désautorisées et délégitimées (bien que rendues visibles dans la prise de position des mauvais sujets);

4. Le processus s'achève par l'*ensujeitamento* au sujet universel au sein des AIE et des ARE (instances idéologiques historiques concrètes). Ce « oui » implique la soumission (sans reconnaissance) des sujets à l'instance externe et *antérieure* de l'Idéologie *omni-historique*.

Ce bref théâtre des actes d'interpellation reprend didactiquement les « relations de contradiction-inégalité-subordination » (Pêcheux, [1975] 2010, p. 131) constitutives des processus de constitution des sujets et des sens et souligne également la fluidité et une imprévisibilité inhérente (et inconfortable) dans le comportement de *nos idéologies quotidiennes*.

Le chemin des réflexions de Pêcheux sur l'(les) idéologie(s), si prématurément interrompu, ne l'a pas été du tout. Au contraire, il se répercute sans cesse dans la génération féconde d'analystes du discours au Brésil qui continuent, avec audace et perspicacité, à travailler dans

les interstices; là où le langage échoue; là où, selon les mots réconfortants de Pêcheux, « le rituel vient se briser dans le lapsus »...

RÉFÉRENCES

ALTHUSSER, Louis [1968]. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 10 ed. São Paulo: Graal, 2007.

HERBERT, Thomas (Michel Pêcheux) [1968]. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Rua**, Campinas: Nudetri/Unicamp, 1994.

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 1ª reimpressão. Traduction: Eni P. Orlandi et al. Campinas (SP): Unicamp, 2010.

Evandra e Thiago: No texto *As ciências humanas e o «momento atual»*¹, publicado em 1969, mesmo ano de publicação da *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux ([1969] 2015c) discute o modo como as Ciências Humanas e Sociais (CHS) têm se articulado à reprodução das classes sociais, do mesmo modo que afirma que o capitalismo, como motor da história (e da história da luta de classes), não precisa das ciências humanas do modo como precisa das engenharias. Considerando o momento atual, em que as CHS têm sido constantemente atacadas, dadas as condições de produção do neoliberalismo e do constante crescimento do conservadorismo no Brasil, qual o papel das CHS, especialmente a *Análise do Discurso*, nesse cenário? O capitalismo não precisa mesmo das CHS?

1 Publicação original: PÊCHEUX, Michel. Les sciences humaines et le «moment actuel». *La pensée*, v. 143, 1969. p 62-79.

Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel [1969]. *As ciências humanas e o «momento atual»*. Tradução: Bethania Mariani. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015c. p. 175-202.

ANÁLISE DO DISCURSO E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICO-POLÍTICAS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Helson Flávio da Silva Sobrinho (UFAL-CNPq-Gedon)

Para este livro, foi-nos perguntado se as Ciências Humanas, na conjuntura histórica atual (capitalista e neoliberal), são do interesse do capital. Nossa compreensão é que, a depender do ponto de vista de classe, a resposta poderá oscilar entre sim e não. Expliquemo-nos: quando tais Ciências se submetem aos interesses do sistema capitalista, sim, elas são tidas como “relevantes”. Entretanto, quando se empenham em desvelar a contraditoriedade do sistema, elas passam a incomodar. Não é por acaso que, quando refletimos sobre a importância das Ciências Humanas e Sociais e suas implicações teórico-políticas na sociedade capitalista, deparamo-nos com diversas problemáticas: objetividade, neutralidade, sujeito da ciência, inserção social, ideologias, classes sociais *etc.*, ou mesmo, em certas condições, “aparentemente”, nenhuma dessas questões comparece.

Neste texto, desenvolveremos nossa reflexão retomando o artigo de Pêcheux ([1969] 2011) *As Ciências Humanas e o “Momento Atual”* e, em tempo, dialogaremos com o materialismo histórico. O escrito de Pêcheux discorre criticamente sobre as tentativas de diferenciar as Ciências Humanas. Para ele, trata-se de tentativas classificatórias e divergentes realizadas a partir de “propriedades aparentes” destas ciências. Tais divisões “encobrem” diversas outras questões, visto que,

no nível da superfície, diferenciam-se as ciências por seus métodos, suas funções, formas de abordagens, seu tipo de engajamento. Isso tem provocado inúmeras clivagens entre as disciplinas.

Essa discussão de Pêcheux nos interessa, pois precisamos compreender que o “fazer científico” é efeito-trabalho/movente-movido pela processualidade histórica. As “Ciências Naturais”, embora existam leituras contrárias, foram produzidas nas/pelas práticas históricas e são afetadas pelas ideologias em lutas de uma determinada conjuntura. Quando direcionamos o olhar para as “Ciências Humanas e Sociais”, nas quais a Análise do Discurso se situa, podemos destacar que essas são ciências também imbricadas nas relações de reprodução/trans formação de um modo de produção. Portanto, não temos como não compreender o objeto “discurso” sem retomar seu caráter histórico, já que tanto os discursos quanto os sujeitos movem-se em processos contraditórios de reprodução/trans formação em dada sociedade.

O que dissemos acima tem forte implicação teórico-política na sociedade capitalista. No texto que citamos, Pêcheux questiona a posição das Ciências Humanas, que podem, contraditoriamente, “aliar-se” às posições das Ciências da Natureza (com suas “neutralidades”), ou produzir “efeitos políticos” (de “engajamento”). Para Pêcheux, essas duas posições são “apenas aparentemente” contraditórias, pois derivam de suas condições de produção. E avança dizendo que “A conjuntura atual abre a possibilidade de uma transformação da prática teórica nas ciências humanas.” ([1969] 2011, p. 181).

Podemos dizer que “as perspectivas abertas no momento atual” – não somente naquele no qual Pêcheux produziu sua reflexão, mas também deslocando essa questão para a nossa atualidade – continuam a ser respondidas pelo empirismo e pelo formalismo, mas também e, sobretudo, pelo marxismo. Não é por acaso que Pêcheux, no mesmo texto, questiona: “Quem tem necessidade do materialismo histórico enquanto ciência?” ([1969] 2011, p. 189). A nosso ver, a relação da AD

com o materialismo histórico continua sendo um caminho viável, possível e necessário (Silva Sobrinho, 2014, 2018). Ou seja, é imprescindível uma tomada de posição radical – e ser radical na perspectiva marxiana, significa ir às raízes das questões da sociedade para transformá-la (Marx, 2010; Tonet, 2013).

Todavia, alguém pode nos questionar, dizendo que o marxismo foi superado e que o capitalismo mudou. Sim, para o primeiro argumento, podemos dizer que o marxismo, em sua história, sofreu inúmeros “desvios” teóricos e práticos, mas continua sendo a perspectiva mais avançada para compreender a realidade e transformá-la, porque assume que conhecer é ir às raízes das (des)ordens material e ideológica da sociedade capitalista. Para o segundo argumento, consideramos que pode até ser que o sistema capitalista não seja mais o mesmo, mas sua lógica e suas políticas continuam a desumanizar os sujeitos e a destruir a natureza. E isso não pode ser ignorado, pois o modo de produção capitalista é desumanizante.

Quando refletimos sobre nossa atualidade, compreendemos quantas questões estão em pauta e que levantam problemáticas para os/as analistas de discurso. Como diria Pêcheux, precisamos aproveitar “as perspectivas abertas pelo momento atual”. Evocaremos algumas, mas temos certeza de que outras não serão listadas nesta ocasião, talvez por esquecimento (desconhecimento), ou porque ainda não estão visíveis para nós. Podemos lembrar aqui questões que já se materializam em objetos discursivos: crise/devastação da natureza, discursos políticos neoliberal e fascista, reformas do Estado, discursos sobre educação e ensino, questões de gênero e sexualidade, discursos étnico-raciais, sobre populações indígenas, discursos geracionais, classes sociais, pessoas com deficiência, dizeres da mídia hegemônica e contra-hegemônica, tecnologias, *internet* e discurso digital, discursos jurídicos, discursos sobre a língua e as línguas, discursos sobre migrações e refugiados, discursividades que reproduzem sentidos sobre encarceramento em massa, sobre violência, sobre a família, discursos da cul-

tura, sobre o corpo, artes, discursos sobre os movimentos sociais e de resistência, discursivização das imagens, discursos urbano e rural, sobre as relações de trabalho, discurso sobre a saúde e a medicalização da vida, discurso sobre a crise econômica e política, discurso religioso, guerras civis ou entre nações, dizeres sobre epidemias e pandemias, discursos sobre os museus, sobre o esporte, sobre o luto, sobre a voz, sobre publicidade, propaganda *etc.*

Essa pequena lista que citamos demonstra a íntima articulação contraditória do discurso com os processos históricos, sociais, políticos e econômicos, ou seja, com determinados interesses, lutas e conflitos de classes que derivam das relações de base material da sociedade capitalista. Tais discursos são partes articuladas de um grande processo complexo e contraditório, pois, ao materializarem interesses da classe que detêm o poder econômico e político, realizam a reprodução da sociedade capitalista.

Se tomarmos como exemplo o discurso dominante sobre as “relações de trabalho”, que são relações de exploração, podemos deslizar por outras questões imbricadas, tais como: mercado de trabalho, precarização do trabalho (uberização), desemprego estrutural e empreendedorismo, discurso sobre a meritocracia e o adoecimento do/a trabalhador/a. Ainda, caso quiséssemos tomar outro exemplo, aparentemente longe dos conflitos da sociedade capitalista, como o discurso sobre as gerações (velhice e juventude), acabaríamos chegando a discursividades sobre sujeitos “produtivos” e “inúteis” para a lógica do capital, no caso da velhice; e do extermínio do jovem negro periférico, também tido como “descartável”, no caso da juventude. Tudo está dialeticamente entrelaçado, pois as discursividades são mediações na práxis sócio-histórica.

Diante do que dissemos, não podemos compreender os processos discursivos em si mesmos; pelo contrário, é preciso analisar as condições materiais de existência. E a existência da sociedade capitalis-

ta é fundada no antagonismo inconciliável entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, pela propriedade privada dos meios de produção, pela exploração do trabalho, pela reprodução da lógica do lucro e pelo fetichismo da mercadoria. As relações antagônicas entre capital e trabalho constituem, atravessam e sustentam as discursividades presentes e atuantes na sociedade capitalista.

É nesse sentido que também podemos compreender que não “criamos” o objeto de pesquisa. Da perspectiva marxiana, é o ponto de vista de classe que determina a escolha do objeto; e o objeto, por sua vez, determina os limites e as possibilidades teórico-práticas. Não se trata de uma postura mecanicista, mas de uma relação dialética entre objetividade e subjetividade, pois a montagem do *corpus* e as análises discursivas que delas derivam são, para nós, tentativas de traduzir, na teoria e na prática, a realidade em seu processo dialético materializado em discursos. O movimento do discurso que analisamos está imbricado com os processos contraditórios da sociedade capitalista que agita sentidos e sujeitos. Nessa direção, voltando à questão inicial do presente texto – visto que nos confrontamos com o caráter material do sentido, com as determinações mais profundas da processualidade histórica –, nossa prática científico-política nos inquieta (enquanto analistas de discursos), e, mais que isso, incomoda e desafia o sistema capitalista porque questiona os sentidos, os sujeitos e o modo de ser desta sociedade.

Produzir ciência não é um fim em si mesmo, pois ela tem lugar determinado no processo de reprodução/transformação social. Fazer ciência na sociedade capitalista (seja no campo de saber das ciências naturais ou das ciências humanas) exige uma crítica radical dessa sociedade, visando à sua transformação. É essa a posição teórico-política em que nos inscrevemos, pois o mundo no qual vivemos demanda radicalidade; sem este gesto teórico-prático, podemos ser extintos, pois a forma de ser da sociedade capitalista, em sua lógica dominante, con-

tinua explorando e mortificando o sujeito e a natureza. O sistema capitalista é destrutivo.

Assim, analisar o discurso, no gesto de descrição-intepretação, não é apenas compreender seu “funcionamento” e contemplar seu “movimento”, pois conhecer é uma mediação que, ao ultrapassar a imediaticidade/evidência discursivo-ideológica, também transforma a realidade. Portanto, nossa contribuição, enquanto analistas de discursos – posicionados no ponto de vista da classe que precisa conhecer a contradição do mundo para revolucioná-lo –, consiste em lançar luzes sobre as práticas discursivas em seu caráter material da/na sociedade capitalista. Mesmo com nossas limitações que, sabemos, são históricas, fazer AD é uma práxis social, uma vez que, analisando discursos, também poderemos intervir para transformar a realidade. Como diria Michel Pêcheux: é ousar pensar e ousar se revoltar!

REFERÊNCIAS

MARX, Karl [1843]. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 145-158.

PÊCHEUX, Michel [1969]. As Ciências Humanas e o “Momento Atual”. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas-SP: Pontes, 2011. p. 175-202.

SILVA SOBRINHO, Helson. O analista de discurso e a práxis sócio-histórica: um gesto de interpretação materialista e dialético. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, n. 12, p. 37-50, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55120>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SILVA SOBRINHO, Helson. Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso. In: BALDINI, Lauro.; BARBOSA FILHO, Fábio. (org.). **Análise de discurso e materialismos: prática política e materialidades**. Vol. 2. Campinas-SP: Pontes, 2018. p. 59-84.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

AS CIÊNCIAS HUMANAS E O “MOMENTO ATUAL”: É PRECISO UMA LUTA POLÍTICA DE MODO DIRETO

Luciana Nogueira (UFSCar)

Para pensarmos no papel das Ciências Humanas e Sociais (CHS) *no momento atual*, especialmente da Análise do Discurso (AD), eu começo pontuando uma questão que considero fundamental que é o modo como o neoliberalismo vem se estabelecendo na sociedade, a começar pela educação, que, nas condições de produção da formação social capitalista neoliberal, é determinada pelo imperativo ideológico (demanda/comanda¹) do empreendedorismo enquanto uma condição de significação da relação educação-trabalho e, junto a isso, a constituição de um “sujeito autoempreendedor” (Nogueira, 2017, p. 223). Que atualidade teriam os debates enunciados por Pêcheux em 1969 na atual conjuntura?

Voltar ao texto de 1969 de M. Pêcheux, *As Ciências Humanas e o “Momento Atual”*, me leva de início a estabelecer uma relação com o

1 Considero fundamental esta passagem em que Pêcheux, brilhantemente, formula sobre o duplo funcionamento demanda/comanda (uma relação pedido/ordem): “[...] compreende-se finalmente que a prática política tem por função transformar as relações sociais reformulando a demanda social (**demanda é também comanda, no duplo sentido que entendemos daqui por diante**), por meio de um discurso. Dizendo isso, não pretendemos que a política se reduza ao discurso; mas que toda decisão, toda “medida” no sentido político adquira seu lugar na prática política *como* uma frase em um discurso”. (Pêcheux, [1966] 2011a, p. 35, negritos nossos).

que ele diz em outros dois textos²: 1. “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social” (publicado em 1966, com o pseudônimo Thomas Herbert) em que Pêcheux já apresenta questões em torno da divisão do trabalho intelectual e das práticas intelectuais em relação à “ciência”, além das práticas políticas e técnicas e os produtos ideológicos daí derivados. Uma questão central anunciada nesse texto é a compreensão do discurso como um instrumento de transformação (da prática) política no sentido de transformar as relações sociais reformulando a demanda/comanda social. 2. O texto “Foi “propaganda” mesmo que você disse?”, publicado em 1979, que discute as diferentes formas históricas de assujeitamento do indivíduo, engendradas pelo próprio capitalismo, considerando a “via americana” de seu desenvolvimento. Neste texto, temos uma questão central que é da ordem de uma reorganização ideológica do capitalismo que nos ajuda a compreender o modo como as CHS se articulam à reprodução das classes sociais, pensando especificamente o que anunciei no início quanto ao campo da educação determinada pelo neoliberalismo.

Retomo um texto que escrevi com Mariana Cestari (2018) em que problematizamos a questão da militância política em relação à AD. Dissemos que Pêcheux, ainda no calor do Maio de 68, defende a posição segundo a qual mudar o lugar da ciência como produtora de instrumentos conceituais a serviço do sistema de dominação consistia em romper com as bases do trabalho científico e da dualidade homem/técnica, anunciando, assim, o desafio de uma “mudança de terreno”. A luta contra o positivismo dominante implicaria numa redefinição das categorias/bases que constituem o campo das ciências humanas – e não simplesmente despolitizar ou “superpolitizar” a ciência – o que exigia (re) conhecer essas bases. Trata-se de uma luta teórica que se dá como prática científica e prática política nas ciências humanas, em que intervém a ideologia prática dominante, de modo que as “concepções de mundo”

2 Os dois textos a que me refiro estão traduzidos e publicados em Orlandi, E. (org.) *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. Textos selecionados por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

vinculadas a ela incidem fortemente na pesquisa em CHS: “as ciências humanas, enquanto *elemento social* do “progresso científico e técnico”, estão de fato estreitamente dependentes da classe em proveito da qual se efetiva este progresso.” (Pêcheux, [1969] 2011b, p. 194, grifos do autor). Então, o modo como o capitalismo faz exigências para as ciências da natureza é diferente de como o faz para as CHS. No caso da primeira, ele intervém sobre as finalidades das pesquisas³, com critérios políticos e econômicos, mas, no caso das CHS, além desse fator, intervém também na teoria por meio da *ideologia prática* dominante, de maneira que as CHS precisam (re)produzir a filosofia espontânea, determinada pela ideologia dominante.

Há, portanto, a questão específica que toca as ciências humanas, que é o empreendimento da ideologia prática dominante na prática teórica. E aí temos as contradições (deslizamentos, deslocamentos *etc.*) que vão desafiar os interesses teóricos em luta e provocar os marxistas a **tomadas de posição**, considerando a conjuntura dada. Assim, nos perguntamos de que maneira a produção do conhecimento no campo das ciências humanas implicaria um comprometimento político da pesquisa com o objeto/sujeito que pesquisa, “[...] explicita-se ou não a posição a partir da qual se enuncia, as redes de filiações teóricas e epistemológicas, o projeto empreendido e o percurso metodológico”. (Nogueira; Cestari, 2018, p. 120-121).

Considerando o momento atual, em que as CHS têm sido constantemente atacadas, dadas as condições de produção do neoliberalismo e do constante crescimento do conservadorismo no Brasil, um papel fundamental da AD nessa conjuntura é o de construir, de (se) inscrever (em) um projeto para a Análise de Discurso em que sejam consistentes as relações entre teoria, método e objeto e que a categoria de contradição permita pensar as relações de dominância, desigualdade e dife-

3 Um exemplo seria pensar nas pesquisas atuais para vacinas: as pesquisas sobre doenças que afetam os países mais ricos têm prioridade no financiamento em relação a doenças dos países mais pobres. Consideremos a lentidão na pesquisa de uma vacina para o HIV.

rença entre sentidos e sujeitos na reprodução/transformação das relações de produção (Nogueira; Cestari, 2018, p. 121), tomando posição contra a revisão em que incide na morte da ideologia, da esquerda e de seus discursos, ou seja, da superação daquele “momento” da década de 60. Mudam-se as formas das lutas, dos embates, das dominâncias, mas acredito que não esteja superado isso que já apontava Pêcheux em sua teoria do discurso. “Como sabemos, ser tachado de falar o/do discurso comunista hoje é um insulto intelectual. Mas pode-se falar em materialidade, em materialismo, principalmente como adjetivo: materialista”⁴ (Orlandi, 2012, p. 32). Não devemos nos furtar de tomar uma posição ética e de responsabilidade diante do confronto do teórico com o político também na academia.

Nesse sentido, Mariani (2022) discute as condições de emergência das novas tecnologias e sua relação com a construção de políticas nacionais e internacionais que visam regular a produção e a circulação do conhecimento. Nessa via, ela trata da AD como dispositivo para ler as atuais demandas (comandas?) de cientificidade, problematizando o modo como funciona a *ciência aberta (open access)*, já que, considerando as condições de produção atuais, não se pode deixar de considerar os imperativos do mercado de trabalho e de distribuição de riqueza, conforme a autora, que compreende a produção do conhecimento como um bem público considerando que não há produção científica fora da história. (Mariani, 2022).

Compreendo que uma intervenção no campo científico, filosófico ou ideológico é também uma intervenção na luta de classes. É preciso realizar um gesto de interpretação/descrição do *corpus* que se posicione na luta de classes na teoria numa relação com a prática política, assumindo que produção teórica e prática política se relacionam, embora não sejam equivalentes. É aí que a explicitação do analista de discurso,

4 Podemos estabelecer uma relação aqui com a crítica que Pêcheux faz ao discurso das ciências humanas, especialmente ao setor “cultural” que apresenta uma espécie de “ressonância marxista” advinda de uma “koiné” internacional. Esse debate é feito no texto diretamente com H. Marcuse, a partir da obra *L'Homme Unidimensionnel*.

que assume efeitos de identificação, é um gesto de responsabilidade diante das inúmeras interpretações sem margem. (Nogueira; Cestari, 2018). Agrego a isso o que nos diz Pêcheux em *Semântica e Discurso* “‘como qualquer ciência’, o trabalho de produção dos conhecimentos marxistas-leninistas é uma luta e não o desenvolvimento harmonioso [...] que o racionalismo clássico atribui a toda ciência [...]” (Pêcheux, [1975] 1995, p. 200).

O capitalismo precisa das CHS de um modo diferente quando comparado com as engenharias, afinal são os sujeitos que precisam (se) adaptar às demandas/comandas do capitalismo. Trata-se, ainda, da dualidade homem/técnica, que nasce no terreno das ciências da natureza, mas adentra no terreno das ciências humanas e, quando faz isso, afasta a pesquisa teórica. Nesse sentido, o modo de produção capitalista não tem interesse na pesquisa teórica. É o problema específico das ciências humanas: o empreendimento da ideologia prática dominante sobre o próprio terreno de sua atividade teórica, o que leva à ambiguidade da oposição “[...] pesquisa fundamental / pesquisa aplicada / pesquisa de desenvolvimento [...]”. (Pêcheux, [1969] 2011b, p. 195). Um exemplo contundente do momento atual em que se fazem presentes essas questões é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que opera com uma relação de oposição entre conhecimento interessado e conhecimento desinteressado. A BNCC tem uma metodologia clara de operacionalização com a concepção de conhecimento utilitário: um movimento circular em que os sentidos de capacitação para o (mercado de) trabalho se constituem numa discursividade *mercado-lógica*, própria de uma formação discursiva do empreendedorismo (Nogueira; Dias, 2018). Nesse sentido, o lugar da prática pedagógica⁵ é central, já que, no lugar em que se decide, ensinar temos a determinação do campo em que os problemas científicos serão formulados e a

5 Ver a distinção que faz Pêcheux entre a prática de produção dos conhecimentos (“pesquisa”), a prática de aplicação e a prática pedagógica, considerando o domínio da primeira sobre as duas seguintes, sendo essas práticas recobertas pelo termo “trabalhadores em ciências humanas” (Pêcheux, [1969] 2011).

necessidade de selecionar o que se transmite, no ensino, considerando as finalidades atribuídas a essa transmissão (Pêcheux, [1969] 2011, p. 197).

Pêcheux problematiza o papel dos pesquisadores na relação com o materialismo histórico, apontando para a possibilidade da intervenção no próprio campo do conhecimento experimental, pensando naqueles trabalhadores que estariam na situação de poder contribuir com o desenvolvimento do materialismo histórico como ciência, mas que estão apartados do acesso a conhecimentos científicos reais, de maneira que eles estão “cortados” da formação científica (na escolarização), da qual são simples aplicadores conscientes ou inconscientes. A conclusão de Pêcheux é ainda um imperativo para as CHS e a AD. Ele afirma que é a unidade da prática (dos trabalhadores em CHS) e da teoria do materialismo histórico que deve ser instituída. “E, bem evidentemente, esta unidade requer não somente transformações pedagógicas, mas também uma **luta política de modo direto**. (Pêcheux, [1969] 2011b, p. 201, grifo nosso). De que se trata a luta política de modo direto na atual conjuntura? É preciso ousar lutar.

REFERÊNCIAS

MARIANI, Bethania. As Ciências Humanas, a Análise do Discurso e o Momento Atual: discursos sobre ciência aberta, políticas públicas e periódicos científicos. **Policromias–Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 164-181, set./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/download/55627/30663> . Acesso em: 21 jan. 2023.

NOGUEIRA, Luciana. **Discurso, Sujeito e Relações de Trabalho na Contemporaneidade**. Campinas: Pontes, 2017. 371p.

NOGUEIRA, Luciana; DIAS, Juciele Pereira. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Sentidos em disputa na lógica das competências. **Revista Investigações**, Recife, v. 31, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://>

periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/238170/31069. Acesso em: 21 jan. 2023.

NOGUEIRA, Luciana; CESTARI, Mariana Jafet. Análise de Discurso e Militância Política. *In*: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; BALDINI, Lauro José Siqueira (org.) **Análise de Discurso e Materialismos**: prática política e materialidades. Volume II. Campinas: Pontes, 2018. p. 115-138.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel [1966]. Reflexões sobre a situação teoria das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *In*: ORLANDI, Eni. (org.) **Análise de Discurso – Michel Pêcheux**. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011a. p. 21-54

PÊCHEUX, Michel. [1969] As Ciências Humanas e o “Momento Atual”. *In*: ORLANDI, Eni. (org.) **Análise de Discurso – Michel Pêcheux**. Textos selecionados por Eni Orlandi. Trad. Bethania Mariani. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011b. p. 175-202.

PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

Evandra et Thiago: Dans le texte *Les sciences humaines et le «moment actuel»*¹, publié en 1969, la même année de la publication de *l'Analyse automatique du discours*, Pêcheux ([1969] 2015c) discute de la manière dont les sciences humaines et sociales (SHS) ont été articulées à la reproduction des classes sociales, de la même manière qu'il affirme que le capitalisme, en tant que moteur de l'histoire (et de l'histoire de la lutte des classes), n'a pas besoin des sciences humaines comme il a besoin de l'ingénierie. Considérant le moment actuel, dans lequel les SHS ont été constamment attaquées, face aux conditions de production du néolibéralisme et à la croissance constante du conservatisme au Brésil, quel est le rôle des SHS, en particulier de l'analyse du discours, dans ce scénario? Le capitalisme n'a-t-il pas vraiment besoin de la SHS?

1 Publication originale: PÊCHEUX, Michel. Les sciences humaines et le «moment actuel». *La pensée*, v. 143, 1969. p 62-79.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1969]. As ciências humanas e o «momento atual». Traduction: Bethania Mariani. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015c. p. 175-202.

L'ANALYSE DU DISCOURS ET SES IMPLICATIONS THÉORICO-POLITQUES DANS LA SOCIÉTÉ CAPITALISTE

Helson Flávio da Silva Sobrinho (UFAL-CNPq-Gedon)

Pour ce livre, une question nous a été posée: les sciences humaines, dans la conjoncture historique actuelle (capitaliste et néolibérale), sont-elles dans l'intérêt du capital ? Nous pensons que, selon le point de vue de la classe, la réponse peut osciller entre le oui et le non. Expliquons: lorsque ces sciences se soumettent aux intérêts du système capitaliste, oui, elles sont considérées comme « pertinentes ». Mais lorsqu'elles s'efforcent de dévoiler la nature contradictoire du système, elles deviennent gênantes. Ce n'est pas un hasard si, lorsqu'on réfléchit à l'importance des sciences humaines et sociales et à leurs implications théoriques et politiques dans la société capitaliste, on rencontre plusieurs questions problématiques: l'objectivité, la neutralité, le sujet de la science, l'insertion sociale, les idéologies, les classes sociales, etc. ou même, dans certaines conditions, « apparemment » aucune de ces questions n'apparaît.

Dans ce texte, nous développerons notre réflexion en reprenant l'article de Pêcheux ([1969] 2011) *Les sciences humaines et le « moment actuel »* et, à terme, nous dialoguerons avec le matérialisme historique. Pêcheux écrit de manière critique sur les tentatives de différenciation des sciences humaines. Pour lui, il s'agit de tentatives classificatoires

et divergentes basées sur les « propriétés apparentes » de ces sciences. De telles divisions « cachent » plusieurs autres questions, puisque, au niveau superficiel, les sciences se différencient par leurs méthodes, leurs fonctions, leurs approches, leur type d'engagement. Cela a provoqué de nombreux clivages entre les disciplines.

Cette discussion de Pêcheux nous intéresse, car nous devons comprendre que la « fabrication Scientifique » est un travail d'effet/mouvement mû par la processualité historique. Les « Sciences Naturelles », bien qu'il y ait des lectures contraires, ont été produites dans / par des pratiques historiques et sont affectées par des idéologies en lutte dans une conjoncture donnée. Lorsque nous dirigeons notre regard vers les « Sciences Humaines et Sociales », dans lesquelles se situe l'Analyse du Discours, nous pouvons souligner qu'il s'agit de sciences également imbriquées dans les relations de reproduction/transformation d'un mode de production. Par conséquent, nous ne pouvons pas comprendre l'objet « discours » sans reprendre son caractère historique, puisque les discours et les sujets se déplacent dans des processus contradictoires de reproduction/transformation dans une société donnée.

Ce que nous avons dit ci-dessus a de fortes implications théorico-politiques dans la société capitaliste. Dans le texte que nous avons cité précédemment, Pêcheux s'interroge sur la position des Sciences Humaines qui peuvent, contradictoirement, « s'allier » aux positions des Sciences Naturelles (avec leurs « neutralités »), ou produire des « effets politiques » (d' « engagement »). Pour Pêcheux, ces deux positions ne sont contradictoires « qu'en apparence », car elles découlent de leurs conditions de production. Il ajoute que « la conjoncture actuelle ouvre la possibilité d'une transformation des pratiques théoriques dans les sciences humaines ». ([1969] 2011, p. 181).

On peut dire que « les perspectives ouvertes au moment actuel » – non seulement dans celui où Pêcheux a produit sa réflexion, mais aussi en déplaçant cette question à notre époque – continuent à trouver

des réponses dans l'empirisme et le formalisme, mais aussi et surtout dans le marxisme. Ce n'est pas un hasard si Pêcheux, dans le même texte, s'interroge: « Qui a besoin du matérialisme historique comme science? » ([1969] 2011, p. 189). Selon nous, la relation de l'AD avec le matérialisme historique reste une voie viable, possible et nécessaire (Silva Sobrinho, 2014, 2018). En d'autres termes, il est essentiel d'adopter une position radicale—et être radical dans la perspective marxienne, c'est aller à la racine des problèmes de la société pour les transformer (Marx, 2010; Tonet, 2013).

Cependant, quelqu'un pourrait nous remettre en question, en disant que le marxisme a été dépassé et que le capitalisme a changé. Oui, pour le premier argument, nous pouvons dire que le marxisme, dans son histoire, a souffert de nombreuses « déviations » théoriques et pratiques, mais il continue d'être la perspective la plus avancée pour comprendre la réalité et la transformer, parce qu'il suppose que connaître, c'est aller aux racines des (dés)ordres matériels et idéologiques de la société capitaliste. Pour le deuxième argument, nous considérons qu'il se peut même que le système capitaliste ne soit plus le même, mais que sa logique et ses politiques continuent à déshumaniser les sujets et à détruire la nature. Et cela ne peut être ignoré, car le mode de production capitaliste est déshumanisant.

Lorsque nous réfléchissons à notre époque, nous comprenons combien de questions sont à l'ordre du jour et posent des problèmes aux analystes du discours. Comme le dirait Pêcheux, il faut profiter des « perspectives ouvertes par le moment actuel ». Nous en évoquerons quelques-unes, mais nous sommes sûrs que d'autres ne seront pas énumérées à cette occasion, peut-être par oubli (ignorance), ou parce qu'elles ne nous sont pas encore visibles. Nous pouvons rappeler ici des questions qui sont déjà matérialisées dans des objets discursifs: crise/destruction de la nature, discours politiques néolibéraux et fascistes, réformes de l'État, discours sur l'éducation et l'enseignement, questions de genre et de sexualité, discours ethno-raciaux, sur les popu-

lations indigènes, discours générationnels, classes sociales, personnes handicapées, discours médiatiques hégémoniques et contre-hégémoniques, technologies, internet et discours numérique, discours juridiques, discours sur la langue et les langues, discours sur les migrations et les réfugiés, discours qui reproduisent les sens sur l'incarcération de masse, sur la violence, sur la famille, les discours sur la culture, sur le corps, les arts, les discours sur les mouvements sociaux et la résistance, la discoursivisation des images, les discours urbains et ruraux, sur les relations de travail, les discours sur la santé et la médicalisation de la vie, les discours sur la crise économique et politique, les discours religieux, les guerres civiles ou entre nations, les discours sur les épidémies et les pandémies, les discours sur les musées, sur le sport, sur le deuil, sur la voix, sur la publicité, sur la propagande, etc.

Cette courte liste montre l'articulation intime et contradictoire du discours avec les processus historiques, sociaux, politiques et économiques, c'est-à-dire avec certains intérêts, luttes et conflits de classe qui découlent des relations matérielles de base de la société capitaliste. Ces discours sont des parties articulées d'un vaste processus complexe et contradictoire, car, en matérialisant les intérêts de la classe qui détient le pouvoir économique et politique, ils assurent la reproduction de la société capitaliste.

Si nous prenons comme exemple le discours dominant sur les « relations de travail », qui sont des relations d'exploitation, nous pouvons glisser à travers d'autres questions entrelacées, telles que: le marché du travail, la précarité du travail (ubérisation), le chômage structurel et l'esprit d'entreprise, le discours sur la méritocratie et la maladie du travailleur. Pourtant, si nous voulions prendre un autre exemple, apparemment éloigné des conflits de la société capitaliste, comme le discours sur les générations (vieillesse et jeunesse), nous finirions par arriver à des discours sur les sujets « productifs » et « inutiles » pour la logique du capital, dans le cas de la vieillesse; et sur l'extermination des jeunes noirs périphériques, eux aussi considérés comme « je-

tables », dans le cas de la jeunesse. Tout est dialectiquement imbriqué, car les discours sont des médiations dans la praxis socio-historique.

Compte tenu de ce que nous avons dit, nous ne pouvons pas comprendre les processus discursifs en eux-mêmes; au contraire, il est nécessaire d'analyser les conditions matérielles d'existence. Et l'existence de la société capitaliste est fondée sur l'antagonisme irréconciliable entre la classe bourgeoise et la classe ouvrière, par la propriété privée des moyens de production, par l'exploitation du travail, par la reproduction de la logique du profit et par le fétichisme de la marchandise. Les relations antagonistes entre le capital et le travail constituent, traversent et soutiennent les discursivités présentes et actives dans la société capitaliste.

C'est en ce sens que nous pouvons également comprendre que nous ne « créons » pas l'objet de la recherche. Dans une perspective marxienne, c'est le point de vue de la classe qui détermine le choix de l'objet; et l'objet, à son tour, détermine les limites et les possibilités théorico-pratiques. Il ne s'agit pas d'une position mécaniste, mais d'une relation dialectique entre objectivité et subjectivité, car la constitution du corpus et les analyses discursives qui en découlent sont, pour nous, des tentatives de traduire, en théorie et en pratique, la réalité dans son processus dialectique matérialisé dans les discours. Le mouvement du discours que nous analysons est imbriqué dans les processus contradictoires de la société capitaliste qui agite les sens et les sujets. Dans ce sens, pour revenir à la question initiale du présent texte—puisque nous sommes confrontés au caractère matériel du sens, aux déterminations les plus profondes de la processualité historique —, notre pratique scientifico-politique nous inquiète (en tant qu'analystes du discours), et, plus encore, dérange et défie le système capitaliste parce qu'elle remet en question les significations, les sujets et la manière d'être de cette société.

Produire de la science n'est pas une fin en soi, car elle a une place déterminée dans le processus de reproduction/transformation sociale. Faire de la science dans la société capitaliste (que ce soit dans le domaine de la connaissance des sciences naturelles ou des sciences humaines) exige une critique radicale de cette société, visant à sa transformation. C'est la position théorico-politique dans laquelle nous nous inscrivons, car le monde dans lequel nous vivons exige la radicalité ; sans ce geste théorico-pratique, nous pouvons nous éteindre, étant donné que la forme d'être de la société capitaliste, dans sa logique dominante, continue d'exploiter et de mortifier le sujet et la nature. Le système capitaliste est destructeur.

Ainsi, analyser le discours, dans le geste de description-interprétation, ce n'est pas seulement comprendre son « fonctionnement » et contempler son « mouvement », parce que connaître est une médiation qui, en dépassant l'immédiateté/évidence discursive-idéologique, transforme aussi la réalité. Par conséquent, notre contribution, en tant qu'analystes du discours – positionnés du point de vue de la classe qui a besoin de connaître la nature contradictoire du monde afin de le révolutionner -, consiste à mettre en lumière les pratiques discursives dans leur caractère matériel au sein de la société capitaliste. Même avec nos limites qui, nous le savons, sont historiques, faire de l'AD est une praxis sociale, puisque, en analysant les discours, nous pourrions aussi intervenir pour transformer la réalité. Comme le dirait Michel Pêcheux : oser penser, oser se révolter

REFERÊNCIAS

MARX, Karl [1843]. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 145-158.

PÊCHEUX, Michel [1969]. As Ciências Humanas e o “Momento Atual”. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas-SP: Pontes, 2011. p. 175-202.

SILVA SOBRINHO, Helson. O analista de discurso e a práxis sócio-histórica: um gesto de interpretação materialista e dialético. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, n. 12, p. 37-50, 2014. Disponible à l'adresse: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55120>. Accès le: 20 fev. 2023.

SILVA SOBRINHO, Helson. Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso. *In*: BALDINI, Lauro.; BARBOSA FILHO, Fábio. (org.). **Análise de discurso e materialismos**: prática política e materialidades. Vol. 2. Campinas-SP: Pontes, 2018. p. 59-84.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LES SCIENCES HUMAINES ET LE « MOMENT ACTUEL »: UNE LUTTE POLITIQUE DIRECTE EST NÉCESSAIRE

Luciana Nogueira (UFSCar)

Afin de réfléchir au rôle des sciences sociales et humaines (SHS) dans le moment présent, et en particulier à l'analyse du discours (AD), je commence par souligner une question que je considère fondamentale, à savoir la manière dont le néolibéralisme s'est établi dans la société, en commençant par l'éducation qui, dans les conditions de production de la formation sociale capitaliste néolibérale, est déterminée par l'impératif idéologique (demande/commande¹) de l'esprit d'entreprise comme condition de signification de la relation éducation-travail et, parallèlement, la constitution d'un « sujet auto-entrepreneur » (Nogueira, 2017, p. 223). Comment les débats énoncés par Pêcheux en 1969 seraient-ils actuels dans la conjoncture actuelle ?

Revenir au texte de 1969 de M. Pêcheux, *Les sciences humaines et le « moment actuel »*, m'amène dans un premier temps à établir une rela-

1 Je considère comme fondamental ce passage dans lequel Pêcheux formule brillamment le double fonctionnement demande/comande (une relation requête/ordre) : « [...] on comprend enfin que la fonction de la pratique politique est de « Transformer les rapports sociaux en re-formulant la demande sociale (**demande et aussi commande, au sens double que nous entendons désormais**), par le moyen d'un discours. En disant cela, nous ne prétendons pas que la politique se réduise aux discours; mais que toute décision, toute 'mesure' au sens politique prend sa place dans la pratique politique comme une phrase dans un discours ». (Pêcheux, [1996] 2011a, p. 35, souligné par moi).

tion avec ce qu'il dit dans deux autres textes²: 1. « Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale » (publié en 1966 sous le pseudonyme de Thomas Herbert) dans lequel Pêcheux présente déjà des questions autour de la division du travail intellectuel et des pratiques intellectuelles en relation avec la « science », en plus des pratiques politiques et techniques et des produits idéologiques qui en découlent. Une question centrale annoncée dans ce texte est la compréhension du discours comme instrument de transformation politique (de la pratique) dans le sens de la transformation des relations sociales par la reformulation de la demande/commande sociale. 2. Le texte « Vous avez bien dit “propagande”? », publié en 1979, qui discute des différentes formes historiques d'assujettissement de l'individu, engendrées par le capitalisme lui-même, en considérant la « manière américaine » de son développement. Dans ce texte, nous avons une question centrale qui est de l'ordre d'une réorganisation idéologique du capitalisme qui nous aide à comprendre la manière dont la SHS s'articulent à la reproduction des classes sociales, en pensant spécifiquement à ce que j'ai annoncé au début concernant le champ de l'éducation déterminé par le néolibéralisme.

Je reprends un texte que j'ai écrit avec Mariana Cestari (2018) dans lequel nous avons problématisé la question du militantisme politique par rapport à l'AD. Nous disions que Pêcheux, encore dans la chaleur de Mai 68, défendait la position selon laquelle changer la place de la science comme productrice d'instruments conceptuels au service du système de domination consistait à rompre avec les bases du travail scientifique et la dualité homme/technique, annonçant ainsi le défi d'un « changement de terrain ». La lutte contre le positivisme dominant impliquerait une redéfinition des catégories/bases qui constituent le champ des sciences humaines—et non une simple dépolitisation ou « superpolitisation » de la science—ce qui nécessiterait une (re)connais-

2 Les deux textes auxquels je me réfère sont traduits et publiés dans Orlandi, E. (org.) **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

sance de ces bases. Il s'agit d'une lutte théorique qui se déroule en tant que pratique scientifique et pratique politique des sciences humaines, dans laquelle intervient l'idéologie pratique dominante, de sorte que les « conceptions du monde » qui lui sont liées influencent fortement la recherche en SHS: Les sciences humaines, en tant qu'*élément social* du « progrès scientifique et technique », sont en fait étroitement dépendantes de la classe au profit de laquelle ce progrès est réalisé. (Pêcheux, 2011b [1969], p. 194, souligné par l'auteur). Ainsi, la manière dont le capitalisme exige les sciences naturelles est différente de celle dont il exige les SHS. Dans le cas des premières, il intervient sur les objectifs de la recherche³, avec des critères politiques et économiques, mais dans le cas des SHS, en plus de ce facteur, il intervient également sur la théorie par le biais de *l'idéologie pratique* dominante, de sorte que les SHS doivent (re)produire la philosophie spontanée, déterminée par l'idéologie dominante.

Il y a ensuite la question spécifique qui touche les sciences humaines, à savoir l'engagement de l'idéologie pratique dominante dans la pratique théorique. Et voilà les contradictions (glissements, dislocations, etc.) qui vont remettre en cause les intérêts théoriques en lutte et provoquer **des prises de position** des marxistes, compte tenu de la conjoncture. Ainsi, nous nous demandons en quoi la production de connaissances dans le domaine des sciences humaines impliquerait un engagement politique de la recherche avec l'objet/sujet qui recherche, « [...] en explicitant ou non la position à partir de laquelle elle est énoncée, les réseaux d'affiliations théoriques et épistémologiques, le projet entrepris et le cheminement méthodologique ». (Nogueira; Cestari, 2018, p. 120-121).

Considérant le moment actuel, dans lequel les SHS ont été constamment attaquées, compte tenu des conditions de production du né-

3 Prenons l'exemple de la recherche actuelle sur les vaccins : la recherche sur les maladies affectant les pays riches est prioritaire dans le financement par rapport aux maladies des pays pauvres. Il suffit de penser à la lenteur de la recherche d'un vaccin contre le VIH.

olibéralisme et de la croissance constante du conservatisme au Brésil, un rôle clé de l'AD à ce stade est de construire, d'inscrire (s'inscrire dans) un projet d'Analyse du Discours dans lequel les relations entre la théorie, la méthode et l'objet sont cohérentes et que la catégorie de la contradiction permet de penser les relations de domination, d'inégalité et de différence entre les sens et les sujets dans la reproduction / transformation des relations de production (Nogueira; Cestari, 2018, p. 121), en prenant position contre la révision dans laquelle elle se concentre sur la mort de l'idéologie, de la gauche et de ses discours, c'est-à-dire le dépassement de ce « moment » des années 1960. Les formes des luttes, des affrontements, des dominations changent, mais je crois que ce que Pêcheux signalait déjà dans sa théorie du discours n'a pas été dépassé. « Comme on le sait, être qualifié de parler de discours communiste aujourd'hui, c'est une insulte intellectuelle. Mais on peut parler de matérialité, de matérialisme, surtout comme un adjectif : matérialiste »⁴ (Orlandi, 2012, p. 32). Nous ne devrions pas hésiter à adopter une position éthique et responsable à l'égard de la confrontation de la théorie et de la politique, y compris dans les universités.

Dans cette perspective, Mariani (2022) discute des conditions d'émergence des nouvelles technologies et de leur relation avec la construction de politiques nationales et internationales visant à réguler la production et la circulation des connaissances. Elle aborde ainsi l'AD comme un dispositif de lecture des exigences (commandes?) actuelles de la scientificité, en problématisant le fonctionnement de *la science ouverte (open access)*, puisque, compte tenu des conditions actuelles de production, on ne peut pas ne pas prendre en compte les impératifs du marché du travail et de la distribution des richesses, selon l'auteur, qui conçoit la production de connaissances comme un bien pu-

4 Nous pouvons ici établir une relation avec la critique de Pêcheux sur le discours des sciences humaines, en particulier le secteur « culturel », qui présentent une sorte de « résonance marxiste » provenant d'une « koiné » internationale. Ce débat se fait dans le texte directement avec H. Marcuse, à partir de l'ouvrage *L'Homme Unidimensionnel*.

blic en considérant qu'il n'y a pas de production scientifique en dehors de l'histoire. (Mariani, 2022).

Je comprends qu'une intervention dans le domaine scientifique, philosophique ou idéologique est aussi une intervention dans la lutte des classes. Il est nécessaire d'accomplir un geste d'interprétation/description du corpus qui se positionne dans la lutte des classes en théorie dans un rapport avec la pratique politique, en supposant que la production théorique et la pratique politique sont liées, bien que non équivalentes. C'est là que l'explicitation de l'analyste du discours, qui assume des effets d'identification, est un geste de responsabilité devant les innombrables interprétations sans marge. (Nogueira; Cestari, 2018). J'ajoute à cela ce que Pêcheux nous dit dans *Les vérités de la pallice* « 'comme toute science', le travail de production du savoir marxiste-léniniste est une lutte et non le développement harmonieux [...] que le rationalisme classique attribue à toute science [...] » (Pêcheux, [1975] 1995, p. 200).

Le capitalisme a besoin des SHS d'une manière différente de l'ingénierie, car ce sont les sujets qui doivent (s')adapter aux demandes/commandes du capitalisme. Il s'agit également de la dualité homme/technique, qui naît dans le domaine des sciences naturelles, mais entre dans le domaine des sciences humaines et, ce faisant, repousse la recherche théorique. En ce sens, le mode de production capitaliste ne s'intéresse pas à la recherche théorique. C'est le problème spécifique des sciences humaines: l'engagement de l'idéologie pratique dominante sur le terrain même de son activité théorique, ce qui conduit à l'ambiguïté de l'opposition « [...] recherche fondamentale/recherche appliquée /recherche de développement [...] ». (Pêcheux, [1969] 2011b, p. 195). Un exemple frappant du moment où ces questions sont présentes est le Base Nationale Commune des Programmes Scolaires (BNCC, en portugais), qui fonctionne avec une relation d'opposition entre la connaissance intéressée et la connaissance désintéressée. La BNCC a une méthodologie claire d'opérationnalisation avec la conception

de la connaissance utilitaire : un mouvement circulaire dans lequel les sens de la formation pour le (marché du) travail sont constitués dans une *discursivité logique de marché*, propre à une formation discursive de l'esprit d'entreprise (Nogueira; Dias, 2018). En ce sens, le lieu de la pratique pédagogique⁵ est central, puisque, dans le lieu où l'on décide d'enseigner, on a la détermination du champ dans lequel les problèmes scientifiques seront formulés et la nécessité de sélectionner ce qui est transmis, dans l'enseignement, compte tenu des finalités assignées à cette transmission. (Pêcheux, [1969] 2011, p. 197).

Pêcheux problématise le rôle des chercheurs dans le rapport au matérialisme historique en soulignant la possibilité d'intervenir dans le champ même de la connaissance expérimentale, en pensant à ces travailleurs qui seraient dans la situation de pouvoir contribuer au développement du matérialisme historique comme science, mais qui sont coupés de l'accès à la connaissance scientifique réelle, de sorte qu'ils sont « coupés » de la formation scientifique (dans l'école), dont ils ne sont que les applicateurs conscients ou inconscients. La conclusion de Pêcheux reste un impératif pour la SHS et l'AD. Il affirme que c'est l'unité de la pratique (des travailleurs des SHS) et de la théorie du matérialisme historique qu'il faut instituer. « Et bien évidemment, cette unité nécessite non seulement des transformations pédagogiques, mais aussi **une lutte politique de manière directe.** » (Pêcheux, 2011b [1969], p. 201, souligné par moi). Quelle est la lutte politique directe dans la conjoncture actuelle? On doit oser lutter.

RÉFÉRENCES

MARIANI, Bethania. As Ciências Humanas, a Análise do Discurso e o Momento Atual: discursos sobre ciência aberta, políticas públicas e periódicos científicos. **Policromias–Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**,

5 Voir la distinction que fait Pêcheux entre la pratique de production de connaissances (« recherche »), la pratique d'application et la pratique pédagogique, en considérant la dominance de la première sur les deux suivantes, ces pratiques étant couvertes par le terme de « travailleurs des sciences humaines ». (Pêcheux, [1969] 2011).

Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 164-181, set./dez. 2022. Disponible à l'adresse: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/download/55627/30663>. Accès le: 21 jan. 2023.

NOGUEIRA, Luciana. **Discurso, Sujeito e Relações de Trabalho na Contemporaneidade**. Campinas: Pontes, 2017. 371p.

NOGUEIRA, Luciana; DIAS, Juciele Pereira. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Sentidos em disputa na lógica das competências. **Revista Investigações**, Recife, v. 31, n. 2, jul./dez. 2018. Disponible à l'adresse: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/238170/31069>. Accès le: 21 jan. 2023.

NOGUEIRA, Luciana; CESTARI, Mariana Jafet. Análise de Discurso e Militância Política. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; BALDINI, Lauro José Siqueira. (org.) **Análise de Discurso e Materialismos: prática política e materialidades**. Volume II. Campinas: Pontes, 2018. p. 115-138.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel [1966]. Reflexões sobre a situação teoria das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, Eni. (org.) **Análise de Discurso – Michel Pêcheux**. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011a. p. 21-54

PÊCHEUX, Michel. [1969] As Ciências Humanas e o “Momento Atual”. In: ORLANDI, Eni. (org.) **Análise de Discurso – Michel Pêcheux**. Textos selecionados por Eni Orlandi. Trad. Bethania Mariani. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011b. p. 175-202.

PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

Evandra e Thiago: No texto *A aplicação dos conceitos da Linguística para a melhoria das Técnicas em Análise de Conteúdo*¹, Michel Pêcheux discute, em seu início, uma ambiguidade relativa ao estatuto epistemológico da Análise de Conteúdo, ao dizer que “no caso da análise de conteúdo, há uma ambiguidade, isto é, não sabemos se a análise de conteúdo se relaciona a um tipo prática empírica ou se há aplicação de uma disciplina específica e qual é essa disciplina” (Pêcheux, [1973] 2015d, p. 204). A Análise do Discurso, hoje, vista por um viés que não o da própria disciplina, sofre de uma ambiguidade semelhante à da Análise de Conteúdo, ambiguidade que reside na consideração se a AD é uma teoria ou uma metodologia. Como, hoje, podemos marcar a AD como uma teoria materialista dos processos discursivos, considerando os discursos outros que a colocam como uma metodologia de pesquisa?

1 Publicação original: PÊCHEUX, Michel. L'application des concepts de la linguistique à l'amélioration des techniques d'analyse de contenu. **Ethnies**, v. 3, 1973. p. 101-118.

Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel [1973]. A aplicação dos conceitos da Linguística para a melhoria das técnicas em Análise de Conteúdo. Tradução: Carolina Rodríguez-Alcalá. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015d. p. 203-226.

ANÁLISE DE DISCURSO: UMA CIÊNCIA DA LINGUAGEM

Eni Puccinelli Orlandi (Labeurb-IEL/UNICAMP)

Na realidade, hoje são muitas as chamadas Análise de Discurso, que, epistemologicamente, têm compromissos bastante distintos. Mas estou falando de uma específica que é a que se filia ao materialismo.

Podemos iniciar a resposta a essa entrevista dizendo que toda ciência, e a Análise de Discurso de que falo é uma Ciência, se pauta por uma teoria, seu método, seus procedimentos analíticos e seu objeto. E o critério para ser ciência é haver consistência na relação entre teoria, método, procedimentos e objeto, para que seus resultados sejam confiáveis. Sem esquecer que toda teoria – no caso da Análise de Discurso, considerando-se a filiação a M. Pêcheux, seu fundador, é uma práxis, ou seja, teoria e prática se conjugam criticamente –, enfim, toda teoria deriva de um campo filosófico da ciência, neste caso, o do materialismo. Dentro de uma formulação epistemológica materialista, a Análise de Discurso configura uma posição teórica e de método específicos e consistentes com seu objeto, o discurso, não se tratando só de uma metodologia de análise. Nesse campo, habitam Marx, Althusser, o próprio Pêcheux, enquanto filósofo, e Freud, se consideramos a psicanálise no campo do materialismo do sujeito. Em alguns casos, pode-se considerar Foucault, embora Pêcheux o coloque na linhagem sociologista (entre os “ismos” de que sofre a Análise de Discurso).

Mas penso que há uma distância tão grande entre a Análise de Conteúdo e a de Discurso – na consideração da ordem da linguagem, ou seja, a linguagem não é transparente, tem sua ordem, sua materialidade que opacifica o olhar interpretante diante do significante – que a própria pergunta se contorce ao falar em ambiguidade e colocar a palavra metodologia, quando se trata da Análise de Discurso. Já pensando na perspectiva materialista, são antes as noções de *processo*, de *movimento* e de *transformação* que interessam ao analista de discurso. No caso da Análise de Conteúdo, a palavra metodologia pode ser próspera, mas não faz sentido se pensarmos a Análise de Discurso. Neste caso, talvez se pudesse afinar a pergunta se a palavra for MÉTODO. E sim, a Análise de Discurso tem sua teoria que é a da determinação histórica dos processos de significação (Pêcheux, 1975); e tem seu método que se fundamenta na relação constitutiva da linguagem com sua exterioridade, sustentada no eixo da tensão entre paráfrase e polissemia. Em termos de Pêcheux (1969), na composição do *processo de produção* com as *condições de produção* da linguagem. Método que redefine o que é paráfrase, o que é efeito metafórico, e que introduz a noção de historicidade, de exterioridade constitutiva, de posição-sujeito, definindo o discurso – objeto da Análise de Discurso – como *efeito de sentidos* entre locutores. Metodologicamente, para que a análise seja efetivada, é necessário trabalhar com a produção do real da significação, lidando com formações imaginárias, com a relação linguagem e ideologia. E, nos passos da análise, o método se engaja oferecendo procedimentos para passar do texto (discurso “concreto”) para o objeto discursivo (transformação do discurso concreto em objeto teórico) até alcançar o processo discursivo, processo que já não diz respeito apenas ao material analisado, mas a outros materiais existentes. Para isso, concorrem noções como as de formação discursiva, formação ideológica, interdiscurso, efeito metafórico, deriva. É dentro de uma formulação epistemológica materialista que a Análise de Discurso configura uma posição teórica e de método específicas; como vemos, não se trata só de “metodologia” de análise, instrumento empírico.

Parte dessa ambígua fala desses “discursos outros”, que dizem da Análise de Discurso como metodologia, assenta-se na necessidade de pensar a noção de discurso como subserviente à noção de língua, ou a se considerar a própria Análise de Discurso como mera aplicação da Linguística. O que se estenderia a outros campos científicos que lançariam mão da Análise de Discurso como mero instrumento empírico, ou seja, como metodologia científica (operacionalização). Ora, a Análise de Discurso não é uma aplicação, ela é uma Semântica, a Semântica Discursiva, que justamente não se define como mais um nível da análise linguística, mas “[...] o ponto nodal em que a linguística tem a ver com a filosofia e as ciências das formações sociais” (Orlandi, 2014, n. p.)¹. O domínio da semântica, dizem Pêcheux e Fuchs (1975, p. 3), não poderia ser concebido como fazendo pura e simplesmente parte da linguística. Daí o traçado de uma separação teórica entre a linguística e a semântica discursiva, isto é, determinada historicamente por relações ideológicas inerentes a uma formação social dada. É desse modo que se caracteriza o que Pêcheux chama teoricamente de *campo metafórico* da Análise de Discurso, adjetivado epistemologicamente como materialista, e que propicia, como tenho proposto, uma *disciplina de entremeio*, que se constitui antes na contradição entre as disciplinas que constituem esse campo: a Linguística, a Psicanálise e as Ciências Humanas e Sociais. Beneficiando-se do corte epistemológico produzido por autores como Marx, Saussure e Freud conjuntamente. Não se trata, pois, de mera aplicação da linguística, nem de um instrumento no sentido utilitário.

Em outras palavras, faz sentido aqui lembrar o que diz P. Henry (1997) sobre *instrumento* a partir da crítica de Pêcheux a respeito da concepção, nas Ciências Sociais, da prática científica em continuidade com as práticas técnicas, colocando em jogo a especulação, a teorização e uma utilização de instrumentos. E distingue o uso do instrumento quando há reinvenção do instrumento, ou seja, apropriação

1 A citação está presente na quarta capa da tradução do livro *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.

do instrumento por uma teoria, e quando não há essa apropriação. Caso em que as Ciências Sociais estão em continuidade com a ideologia (Orlandi, 2009), não se destacando dela, e que fazem uso, em muitos casos, da Análise de Conteúdo. E está aí a questão, a da *apropriação teórica do instrumento*. E é bem esse o caso quando distinguimos método e metodologia, ou quando falamos em distinção da própria noção de instrumento. Nessa necessidade da apropriação teórica do instrumento, que deixa de ser empírico.

A Análise de Discurso é uma disciplina de interpretação. A ligação do que faz do homem um ser simbólico e o homem como ser histórico está na interpretação. Se, de um lado, os fatos reclamam sentidos (Henry, 1988) e, por outro, o homem está condenado a significar (Orlandi, 1996), há injunção à interpretação, é esta relação entre essas duas necessidades em relação ao significar que constitui o cerne do gesto de interpretação e sua eficácia ideológica. Assim, a Análise de Discurso não só interpreta, ela interroga a interpretação. Dessa perspectiva, tratamos da questão do sentido posto fora do idealismo subjetivista e do objetivismo abstrato, ou como dizemos, na Análise de Discurso dos anos 1960, o sentido não é conteúdo, ou em anos subsequentes (1980), o discurso é estrutura e acontecimento, sendo sua análise o que oscila em um batimento ritmado entre descrição e interpretação. Essa é a posição de Pêcheux (1990), crítica a uma ciência régia (como o estruturalismo ou o formalismo) que é negação da interpretação, a do discurso sem sujeito. Postulamos a não centralidade do sujeito, enquanto afirmamos que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia, pois a interpelação ideológica constitui o sujeito.

Do ponto de vista da teoria e método da Análise de Discurso, tenho distinguido o *dispositivo teórico* e o *dispositivo analítico da interpretação* (Orlandi, 1996). O dispositivo teórico estabelece noções e conceitos com os quais trabalha a Análise de Discurso. O gesto do analista de discurso é determinado pelo dispositivo teórico, enquanto o gesto do sujeito comum é determinado pelo dispositivo ideológico. Sem esquecer que “determinar” significa ser constitutivo e não relação de causa/

efeito, muito menos mecânica. A mediação produzida pelo dispositivo teórico da interpretação produz um deslocamento – expõe a espessura material da linguagem – que permite ao analista trabalhar as fronteiras das formações discursivas, seu jogo como regiões do interdiscurso. O analista entra, então, numa relação crítica com o conjunto complexo (à dominante) das formações. Ele não ocupa uma posição neutra, pois está afetado pela interpretação, mas se deslocará de sua posição pelo encontro com a materialidade da linguagem, em sua não evidência, sua opacidade, o que relativiza sua relação “naturalizada” com a interpretação. Já o dispositivo ideológico coloca o sujeito na posição da determinação ideológica. A da transparência da linguagem submetida ao jogo da interpretação. Ele se identifica e se reconhece no sentido lá. O analista, em sua posição, diferentemente, contempla o movimento da interpretação, numa posição que entremeia a descrição com a interpretação e que pode tornar visíveis as relações entre sentidos múltiplos. O analista não só procura compreender como o texto produz sentidos, ele procura determinar que gestos de interpretação trabalham aquela discursividade que é objeto de sua compreensão.

Quanto ao *dispositivo analítico* ele se faz em consistência com o dispositivo teórico. Há um movimento contínuo entre a teoria e a análise. Quando trabalhamos com o dispositivo analítico, como é proposto no campo teórico da Análise de Discurso, trabalhamos com a estrutura e o acontecimento e esses aspectos que tocam o acaso e o equívoco e a forma histórica da interpretação estão presentes na compreensão de cada gesto de interpretação. E, como tenho dito (Orlandi, 1996), com a noção de ideologia, se evita pretender chegar à verdade do sentido, pois se visa *o real do processo de significação*. Importante ressaltar que o dispositivo analítico é estruturado como segue: pela questão do analista, pela natureza significativa do material que ele analisa, pelos objetivos que ele visa e pelo lugar disciplinar em que ele se situa. Este último – o lugar disciplinar que o sujeito analista pode ocupar – é que faz com se equivoquem com a questão posta nesta entrevista, a de ser a Análise de Discurso um método ou apenas um instrumento empírico, ou seja,

uma metodologia. Pois bem, o engano está em que esse lugar disciplinar só vai funcionar se o sujeito, *na posição sujeito analista de discurso*, trabalhar com a *teoria* e o *método* da Análise de Discurso e chegar a seus resultados. Na sequência, de retorno a seu campo teórico, se for esse o caso, o sujeito, nessa sua posição disciplinar outra, não interpretará meramente esses resultados, para usá-los, ele os tomará como objeto de reflexão e buscará compreendê-los à luz da(s) teoria(s) de que parte. O sujeito, em seu campo disciplinar, terá, por sua vez, de reinventar teoricamente seu instrumento a partir da Análise de Discurso, o que, certamente, trará consequências para seu campo teórico, disciplinar, de partida. E isso é transformação, movimento, processo. Característica do materialismo.

REFERÊNCIAS

HENRY, Paul [1988]. Sens, sujet, origine. **Linx**, Paris, n. 19, p. 29-42. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/linx_0246-8743_1988_num_19_1_1105. Acesso em: 21 jul. 2023. (Tradução brasileira: E. P. Orlandi, 1993).

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: HAK, Tony; GADET, Françoise (org.). **Por uma análise automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 13-60.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Claude Lévi-Strauss, Michel Pêcheux e o estruturalismo. **Comciência**, Guanambi, v. 108, p. 5, 2009.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico, Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Analyse Automatique du Discours**. Paris: Dunod, 1969.

PÊCHEUX, Michel. **Les Vérités de la Palice**. Paris: Maspero, 1975.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. Mises au point et perspectives à propôs de l’analyse automatique du discours”. **Langages**, Paris, Larousse, 1975.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes Editores, 1990.

QUANDO A TEORIA “IGNORA SAUSSURE”: RELAÇÕES ENTRE CIÊNCIA, MÉTODO E INSTRUMENTOS TÉCNICOS NA ABORDAGEM DA LÍNGUA

Carolina Rodríguez-Alcalá (UNICAMP)

A pergunta que me foi colocada toca uma questão crucial na história das ciências, que diz respeito às relações entre uma teoria científica, o método e os instrumentos técnicos. É o que Michel Pêcheux se coloca já na “pré-história” da Análise do Discurso (AD), nos textos publicados entre 1966 e 1967 sob o pseudônimo de Thomas Herbert. Paul Henry os retoma mais tarde para discutir os fundamentos teóricos da *Análise Automática do Discurso*, obra com que Pêcheux inaugura a disciplina, em 1969 (e a cuja versão integral em português, aliás, temos finalmente acesso desde 2019, graças à tradução de Eni Orlandi e Greciely Costa).

Henry nos diz que toda disciplina se institui pelo “empréstimo” de instrumentos, “materiais” ou “abstratos”, que ela procura nas práticas científicas já estabelecidas ou nas práticas técnicas. O autor menciona o exemplo da balança, instrumento “material” que teve uma primeira utilização técnica ligada ao comércio antes de ter sido apropriado e integrado por Galileu à teoria da física. Também os conceitos de ideologia e inconsciente podem ser entendidos como ferramentas “abstratas” que Pêcheux “toma emprestadas” do materialismo histórico e da

psicanálise, respectivamente, para refletir sobre a língua saussuriana e formular seu objeto, o discurso.

Nessa mesma direção, se assumimos a tese da gramatização postulada no campo da história das ideias linguísticas por Sylvain Auroux, devemos considerar que todo o conjunto de disciplinas que integram as ciências da linguagem modernas se apoia sobre o “empréstimo” ou transferência do que, no início, foi uma prática empírica de acesso ao texto escrito na Grécia antiga, a *tékhné grammatiké*. Como explica Françoise Desbordes, o sistema da *scriptio continua*, pelo qual as letras eram dispostas sem nenhum tipo de pontuação ou separação entre si, exigia ferramentas para reconhecer os caracteres e agrupá-los em unidades maiores, encaixadas umas nas outras, o que levou a criar a sequência *letra-sílaba-palavra-enunciado*. É sobre essa prática de segmentação e categorização do *continuum* da matéria sonora da língua, apoiada sobre uma escrita alfabética (surgida aliás, como a balança, ligada ao comércio), que toda a reflexão sobre a linguagem em Ocidente se desenvolveu. Podemos reconhecê-la na divisão da unidade da língua em níveis (fonológico, morfológico, sintático) organizados em torno dessas categorias e na constituição das disciplinas modernas que Pêcheux, no texto em discussão, evoca nas referências que faz aos nomes de Trubetzkoy, Saussure ou Chomsky (Pêcheux, [1973] 2015, p. 205). Embora saibamos que tal divisão está longe de ser uma questão pacífica, algo discutido na AD, que mostra a desestabilização que introduzir o problema dos *sentidos* produz nesses níveis, e sobre o qual já Saussure discorria quando falava do “problema delicado” que é delimitar as categorias ou unidades da língua. No *Curso de Linguística Geral* (CLG), encontramos um capítulo dedicado a esse problema, que reaparece em diversas outras passagens em que o fundador da linguística moderna afirma que a palavra não recobre a definição de unidade linguística. As unidades da língua podem ser “maiores ou menores que a palavra”, diz, sendo que, em todos os casos, sua delimitação apresenta “as mesmas dificuldades que as palavras propriamente ditas, e é difi-

cílimo desenredar, numa cadeia fônica, o jogo das unidades nela contidas e dizer sobre quais elementos concretos uma língua opera” (cf. Pêcheux, [1973] 2015, p. 123). Essa observação me parece importante para evitar um frequente equívoco de equiparar o signo saussuriano à palavra e considerar que, para Saussure, a língua é um léxico, algo que nunca disse e que explicitamente rejeita (talvez o próprio Pêcheux tenha incorrido nele). O que ele diz é que opta por trabalhar com a unidade da palavra para extrair princípios gerais válidos para quaisquer unidades linguísticas (cf. p. ex. p. 132). E esses princípios têm a ver – eis o que, a meu ver, define o caráter revolucionário de seu pensamento – com a definição *antisubstancialista, negativa, estritamente diferencial* dessas unidades, algo em que Saussure não se cansa de insistir e que Pêcheux vai adotar para pensar discursivamente a língua.

Podemos situar essa relação entre ciência e técnica em um nível ainda maior de generalidade se consideramos que não somente as *divisões da unidade* da língua, mas que sua *própria unidade* é resultado dessa prática empírica gramatical, tendo em vista o fato de que a língua como unidade formal separada não é um *objeto real* que pode ser encontrado no mundo. Esse é outro postulado central da tese da gramatização, que explica a afirmação (algo provocativa) de Sylvain Auroux de que “a língua não existe” e que se opõe diametralmente à concepção chomskiana da língua como *objeto real* que existiria no cérebro dos falantes (o que, para Auroux, não passa de “um axioma do senso comum”, como diz no texto “Língua e hiperlíngua”). Notemos que isso toca, de certo modo, uma inquietação que, na conclusão do capítulo sobre as entidades concretas da língua (Pêcheux, [1973] 2015, p. 123-124), Saussure exprime a respeito do “caráter estranho e surpreendente” do objeto das ciências da linguagem. Na maioria dos domínios científicos, observa, a questão das unidades sequer se esboça, pois elas são objetos bem definidos e dados desde o começo, como o animal que se oferece desde o primeiro instante em Zoologia, os astros enquanto unidades separadas com que opera a Astronomia ou o bicro-

mato de potássio, cuja natureza e composição estuda a Química; já a unidade da língua sobre a qual se debruça a Linguística, diz Saussure, não é um objeto bem definido e “dado de começo”, nem “oferece unidades concretas perceptíveis à primeira vista, sem que se possa duvidar, entretanto, de que existam e que é seu jogo que a constitui”.

Reconhecer essa relação entre ciência e técnica, a meu ver, permite levar em conta o caráter *material* e *histórico* do saber linguístico, pela compreensão de que este não emerge “do ar” ou “do espírito” dos sujeitos do conhecimento, que à maneira do Barão de Münchhausen, se elevariam do chão puxando-se pelos cabelos, mas está apoiado num *trabalho* sobre a *matéria física linguageira* realizado na história, do qual resulta a própria constituição do objeto do conhecimento – o que nos obriga a concluir que as chamadas “línguas naturais” que a linguística estuda são *artefatos históricos*. (Marx, como bom iluminista, dizia que o homem não vive no mundo natural, mas no mundo desde sempre já transformado pelo seu trabalho, através das tecnologias que fabrica; é, portanto, esse mundo transformado – *ordem da cultura* – que o homem *conhece*.)

O saber linguístico moderno (científico ou do senso comum) está, assim, inscrito no que podemos chamar de uma *memória da língua* produzida na história ocidental (*língua* no singular, como *unidade, generalidade*), num sentido distinto e entrelaçado à *memória da língua* de que nos fala Maria Onice Payer em suas pesquisas sobre línguas de imigração (*língua(s)*, portanto, como *pluralidade, particularidade*) – duplicidade de sentidos que remete à questão filosófica da relação entre o *uno* e o *múltiplo* que é mobilizada por Pêcheux quando fala da ambiguidade do fato de que há *língua* e *línguas*.

As diferentes e heterogêneas disciplinas na história das ciências da linguagem podem ser vistas como *gestos de atualização* dessa memória ocidental da língua (*ideias* enraizadas em *práticas técnicas*) realizados conforme a rede de filiações ou o horizonte de retrospec-

ção (para lançar mão da expressão de Auroux) que cada uma desenha para instituir-se. Gestos que, por sua vez, podem ser entendidos a partir de um jogo entre *processos parafrásticos* e *polissêmicos*, que, para Eni Orlandi, como sabemos, caracterizam não somente um funcionamento sintático ou semântico pontual, mas todo o funcionamento da linguagem, todo *dizer da língua* (como diz já em *A linguagem e seu funcionamento*, de 1983, em particular no capítulo “O sentido dominante...”). Estendemos essa reflexão ao âmbito da história das ciências para compreender que há historicidade no *dizer sobre a língua*, no *saber* sobre ela na medida em que, em todo saber, há sempre um saber sedimentado que se mantém (*paráfrase, memória*) e um saber que se desloca (*polissemia, atualidade*). E que é nessa tensão entre paráfrase e polissemia, nesse cruzamento entre memória e atualidade, que as ideias linguísticas se constituem, fazem seu percurso, se movimentam (estamos parafraseando Eni).

Fiz todo esse percurso para tentar melhor situar a pergunta que me foi feita, identificando as complexas questões que mobiliza, e poder assim indicar em que direção, a meu ver, devemos procurar as respostas (se eu conseguir fazer isso já ficaria satisfeita, para além de minhas próprias limitações em vir a encontrar essas respostas).

Partimos então do pressuposto de que o “empréstimo” de instrumentos, conceituais ou técnicos, que constituem o método de uma disciplina é a condição de toda prática científica e que as disciplinas da linguagem modernas partilham instrumentos fabricados na história da gramática ocidental, que produziram, ao mesmo tempo, o próprio objeto *língua* como unidade formal separada e dividida em níveis. Da gramática greco-latina à gramática filosófica, dos neogramáticos a Saussure, de Chomsky a Pêcheux é possível identificar um saber comum sedimentado nessa memória ocidental (paráfrase) a partir do qual se produziram saberes muito diferentes do que seja essa unidade da língua e de como funciona (polissemia).

A primeira pergunta que cabe fazer então é: na atual configuração das disciplinas científicas, *como, até que ponto e sob que condições* esse “empréstimo” de instrumentos pode ser efetuado, de forma a permitir uma “costura” consequente para compreender seus respectivos objetos (como a que faz Pêcheux com a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise, por exemplo) e não uma “colcha de retalhos” que não vai muito além do senso comum? Qual é, recorrendo às formulações de Eni Orlandi, a autonomia do *dispositivo teórico* de uma disciplina em relação a seu *dispositivo metodológico* e *analítico*, mesmo em relação à constituição do corpus?

Vou sustentar que essa possibilidade de “empréstimos” depende da concepção do *objeto do conhecimento* e do *estatuto do real* que as disciplinas assumem. É a partir disso que proponho interrogar a Análise de Conteúdo (AC), em contraponto com a AD, para discutir a questão sobre o método que me foi colocada.

Pêcheux coloca no texto em discussão que, ao instituir-se como disciplina científica moderna em torno dos referidos níveis formais da língua (*fonológico, morfológico, sintático*), a linguística se retirou de uma série de terrenos relativos à questão da *significação*, à “região da comunicação ou da transmissão do efeito de sentidos” (Pêcheux, [1973] 2015, p. 205). Esses terrenos, observemos, se situam na região limítrofe entre a *língua* e sua *exterioridade*, entre *linguagem* e *sociedade*. Não é então por acaso que vieram a ser ocupados, como diz Pêcheux, por disciplinas das ciências sociais, ciências humanas ou ciências do comportamento (Pêcheux, [1973] 2015, p. 205) – aquelas que, em 1977, com Françoise Gadet, vai chamar de “sociologistas”, por oposição às disciplinas “logicistas”.

É no interior dessas disciplinas posteriormente chamadas de “sociologistas” que a AC se desenvolveu, apresentando-se como um conjunto de instrumentos de análise de textos para “descrever seu conteúdo” e “interpretar seus significados” que podem ser parti-

lhados por linguistas, psicólogos, jornalistas, sociólogos, historiadores e cientistas sociais, de modo geral (sobre a AC, cf. p. ex. o livro *Análise de Conteúdo* da psicóloga Laurence Bardin ou o artigo com o mesmo nome de Roque Moraes).

Devemos, nesse ponto, refinar nossa pergunta: esses instrumentos fabricados pela AC permitem reintroduzir os problemas relativos à significação que haviam sido excluídos pela linguística?

Pêcheux diz no texto que não e volta insistir nisso com Gadet, na crítica às abordagens tanto “logicistas” como “sociologistas” da língua. Mas por que não permitem? Eis o *quid* da questão e o que nos cabe responder aqui. Vou pinçar, para tanto, uma expressão que aparece diluída no texto de Pêcheux (no início da p. 206) e que para mim é crucial: não permitem porque a AC *ignora Saussure*. E por que ignora? A meu ver, por três questões principais, que podemos enunciar assim: porque *o sentido não é conteúdo, a referência não é o objeto no mundo, a língua tem uma ordem própria*.

A primeira é a mais evidente e tem a ver com o próprio nome da disciplina, embora se estenda às demais abordagens sociologistas. Para Saussure, os sentidos não são conteúdos ou “ideias dadas de antemão”, mas “valores puramente diferenciais” que “emanam do sistema” e que não se definem “positivamente por seu *conteúdo*, mas negativamente por suas *relações* com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é *ser o que os outros não são*” (Pêcheux, [1973] 2015, p. 136, grifos nossos). “O que haja de ideia ou de matéria fônica num signo importa menos que *o que existe ao redor dele nos outros signos*”, afirma, pois o que determina a significação de um termo não está dado pelo que “há *nele*”, mas pelo que “*existe fora*” dele “*nos outros termos*”, pela *relação* que estabelece com “aquilo que o *rodeia*” (p. 134, 135, 138, 139, grifos nossos).

Mas, se esses valores que “levam à significação” se definem negativamente, eles “*não são abstrações*”, esclarece Saussure (p. 23, 137).

De um lado, porque não existem fora da matéria física da *língua*, união de “pensamento-som” que não pode ser desmembrada, como “o verso e o averso de uma folha de papel” – não há “nem materialização do pensamento, nem espiritualização do som” (p. 119, 130-131, 138); de outro lado, porque não existem fora dos *indivíduos*, pois os signos são “realidades tangíveis” que “têm sua sede no cérebro” (p. 23). Entretanto, se “têm sua sede no cérebro”, não são realidades naturais (orgânicas) que têm sua origem nos indivíduos, mas resultam de um “consentimento coletivo” exterior e anterior a eles que lhes foi “depositado pela prática da fala” – a língua, para Saussure, é uma instituição social, um “tesouro recebido de fora”, ao mesmo tempo “atual” e “produto do passado” (“não é a linguagem que é natural ao homem”, diz, “mas a faculdade de constituir uma língua”) (p. 16, 18, 21, 23, 132).

Identificamos nessas passagens elementos que Pêcheux, que não ignorava Saussure, retomou para formular a concepção materialista e histórica de significação que caracteriza a AD e suas diferenças com a concepção “sociologista” da AC. Essas diferenças permitem afirmar que a AC e a AD não têm o mesmo *objeto* – tendo em vista que o objeto do conhecimento não é um *objeto real*, mas um *objeto teórico*, criado por *um ponto de vista*, como diz o próprio Saussure. O objeto da AC são *conteúdos* que existem por trás da língua; o da AD, resulta das *relações* entre suas unidades. Se o método de uma disciplina é o conjunto de instrumentos construídos para observar seu objeto (como a luneta que Galileu construiu para observar a lua), os instrumentos (“lunetas”) da AC e da AD não estão apontados para o mesmo objeto (para a “mesma lua”), mas para objetos (“luas”) diferentes. Se quem procura acha, como se diz, só se acha o que se procura: a AC e a AD procuram, e acham, fatos diferentes.

A língua não tem o mesmo estatuto para ambas as disciplinas. Os instrumentos da AC e das abordagens “sociologistas”, em geral, são feitos para atravessar “[...] a superfície do texto, a sequência sintagmática, em direção a um sentido que supostamente se encontra

por trás”, como diz Pêcheux, [1973] 2015, p. 206. Os da AD “param na materialidade”, na expressão de Eni, buscando operacionalizar, em todas as etapas da pesquisa, o gesto de relacionar. É o que lemos, por exemplo, na definição do conceito de formação discursiva (FD) (à p. 161 de *Semântica e discurso...*), como sistema específico de relações de substituição, paráfrase, sinonímia, dado que “[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’ [...]; seu sentido se constitui [...] nas *relações* que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições” (daí que não possamos falar de uma FD “x” ou “y” *a priori*, antes de ter reconstituído, pela análise, essas relações, um frequente deslize nas práticas em AD). Esse gesto “relacional” explica, também, a centralidade do procedimento analítico da paráfrase, ferramenta para “triturar a língua” (a expressão é de Pêcheux) e visualizar relações (oposições, substituições, encadeamentos, derivas possíveis), ou o caráter não “inaugural” do *corpus*, na medida em que as relações que o analista reconstrói no material que selecionou inicialmente o levam a olhar para outros (novos) materiais, de natureza diversa e heterogênea (sobre essa questão do corpus Eni Orlandi discorria já naquele livro *Vozes e contrastes...*, de 1989, organizado junto com Eduardo Guimarães e Fernando Tarallo). Trata-se sempre, a partir da análise da matéria da língua (e/ou de outras matérias significantes, não verbais), de compreender relações de sentidos que ligam o que se diz *num lugar* com o que se diz *em outro lugar* (paráfrase, intertextualidade), com o que *pode ser dito* a partir desse dizer (polissemia, deriva), com o que *fala antes e independentemente* (interdiscurso), com o que *não se diz* (o silêncio, em suas diferentes formas, como define Eni Orlandi).

Os resultados analíticos serão muito diferentes conforme essas abordagens – sociologista ou materialista. Ilustremos com um exemplo: o enunciado “o guarani é a língua do coração”, que caracteriza os discursos sobre a língua no Paraguai (que analisei lá atrás em minha tese de doutorado).

De uma concepção sociologista ou “conteudista”, como a dos trabalhos sociolinguísticos clássicos realizados entre as décadas de 1950 e 1960, o sentido desse enunciado remete a um conteúdo psicológico ou psicossocial – um “sentimento de amor” e “orgulho” pelo guarani existente em seus falantes. O dispositivo teórico (os conceitos de “atitudes”, “orgulho/vergonha”, “lealdade”, “função emotiva” da língua, *etc.*) é consequente com essa concepção e o principal desafio metodológico é “elicitare” ou “trazer à tona” esse conteúdo, que pode permanecer “oculto” por “trás” das palavras (o falante pode, por exemplo, dizer que “ama” e “sente orgulho” pela língua, mas “*no fundo* sentir vergonha”). A conclusão desses trabalhos é que esse enunciado “emotivo” mostra a superação dos preconceitos colonialistas em relação a uma língua de origem indígena e do sentimento de “vergonha” historicamente associado a ela por seus falantes.

Uma análise desse mesmo enunciado a partir de uma visão materialista e “relacional” da significação, como a da AD, nos levou a olhar para o que há “ao redor” dele nos outros enunciados. E o primeiro que salta à vista é o enunciado “o espanhol é a língua da razão”. Foi essa oposição (diferença) *razão/emoção* a “ponta do novelo” que nos permitiu desenredar a rede de sentidos que inscrevem esse enunciado num discurso colonialista, que identifica “razão” e “evolução” e associa esses termos à “superioridade” da cultura europeia: o sentido de “língua do coração”, assim, é *não ser* “língua da razão”, isto é, “evoluída” – daí a possibilidade de encadear ou substituir “língua do coração” por “língua mais expressiva”, “mais natural”, “mais próxima da origem”, “da natureza” ou, simplesmente, por “língua primitiva”. Esse enunciado não indica, portanto, a superação da visão colonialista das línguas (culturas) indígenas, mas uma *formação discursiva diferente* no interior do *mesmo interdiscurso colonialista*, que hierarquiza (subordina) sujeitos, sociedades, nações a partir de uma definição ao mesmo tempo (e contraditoriamente) evolucionista e racionalista da realidade huma-

na, que é característica do cientificismo da segunda metade do século XIX e cujos ecos se fazem sentir até hoje.

Notemos que o estatuto diferente da língua que essas abordagens pressupõem está atrelado a concepções diferentes do próprio estatuto do real. Ao considerar que as significações preexistem à língua, esta se torna um veículo transparente ou, no pior dos casos, uma “vidraça empoeirada através da qual insistimos em espiar diretamente as coisas” (como diz Pêcheux em “Ler o arquivo hoje”). O que, novamente, ignora Saussure, para quem a língua não é “uma lista de palavras que correspondem a coisas”, uma nomenclatura, pois esse vínculo entre as palavras e as coisas “está longe de ser uma operação simples”: o signo linguístico, diz ele, “não une uma *coisa* a uma *palavra*, mas um *conceito* a uma *imagem acústica*” (p. 79, 80). Essa questão define o gesto antipositivista (nem sempre bem compreendido) de Saussure. Se uma palavra não está ligada diretamente à *coisa*, mas ao *conceito* da coisa, a referência da língua não é o objeto no mundo *em si*, mas o objeto *já significado* no jogo de relações internas dos signos e por “consentimento coletivo”. Isto é, os referentes não são os *objetos naturais, pré-sociais e pré-históricos* dos quais os signos seriam “etiquetas”, como diz Pêcheux (na p. 132 de *Semântica e discurso...*), mas objetos construídos com a intervenção da matéria da língua, base de processos sócio-históricos de significação.

A língua tem, por isso, “uma racionalidade que lhe é inerente” (como diz Benveniste em *Problemas de Linguística Geral*), uma *ordem própria*, que responde a princípios de estruturação e funcionamento distintos aos da *ordem exterior* à qual se articula através de mecanismos que “estão longe de serem simples”. Pois há *o real da língua*, que não se confunde com *o real da história* ou *o real do inconsciente* (como vemos no início de *Materialidades discursivas* ou no capítulo I de *A língua inatingível...*). E é esse fato aquilo que delimita o objeto das ciências da linguagem. Ao situar a gênese da significação *fora* da língua, as abordagens sociologistas desconhecem sua ordem própria, diluindo-a

na ordem exterior e estabelecendo uma relação de simples *causalidade* dos condicionamentos sociais (políticos) sobre ela. As ciências da linguagem perdem seu objeto e, com ele, seu estatuto científico, ficando reduzidas, no melhor dos casos, a uma simples metodologia ou técnica subordinada às ciências sociais – um pano para retirar a poeira da vidraça da língua e restituir-lhe a transparência necessária para enxergar as coisas. Isso explica, acho, a ambiguidade do estatuto epistemológico da AC que Pêcheux aponta.

É nessa direção que se desenvolve o raciocínio de Pierre Bourdieu (em *A economia das trocas simbólicas. O que falar quer dizer*), para quem linguística não passa de uma pseudociência, pois não tem um objeto próprio: “Os linguistas não fazem senão incorporar à teoria um objeto pré-construído cujas *leis sociais de construção* esquecem e do qual mascaram em todo caso a gênese social” (grifos do autor). A metalinguagem da linguística seria a tradução sintomática da estruturação do social pela língua: ao descrever a estruturação da língua, os linguistas não fariam outra coisa senão homologar a estrutura social. Só o método sociológico permitiria então conhecer o “verdadeiro” funcionamento da língua, construir uma “metalinguagem autêntica” (estou reproduzindo a crítica a Bourdieu que Hélène Merlin-Kajman faz em *La langue est-elle fasciste?...*, às p. 25, 44, 50, 52, 288),

Fica claro, acredito, o desencontro do método sociologista da AC com o método materialista da AD. Mas e quanto à AD, poderia vir a tornar-se um método para outras disciplinas? Eu diria que em certa medida sim, mas desde que seja em sua qualidade de “cavalo de Tróia” (como a chamou Paul Henry), pois mobilizar seus instrumentos conceituais e analíticos com o devido rigor teórico exige assumir determinada concepção de língua, de sua relação com o mundo e de nossa própria natureza enquanto sujeitos.

REFERÊNCIAS

AUROUX, Silvan. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Pontes, 1992.

BOURDIEU, Pierre. [1982] **A Economia das Trocas Simbólicas. O Que Falar Quer Dizer**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da 'Análise Automática do Discurso', de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990.

DESBORDES. F. Les idées sur le langage avant la constitution des disciplines spécifiques. In: AUROUX, Silvan. (org.). **Histoire des idées linguistiques: la naissance des métalangages**, vol. I. Liège/Bruxelles: Pierre Mardaga, 1989. p. 149-161.

MERLIN-KAJMAN, H. **La langue est-elle fasciste? Langue, pouvoir, enseignement**. Paris: Seuil, 2003.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1988.

PÊCHEUX, Michel [1973]. A aplicação dos conceitos da Linguística para a melhoria das técnicas em Análise de Conteúdo. Traduction: Carolina Rodríguez-Alcalá. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015d. p. 203-226.

PÊCHEUX, Michel [1975] **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Pontes, 1988.

RODRIGUEZ, Carolina. **Língua, nação e nacionalismo: um estudo sobre o Guarani no Paraguai**. Tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Linguística-IEL, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

Evandra et Thiago: Sur le texte *L'application des concepts de la linguistique à l'amélioration des techniques d'analyse de contenu*¹, Michel Pêcheux commence en discutant une ambiguïté concernant le statut épistémologique de l'analyse de contenu, en disant que « dans le cas de l'analyse de contenu, il y a une ambiguïté, c'est-à-dire qu'on ne sait pas si l'analyse de contenu, relève d'un type de pratique empirique ou s'il y a application d'une discipline spécifique et laquelle? » (Pêcheux, [1973] 2015d, p. 204). L'Analyse du Discours, regardée aujourd'hui sous un autre angle que celui de la discipline elle-même, souffre d'une ambiguïté similaire à celle de l'Analyse de Contenu. Une ambiguïté qui réside dans la considération de savoir si l'AD est une théorie ou une méthodologie. Comment, actuellement, marquer la AD comme une théorie matérialiste des processus discursifs, en considérant les autres discours qui la placent comme une méthodologie de recherche?

1 Publication originale: PÊCHEUX, Michel. L'application des concepts de la linguistique à l'amélioration des techniques d'analyse de contenu. *Ethnies*, v. 3, 1973. p. 101-118.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1973]. A aplicação dos conceitos da Linguística para a melhoria das técnicas em Análise de Conteúdo. Traduction: Carolina Rodríguez-Alcalá. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015d. p. 203-226.

L'ANALYSE DU DISCOURS: UNE SCIENCE DU LANGAGE

Eni Puccinelli Orlandi (Labeurb-IEL/UNICAMP)

En réalité, il existe aujourd'hui de nombreuses analyses du discours qui, d'un point de vue épistémologique, ont des engagements très différents. Mais je parle ici d'une Analyse du discours spécifique, qui est affiliée au matérialisme.

Nous pouvons commencer à répondre à cette question en disant que toute science, et l'analyse du discours dont je parle est une science, est guidée par une théorie, une méthode, des procédures analytiques et un objet. Et le critère pour être une science est la cohérence dans la relation entre la théorie, la méthode, les procédures et l'objet, afin que ses résultats soient fiables. Sans oublier que toute théorie—dans le cas de l'Analyse du discours, compte tenu de l'affiliation à M. Pêcheux, son fondateur, est une praxis, c'est-à-dire que théorie et pratique sont combinées de manière critique -, en bref, toute théorie dérive d'un champ philosophique de la science, en l'occurrence, celui du matérialisme. Dans le cadre d'une formulation épistémologique matérialiste, l'analyse du discours configure une position théorique spécifique et une méthode cohérente avec son objet, le discours, et n'est pas simplement une méthodologie d'analyse. Ce champ comprend Marx, Althusser, Pêcheux lui-même en tant que philosophe, et Freud, si l'on considère la psychanalyse dans le champ du matérialisme du su-

jet. Dans certains cas, Foucault peut être considéré, bien que Pêcheux le place dans la lignée des sociologues (parmi les « ismes » dont souffre l'Analyse du discours).

Mais je pense qu'il y a une telle distance entre l'Analyse de contenu et l'Analyse de discours—dans la prise en compte de l'ordre du langage, c'est-à-dire que le langage n'est pas transparent, il a son ordre, sa matérialité qui opacifie le regard interprétant devant le signifiant—que la question elle-même se tord en parlant d'ambiguïté et en mettant le mot méthodologie, lorsqu'il s'agit de l'Analyse de discours. Dans une perspective matérialiste, ce sont plutôt les notions de *processus*, *de mouvement et de transformation* qui intéressent l'analyste du discours. Dans le cas de l'analyse de contenu, le mot méthodologie peut être prospère, mais il n'a pas de sens si l'on pense à l'analyse du discours. Dans ce cas, on pourrait peut-être affiner la question si le mot est MÉTHODE. Et oui, l'Analyse du discours a sa théorie qui est la détermination historique des processus de signification (Pêcheux, 1975); et elle a sa méthode qui est basée sur la relation constitutive du langage avec son extériorité, soutenue sur l'axe de tension entre la paraphrase et la polysémie. Pour reprendre les termes de Pêcheux (1969), dans la composition du *processus de production avec les conditions de production* de la langue. Une méthode qui redéfinit ce qu'est la paraphrase, ce qu'est l'effet métaphorique, et qui introduit la notion d'historicité, d'extériorité constitutive, de position-sujet, définissant le discours—objet de l'Analyse du discours—comme un *effet de sens* entre locuteurs. Sur le plan méthodologique, pour que l'analyse soit efficace, il est nécessaire de travailler avec la production du réel de la signification, de traiter des formations imaginaires, de la relation entre le langage et l'idéologie. Et dans les étapes de l'analyse, la méthode s'engage à proposer des procédures pour passer du texte (discours « concret ») à l'objet discursif (transformation du discours concret en objet théorique) jusqu'à atteindre le processus discursif, processus qui ne concerne plus seulement le matériau analysé, mais d'autres matériaux existants. A cette

fin, des notions telles que la formation discursive, la formation idéologique, l'interdiscours, l'effet métaphorique, la dérive, etc. sont mises à contribution. C'est dans le cadre d'une formulation épistémologique matérialiste que l'Analyse du discours configure une position théorique et une méthode spécifiques; comme on le voit, il ne s'agit pas seulement d'une « méthodologie » d'analyse, d'un instrument empirique.

Une partie de ce discours ambigu de ces « autres discours », qui parlent de l'Analyse du discours comme d'une méthodologie, est basée sur la nécessité de penser la notion de discours comme subordonnée à la notion de langue, ou de considérer l'Analyse du discours elle-même comme une simple application de la Linguistique. Ceci s'étendrait à d'autres domaines scientifiques qui utiliseraient l'analyse du discours comme un simple instrument empirique, c'est-à-dire comme une méthodologie scientifique (opérationnalisation). Or, l'Analyse du discours n'est pas une application, c'est une Sémantique, la Sémantique discursive, qui ne se définit pas comme un autre niveau d'analyse linguistique, mais « [...] le point nodal où la linguistique a à voir avec la philosophie et les sciences des formations sociales » (Orlandi, 2014, n. p.)¹. Le domaine de la sémantique, disent Pêcheux et Fuchs (1975, p. 3), ne pouvait pas être conçu comme faisant purement et simplement partie de la linguistique. D'où la délimitation d'une séparation théorique entre la linguistique et la sémantique discursive, c'est-à-dire historiquement déterminée par les relations idéologiques inhérentes à une formation sociale donnée. C'est ainsi que se caractérise ce que Pêcheux appelle théoriquement le champ métaphorique de l'Analyse du discours, épistémologiquement adjectivé comme matérialiste, et qui propulse, comme je l'ai proposé, une *discipline de l'entre-deux*, qui se constitue plutôt dans la contradiction entre les disciplines qui constituent ce champ: la linguistique, la psychanalyse et les sciences humaines et sociales. Bénéficiant de la coupure épistémologique produite par des auteurs tels que Marx, Saussure et Freud réunis.

1 La citation se trouve en la 4ème couverture de la traduction du livre *Les vérités de la palice*.

Il ne s'agit donc pas d'une simple application de la linguistique, ni d'un instrument au sens utilitaire.

En d'autres termes, il convient ici de rappeler ce que P. Henry (1997) dit de l'instrument à partir de la critique de Pêcheux de la conception, dans les sciences sociales, d'une pratique scientifique en continuité avec les pratiques techniques, mettant en jeu la spéculation, la théorisation et l'instrumentation. Et il distingue l'usage de l'instrument lorsqu'il y a réinvention de l'instrument, c'est-à-dire appropriation de l'instrument par une théorie, et lorsqu'il n'y a pas cette appropriation. C'est un cas où les sciences sociales sont en continuité avec l'idéologie (Orlandi, 2009), non pas détachées d'elle, et qui utilisent, dans de nombreux cas, l'analyse de contenu. Et c'est là que se pose la question de l'*appropriation théorique de l'instrument*. Et c'est bien le cas lorsqu'on distingue méthode et méthodologie, ou lorsqu'on parle de distinguer la notion même d'instrument. Dans cette nécessité d'appropriation théorique de l'instrument, qui n'est plus empirique.

L'analyse du discours est une discipline d'interprétation. Le lien entre ce qui fait de l'homme un être symbolique et l'homme en tant qu'être historique réside dans l'interprétation. Si, d'une part, les faits exigent des significations (Henry, 1988) et, d'autre part, l'homme est condamné à signifier (Orlandi, 1996), il y a une injonction à l'interprétation, c'est ce rapport entre ces deux nécessités par rapport à la signification qui constitue le cœur du geste d'interprétation et son efficacité idéologique. Ainsi, l'analyse du discours ne se contente pas d'interpréter, elle interroge l'interprétation. Dans cette perspective, nous abordons la question du sens en dehors de l'idéalisme subjectiviste et de l'objectivisme abstrait, ou comme nous le disons, dans l'Analyse du discours des années 1960, le sens n'est pas le contenu, ou dans les années suivantes (1980), le discours est structure et événement, et son analyse est ce qui oscille dans un battement rythmique entre la description et l'interprétation. C'est la position de Pêcheux (1990), critique d'une science régaliennne (comme le structuralisme ou le for-

malisme) qui est une négation de l'interprétation, celle d'un discours sans sujet. Nous postulons la non-centralité du sujet, tout en affirmant qu'il n'y a pas de discours sans sujet ni de sujet sans idéologie, puisque l'interpellation idéologique constitue le sujet.

Du point de vue de la théorie et de la méthode de l'Analyse du discours, j'ai distingué le *dispositif théorique* et le *dispositif analytique de l'interprétation* (Orlandi, 1996). Le dispositif théorique établit les notions et les concepts avec lesquels l'Analyse du discours travaille. Le geste de l'analyste du discours est déterminé par le dispositif théorique, tandis que le geste du sujet ordinaire est déterminé par le dispositif idéologique. Sans oublier que « déterminer » signifie être constitutif et non une relation de cause à effet, encore moins mécanique. La médiation produite par le dispositif théorique de l'interprétation produit un déplacement—elle met à nu l'épaisseur matérielle du langage—qui permet à l'analyste de travailler sur les frontières des formations discursives, leur jeu en tant que régions d'interdiscours. L'analyste entre alors dans une relation critique avec l'ensemble complexe (à dominant) des formations. Il n'occupe pas une position neutre, puisqu'il est affecté par l'interprétation, mais il sera déplacé de sa position par la rencontre avec la matérialité du langage, dans sa non-évidence, son opacité, qui relativise son rapport « naturalisé » à l'interprétation. Le dispositif idéologique place le sujet en position de détermination idéologique. Celle de la transparence du langage soumis au jeu de l'interprétation. Il s'identifie et se reconnaît dans le sens qui s'y trouve. L'analyste, dans sa position, différemment, contemple le mouvement de l'interprétation, dans une position qui entrelace description et interprétation et qui peut rendre visibles les relations entre des significations multiples. L'analyste ne cherche pas seulement à comprendre comment le texte produit des significations, mais aussi à déterminer quels gestes d'interprétation travaillent la discursivité qui est l'objet de sa compréhension.

Quant au *dispositif analytique*, il est mis en cohérence avec le *dispositif théorique*. Il y a un mouvement continu entre la théorie et l'analyse. Quand on travaille avec le dispositif analytique, tel qu'il est proposé dans le champ théorique de l'Analyse du discours, on travaille avec la structure et l'événement et ces aspects qui touchent au hasard et à l'équivoque et à la forme historique de l'interprétation sont présents dans la compréhension de chaque geste d'interprétation. Et, comme je l'ai dit (Orlandi, 1996), avec la notion d'idéologie, nous évitons de prétendre atteindre la vérité du sens, car nous visons *le réel du processus de signification*. Il est important de souligner que le dispositif analytique est structuré comme suit: par la question de l'analyste, par la nature signifiante du matériel qu'il analyse, par les objectifs qu'il poursuit et par le lieu disciplinaire dans lequel il se situe. C'est ce dernier point—la place disciplinaire que peut occuper le sujet analysant—qui fait équivoquer sur la question posée dans cet entretien, à savoir si l'Analyse du discours est une méthode ou simplement un instrument empirique, c'est-à-dire une méthodologie. Or, l'erreur est que ce lieu disciplinaire ne fonctionne que si le sujet, *en position d'analyste du discours*, travaille avec la *théorie* et la *méthode* de l'Analyse du discours et parvient à ses résultats. Ensuite, pour revenir à son champ théorique, si c'est le cas, le sujet, dans son autre position disciplinaire, ne se contentera pas d'interpréter ces résultats, de les utiliser, il les prendra comme objet de réflexion et cherchera à les comprendre à la lumière de la (des) théorie(s) dont il part. Le sujet, dans son champ disciplinaire, devra à son tour réinventer théoriquement son instrument à partir de l'Analyse du discours, ce qui ne manquera pas d'avoir des conséquences sur son champ théorique, disciplinaire de départ. Et c'est cela la transformation, le mouvement, le processus. Caractéristique du matérialisme.

RÉFÉRENCES

HENRY, Paul [1988]. Sens, sujet, origine. **Linx**, Paris, n. 19, p. 29-42. Disponible à l'adresse: https://www.persee.fr/doc/linx_0246-8743_1988_num_19_1_1105. Accès le: 21 Jul 2023. (Traduction brésilienne: E. P. Orlandi, 1993).

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: HAK, Tony; GADET, Françoise (org.). **Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 13-60.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Claude Lévi-Strauss, Michel Pêcheux e o estruturalismo. **Comciência**, Guanambi, v. 108, p. 5, 2009.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**, Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Analyse Automatique du Discours**. Paris: Dunod, 1969.

PÊCHEUX, Michel. **Les Vérités de la Palice**. Paris: Maspero, 1975.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. Mises au point et perspectives à propôs de l'analyse automatique du discours. **Langages**, Paris, Larousse, 1975.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 1990.

QUAND LA THÉORIE « IGNORE SAUSSURE » : RELATIONS ENTRE SCIENCE, MÉTHODE ET INSTRUMENTS TECHNIQUES DANS L'APPROCHE DE LA LANGUE

Carolina Rodríguez-Alcalá (UNICAMP)

La question qui m'a été posée touche à un point crucial pour l'histoire des sciences, qui concerne le rapport entre une théorie scientifique, la méthode et les instruments techniques. C'est ce que Michel Pêcheux pose déjà dans la « préhistoire » de l'Analyse du discours (AD), dans des textes publiés entre 1966 et 1967 sous le pseudonyme de Thomas Herbert. Paul Henry les reprend plus tard pour discuter des fondements théoriques de l'*Analyse automatique du discours*, l'ouvrage avec lequel Pêcheux a inauguré la discipline en 1969 (et dont la version portugaise intégrale, soit dit en passant, nous est enfin accessible depuis 2019, grâce à la traduction d'Eni Orlandi et Greciely Costa).

Henry nous dit que chaque discipline s'établit par l'« emprunt » d'instruments, « matériels » ou « abstraits », qu'elle recherche dans des pratiques scientifiques ou des pratiques techniques déjà établies. L'auteur cite l'exemple de la balance, instrument « matériel » qui a eu un premier usage technique lié au commerce avant d'avoir été approprié et intégré par Galilée dans la théorie de la physique. Les concepts d'idéologie et d'inconscient peuvent également être compris comme des outils « abstraits » que Pêcheux « emprunte » respectivement

au matérialisme historique et à la psychanalyse pour réfléchir sur le langage saussurien et formuler son objet, le discours.

Dans cette même direction, si l'on assume la thèse de la grammatisation postulée dans le champ de l'histoire des idées linguistiques par Sylvain Auroux, il faut considérer que l'ensemble des disciplines qui constituent les sciences du langage modernes repose sur l'« emprunt » ou le transfert de ce qui, à l'origine, a été une pratique empirique d'accès au texte écrit dans la Grèce antique, la *tékhné grammatiké*. Comme l'explique Françoise Desbordes, le système de la *scriptio continua*, où les lettres étaient disposées sans aucune forme de ponctuation ou de séparation les unes des autres, nécessitait des outils pour reconnaître les caractères et les regrouper en unités plus grandes, emboîtées les unes dans les autres, ce qui a conduit à la création de la séquence *lettre-syllabe-mot-énonciation*. C'est sur cette pratique de segmentation et de catégorisation du *continuum* de la matière sonore de la langue, appuyée sur une écriture alphabétique (qui, comme la balance, est née en lien avec le commerce), que s'est développée toute la réflexion sur le langage en Occident. On la reconnaît dans la division de l'unité de la langue en niveaux (phonologique, morphologique, syntaxique) organisés autour de ces catégories et dans la constitution des disciplines modernes que Pêcheux, dans le texte en discussion, évoque dans les références aux noms de Trubetzkoy, Saussure ou Chomsky (Pêcheux, [1973] 2015, p. 205). Même si l'on sait qu'un tel découpage est loin d'être une question pacifique, comme discutée dans AD, qui montre la déstabilisation que produit à ces niveaux l'introduction du problème des *sens*, et dont Saussure parlait déjà lorsqu'il évoquait le « problème délicat » de la délimitation des catégories ou des unités de la langue. Dans le *Cours de linguistique générale* (CLG), nous trouvons un chapitre consacré à ce problème, qui réapparaît dans plusieurs autres passages où le fondateur de la linguistique moderne affirme que le mot ne recouvre pas la définition de l'unité linguistique. Les unités de la langue peuvent être plus larges ou plus petites que le mot, dit-il, et, dans tous

les cas, leur délimitation présente « les mêmes difficultés que les mots proprement dits, et il est extrêmement difficile de débrouiller dans une chaîne phonique le jeu des unités qui s’y rencontrent et de dire sur quels éléments concrets une langue opère » (voir Pêcheux, [1973] 2015, p. 123). Cette observation me semble importante pour éviter une fréquente équivoque qui consiste à assimiler le signe saussurien au mot et à considérer que, pour Saussure, la langue est un lexique, ce qu’il n’a jamais dit et qu’il rejette explicitement (peut-être Pêcheux lui-même s’y est-il engagé). Ce qu’il dit, c’est qu’il choisit de travailler sur l’unité du mot pour en extraire des principes généraux valables pour toute unité linguistique (voir par exemple p. 183). Et ces principes ont à voir—c’est ce qui, à mon avis, définit le caractère révolutionnaire de sa pensée—avec la définition *antisubstantialiste, négative, strictement différentielle* de ces unités, ce sur quoi Saussure ne se lasse pas d’insister et que Pêcheux adoptera pour penser discursivement la langue.

Nous pouvons situer cette relation entre science et technique à un niveau de généralité encore plus élevé si nous considérons non seulement les divisions de l’unité de la langue, mais que son unité même est le résultat de cette pratique grammaticale empirique, étant donné que la langue en tant qu’unité formelle séparée n’est pas un objet réel que l’on peut trouver dans le monde. C’est là un autre postulat central de la thèse de la grammatisation, qui explique l’affirmation (quelque peu provocatrice) de Sylvain Auroux selon laquelle « la langue n’existe pas », et qui s’oppose diamétralement à la conception chomskienne de la langue comme objet réel qui existerait dans le cerveau des locuteurs (qui n’est pour Auroux qu’un « axiome du sens commun », comme il le dit dans « Langue et hyperlangue »). Notons que cela rejoint, d’une certaine manière, une préoccupation que Saussure exprime, en conclusion du chapitre sur les entités concrètes du langage (Pêcheux, [1973] 2015, p. 123-124), à propos du « caractère étrange et frappant » de l’objet des sciences du langage. Dans la plupart des domaines scientifiques, observe-t-il, la question des unités ne se pose même pas, puisqu’il s’agit

d'objets bien définis donnés dès le départ, comme l'animal qui s'offre dès le premier instant en zoologie, les astres en tant qu'unités séparées avec lesquels opère l'astronomie, ou le bichromate de potasse, dont la chimie étudie la nature et la composition; par contre, dit-il, l'unité de la langue qu'étudie la linguistique, n'est pas un objet bien défini « donné d'emblée », ni n'offre « d'entités perceptibles de prime abord, sans qu'on puisse douter cependant qu'elles existent et que c'est leur jeu qui la constitue ».

Reconnaître ce rapport entre science et technique permet, à mon sens, de prendre en compte le caractère *matériel* et *historique* du savoir linguistique, en comprenant qu'il n'émerge pas « de l'air » ou « de l'esprit » des sujets de la connaissance, qui, comme le baron de Münchhausen, s'élèveraient du sol en se tirant par les cheveux, mais qu'elle s'appuie sur un *travail* sur la *matière physique langagière* effectué dans l'histoire, d'où résulte la constitution même de l'objet de la connaissance – ce qui nous oblige à conclure que les « langues naturelles » que la linguistique étudie sont des *artefacts historiques*. (Marx, comme homme des Lumières, disait que l'homme ne vit pas dans le monde naturel, mais dans le monde déjà transformé par son travail, à travers les technologies qu'il fabrique ; c'est donc ce monde transformé – l'*ordre de la culture* – que l'homme connaît).

Le savoir linguistique moderne (scientifique ou du sens commun) s'inscrit donc dans ce que l'on peut appeler une *mémoire de la langue* produite dans l'histoire occidentale (*langue* au singulier, comme unité, *généralité*), en un sens distinct et entrelacé avec la *mémoire de la langue* dont nous parle Maria Onice Payer dans ses recherches sur les langues d'immigration (*langue(s)*, donc comme *pluralité, particularité*) – une duplicité de sens qui renvoie à la question philosophique du rapport entre l'un et le multiple, mobilisée par Pêcheux lorsqu'il parle de l'ambiguïté du fait qu'il y a *la langue et des langues*.

Les différentes et hétérogènes disciplines de l'histoire des sciences du langage peuvent être considérées comme des *gestes d'actualisation* de cette mémoire occidentale de la langue (des idées enracinées dans des *pratiques techniques*) réalisés en fonction du réseau de filiations ou de l'horizon de rétrospection (pour reprendre l'expression d'Auroux) que chacune dessine pour s'établir. Des gestes qui, à leur tour, peuvent être compris à partir d'un jeu entre *processus paraphrastiques et polysémiques*, qui pour Eni Orlandi, comme on le sait, caractérisent non seulement un fonctionnement syntaxique ou sémantique spécifique, mais tout le fonctionnement du langage, tout *dire de la langue* (comme elle le dit dans *A linguagem e seu funcionamento*, 1983, en particulier dans le chapitre « O sentido dominante... »). Nous étendons cette réflexion au domaine de l'histoire des sciences pour comprendre qu'il y a de l'historicité dans le *dire sur la langue*, le *savoir* sur elle, dans la mesure où, dans tout savoir, il y a toujours un savoir sédimenté qui se maintient (*paraphrase, mémoire*) et un savoir qui se déplace (*polysémie, actualité*). Et que c'est dans cette tension entre paraphrase et polysémie, dans ce croisement entre mémoire et actualité, que les idées linguistiques se constituent, se frayent un chemin, se déplacent (nous paraphrasons Eni).

J'ai fait tout ce parcours pour essayer de mieux situer la question qui m'a été posée, en identifiant les complexes enjeux qu'elle mobilise, et ainsi pouvoir indiquer dans quelle direction, à mon avis, nous devons chercher les réponses (si j'arrive à le faire, je serais déjà satisfaite, au-delà de mes propres limitations pour arriver à ces réponses).

Nous partons donc du pressupposé que l'« emprunt » d'instruments, conceptuels ou techniques, qui constituent la méthode d'une discipline est la condition de toute pratique scientifique, et que les disciplines linguistiques modernes partagent des instruments fabriqués dans l'histoire de la grammaire occidentale, qui a produit en même temps l'objet *langue* lui-même en tant qu'unité formelle séparée et divisée en niveaux. De la grammaire gréco-latine à la grammaire philoso-

phique, des néogrammairiens à Saussure, de Chomsky à Pêcheux, il est possible d'identifier un savoir commun sédimenté dans cette mémoire occidentale (paraphrase) à partir duquel ont été produits des savoirs très différents sur ce qu'est cette unité de la langue et sur son fonctionnement (polysémie).

La première question à se poser est la suivante: dans l'actuelle configuration des disciplines scientifiques, *comment, dans quelle mesure et à quelles conditions* cet « emprunt » d'instruments peut-il être effectué, afin de permettre une « couture » conséquente pour comprendre leurs objets (comme le fait Pêcheux avec la linguistique, le matérialisme historique et la psychanalyse, par exemple) et non un « patchwork » qui ne va pas beaucoup plus loin que le sens commun ? Quelle est, pour reprendre les formulations d'Eni Orlandi, l'autonomie du *dispositif théorique* d'une discipline par rapport à son *dispositif méthodologique et analytique*, voire par rapport à la constitution du corpus?

Je soutiendrai que cette possibilité d'« emprunts » dépend de la conception de l'*objet de la connaissance* et du *statut du réel* que les disciplines assument. C'est sur cette base que je propose d'interroger l'Analyse de Contenu (AC), par opposition à l'AD, afin de discuter la question de la méthode qui m'a été posée.

Pêcheux affirme dans le texte en discussion qu'en se constituant comme discipline scientifique moderne autour des niveaux formels de la langue (*phonologique, morphologique, syntaxique*), la linguistique s'est retirée d'une série de terrains relatifs à la question de la *signification*, à la « région de la communication ou de la transmission de l'effet de sens » (Pêcheux, [1973] 2015, p. 205). Ces terrains, notons-le, se situent dans la frontière entre la *langue* et son *extériorité*, entre *langage* et *société*. Ce n'est donc pas par hasard qu'ils ont été occupés, comme le dit Pêcheux, par les disciplines des sciences sociales, des sciences humaines ou des sciences du comportement (Pêcheux, [1973] 2015, p.

205) – celles qu'en 1977, avec Françoise Gadet, il appellera « sociologistes », par opposition aux disciplines « logicistes ».

C'est au sein de ces disciplines postérieurement appelées « sociologistes » que se développe l'AC, qui se présente comme un ensemble d'outils d'analyse de textes pour « décrire leur contenu » et « interpréter leurs signifiés » qui peuvent être partagés par des linguistes, psychologues, journalistes, sociologues, historiens et chercheurs en sciences sociales en général (sur l'AC, voir par exemple le livre *L'Analyse de contenu* de la psychologue Laurence Bardin ou l'article du même titre de Roque Moraes).

À ce point, il faut affiner notre question : ces instruments produits par l'AC permettent-ils de réintroduire les problèmes relatifs à la signification qui avaient été exclus par la linguistique ?

Pêcheux dit *non* dans le texte, et il le répète avec Gadet dans la critique aux approches « logicistes » et « sociologistes » de la langue. Mais pourquoi ne le permettent-elles pas ? C'est le *quid* de la question et à quoi nous devons répondre ici. Pour cela, je retiendrai une expression qui apparaît diluée dans le texte de Pêcheux (au début de la p. 206) et qui pour moi est cruciale : ils ne l' permettent pas parce que l'AC « ignore Saussure ». Et pourquoi l'ignore-t-il ? A mon avis, pour trois questions principales, que l'on peut énoncer comme suit : parce que *le sens n'est pas un contenu, la référence n'est pas l'objet au monde, la langue a une ordre propre*.

La première est la plus évidente et tient au nom même de la discipline, bien qu'elle s'étende aux autres approches sociologistes. Pour Saussure, les sens ne sont pas des contenus ou des « idées données d'avance », mais des « valeurs purement différentielles » qui « émanent du système » et ne se définissent pas « positivement par leur *contenu*, mais négativement par leurs *rappports* avec les autres termes du système. Leur plus exacte caractéristique est *d'être ce que les autres ne sont pas* » (p. 188-189, nous soulignons). « Ce qu'il y a d'idée ou de matière

phonique dans un signe importe moins que ce *qui existe autour de lui dans les autres signes* », dit-il, car ce qui détermine la signification d'un terme n'est pas donné par ce qui « existe *en lui* », mais par ce qui « existe *en dehors* » de lui « dans les autres termes », par le rapport qu'il établit avec « *ce qui l'entoure* » (pp. 188, 189, 194, nous soulignons).

Mais si ces valeurs qui « conduisent à la signification » sont définies négativement, elles « ne sont pas des abstractions », précise Saussure (p. 34). D'une part, parce qu'elles n'existent pas en dehors de la matière physique de la langue, union de « pensée-son » qui ne peut être démembrée, comme « le recto et le verso d'une feuille de papier » – il n'y a « ni matérialisation de la pensée, ni spiritualisation du son » (pp. 181, 194) ; d'autre part, parce qu'elles n'existent pas en dehors de la matière physique des *individus*, les signes étant des « réalités tangibles » qui « ont leur siège dans le cerveau » (p. 34). Pourtant, s'ils « ont leur siège dans le cerveau », ils ne sont pas des réalités naturelles (organiques) qui ont leur origine dans les individus, mais résultent d'un « consentement collectif » extérieur et antérieur à eux qui leur a été « déposé par la pratique de la parole » – la langue est pour Saussure une institution sociale, un « trésor reçu du dehors », à la fois « actuel » et « produit du passé » (« ce n'est pas le langage qui est naturelle à l'homme », dit-il, « mais la faculté de constituer une langue ») (pp. 24, 32, 34, 183)

Nous identifions dans ces passages les éléments que Pêcheux, qui n'ignorait pas Saussure, a repris pour formuler la conception matérialiste et historique de la signification qui caractérise l'AD et ses différences avec la conception « sociologiste » de l'AC. Ces différences permettent d'affirmer que l'AC et l'AD n'ont pas le même *objet* – étant donné que l'objet de la connaissance n'est pas un *objet réel*, mais un *objet théorique*, créé par un *point de vue*, comme le dit Saussure lui-même. L'objet de l'AC ce sont des *contenus* qui existent derrière le langage ; celui de l'AD résulte des *relations* entre ses unités. Si la méthode d'une discipline est l'ensemble des instruments construits pour observer son objet (comme la lunette astronomique que Galilée construisit

pour observer la lune), les instruments (« lunettes ») de l'AC et de l'AD ne sont pas dirigés vers le même objet (vers la « même lune »), mais vers des objets (« lunes ») différents. Si celui qui cherche, trouve, comme on dit, on ne trouve que ce que l'on cherche: l'AC et l'AD cherchent, et trouvent, des faits différents.

La langue n'a pas le même statut pour les deux disciplines. Les instruments de l'AC et des approches « sociologistes » en général sont amenés à traverser « [...] la surface du texte, la séquence syntagmatique, vers un sens qui se trouverait derrière », comme le dit Pêcheux ([1973] 2015, p. 2006). Ceux de l'AD « s'arrêtent à la matérialité », selon la formule d'Eni, cherchant à opérationnaliser, à tous les stades de la recherche, le geste de mise en relation. C'est ce qu'on lit, par exemple, dans la définition du concept de formation discursive (FD) (p. 161 de la version en portugais de *Les vérités de la palice*, édition de 1988), comme système spécifique de relations de substitution, de paraphrase, de synonymie, étant donné qu'« un mot, une expression ou une proposition n'a pas un sens qui lui serait 'propre' [...] ; son sens se constitue [...] dans les *relations* que ces mots, expressions ou propositions entretiennent avec d'autres mots, expressions ou propositions» (on ne peut donc pas parler d'une FD 'x' ou 'y' a priori, avant d'avoir reconstitué, par l'analyse, ces relations, un équivoque fréquent dans les pratiques dans l'AD). Ce geste « relationnel » explique aussi la centralité de la procédure analytique de la paraphrase, outil pour « broyer la langue » (l'expression est de Pêcheux) et visualiser des relations (oppositions, substitutions, enchaînements, dérives possibles), ou encore le caractère non « inaugural » du corpus, dans la mesure où les relations que l'analyste reconstruit dans le matériau qu'il a initialement sélectionné l'amènent à regarder d'autres (nouveaux) matériaux, de nature diverse et hétérogène (sur cette question du corpus, Eni Orlandi réfléchissait déjà dans le livre *Vozes e contrastes...*, 1989, organisé avec Eduardo Guimarães et Fernando Tarallo). Il s'agit toujours d'analyser la matière de la langue (et/ou d'autres matières signifiantes, non ver-

bales) pour comprendre les relations de sens qui lient ce qui est dit à *un lieu* avec ce qui est dit ailleurs (paraphrase, intertextualité), avec ce qui *peut être dit* à partir de ce dire (polysémie, dérive), avec *ce qui parle avant et indépendamment* (interdiscours), avec ce qui *n'est pas dit* (le silence, sous ses différentes formes, tel que défini par Eni Orlandi).

Les résultats analytiques seront très différents selon ces différentes approches – sociologistes ou matérialistes. Prenons un exemple: l'affirmation « le guarani est la langue du cœur », qui caractérise les discours sur la langue au Paraguay (que j'ai analysés il y a du temps dans ma thèse de doctorat).

Dans une conception sociologiste comme celle des travaux sociolinguistiques classiques réalisés entre les années 1950 et 1960, le sens de cette affirmation renvoie à un contenu psychologique ou psychosocial – un « sentiment d'amour » et de « fierté » pour le guarani existant chez ses locuteurs. Le dispositif théorique (les concepts d' « attitudes », de « fierté/honte », de « loyauté », de « fonction émotive » de la langue, etc.) est conséquent avec cette conception et le principal défi méthodologique consiste à « éliciter » ou « faire ressortir à la surface » ce contenu, qui peut rester « caché derrière » les mots (le locuteur peut, par exemple, dire qu'il « aime » et « éprouve de la fierté » pour la langue, mais « *au fond* de lui éprouver de la honte »). La conclusion de ces ouvrages est que cet énoncé « émotif » montre le dépassement des préjugés colonialistes à l'égard d'une langue d'origine amérindienne et du sentiment de « honte » qui lui est historiquement associé par ses locuteurs.

Une analyse de ce même énoncé à partir d'une vision matérialiste et « relationnelle » du sens, comme celle de l'AD, nous a amené à regarder ce qu'il y a « autour » de lui dans les autres énoncés. Et le premier qui ressort est l'affirmation « l'espagnol est la langue de la raison ». Cette opposition (différence) *raison/émotion* est le « bout du fil » qui nous a permis de démêler le réseau des sens qui inscrivent cet énon-

cé dans un discours colonialiste, qui identifie « raison » et « évolution » et associe ces termes à la « supériorité » de la culture européenne : le sens de « langue du cœur » est donc ce de *ne pas être* « langue de la raison », c'est-à-dire « évoluée » – d'où la possibilité d'enchaîner ou de remplacer « langue du cœur » par « langue plus expressive », « plus naturelle », « plus proche de l'origine », « de la nature » ou, tout simplement, par « langue primitive ». Cet énoncé n'indique donc pas le dépassement de la vision colonialiste des langues (cultures) amérindiennes, mais plutôt une *formation discursive différente* au sein du *même interdiscours colonialiste*, qui hiérarchise (subordonne) des sujets, des sociétés, des nations sur la base d'une définition à la fois (et contradictoirement) évolutionniste et rationaliste de la réalité humaine, caractéristique du scientisme de la seconde moitié du 19^{ème} siècle et dont les échos se font encore sentir aujourd'hui.

Il convient de noter que le statut différent de la langue que ces approches présupposent est attaché à des conceptions différentes du statut du réel. En considérant que les significations préexistent à la langue, celle-ci devient un médium transparent ou, au pire, « la vitre crasseuse derrière laquelle on s'acharne à épier 'les choses mêmes' » (comme le dit Pêcheux dans « Lire l'archive aujourd'hui »). C'est encore ignorer Saussure, pour qui la langue n'est pas « une liste de mots qui correspondent à des choses », une nomenclature, car ce lien entre les mots et les choses est loin d'être « une opération simple » : « le signe linguistique unit non une chose et un nom, mais un concept et une image acoustique », dit-il (p. 110). Cette question définit le geste anti-positiviste de Saussure (pas toujours bien compris). Si un mot n'est pas lié directement à la *chose*, mais au *concept* de la chose, le référent de la langue n'est pas l'objet dans le monde *lui-même*, mais l'objet *déjà signifié* dans le jeu des relations internes des signes et par « consentement collectif ». Autrement dit, les référents ne sont pas les *objets naturels, pré-sociaux et pré-historiques* dont les signes seraient des « étiquettes », comme le dit Pêcheux (p. 132 de la version en portugais

de *Les vérités de la palice*), mais des objets construits avec l'intervention de la matière de la langue, en tant que base des processus socio-historiques de signification.

La langue a donc « une rationalité qui lui est inhérente » (comme le dit Benveniste dans *Problèmes de linguistique générale*), un *ordre propre*, qui répond à des principes de structuration et de fonctionnement distincts de ceux de l'*ordre extérieur* auquel il s'articule par des mécanismes qui « sont loin d'être simples ». Car il y a le réel du langage, qui ne se confond pas avec le *réel de l'histoire* ou le *réel de l'inconscient* (comme on le lit au début de *Matérialités discursives* ou au chapitre I de *La langue introuvable...*). Et c'est ce fait qui délimite l'objet des sciences du langage. En plaçant la genèse de la signification *hors* de la langue, les approches sociologistes ignorent son ordre propre, le diluent dans l'ordre extérieur et établissent une relation de simple *causalité* des conditionnements sociaux (politiques) sur la langue. Les sciences du langage perdent leur objet et, avec lui, leur statut scientifique, et sont réduites, au mieux, à une simple méthodologie ou technique subordonnée aux sciences sociales – un chiffon pour dépoussiérer la vitre du langage et lui redonner la transparence nécessaire pour voir les choses. Ceci explique, je crois, l'ambiguïté du statut épistémologique de l'AC que souligne Pêcheux.

C'est dans cette direction que se développe le raisonnement de Pierre Bourdieu (dans *Ce que parler veut dire...*), pour qui la linguistique n'est qu'une pseudo-science, puisqu'elle n'a pas un objet propre : « Les linguistes ne font qu'incorporer à la théorie un objet préconstruit dont ils oublient les *lois sociales de construction* et dont ils masquent en tout cas la genèse sociale » (p. 25). Le métalangage de la linguistique serait la traduction symptomatique de la structuration du social par la langue : en décrivant la structuration de la langue, les linguistes ne feraient qu'homologuer la structure sociale. Seule la méthode sociologique permettrait alors de connaître le « véritable » fonctionnement de la langue, de construire un « métalangage authentique » (je re-

produis ici la critique à Bourdieu que fait Hélène Merlin-Kajman dans *La langue est-elle fasciste ?...*, pp. 25, 44, 50, 52, 288).

On voit bien, je crois, le décalage entre la méthode sociologiste de l'AC et la méthode matérialiste de l'AD. Mais qu'en est-il de l'AD, pourrait-elle devenir une méthode pour d'autres disciplines? Je dirais que oui, dans une certaine mesure, mais seulement en tant que « cheval de Troie » (comme l'a appelé Paul Henry), car mobiliser ses outils conceptuels et analytiques avec la rigueur théorique requise exige d'assumer une certaine conception de la langue, de sa relation au monde et de notre propre nature en tant que sujets.

RÉFÉRENCES

AUROUX, Silvan. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Pontes, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Ce qui parler veut dire** : l'économie des échanges linguistiques. Paris : Fayard, 1982

HENRY, Paul. Os Fundamentos Teóricos da 'Análise Automática do Discurso', de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990.

DESBORDES. F. Les idées sur le langage avant la constitution des disciplines spécifiques. In: AUROUX, S. (org.). **Histoire des idées linguistiques**: la naissance des métalangages, vol. I. Liège/Bruxelles: Pierre Mardaga, 1989. p. 149-161.

MERLIN-KAJMAN, H. **La langue est-elle fasciste? Langue, pouvoir, enseignement**. Paris: Seuil, 2003.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, 1988.

PÊCHEUX, Michel [1973]. A aplicação dos conceitos da Linguística para a melhoria das técnicas em Análise de Conteúdo. Traduction: Carolina Rodríguez-Alcalá. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015d. p. 203-226.

PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Pontes, 1988 (Traduction de Les vérités de la Palice. Paris: Maspéro, 1975).

RODRIGUEZ, Carolina. **Língua, nação e nacionalismo**: um estudo sobre o Guarani no Paraguai. Tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Linguística-IEL, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand. **Cours de linguistique générale**. Paris : Payot, 1971.

Evandra e Thiago: No artigo *Posição sindical e tomada de partido nas Ciências Humanas e Sociais*¹, Pêcheux ([1976] 2015e) apresenta uma problematização sobre a “americanização” das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (CHS), assim como apresenta uma discussão sobre a filiação burguesa dos intelectuais de esquerda. Considerando essa problematização, você concorda que há intelectuais de esquerda filiados à burguesia? Como podemos definir a burguesia nos dias atuais? Estamos diante de uma contradição? O funcionamento do discurso reformista de que Pêcheux ([1976] 2015e) falava no artigo ainda é válido para os dias atuais?

1 Publicação original: PÊCHEUX, Michel. Position syndicale et prise de parti dans les sciences humaines et sociales. *La pensée*, v. 187, 1976. p. 53-66.

Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel [1976]. Posição sindical e tomada de partido nas Ciências Humanas e Sociais. Tradução: Lauro José Siqueira Baldini. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015e. p. 231-249.

PROFISSÃO REFORMA: O PAPEL DOS INTELLECTUAIS NO CAPITALISMO

Rodrigo Oliveira Fonseca (UFSB)

O discurso é o meio pelo qual se regula, se ajusta, se dá forma e reforma à demanda social, aos interesses das classes e seus segmentos ou frações. Nessa consideração, temos um avanço frente à afirmação d’*A Ideologia Alemã* e do *Manifesto Comunista* de que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante dessa época, um avanço materialista, pelo qual passamos a investigar as formas concretas, discursivas, pelas quais as ideias entram em luta na história (Pêcheux, [1977] 1980). Essas formas, contraditórias, ajudam a entender como as relações entre posição política e classe social sempre podem ser muito variadas, de modo que uma articulação automática e idealista entre esquerda política e classe trabalhadora (ou entre direita política e burguesia) serve mais à propaganda do que à compreensão das relações e das lutas de classe, incluídas aí as lutas políticas. Nesse sentido, manifestações de raiva e rancor diante de trabalhadores que assumem posições de direita – como as acusações de que “pobres de direita” seriam pessoas totalmente alienadas e estúpidas – são sintomáticas de uma cegueira/identificação característica do tópico da pergunta, o *discurso reformista*, discurso de uma esquerda (intelectual ou não) nem sempre filiada a posições burguesas, mas geralmente a posições gestoras.

Vamos mais longe tomando seriamente em conta a existência (não de uma mas) de *duas* classes sociais que se constituem a partir da extorsão produtiva dos trabalhadores. Os trabalhadores enfrentamos dois tipos de patrão. Um que é o “dono do negócio”, o proprietário dos meios de produção, e um outro patrão que é o chefe ou um administrador, pago para assegurar a produtividade dos trabalhadores.

Um patrão é o burguês, cuja existência vem sendo transformada pelo processo crescente de despersonalização e concentração dos capitais, o distanciando ainda mais das empresas que detêm, mas que cada vez menos controla diretamente, sendo muitas vezes reduzido ao papel de investidor e acionista, que fraciona e diversifica ao máximo o seu patrimônio para acompanhar as flutuações dos mercados e otimizar a sua rentabilidade nas diversas frentes em que atua. Esse patrão é uma evolução histórica do empreendedorismo de grandes negociantes que contratavam trabalhadores em áreas rurais para converterem matérias-primas em produtos, até a constituição de estabelecimentos próprios em que tudo, das instalações às ferramentas, das matérias-primas à organização do trabalho, passou às mãos do “contratador”. No campo ideológico, o burguês abraça o mito do mercado livre-concorrencial, mesmo em um contexto de oligopólios que controlam quase todos os ramos de atividade e de cadeias produtivas transnacionais.

Em termos jurídicos, o outro patrão é um trabalhador, um assalariado. Na prática, como o burguês, ele depende do trabalho de terceiros para sobreviver, e também como o burguês vive em um círculo de relações e solidariedades que muitas vezes são integralmente capitalistas – dizendo isso não me refiro apenas à *renda*, afinal, não se deixa de ser trabalhador por ganhar um salário acima daquilo que garante a reprodução das próprias forças e condições para o trabalho no mês seguinte, mas quando se passa a dispor do tempo de trabalho dos outros em atividades que geram mais valor. Esse patrão é uma evolução histórica da moderna burocracia das cortes e dos governos das grandes cidades e, como indica João Bernardo ([1991] 2009, p. 276), devem

ser considerados senhores coletivos em face aos camponeses. No caso do escravismo colonial da América portuguesa, podemos pensar nos jesuítas, que coletivamente controlavam milhares de indígenas aldeados, estudavam os seus hábitos, línguas e capacidades para o trabalho, que eventualmente os senhores de engenho contratavam sob formas precárias de assalariamento.

Por séculos, as classes trabalhadoras foram tidas como rebanho, à distância dos olhos e interesses das classes dominantes. Pela contribuição progressiva e decisiva dos gestores, o capitalismo foi aos poucos instaurando outro regime de visibilidade, sendo o primeiro modo de produção da história em que os saberes dos trabalhadores, suas lutas, experiências, referências, imagens e línguas são sistematicamente expropriados e, pelos mecanismos da mais-valia relativa, asseguram o aumento da produtividade.

Então chegamos ao reformismo, que trato de um modo diverso ao de Michel Pêcheux nesse que é provavelmente o mais leninista de seus textos e, por isso, trata o reformismo como um problema em boa parte político, fruto da incompreensão do que devem ser as lutas centrais (como a *defesa da universidade e da pesquisa*, uma luta política, global) e as lutas subordinadas (como a *defesa do pessoal*, uma luta econômica, sindical). É sintomático que, mesmo em tom de ironia, Pêcheux ([1976] 2011, p. 235) concorde com o ponto de vista do capital monopolista de que “[...] o desenvolvimento da universidade e da pesquisa tornou-se um negócio demasiado sério para ser confiado aos universitários e aos pesquisadores”. Isso acontece porque de um modo contraditório o leninismo se desenvolveu dentro dos quadros ideológicos da classe gestora, em uma luta de morte não somente contra as forças imperialistas que atacavam a Rússia mas também contra a autonomia, iniciativa e rebeldia dos trabalhadores não subordinados aos bolcheviques.

No leninismo de Pêcheux, a contra-identificação ao capitalismo – seja em posições reformistas (social-democratas, parlamentaristas, ...) ou esquerdistas (conselhistas, anarquistas, ...) – é justificada pela natureza bamba da fração de classe que melhor a representa, a pequena burguesia, fração de classe que conservaria uma “impossibilidade concreta de aceder a um *ponto de vista político global* que lhe permita organizar estrategicamente as suas lutas” (Pêcheux, [1976] 2011, p. 239), diferentemente do que fariam as duas classes antagônicas do modo de produção capitalista, a burguesia (através do Estado) e o proletariado (através do Partido Comunista marxista-leninista). Pêcheux considera as camadas intelectuais universitárias assalariadas como parte da pequena burguesia intelectual, que ora penderia para as lutas e interesses dos trabalhadores, ora para as lutas e interesses dos burgueses.

Pequena burguesia, burocracia, *intelligentsia*, os referentes variam, mas considero melhor o termo proposto por João Bernardo ([1991] 2009), *classe dos gestores*, por ser menos dado a desvios e restrições do papel central dessa classe no funcionamento ordinário do sistema, nunca acima dele, na forma de um conselheiro ou consciência crítica coletiva, como a imagem do intelectual às vezes sugere. E o que mais importa: essa “confusão” jurídica e política entre trabalhadores e gestores é historicamente produtiva na reprodução ampliada do capital, sendo o crescimento e o lugar da China na economia global atual um *case* bastante exitoso.

No capitalismo contemporâneo, não temos “só” a expropriação dos meios de produção. Enquanto os mecanismos da mais-valia absoluta são mais ruidosos e de simples compreensão – como o aumento da exploração através da hora extra, do banco de horas, da disponibilidade total via celular e *apps* de mensagem –, o mesmo não se pode dizer dos mecanismos da mais-valia relativa, que aumentam a produtividade pela introdução de inovações nos processos produtivos e integração dos saberes e das resistências dos trabalhadores. Antes de se consagrar como o promotor da “direção científica das empresas”, F. W. Taylor

trabalhou como operário e contramestre nos EUA, quando teria visto a “indolência dos trabalhadores”, o “corpo mole”, os freios à produtividade não passíveis de solução através dos recorrentes mecanismos de ameaças e recompensas. Para enfrentar o problema, Taylor investigou o *know-how professional* dos operários, um “capital” de que eles ainda dispunham, seu conhecimento prático, o movimento de seus corpos, minuciosamente registrados, cronometrados, catalogados, analisados.

Robert Linhart ([1976] 1983) nos conta como Lênin foi um leitor crítico, mas entusiasmado do taylorismo. Publicou em 1913 o artigo *Um sistema “científico” para esmagar o operário*, tomando-o como uma tortura que aniquilava a iniciativa operária, o sindicalismo, e hipertrofiava o aparelho de monitoramento sobre o trabalho. Com o avanço da revolução, o líder russo recua (alguns dirão “avança”) e passa a considerar o taylorismo uma forma válida de racionalizar o trabalho, aumentar a produtividade e permitir (um dia) a redução da jornada, enfrentando a oposição dos mencheviques, dos comunistas de esquerda e dos anarquistas – quando essas oposições não haviam ainda sido banidas ou eliminadas. Lenin sabia da resistência dos operários franceses e estadunidenses que conheceram por dentro as primeiras experiências tayloristas, mas podemos imaginar o revolucionário russo formulando algo como “o desenvolvimento dos métodos de organização do trabalho tornou-se um negócio demasiado sério para ser confiado aos operários”. Em textos que não precisamos imaginar, vemos que ele sinceramente se preocupava com a educação dos trabalhadores, pensava a fusão entre escola e fábrica, e chegou a sonhar com o dia em que uma cozinheira estaria qualificada para dirigir o Estado. Mas enquanto esse dia não chegava, não poderiam ser dispensados “nem a subordinação, nem o controle, nem os ‘contramestres’, nem os ‘guarda-livros’” (Lenin, [1917] 2007, p. 77). São os custos da falta um *ponto de vista político global*?

Pêcheux se redimirá dessa escolástica da luta de classes e acertará as suas contas com o leninismo, mas, para concluir, cabe dizer

que esse papel de visibilização e integração produtiva dos trabalhadores é profissionalmente demandado aos intelectuais no capitalismo e, de um modo particular, nos marcos daquilo que Gadet e Pêcheux ([1981] 2004) chamam de *sociologismo*, horizonte ideológico de absorção das diferenças sociais. E aí temos o *discurso reformista*, seja ele social-liberal, seja estatista, venha de posições burguesas ou de posições gestoras, por meio de uma diversidade de temas atuais como o capitalismo de *stakeholders* e as métricas ESG de responsabilidade social, e os setores de I&D (Inclusão e Diversidade), existentes em empresas conhecidas pelo seu alto grau de extorsão dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, João [1991]. **Economia dos Conflitos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel [1981]. **A língua inatingível**. Tradução de Bethania Mariani e M^a Elizabeth C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

LENIN, Vladimir Ilych [1917]. **O Estado e a Revolução**. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LINHART, Robert [1976]. **Lenin, os camponeses, Taylor**. Tradução de Daniel Aarão Reis e Lúcia Aarão Reis. São Paulo: Marco Zero, 1983.

PÊCHEUX, Michel [1977]. Remontémons de Foucault a Spinosa. Tradução de Miguel Rodríguez. In: MONTEFORTE, Mario (org.). **El discurso político**. México: Nueva Imagen, 1980. p. 181-200.

PÊCHEUX, Michel [1976]. Posição sindical e tomada de partido nas Ciências Humanas e Sociais. Tradução de Lauro José Baldini. In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 231-249.

REVOLUÇÃO OU REFORMISMO? APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE O LUGAR DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Fabiana Ferreira N. de Souza (UFPE)

Início nossa conversa falando sobre a alegria de estar num espaço de reflexão tão rico, seletivo e, por que não dizer, afetuoso. A iniciativa da querida professora Evandra Grigoletto com o apoio fundamental do seu orientando de doutorado Thiago Costa abre para nós, pesquisadores, mais uma roda de debates sobre importantes textos de Pêcheux que nos impelem a revisitar os fundamentos do seu pensamento, principalmente no que diz respeito ao materialismo.

Revirar ao avesso o artigo *Posição sindical e tomada de partido nas Ciências Humanas e Sociais* recolocou-me o “espinho na carne”, por colocar, mais uma vez, uma luz incômoda nas condições em que a luta sindical e a política atravessam as camadas intelectuais universitárias. Nesse texto, Pêcheux ([1976] 2011) volta o seu olhar para tais discussões, apresentando questões sobre a filiação burguesa dos intelectuais de esquerda como fruto de uma potencial “americanização” das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (CHS).

É difícil, numa primeira mirada, conceber que existam intelectuais de esquerda filiados à burguesia, já que, quando pensamos em um conceito estrito de burguesia, entendemos que ela “[...] compreende

a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado.” (Marx, Engels, 1961, p. 21), no entanto Pêcheux (2011 [1976], p. 232) nos adverte que, embora os intelectuais tenham aberto mão do “sonho da independência econômica”, apresentam sim certas características da fração de classe pequeno-burguesa.

Tais peculiaridades dizem respeito ao acercamento dos intelectuais das CHS à **ideologia individualista** da livre iniciativa. É neste momento que, no texto em questão, Pêcheux ([1976] 2011) dá ênfase à americanização das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Ele afirma que, nessas condições, os intelectuais não comunistas conservam uma ilusão de poder que os faz julgar-se aptos a se colocarem por sua própria conta, acercando-se, assim, dos ideais pequeno-burgueses.

Dialogando com Pêcheux ([1976] 2011), entendemos que não basta aos intelectuais das CHS compreender as demandas da classe operária, ou pensar em revolução como uma simples mudança de forma – em que ainda se mantém a divisão da sociedade em classe – e, sim, pensar na mudança da sociedade como um todo, mudança que acaba com a propriedade privada, com o Estado e com as classes.

Sob o manto da neutralidade, os intelectuais dos quais falava Pêcheux ([1976] 2011) e, a meu ver, os intelectuais da atualidade buscam eximir-se de suas responsabilidades na luta com o proletariado, na compreensão do seu lugar de intelectuais nessa luta por terem a ilusão de prestar indiferentemente serviços às duas classes antagônicas. No entanto, em meio à minha reflexão, dar-me-ei ao direito de fazer uma indagação, *prestar serviços a é o mesmo de estar a serviço de?*

Vejo que a mentalidade individualista dos intelectuais não comunistas das CHS, que dispõem de bons salários, de confortáveis meios de trabalho, de poder de compra, que atende às suas demandas, somada

ao medo do desmonte das universidades¹ faz dos intelectuais das CHS muito mais permeáveis a ideias reformistas² do que revolucionárias. Tal posição retarda a revolução, causa uma confusão política que dificulta a luta do proletariado em busca da transformação da sociedade.

Diante disso, ousou responder que há sim intelectuais de esquerda filiados à burguesia; intelectuais burgueses que habitam as universidades, que não praticam o marxismo-leninismo – como nos afirma Pêcheux ([1976] 2011, p. 248). Vejo hoje uma plurissignificação relativa à expressão “de esquerda” que, repito, mais retarda a luta do que a impulsiona. No guarda-chuva “de esquerda”, estão hoje pessoas que não querem ser confundidas, rotuladas, chamadas de comunistas justamente porque não o são, porque defendem reformas que trazem um relativo e momentâneo bem-estar para o proletariado, e que paulatinamente afastam os intelectuais das CHS dos seus potenciais aliados que são a classe trabalhadora.

Quando pensamos em burguesia, somos muito influenciados por Marx e Engels (1961) a concebê-la como a média burguesia manufatureira de sua época e os milionários das indústrias (que, à época, eram a grande burguesia), sem muitas vezes pensarmos que esses grandes industriários acabaram por criar o mercado mundial que propiciou o desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação, fazendo crescer a burguesia e multiplicando seus capitais. É importante pensarmos que, a cada etapa da evolução da burguesia, cor-

1 Pêcheux ([1976] 2011, p. 236) insiste numa questão importante que enlaça cada vez mais os intelectuais não comunistas das CHS aos desígnios do capital quando afirma: “[...] o poder está pronto a tudo incluindo manipular a massa dos universitários e dos pesquisadores através do espectro da ‘crise’ e da ‘austeridade’ e do ‘crescimento-zero’; ele *organiza* a escassez para suscitar a inquietude e docilidade das pessoas e desenvolver a concorrência entre as formações de modo que sobrevivam e desenvolvam-se mais aptas a... servir o capitalismo na sua fase atual.”

2 Mais uma vez, Pêcheux ([1976] 2011, p. 241) nos mostra no que realmente consiste o reformismo. Ele afirma que “[...] a ideologia reformista que domina ainda largamente estas camadas por muito tempo tem cessado de ser a ‘justa medida’ ilusória, a terceira via dos anos 50, para tornar-se mera e simplesmente a última cartada do poder giscardiano, o último meio de luta de que este poder dispõe para quebrar a aliança política entre a classe operária e os seus aliados.”

responde um “progresso” político, e ela conquista a soberania política no Estado representativo moderno. Segundo Marx e Engels (1961, p. 23), “[...] o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.”

O que temos hoje como burguesia é um desdobramento do que tínhamos no Estado moderno. Mesmo que não concebamos a “evolução” do capitalismo como algo linear, entendemos que a função do Estado, ou melhor de todo o arcabouço do Estado, continua sendo a de gerir os negócios da burguesia, e eu ousaria dizer que essa gestão beneficia contemporaneamente, de maneira muito mais eficaz, os grandes capitalistas burgueses.

Dialogando com Mascaro (2021) sobre isso, entendemos que a burguesia continua controlando as dimensões políticas da sociedade, deixando o Estado totalmente adstrito aos interesses do capital, que, por sua vez, tem uma correia de transmissão com o mundo judiciário e com o mundo político. Isso ocorre, principalmente, quando nos referimos aos capitalistas banqueiros, especuladores, rentistas que representam uma pequeniníssima fração da burguesia. Isso se ilustra facilmente com um fato ocorrido em outubro de 2021.

A mídia noticiou que o Presidente do Banco Central confirma consulta a André Esteves sobre taxa de juros. Roberto Campos Neto diz que este tipo de consulta é uma prática de Bancos Centrais. Vemos nesse caso, que eu julgo emblemático, em que o Presidente do Banco Central do Brasil liga para um banqueiro para consultá-lo sobre qual deveria ser o piso (*lower bound*) da taxa de juros no país, uma mostra de que esse núcleo dos donos do dinheiro manda no Banco Central. Reiteramos que esses mesmos banqueiros, que representam a alta burguesia do país, estreitam laços também com o judiciário conforme afirma Mascaro (2018).

Entendemos, então, que, na atualidade, essa grande burguesia faz, inclusive, cair a máscara da separação, da divisão entre o judiciário,

a equipe econômica do governo e os grandes banqueiros, especuladores e rentistas, visto que, na prática, já não mais existe, por exemplo, o constrangimento dos magistrados ao frequentarem palestras realizadas pelos banqueiros que são aplaudidos pelos membros do judiciário. A estética da ética governamental, que impunha ao judiciário discrição e recato, dá lugar a um judiciário ativista em prol dos interesses da burguesia. Isto me faz lembrar a revolta de Marx e Engels (1961) quando, em seu tempo, caíam os véus das sociedades arrebatadas pelo capitalismo.

Ele que se indignava com os laços frios dos homens em relação ao “[...] pagamento à vista” (Marx; Engels, 1961, p. 23), o que diria se visse presidentes de partidos políticos exigindo abertamente, sob os olhos e ouvidos atentos da mídia mundial, cargos em troca de apoio no parlamento? Ele que não se conformava com os homens que trocavam sua parca liberdade pela implacável liberdade de comércio, que acusava a burguesia de exercer socialmente “[...] uma exploração aberta, cínica, direta e brutal” (Marx; Engels, 1961, p. 24), como reagiria ao presenciar o ativismo jurídico que provoca convulsões sociais e golpes à suposta democracia brasileira?

É esta a alta burguesia, ou burguesia monopolista, representada por aqueles que são detentores do capital e, por conseguinte controlam o Estado – a política, a equipe econômica, o judiciário – que mantém a sociedade capitalista viva junto à pequena burguesia, sustentando esse sistema de exploração. Talvez seja um tanto difícil de entender, como alguns intelectuais das CHS não compreendem a instalação de uma enorme contradição quanto à posição que alguns deles ocupam...

As CHS, segundo Pêcheux ([1976] 2011, p. 236), são impelidas a contribuir “[...] em toda a medida dos seus meios, com o agravamento da superexploração capitalista” e a desculpa, para tanto, seria melhorar a produtividade; e com o assujeitamento ideológico e político do povo, sob o manto da melhora nas relações entre os cidadãos e as diversas

administrações ([1976] 2011, p. 236). É, então, usando esses “disfarces” que as CHS seguem praticando essa “americanização” das condições das pesquisas em CHS que aceitam a ideia de livre iniciativa, de livre concorrência “sem perceber” que a verdadeira liberdade para os pesquisadores é a liberdade de pesquisa que se vê ameaçada pelo desmantelamento e pela submissão das CHS aos ditames do capital monopolista.

Em relação a essa contradição, Pêcheux ([1976] 2011) é incisivo quando afirma que ela habita como consequência direta da luta de classes cujos interesses tanto políticos, quanto econômicos são diametralmente opostos e, portanto, inconciliáveis. Em que lugar, afinal, as camadas intelectuais universitárias deveriam estar nesta correlação de forças? Pêcheux ([1976] 2011) nos chama a refletir sobre a importância de as camadas intelectuais lutarem de maneira efetiva pensando no conjunto das CHS. E aponta para duas palavras de ordem que precisam ser questionadas: a primeira que ele chama de *defesa do pessoal* e a segunda, de *defesa da universidade e da pesquisa*. O grande impasse é que a segunda, na prática, sempre acaba por se subordinar à primeira e a causar, no máximo, um apelo reformista e não revolucionário.

Confesso que, para mim, essas palavras de Pêcheux ([1976] 2011) são dolorosamente contundentes e mostram a contradição, que ele classifica como secundária, a qual diz respeito à relação que as camadas intelectuais universitárias nas CHS mantêm com a política. Em suas palavras:

Toda fração de classe da pequena burguesia mantém uma relação ambígua com a política na medida em que, enquanto mantém a ilusão de “se colocar por sua conta, politicamente falando”, como dizíamos ao início, esta fração de classe prova, contudo, na prática a impossibilidade concreta de aceder a um ponto de vista político global que lhe permita organizar estrategicamente as suas lutas como podem fazê-lo cada um à sua maneira as duas classes antagônicas do modo de produção capitalista, na luta

que efetuam uma contra a outra. (Pêcheux, [1976] 2011, p. 239).

Conclui ainda que, mesmo que exista uma tendência de esta camada pequeno burguesa³ acercar-se da classe operária, ela o faz sob a influência da ideologia da classe dominante de diversas formas “[...] conservadoras, reformistas e esquerdistas.” (Pêcheux, [1976] 2011, p. 239). Isso para mim é real e constitui efetivamente uma dolorosa contradição.

Sobre o funcionamento desse discurso reformista do qual nos fala Pêcheux ([1976] 2011), serei bem direta ao responder: a meu ver, este discurso é sim válido para os dias atuais. Entendo-o como aquele que ainda ecoa como meio de luta, conforme nos afirma Pêcheux ([1976] 2011), a fim de enfraquecer, esfacelar as possibilidades de alianças políticas que venham a fortalecer a classe operária.

Creio, no entanto, que é, em momentos de conflitos como os que estamos vivenciando agora, em que a extrema direita no Brasil, quiçá no mundo, está em processo de efervescência, que podemos nos colocar na luta do ponto de vista do proletariado, “[...] tornando ao mesmo tempo possível um novo desenvolvimento disso que chamamos de contradição principal, em proveito do conjunto dos trabalhadores, incluindo intelectuais que trabalham nas CHS.” (Pêcheux, [1976] 2011, p. 242).

Isso quer dizer passarmos a ter uma posição marxista-leninista, que, propriamente, promove uma ruptura e não uma reforma; promove rompimentos reais e não acomodações que, a rigor, só atrasariam a luta (Pêcheux, [1976] 2011). Isto ainda quer dizer que os revolucionários e não os reformistas precisam ser a vanguarda no movimento que esclarece, orquestra a “[...] relação necessária entre política sindical de defesa da pesquisa nas CHS e tomada de partido político contra o reformismo das CHS...” (Pêcheux, [1976] 2011, p. 242). A revolu-

3 Para Pêcheux ([1976] 2011), essa fração pequeno-burguesa reproduz-se evidentemente entre as camadas intelectuais, especialmente, as universitárias.

ção só tomará forma, portanto, se o proletariado a efetuar juntamente com as camadas não-monopolistas, neste ponto concordo com Pêcheux ([1976] 2011), só me pergunto o quão próximo estamos dessa tomada de posição marxista-leninista...

REFERÊNCIAS

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**, V. 1, Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. **Sociologia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2021.

PÊCHEUX, Michel [1976]. Posição sindical e tomada de partido nas Ciências Humanas e Sociais. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 231-249.

Evandra et Thiago: Dans l'article *Position syndicale et prise de parti dans les sciences humaines et sociales*¹, Pêcheux ([1976] 2015e) présente une problématisation de l'« américanisation » de la recherche en sciences humaines et sociales (SHS), ainsi qu'une discussion sur l'affiliation bourgeoise des intellectuels de gauche. Considérant cette problématisation, êtes-vous d'accord pour dire qu'il existe des intellectuels de gauche affiliés à la bourgeoisie? Comment peut-on définir la bourgeoisie de nos jours? Sommes-nous en face d'une contradiction? Le fonctionnement du discours réformiste dont parle Pêcheux ([1976] 2015e) dans l'article est-il encore valable aujourd'hui?

1 Publication originale: PÊCHEUX, Michel. Position syndicale et prise de parti dans les sciences humaines et sociales. *La pensée*, v. 187, 1976. p. 53-66.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1976]. Posição sindical e tomada de partido nas Ciências Humanas e Sociais. Traduction: Lauro José Siqueira Baldini. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015e. p. 231-249.

LA RÉFORME COMME PROFESSION: LE RÔLE DES INTELLECTUELS DANS LE CAPITALISME

Rodrigo Oliveira Fonseca (UFSB)

Le discours est le moyen par lequel les demandes sociales, les intérêts des classes et de leurs segments ou fractions, sont régulés, ajustés, façonnés et réformés. Dans cette considération, nous avons une avancée par rapport à l'affirmation de *L'Idéologie Allemande* et du *Manifeste du Parti Communiste* selon laquelle les idées dominantes d'une époque sont les idées de la classe dominante de cette époque, une avancée matérialiste, par laquelle nous en venons à étudier les formes concrètes, discursives, à travers lesquelles les idées entrent en lutte dans l'histoire (Pêcheux, [1977] 1980). Ces formes contradictoires nous aident à comprendre comment les relations entre position politique et classe sociale peuvent toujours être très variées, de sorte qu'une articulation automatique et idéaliste entre la gauche politique et la classe ouvrière (ou entre la droite politique et la bourgeoisie) sert la propagande plutôt que la compréhension des relations et des luttes de classe, y compris les luttes politiques. En ce sens, les manifestations de colère et de rancœur à l'égard des travailleurs qui assument des positions de droite—comme les accusations selon lesquelles les « pauvres droitiers » seraient des gens totalement aliénés et stupides—sont symptomatiques d'un aveuglement/identification caractéristique du thème de la question, *le discours réformiste*, un discours d'une gauche (intellectuelle ou autre)

pas toujours affiliée à des positions bourgeoises, mais généralement à des positions managériales.

Nous allons plus loin en prenant sérieusement en compte l'existence (non pas d'une mais) de *deux* classes sociales qui se constituent à partir de l'extorsion productive des travailleurs. Nous travailleurs sommes confrontés à deux types de patrons. L'un qui est le « propriétaire de l'entreprise », le propriétaire des moyens de production, et l'autre qui est le patron ou un administrateur, payé pour assurer la productivité des travailleurs.

Un patron, c'est le bourgeois, dont l'existence est transformée par le processus croissant de dépersonnification et de concentration du capital, qui l'éloigne encore plus des entreprises qu'il possède, mais qu'il contrôle de moins en moins directement, étant souvent réduit au rôle d'investisseur et d'actionnaire, qui fractionne et diversifie au maximum ses actifs pour suivre les fluctuations des marchés et optimiser sa rentabilité sur les différents fronts sur lesquels il opère. Cet employeur est une évolution historique depuis l'entrepreneuriat des grands commerçants qui louaient des ouvriers dans les zones rurales pour transformer les matières premières en produits, jusqu'à la constitution de leurs propres établissements où tout, des locaux aux outils, des matières premières à l'organisation du travail, passait entre les mains de l'« entrepreneur ». Sur le plan idéologique, le bourgeois adhère au mythe du marché libre et concurrentiel, même dans un contexte d'oligopoles qui contrôlent presque toutes les branches d'activité et de chaînes de production transnationales.

Sur le plan juridique, l'autre patron est un ouvrier, un employé. En pratique, comme le bourgeois, il dépend du travail des autres pour survivre, et comme le bourgeois, il vit dans un cercle de relations et de solidarités qui sont souvent entièrement capitalistes—en disant cela, je ne me réfère pas seulement au *revenu*, après tout, on ne cesse pas d'être un travailleur en gagnant un salaire supérieur à ce qui garan-

tit la reproduction de ses propres forces et conditions de travail pour le mois suivant, mais quand on commence à disposer du temps de travail des autres dans des activités qui génèrent plus de valeur. Ce patron est une évolution historique de la bureaucratie moderne des tribunaux et des gouvernements des grandes villes et, comme le souligne João Bernardo ([1991] 2009, p. 276), ils devraient être considérés comme des seigneurs collectifs par rapport à la paysannerie. Dans le cas de l'esclavage colonial en Amérique portugaise, nous pouvons penser aux Jésuites, qui contrôlaient collectivement des milliers de villageois indigènes, étudiaient leurs habitudes, leurs langues et leurs capacités de travail, que les seigneurs des plantations finissaient par embaucher sous des formes précaires de travail salarié.

Pendant des siècles, les classes laborieuses ont été considérées comme un troupeau, à distance des yeux et des intérêts des classes dirigeantes. Grâce à la contribution progressive et décisive des managers, le capitalisme a progressivement établi un autre régime de visibilité, étant le premier mode de production de l'histoire dans lequel les connaissances des travailleurs, leurs luttes, leurs expériences, leurs références, leurs images et leurs langages sont systématiquement expropriés et, par le biais des mécanismes de la plus-value relative, assurent l'augmentation de la productivité.

Vient ensuite le réformisme, que je traite différemment de Michel Pêcheux dans ce qui est probablement le plus léniniste de ses textes et qui, de ce fait, traite le réformisme comme un problème essentiellement politique, résultat d'une incompréhension de ce que doivent être les luttes centrales (comme la *défense de l'université et de la recherche*, lutte politique, globale) et les luttes subordonnées (comme la *défense du personnel*, lutte économique, syndicale). Il est symptomatique que, même sur le ton de l'ironie, Pêcheux ([1976] 2011, p. 235) soit d'accord avec le point de vue du capital monopoliste selon lequel « [...] le développement de l'université et de la recherche est devenu une affaire trop sérieuse pour être confiée aux universitaires et aux chercheurs. »

En effet, le léninisme s'est développé de manière contradictoire dans les cadres idéologiques de la classe dirigeante, dans une lutte à mort non seulement contre les forces impérialistes qui attaquaient la Russie, mais aussi contre l'autonomie, l'initiative et le défi des travailleurs qui n'étaient pas subordonnés aux bolcheviks.

Dans le léninisme de Pêcheux, la contre-identification au capitalisme—qu'il s'agisse de positions réformistes (sociaux-démocrates, parlementaires, ...) ou gauchistes (conseillistes, anarchistes, ...)—est justifiée par la nature conflictuelle de la fraction de classe qui la représente le mieux, la petite bourgeoisie. fraction de classe qui conserverait une « impossibilité concrète d'accéder à un *point de vue politique global* lui permettant d'organiser stratégiquement ses luttes » (Pêcheux, [1976] 2011, p. 239), contrairement à ce que feraient les deux classes antagonistes du mode de production capitaliste, la bourgeoisie (à travers l'État) et le prolétariat (à travers le Parti communiste marxiste-léniniste). Pêcheux considère les couches intellectuelles universitaires salariées comme faisant partie de la petite bourgeoisie intellectuelle, qui pencherait tantôt vers les luttes et les intérêts des travailleurs, tantôt vers les luttes et les intérêts des bourgeois.

Petite bourgeoisie, bureaucratie, *intelligentsia*, les référents varient, mais je considère que le terme proposé par João Bernardo ([1991] 2009), *classe des managers*, est le meilleur, car il est moins sujet aux déviations et aux restrictions du rôle central de cette classe dans le fonctionnement ordinaire du système, jamais au-dessus, sous forme de conseiller ou de conscience collective critique, comme le suggère parfois l'image de l'intellectuel. Et le plus important: cette « confusion » juridique et politique entre travailleurs et managers est historiquement productive dans la reproduction élargie du capital, la croissance et la place de la Chine dans l'économie mondiale actuelle en étant un exemple très réussi.

Dans le capitalisme contemporain, il n'y a pas « seulement » l'expropriation des moyens de production. Si les mécanismes de la plus-value absolue sont plus bruyants et plus simples à comprendre—comme l'augmentation de l'exploitation par les heures supplémentaires, la banque du temps, la disponibilité totale via les applications de téléphonie mobile et de messagerie –, il n'en va pas de même des mécanismes de la plus-value relative, qui augmentent la productivité grâce à l'introduction d'innovations dans les processus de production et à l'intégration des connaissances et de la résistance des travailleurs. Avant de s'imposer comme le promoteur de la « gestion scientifique des entreprises », F. W. Taylor a travaillé comme ouvrier et contremaître aux États-Unis, où il aurait constaté « l'indolence des ouvriers », le « corps mou », les freins à la productivité que les mécanismes récurrents de menaces et de récompenses ne parvenaient pas à résoudre. Pour y remédier, Taylor a enquêté sur le savoir-faire professionnel des ouvriers, un « capital » dont ils disposaient encore, leurs connaissances pratiques, les mouvements de leur corps, minutieusement enregistrés, chronométrés, répertoriés, analysés.

Robert Linhart ([1976] 1983) raconte comment Lénine fut un lecteur critique mais enthousiaste du taylorisme. Le révolutionnaire a publié, en 1913, l'article *Un système 'scientifique' pour pressurer l'ouvrier*, le prenant comme une torture qui annihile l'initiative ouvrière, le syndicalisme, et hypertrophie l'appareil de contrôle sur le travail. Au fur et à mesure que la révolution avançait, le leader russe reculait (certains diraient « avançait ») et commençait à considérer le taylorisme comme un moyen valable de rationaliser le travail, d'augmenter la productivité et de permettre (un jour) la réduction de la journée de travail, face à l'opposition des mencheviks, des communistes de gauche et des anarchistes—alors que ces oppositions n'avaient pas encore été interdites ou éliminées. Lénine connaissait la résistance des ouvriers français et américains qui avaient vécu de l'intérieur les premières expériences tayloristes, mais on peut imaginer le révolutionnaire russe formuler

quelque chose comme « le développement des méthodes d'organisation du travail est devenu une affaire trop sérieuse pour être confiée aux ouvriers ». Dans des textes que nous n'avons pas besoin d'imaginer, nous voyons qu'il se souciait sincèrement de l'éducation des travailleurs, qu'il pensait à la fusion de l'école et de l'usine, et qu'il rêvait même du jour où un cuisinier serait qualifié pour diriger l'État. Mais si ce jour n'est pas venu, « ni la subordination, ni le contrôle, ni les « contremaîtres », ni les « comptables » ne pouvaient être supprimés » (Lenin, [1917] 2007, p. 77). Est-ce que le coût de l'absence est *un point de vue politique global* ?

Pêcheux se rachètera de cette scolastique de la lutte des classes et réglera ses comptes avec le léninisme, mais, pour conclure, il faut dire que ce rôle de visibilisation et d'intégration productive des travailleurs est professionnellement demandé aux intellectuels dans le capitalisme et, de manière particulière, dans le cadre de ce que Gadet et Pêcheux (2004 [1981]) appellent le *sociologisme*, l'horizon idéologique de l'absorption des différences sociales. Et voilà le discours réformiste, qu'il soit social-libéral ou étatiste, issu de positions bourgeoises ou managériales, à travers une diversité de thèmes actuels tels que le capitalisme des stakeholders et les métriques ESG de responsabilité sociale, et les secteurs I&D (Inclusion et Diversité), existant dans des entreprises connues pour leur haut degré d'extorsion des travailleurs.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, João [1991]. **Economia dos Conflitos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel [1981]. **A língua inatingível**. Tradução de Bethania Mariani e M^a Elizabeth C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

LENIN, Vladimir Ilych [1917]. **O Estado e a Revolução**. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LINHART, Robert [1976]. **Lenin, os camponeses, Taylor**. Tradução de Daniel Aarão Reis e Lúcia Aarão Reis. São Paulo: Marco Zero, 1983.

PÊCHEUX, Michel [1977]. Remontémonos de Foucault a Spinosa. Tradução de Miguel Rodríguez. In: MONTEFORTE, Mario (org.). **El discurso político**. México: Nueva Imagen, 1980. p. 181-200.

PÊCHEUX, Michel [1976]. Posição sindical e tomada de partido nas Ciências Humanas e Sociais. Tradução de Lauro José Baldini. In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 231-249.

RÉVOLUTION OU RÉFORMISME? NOTES POUR UNE RÉFLEXION SUR LA PLACE DES SCIENCES HUMAINES ET SOCIALES

Fabiana Ferreira N. de Souza (UFPE)

Je commence notre conversation en parlant de la joie d'être dans un espace de réflexion si riche, de première qualité et, pourquoi pas, affectueux. L'initiative de la chère professeure Evandra Grigoletto avec le soutien fondamental de son doctorant Thiago Costa nous ouvre, à nous chercheurs, un autre cycle de débats sur des textes importants de Pêcheux qui nous poussent à revisiter les fondements de sa pensée, principalement en ce qui concerne le matérialisme.

En retournant l'article *Position syndicale et prise de parti dans les Sciences Humaines et Sociales*, j'ai retrouvé « l'épine dans ma chair », car il jette, une fois de plus, une lumière inconfortable sur les conditions dans lesquelles la lutte syndicale et la politique traversent les strates intellectuelles universitaires. Dans ce texte, Pêcheux ([1976] 2011) tourne son regard vers de telles discussions, en posant des questions sur l'appartenance bourgeoise des intellectuels de gauche comme fruit d'une potentielle « américanisation » de la recherche en Sciences Humaines et Sociales (SHS).

Il est difficile, à première vue, de concevoir qu'il existe des intellectuels de gauche affiliés à la bourgeoisie, puisque, lorsque nous

pensons à un concept strict de la bourgeoisie, nous comprenons qu'elle « [...] comprend la classe des capitalistes modernes, propriétaires des moyens de production sociale qui emploient du travail salarié » (Marx, Engels, 1961, p. 21), cependant Pêcheux ([1976] 2011, p. 232) nous avertit que, bien que les intellectuels aient abandonné le « rêve de l'indépendance économique », ils présentent certaines caractéristiques de la fraction de classe petite-bourgeoise.

Ces particularités concernent la proximité des intellectuels de la SHS avec l'**idéologie individualiste** de la libre entreprise. C'est à ce moment que, dans le texte en question, Pêcheux ([1976] 2011) met l'accent sur l'américanisation de la recherche en Sciences Humaines et Sociales. Il affirme que, dans ces conditions, les intellectuels non communistes conservent une illusion de puissance qui leur fait croire qu'ils sont capables de se mettre à leur compte, se rapprochant ainsi des idéaux petits-bourgeois.

En dialoguant avec Pêcheux ([1976] 2011), nous comprenons qu'il ne suffit pas aux intellectuels de la SHS de comprendre les revendications de la classe ouvrière, ni de penser la révolution comme un simple changement de forme—dans lequel la division de la société en classes est toujours maintenue—mais plutôt de penser le changement de la société dans son ensemble, un changement qui en finit avec la propriété privée, avec l'État et avec les classes.

Sous le couvert de la neutralité, les intellectuels dont parlait Pêcheux ([1976] 2011) et, à mes yeux, les intellectuels d'aujourd'hui cherchent à se dédouaner de leurs responsabilités dans la lutte avec le prolétariat, à comprendre leur place d'intellectuels dans cette lutte en ayant l'illusion de rendre indifféremment des services aux deux classes antagonistes. Cependant, au milieu de ma réflexion, je me donnerai le droit de faire une enquête: *fournir un service à*, est-ce la même chose qu'*être au service de* ?

Je constate que la mentalité individualiste des intellectuels non communistes de la SHS, qui ont de bons salaires, des moyens de travail confortables, un pouvoir d'achat qui répond à leurs exigences, ajoutée à la peur du démantèlement des universités¹, rend les intellectuels de la SHS beaucoup plus perméables aux idées réformistes² qu'aux idées révolutionnaires. Cette position retarde la révolution, provoque une confusion politique qui entrave la lutte du prolétariat pour la transformation de la société.

Face à cela, j'ose répondre qu'il existe bien des intellectuels de gauche affiliés à la bourgeoisie ; des intellectuels bourgeois qui occupent les universités, qui ne pratiquent pas le marxisme-léninisme – comme nous le dit Pêcheux ([1976] 2011, p. 248). Je vois aujourd'hui une plurissignification de l'expression « gauche » qui, je le répète, retarde plus la lutte qu'elle ne la fait avancer. Sous le parapluie de la « gauche », il y a aujourd'hui des gens qui ne veulent pas être confondus, étiquetés, appelés communistes précisément parce qu'ils ne le sont pas, parce qu'ils défendent des réformes qui apportent un bien-être relatif et momentané au prolétariat, et qui éloignent peu à peu les intellectuels de la SHS de leurs alliés potentiels que sont les travailleurs.

Lorsque nous pensons à la bourgeoisie, nous sommes très influencés par Marx et Engels (1961) pour la concevoir comme la moyenne bourgeoisie manufacturière de leur époque et les millionnaires des industries (qui, à l'époque, étaient la grande bourgeoisie), sans souvent

1 Pêcheux ([1976] 2011, p. 236) insiste sur une question importante qui lie de plus en plus les intellectuels non communistes de la SHS aux desseins du capital lorsqu'il déclare : « [...] le pouvoir est prêt à tout, y compris à manipuler la masse des universitaires et des chercheurs à travers le spectre de la « crise », de l'« austérité » et de la « croissance zéro » ; il *organise* la pénurie pour susciter l'agitation et la docilité des gens et pour développer la concurrence entre les formations afin qu'elles survivent et se développent de la manière la plus apte à [...] servir le capitalisme dans sa phase actuelle ».

2 Une fois de plus, Pêcheux ([1976] 2011, p. 241) nous montre en quoi consiste réellement le réformisme. Il affirme que « [...] l'idéologie réformiste qui domine encore largement ces couches depuis longtemps a cessé d'être l'illusoire « juste mesure », la troisième voie des années 1950, pour devenir purement et simplement la dernière carte du pouvoir giscardien, le dernier moyen de lutte dont dispose ce pouvoir pour briser l'alliance politique entre la classe ouvrière et ses alliés. »

penser que ces grands industriels ont fini par créer le marché mondial qui a favorisé le développement du commerce, de la navigation et des moyens de communication, faisant croître la bourgeoisie et multipliant ses capitaux. Il est important de penser qu'à chaque étape de l'évolution de la bourgeoisie correspond un « progrès » politique, et qu'elle conquiert la souveraineté politique dans l'Etat représentatif moderne. Selon Marx et Engels (1961, p. 23), « [...] le gouvernement moderne n'est qu'un comité chargé de gérer les affaires communes de l'ensemble de la classe bourgeoise ».

Ce que nous avons aujourd'hui en tant que bourgeoisie est un développement de ce que nous avons dans l'État moderne. Même si nous ne concevons pas l'« évolution » du capitalisme comme quelque chose de linéaire, nous comprenons que la fonction de l'État, ou plutôt de l'ensemble du cadre étatique, continue à être de gérer les affaires de la bourgeoisie, et j'oserais dire que cette gestion profite en même temps, d'une manière beaucoup plus efficace, aux grands capitalistes bourgeois.

En dialoguant avec Mascaro (2021) sur ce point, nous comprenons que la bourgeoisie continue à contrôler les dimensions politiques de la société, laissant l'État totalement attaché aux intérêts du capital, qui, à son tour, dispose d'une courroie de transmission avec le monde judiciaire et le monde politique. Cela se produit principalement lorsque nous nous référons aux banquiers capitalistes, aux spéculateurs et aux chercheurs de rente qui représentent une fraction minuscule de la bourgeoisie. Un fait survenu en octobre 2021 en est une bonne illustration.

Les médias ont rapporté que le président de la Banque centrale confirme avoir consulté André Esteves au sujet des taux d'intérêt. Roberto Campos Neto affirme que ce type de consultation est une pratique des banques centrales. Nous voyons dans ce cas, que je considère emblématique, où le président de la Banque Centrale du Brésil appelle un banquier pour le consulter sur ce que devrait être la borne

inférieure du taux d'intérêt dans le pays, une démonstration que ce noyau de propriétaires d'argent domine la Banque Centrale. Nous répétons que ces mêmes banquiers, qui représentent la haute bourgeoisie du pays, ont également des liens étroits avec le pouvoir judiciaire, comme l'indique Mascaro (2018).

Nous comprenons donc que, de nos jours, cette grande bourgeoisie fait même tomber le masque de la séparation, de la division entre le pouvoir judiciaire, l'équipe économique du gouvernement et les grands banquiers, spéculateurs et rentiers, puisque, dans la pratique, il n'y a plus, par exemple, l'embarras des magistrats lorsqu'ils assistent à des conférences tenues par des banquiers qui sont applaudis par des membres du pouvoir judiciaire. L'esthétique de l'éthique gouvernementale, qui imposait discrétion et modestie à la magistrature, a fait place à une magistrature activiste en faveur des intérêts de la bourgeoisie. Cela me rappelle la révolte de Marx et Engels (1961) quand, en leur temps, tombaient les voiles des sociétés balayées par le capitalisme.

Lui qui s'indignait de la froideur des liens entre les hommes par rapport au « [...] paiement en espèces » (Marx; Engels, 1961, p. 23), que dirait-il s'il voyait des présidents de partis politiques exiger ouvertement, sous les yeux et les oreilles des médias mondiaux, des postes en échange d'un soutien au parlement? Lui qui n'était pas d'accord avec les hommes qui échangeaient leur maigre liberté contre l'implacable liberté du commerce, qui accusaient la bourgeoisie d'exercer socialement « [...] une exploitation ouverte, cynique, directe et brutale » (Marx; Engels, 1961, p. 24), comment réagirait-il en assistant à l'activisme juridique qui provoque des convulsions sociales et des coups de boutoir à la prétendue démocratie brésilienne?

Il s'agit de la grande bourgeoisie, ou bourgeoisie monopoliste, représentée par ceux qui possèdent le capital et, par conséquent, contrôlent l'État—la politique, l'équipe économique, le système judiciaire—qui maintiennent la société capitaliste en vie avec la petite

bourgeoisie, soutenant ainsi ce système d'exploitation. Il est peut-être un peu difficile de comprendre comment certains intellectuels de la SHS ne comprennent pas l'installation d'une énorme contradiction quant à la position que certains d'entre eux occupent...

Les SHS, selon Pêcheux ([1976] 2011, p. 236), sont amenées à contribuer « [...] dans la mesure de leurs moyens, à l'aggravation de la surexploitation capitaliste » et le prétexte, pour cela, serait l'amélioration de la productivité; et à l'assujettissement idéologique et politique du peuple, sous couvert d'amélioration des relations entre les citoyens et les différentes administrations ([1976] 2011, p. 236). C'est donc sous ces « déguisements » que les SHS continuent de pratiquer cette « américanisation » des conditions de la recherche dans les SHS qui acceptent l'idée de la libre initiative, de la libre concurrence « sans se rendre compte » que la véritable liberté des chercheurs est la liberté de la recherche qui est menacée par le démantèlement et la soumission des SHS aux impératifs du capital monopoliste.

En ce qui concerne cette contradiction, Pêcheux ([1976] 2011) est incisif lorsqu'il affirme qu'elle réside comme une conséquence directe de la lutte des classes dont les intérêts, tant politiques qu'économiques, sont diamétralement opposés et, par conséquent, irréconciliables. Où, après tout, les couches intellectuelles universitaires devraient-elles se situer dans cette corrélation de forces? Pêcheux ([1976] 2011) nous appelle à réfléchir à l'importance des couches intellectuelles pour lutter efficacement en pensant à la SHS dans son ensemble. Et il pointe deux slogans à remettre en cause: le premier qu'il appelle la *défense du personnel* et le second, la *défense de l'université et de la recherche*. La grande impasse est que la seconde, dans la pratique, finit toujours par se subordonner à la première et par provoquer, tout au plus, un appel réformiste et non révolutionnaire.

J'avoue que, pour moi, ces mots de Pêcheux ([1976] 2011) sont douloureusement brusques et montrent la contradiction, qu'il qualifie

de secondaire, qui concerne la relation que les couches intellectuelles universitaires de la SHS entretiennent avec la politique. Pour reprendre ses termes:

Toute fraction de classe de la petite bourgeoisie entretient un rapport ambigu avec la politique dans la mesure où, tout en entretenant l'illusion de « se mettre à son compte, politiquement parlant », comme nous l'avons dit au début, cette fraction de classe prouve néanmoins dans la pratique l'impossibilité concrète d'accéder à un point de vue politique global qui lui permette d'organiser stratégiquement ses luttes comme les deux classes antagonistes du mode de production capitaliste peuvent le faire chacune à leur manière, dans la lutte qu'elles mènent l'une contre l'autre. (Pêcheux, [1976] 2011, p. 239).

Il conclut également que même s'il existe une tendance de cette couche petite bourgeoisie³ à se rapprocher de la classe ouvrière, elle le fait sous l'influence de l'idéologie de la classe dominante sous diverses formes « [...] conservateur, réformiste et gauchiste ». (Pêcheux, [1976] 2011, p. 239). Pour moi, cela est réel et constitue effectivement une contradiction douloureuse.

En ce qui concerne le fonctionnement du discours réformiste dont parle Pêcheux ([1976] 2011), je serai très direct dans ma réponse: à mon avis, ce discours est oui valable pour les temps présents. Je le comprends comme un discours qui résonne encore comme un moyen de lutte, comme l'affirme Pêcheux ([1976] 2011), pour fragiliser, pour affaiblir les possibilités d'alliances politiques qui viennent renforcer la classe ouvrière.

Je crois cependant que c'est dans des moments de conflit comme celui que nous vivons actuellement, où l'extrême droite brésilienne,

3 Pour Pêcheux ([1976] 2011), cette fraction petite-bourgeoise est évidemment reproduite dans les couches intellectuelles, notamment universitaires.

et peut-être mondiale, est en pleine effervescence, que nous pouvons nous placer dans la lutte du point de vue du prolétariat, « [...] rendant possible en même temps un nouveau développement de ce que nous appelons la contradiction principale, au bénéfice de l'ensemble des travailleurs, y compris des intellectuels travaillant dans la SHS. » (Pêcheux, [1976] 2011, p. 242).

Cela signifie que nous sommes passés à une position marxiste-léniniste qui, à proprement parler, promet une rupture et non une réforme; elle promet de vraies ruptures et non des accommodements qui, à proprement parler, ne feraient que retarder la lutte (Pêcheux, [1976] 2011). Cela signifie encore que les révolutionnaires et non les réformistes doivent être l'avant-garde du mouvement qui clarifie, orchestre le « [...] rapport nécessaire entre la politique syndicale de défense de la recherche en SHS et la prise de parti politique contre le réformisme en SHS... » (Pêcheux, [1976] 2011, p. 242). La révolution ne prendra donc forme que si le prolétariat la réalise avec les couches non monopolistes, sur ce point je suis d'accord avec Pêcheux ([1976] 2011), je me demande juste à quel point nous sommes proches de cette prise de position marxiste-léniniste...

REFERÊNCIAS

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**, V. 1, Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. **Sociologia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2021.

PÊCHEUX, Michel [1976]. Posição sindical e tomada de partido nas Ciências Humanas e Sociais. In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 231-249.

Evandra e Thiago: No artigo *Há uma via para a Linguística fora do Logicismo e do Sociologismo?*¹, Gadet e Pêcheux ([1977] 2015) colocam em causa as correntes lógico-formalistas e as correntes sociológicas, como a Sociolinguística, associando isto ao dito “fracasso escolar” e às desigualdades sociais, e afirmam ser necessária uma “mudança de terreno”, expressão que também aparece no artigo *A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*², de Claudine Haroche, Paul Henry e Michel Pêcheux ([1971] 2020). No que consiste essa mudança de terreno, no que diz respeito à ciência linguística? Ela supõe uma reterritorialização dos saberes? É possível mudar de terreno sem que haja uma mudança nas relações de produção da nossa formação social?

1 Publicação original: GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. Y-a-t-il une voie pour la linguistique hors du logicisme et du sociologisme? **Equivalences**, v. 2-3, 1977. p. 133-146.

Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise [1977]. Há uma via para a Linguística fora do Logicismo e do Sociologismo? Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 295-310.

2 Publicação original: HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langages**, v. 24, 1971. p. 93-106.

Tradução brasileira: HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul [1971]. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise de Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39.

MUDAR DE TERRENO, SEGUIR CONSTRUINDO TERRENOS OUTROS...

Fabiele Stockmans De Nardi (UFPE)

Esse texto-conversa, como me parece que será seu tom, surge do convite a retornar aos textos de Pêcheux e Gadet ([1977] 2011) e de Claudine Haroche, Michel Pêcheux e Paul Henry ([1971] 2020) a partir do que vou chamar de palavras provocadoras: mudança de terreno, reterritorialização dos saberes e formação social. Não vejo que o que eu possa oferecer aqui seja mais do que um abrir questões sobre questões nesse trabalho de releitura que faço, reafirmando as palavras de Orlandi (1998) ao dizer que, ainda que mudem os tempos e os modos de dizer, “[...] não deixa de ser real que os fatos sociais continuam a demandar sentidos e as ciências continuam a ter de compreendê-los e explicá-los. Com outros nomes, com outros sentidos, com outras histórias. Com outros discursos.”

Em nosso trabalho com a análise do discurso, é recorrente um dizer do político e da política como forma de insistir em sua presença forte, inevitável, definidora das práticas sociais e, portanto, das práticas languageiras. Ao voltar a Pêcheux e Gadet ([1977] 2011, p. 301) e sua discussão sobre a questão do logicismo e do formalismo no campo da linguística, quero destacar o que os autores chamam de “[...] formas específicas de denegação da política”, que marcam o fazer dessas

duas correntes e produzem, segundo eles, como efeitos, entre outros, um *humanismo reformista* e um *recobrimento da questão do Estado*, seja em virtude da desconsideração das “[...] determinações jurídico-políticas inscritas no funcionamento do aparelho do Estado”, seja pela substituição da “[...] análise das relações de produção por uma teoria das relações sociais que não é outra coisa que uma psicossociologia das relações inter-individuais (status, papel, prestígio, atitude, motivação...)” (Pêcheux; Gadet, [1977] 2011, p. 306). Em seu escrito, apontam para um necessário avanço materialista nos modos de se fazer linguística que leio como um chamado em duas direções que se entrecruzam. Por um lado, trata-se de trabalhar a questão da relação língua-sujeito-sentido pelo necessário atravessamento da história na língua, atravessamento pelo qual se produz sua densidade material, apontando para uma incompletude de língua e sujeito que são a possibilidade mesmo de que algo venha a fazer sentido, sempre nessa direção, me parece, de um vir a ser dos sentidos que não cessa nunca de se produzir, sentidos que se ancoram na história; não na intenção, no querer dizer, num domínio da forma, mas no movimento incessante de um sujeito que se expõe à língua com toda sua equivocidade, uma língua que está na história, que é história. Por outro, faz-se, como leio, um alerta para a necessidade de movimentos de análise que possam colocar à mostra o que, de nossas práticas científicas e, arrisco-me a dizer, educativas, especialmente no terreno das línguas, acabam por ser práticas reformistas que, pese nossas boas intenções, não fazem mais do que produzir curativos provisórios para feridas que não temos como cicatrizar: mais nos vale olhar firmemente para a ferida em lugar de encobri-la. Ou como muito bem disseram os autores:

Mudar de terreno nesse assunto, é antes reconhecer que os dois tipos de exclusão mencionados (o atraso do Terceiro Mundo e o fracasso escolar das camadas desfavorecidas) não são de nenhum modo imperfeições lastimáveis das sociedades industriais mas **trata-se sim de desigualdades**

estruturais, inerentes à própria essência do modo de produção capitalista no estado do imperialismo [...].
(Pêcheux; Gadet, [1977] 2011, p. 306, grifo meu).

Embora, como adverte Orlandi (1998), os fatos sociais agora possam ter outros nomes, seguem demandando sentidos e interpretação, e, nessa direção, entendemos que segue produtiva a provocação dos autores de que a necessária mudança de terreno, que nos permitiria vencer *diferentes formas do humanismo*, encontra nas noções de discurso e formação discursiva, do modo como são compreendidos no terreno da análise do discurso materialista, modos de produzir outras leituras e práticas, justamente porque a vinculação do sentido ao espaço da formação discursiva é o que nos permite compreender que a produção de sentidos e, portanto, os efeitos dos discursos sobre os sujeitos e seus lugares, não são alheios aos processos sócio-históricos que caracterizam uma formação social dada. Os efeitos dos modos de produção sobre os sujeitos e seus modos de (se) dizer e dizer ao outro se marcam nas línguas e nas formas como essas línguas se configuram em formações sociais diversas – as línguas não são alheias aos sujeitos e suas histórias, elas são matéria com que e na qual se inscrevem essas histórias.

Mas voltando à questão da mudança de terreno, a expressão já havia aparecido também no texto de Pêcheux, Haroche e Henry ([1971] 2020), vinculando-se a esse empreendimento de uma luta contra o empirismo e o formalismo *com novos objetos e um novo terreno teórico*, nas palavras dos autores. Nesse texto, em que os autores fazem um retorno a Saussure para pensar sobre o lugar da semântica nos estudos linguísticos e perguntarem-se sobre qual semântica para o discurso¹, a ideia de uma mudança de terreno já se faz pela insistência em pensar o discurso em seu vínculo com uma formação social, o modo de produ-

1 Chamaremos de “semântica discursiva” a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva, essa análise que leva em consideração o elo que liga esses processos às condições nas quais o discurso é produzido (às posições às quais deve ser referido). (Haroche; Pêcheux; Henry, [1971] 2020, p. 33)

ção que a domina em um momento determinado da história e, portanto, das relações de classe que nela se estabelecem (ou que a estabelecem). Por isso, essa mudança de terreno se vincula à compreensão da noção de formação discursiva e seu lugar num modo de pensar os discursos e seu funcionamento, e com eles a língua enquanto forma material (Orlandi, 2012). Entendo que essa é a mudança de terreno que se pede ao se pensar a língua pelo viés do discurso, com as implicações que acima explicitamos. Mudança de terreno que, na minha compreensão, exige a construção de um laço cada vez mais estreito e consequente, em nosso fazer analítico, entre o discurso e suas condições de produção, ainda que entenda que se trata de uma mudança de terreno que a AD vem fazendo e que não cessa nunca de produzir seus efeitos. Como dizem Mariani e Medeiros (2013, p. 23):

O trabalho da análise discursiva dos processos de produção dos sentidos, e de seus efeitos, quando tomado do ponto de vista de Pêcheux e Orlandi, incide na suspensão das certezas, na crítica das evidências, na desconstrução das verdades, na escuta do silêncio e das políticas de silenciamento. O político, compreendido aqui como a divisão de sentidos na língua, é dessa forma constitutivo do trabalho de análise.

Estamos diante de uma mudança de terreno e, sim, sob os efeitos da necessária reterritorialização que se tem praticado no campo da análise do discurso materialista no Brasil, porque toda produção de conhecimento se faz na história, determinada pelos modos próprios de organização e funcionamento da Formação Social em que se produz.

Dito isso, vou esboçar, nas linhas que me restam, uma tentativa de diálogo com outra questão que pode se colocar a partir dos textos lidos e que, de alguma maneira, roça a interrogação final proposta por Pêcheux e Haroche sem, é claro, chegar nem perto de respondê-la. Trata-se da questão da apropriação social do conhecimento, como

dizem os autores, em sua relação com o “fracasso escolar” e a questão da reterritorialização dos saberes em uma determinada formação social. Entendo que esse conjunto de questões em sua relação aponta para um modo de pensar-se a prática educativa a partir da compreensão de que a escola, que podemos tomar como um lugar privilegiado (entre outros) nos quais se pode produzir a apropriação social do conhecimento, enquanto Aparelho Ideológico de Estado², não é alheia às “desigualdades estruturais, inerentes à própria essência do modo de produção capitalista” (Pêcheux; Gadet, [1977] 2011, p. 306, grifo meu), ou seja, sofre seus efeitos e os reproduz, embora possa constituir-se como espaços de resistência (nos termos de Pêcheux³) e transformação (nos termos de Althusser–reprodução–transformação⁴). Digo isso porque, ao voltar a esses textos, me parece que, sem negar a necessidade de se questionar constantemente as práticas educativas, antes de (re)produzir soluções, é preciso que nos perguntemos sobre o óbvio para questionar os sentidos de fracasso escolar e os dados que apontam para as defasagens de nossas aprendizagens para dizer, por exemplo, de uma pobreza de aprendizagem⁵ que caracteriza a alguns em detrimento de outros: de que aprendizagens falamos? Quem são “pobres” efetivamente? Quem são os que produzem os textos e geram os números que nos classificam? Ou seja, é preciso mudar de terreno e, quiçá, repensar o que nos territorializa para fazer surgir discursos e práticas que nos permitam derrubar os pilares sobre os quais se produziram as relações sociais em nossa formação.

2 DE NARDI, Fabiele Stockmans; NASCIMENTO, Mizael Inácio do. **Sobre a educação, os lugares e o direito às línguas: tecendo questões**. Disponível em: https://issuu.com/neplev/docs/ebook_v_seplev_com_ficha_e_isbn/s/17574890

3 PÊCHEUX, Michel [1982]. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução: José Horta Nunes. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, n. 19, jul./dez, p. 7 -24, 1990.

4 ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

5 DE NARDI, Fabiele Stockmans; NASCIMENTO, Mizael Inácio do. **Discursos sobre la educación a distancia en América Latina**. Disponible en: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/hispanistas/2020/TRABALHO_COMPLETO_EV143_MD8_SA102_ID293_05062020095948.pdf

REFERÊNCIAS

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul [1971]. A Semântica e corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise de discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. Disciplinarização dos Estudos em Análise de Discurso. **Gragoatá**, Niterói, v. 18, n. 34, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v18i34.32956>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/download/32956/18943/111201>. Acesso em: 24 jul. 2023.

ORLANDI, Eni. Nota introdutória. **Escritos**, Campinas, n. 3. Labeurb. Unicamp, 1998. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/pecheux/1977/mes/40.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. [1977]. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise do Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 295-310.

“MUDANÇA DE TERRENO” E A LÍNGUA: DE SISTEMA PERFEITO A LUGAR DE EQUÍVOCOS

Mizael Inácio do Nascimento (UFRPE)

“*Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões*”¹. Tomo as palavras de Caetano Veloso para pensar que sentidos o fragmento precedente evoca, isto é, que sentido subjaz em “*a língua de Luís de Camões*”? Que concepção de língua essa afirmação comporta? A alusão feita ao poeta lusitano indicaria um ideal de língua a ser alcançado por todos? Estaria ela livre do atravessamento da exterioridade? Seria um construto acabado, fechado, heterogêneo, transparente, perfeito? As perguntas aqui formuladas não têm por objetivo encontrar respostas, mas pensar esse objeto de fascínio e estranhamento que, no escopo da Análise do Discurso, exige, nos termos pecheuxtianos, uma “mudança de terreno”. Será Pêcheux o responsável por guiar-me por esse terreno árido cujas rachaduras escondem um objeto que comporta a opacidade, o equívoco, a historicidade, ou seja, a língua. Uma língua prenhe de sentidos.

E é justamente a questão do sentido, do qual a Linguística tentou se “livrar”, que impulsionará as inquietações desse autor sobre o lugar da língua nos estudos discursivos. Para iniciar a caminhada por esse terreno, tomarei, primeiramente, como objeto de reflexão, o texto *Análise*

1 Fragmento extraído da música “Língua”, de Caetano Veloso (1984).

Automática do Discurso (AAD69), texto fundador da teoria do discurso, no qual o autor verte suas primeiras inquietações sobre a noção de língua na tradição dos estudos linguísticos.

Se os efeitos de sentido se realizam nos processos discursivos, a língua constitui o lugar material desses efeitos de sentido, e compreender o funcionamento (no sentido saussuriano) e não a função dessa materialidade específica da língua é que interessa ao dispositivo da AAD. Para tanto, a caracterização dessa materialidade, do ponto de vista da teoria do discurso, deve afastar-se da noção adotada pela Linguística, ou seja, conceber a língua como base de um léxico e de sistemas fonológicos, morfológicos e sintáticos passa a ser considerado insuficiente.

Essa posição resulta do fato de que, até então, refletir sobre a língua se confundia com o estudo do texto, cujas questões buscavam contemplar os estudos de compreensão do texto e as atividades gramaticais normativas ou prescritivas. O texto, pois, era o meio pelo qual se buscava acessar os usos semânticos e sintáticos para trabalhar questões referentes ao sentido, que se materializam por meio de formulações como “O que quer dizer este texto?” (Pêcheux, [1975] 1995, p. 63).

A partir do deslocamento promovido por Saussure, em seu *Curso de Linguística Geral*, a língua passa a ser pensada como *sistema* e, como tal, deixa de ser compreendida como se tivesse a *função* de expressar sentido. Dessa posição resulta a noção de língua como objeto cujo *funcionamento* pode ser descrito pela ciência linguística, pois é ela, enquanto “[...] conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos” (Pêcheux, [1975] 1995, p. 62), que funciona, e não o texto.

Outra crítica aos postulados saussurianos diz respeito à noção de língua como objeto homogêneo estabelecido a partir da exclusão da *fala* e das *instituições não-semiológicas* para fora da zona de pertinência da ciência linguística. Tais exclusões têm como consequência

o reaparecimento do sujeito falante como subjetividade em ato, como uma unidade ativa de intenções conscientes. A fala, desse modo, representa “*o caminho para a liberdade humana*” (Pêcheux, [1975] 1995, p. 71), posição à qual Pêcheux se opõe e afirma que, longe de se configurar como um lugar de liberdade humana, “*o discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas*”, ou seja, o discurso pode ser tomado como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas corresponde a “[...] um certo *lugar* no interior de uma formação social dada, já que ele se situa no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado” (Pêcheux, [1975] 1995, p. 76-77, grifos do autor).

A noção de língua una e homogênea funcionava como uma força motriz nos estudos linguísticos e contribuía para que os estudos sobre o sentido fossem cada vez mais varridos para debaixo do tapete da Linguística, o que requeria um deslocamento da perspectiva teórica, ou seja, uma mudança de terreno que trouxesse para o seio da Linguística (ou retirasse o que havia sido varrido para debaixo do tapete) elementos exteriores a ela.

O “terreno” continua sendo percorrido e, em suas “rachaduras”, as reflexões sobre esse objeto que constitui a materialidade discursiva, ou seja, a língua, fazem-se presentes. Chegamos a *Semântica e Discurso*, texto publicado em 1975, no qual Pêcheux defende uma articulação entre a Linguística e a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos que, por sua vez, é parte da ciência das formações sociais.

Na distinção língua/discurso – ou base linguística/processos discursivos –, todo sistema linguístico é dotado de uma autonomia relativa, responsável por regular as leis internas, ou seja, a estas estão submetidas as estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas que constituem o objeto da Linguística. É na base dessas leis internas que se desenvol-

vem os processos discursivos, os quais não devem, porém, ser vistos como uma mera expressão do pensamento ou mera atividade cognitiva.

Da trajetória trilhada até aqui resulta um outro encontro com mais um texto emblemático de Pêcheux: *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento* (1983), que revela mais uma “mudança de terreno”. Dito de outra forma: influenciado pela teoria psicanalítica de Freud e Lacan, Pêcheux passa a abordar a língua numa perspectiva diferente, segundo a qual há um ponto em que língua e inconsciente se tocam, ou seja, a língua é abordada como *lalangue* (*alíngua*), concepção que vai possibilitar reconhecer que o real é constitutivo da materialidade linguística e que a língua está sujeita ao equívoco, o qual passa a perturbar o fantasma da ciência régia que busca negar a sua existência. O reconhecimento do real próprio da língua suplanta a concepção de língua como base invariável dos processos discursivos, defendida nos trabalhos anteriores, além de demonstrar que não há possibilidade de separar o simbólico do papel do equívoco, da elipse, da falta.

Na teoria do discurso, uma língua afetada pelo real significa que algo sempre escapa à univocidade, que o não-todo habita a ordem da língua e o equívoco é tratado como um “[...] fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (Pêcheux, [1983] 2015, p. 51), que afeta a regularidade do sistema da língua. E, para não cairmos num amolecimento teórico, sugere Pêcheux, são necessários procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) que deem conta desse fato linguístico do equívoco, e capazes de neutralizar a (aparente) consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos normais”.

Parece-me relevante abrir um espaço para a reflexão que Pêcheux e Gadet ([1981] 2010) desenvolvem, em *A língua Inatingível*, sobre a noção de real da língua e seu deslocamento para o campo da Linguística, dado que, em sua prática teórica, encontra-se a língua como objeto próprio ou o real da língua como denominam autores. As trilhas

perseguidas nesse caminho tomam como referência a tese de Milner (1987), proposta em *O amor da língua*, particularmente no que se refere ao uso do termo real – tomado de empréstimo da distinção promovida por Lacan entre real, simbólico e imaginário – a partir do qual Pêcheux e Gadet criticam a dualidade existente entre o empirismo e o racionalismo, correntes que nortearam os estudos linguísticos.

Essas duas correntes estiveram presentes na base desses estudos, constitutivamente afetadas por uma dupla deriva. De um lado, o empirismo, movido por uma concepção historicizante dos fenômenos sociais que dará origem à figura contemporânea do sociologismo; e de outro, o racionalismo, que busca fundar a relação entre a unidade da língua e a coerência sistêmica do pensamento com a figura contemporânea do logicismo. Contrários a essa posição, os autores retomam o conceito de real da língua, trabalhado por Milner, para criticar o que eles consideram um falso debate metodológico entre o empirismo e o racionalismo. Segundo eles, o real da língua é o impossível que lhe é próprio, e aceitar que a ordem da língua comporta o impossível representa a instauração de um deslocamento do debate entre essas duas vertentes dos estudos linguísticos, ou seja, desconstrói-se a disjunção entre uma ordem própria da língua e uma visão de exterior representado pelos fenômenos sociais.

Nessa “mudança de terreno”, cabe considerar a reconfiguração, a partir da Psicanálise, da noção do sujeito cartesiano que circulava nas ciências humanas para a de um sujeito descentrado, intervalar entre a *linguagem*, a *ideologia* e o *inconsciente*, o que passa a configurá-lo não mais como um sujeito empírico, mas um sujeito que corresponde “[...] a um *certo lugar* social no interior de uma formação social dada” (Pêcheux, [1975] 1997, p. 77), ou seja, ele é constituído pelas formações sociais e representa um lugar social no discurso. Sendo o sujeito esse “lugar” constituído social e ideologicamente, ele é interpretado por outros sujeitos no interior das *formações imaginárias*, as quais representam o lugar do sujeito nos processos discursivos.

É neste sentido que a noção de *inconsciente*, advinda da Psicanálise, ajuda a compreender o esquecimento do seu assujeitamento e do seu papel na reprodução das relações de produção, ou seja, o seu papel na sociedade. Em outras palavras, a “mudança de terreno” promovida pelas reflexões teóricas produzidas por Pêcheux possibilitam a reprodução e/ou transformação das relações de produção no interior das formações ideológicas. E nessas relações encontra-se a língua, responsável pela materialização dos processos discursivos.

REFERÊNCIAS

- MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- PÊCHEUX, Michel [1983]. Análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad: B. S. Mariani *et al.*, 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 311-318.
- PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- PÊCHEUX, Michel [1983]. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine [1975]. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. B.S. Mariani et. al. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-178.
- PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise [1981]. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. 2. ed. Campinas: Editora RG, 2010.

Evandra et Thiago: Dans l'article *Y-a-t-il une voie pour la linguistique hors du logicisme et du sociologisme?*¹, Gadet et Pêcheux ([1977] 2015) remettent en cause les courants logico-formalistes et les courants sociologiques, comme la sociolinguistique, en associant cela à ce que l'on appelle «l'échec scolaire» et les inégalités sociales, et affirment qu'un «changement de terrain» est nécessaire, expression qui apparaît également dans l'article *La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours*², de Claudine Haroche, Paul Henry et Michel Pêcheux ([1971] 2020). En quoi consiste ce changement de terrain, en ce qui concerne la science linguistique? Implique-t-elle une reterritorialisation des savoirs? Est-il possible de changer de terrain sans changer les relations de production de notre formation sociale?

1 Publication originale: GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. Y-a-t-il une voie pour la linguistique hors du logicisme et du sociologisme? **Equivalences**, v. 2-3, 1977. p. 133-146.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise [1977]. Há uma via para a Linguística fora do Logicismo e do Sociologismo? Traduction: Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 295-310.

2 Publication originale: HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel ; HENRY, Paul. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langages**, v. 24, 1971. p. 93-106.

Traduction brésilienne: HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul [1971]. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise de Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39.

CHANGER DE TERRAIN, CONTINUER À CONSTRUIRE SUR UN AUTRE TERRAIN...

Fabiele Stockmans De Nardi (UFPE)

Ce texte-conversation, comme il me semble que son ton sera, naît de l'invitation à revenir sur les textes de Pêcheux et Gadet ([1977] 2011) et de Claudine Haroche, Michel Pêcheux et Paul Henry ([1971] 2020) à partir de ce que j'appellerai des mots provocateurs: changement de terrain, reterritorialisation des savoirs et des formations sociales. Je ne vois pas ce que je peux offrir ici de plus qu'une ouverture de questions sur les questions dans ce travail de relecture que je fais, en réaffirmant les mots d'Orlandi (1998) quand il dit que, bien que les temps et les façons de dire changent, « [...] il est toujours vrai que les faits sociaux continuent d'exiger des significations et que les sciences continuent d'avoir à les comprendre et à les expliquer. Sous d'autres noms, avec d'autres significations, avec d'autres histoires. Avec d'autres discours.

Dans notre travail d'analyse du discours, nous parlons de manière récurrente du politique et de la politique pour insister sur leur présence forte et incontournable, définissant les pratiques sociales et donc les pratiques linguistiques. En revenant à Pêcheux et Gadet ([1977] 2011, p. 301) et à leur discussion sur la question du logicisme et du formalisme dans le domaine de la linguistique, je veux mettre en évidence ce que les auteurs appellent « [...] des formes spécifiques de déni du poli-

tique », qui marquent la fabrication de ces deux courants et produisent, selon eux, comme effets, entre autres, un *humanisme réformateur et une occultation de la question de l'État*, soit en vertu de la méconnaissance de « [...] déterminations juridico-politiques inscrites dans le fonctionnement de l'appareil d'Etat », soit en remplaçant l' « [...] analyse des relations de production par une théorie des relations sociales qui n'est autre qu'une psychosociologie des relations interindividuelles (statut, rôle, prestige, attitude, motivation...) ». (Pêcheux; Gadet, [1977] 2011, p. 306).

Dans leurs écrits, ils indiquent une nécessaire avancée matérialiste dans les manières de faire de la linguistique que je lis comme un appel dans deux directions qui se croisent. D'une part, il s'agit de travailler la question du rapport langue-sujet-sens par la nécessaire traversée de l'histoire dans la langue, traversée par laquelle se produit sa densité matérielle, pointant une incomplétude de la langue et du sujet qui sont la possibilité même que quelque chose fasse sens, toujours dans cette direction, me semble-t-il, d'un devenir des sens qui ne cessent d'être produits, des sens qui s'ancrent dans l'histoire; non pas dans l'intention, dans le vouloir dire, dans la maîtrise de la forme, mais dans le mouvement incessant d'un sujet qui s'expose au langage avec toute son équivocité, un langage qui est dans l'histoire, qui est l'histoire. D'autre part, comme je le lis, il nous alerte sur la nécessité de mouvements d'analyse qui puissent révéler ce qui, dans nos pratiques scientifiques et, j'ose le dire, éducatives, surtout dans le domaine des langues, finit par être des pratiques réformistes qui, malgré nos bonnes intentions, ne font que produire des pansements provisoires pour des plaies que nous n'avons aucun moyen de guérir: il vaut mieux regarder fermement la plaie au lieu de la recouvrir. Ou comme le disent si bien les auteurs:

Changer de discours sur ce sujet, c'est plutôt reconnaître que les deux types d'exclusion évoqués (le retard du tiers-monde et l'échec scolaire des classes défavorisées) ne sont

nullement de pitoyables imperfections des sociétés industrielles, **mais des inégalités structurelles, inhérentes à l'essence même du mode de production capitaliste à l'état d'impérialisme [...]**. (Pêcheux; Gadet, [1977] 2011, p. 306, souligné par moi).

Bien que, comme le prévient Orlandi (1998), les faits sociaux puissent maintenant avoir d'autres noms, ils continuent à exiger des significations et des interprétations, et dans cette direction, nous comprenons que la provocation des auteurs selon laquelle le changement de terrain nécessaire, qui nous permettrait de surmonter les *différentes formes d'humanisme*, se trouve dans les notions de discours et de formation discursive, reste productive, comme on l'entend dans le domaine de l'analyse matérialiste du discours, des moyens de produire d'autres lectures et pratiques, précisément parce que la liaison du sens à l'espace de formation discursive est ce qui nous permet de comprendre que la production de significations et, par conséquent, les effets des discours sur les sujets et leurs lieux, ne sont pas sans rapport avec les processus socio-historiques qui caractérisent une formation sociale donnée. Les effets des modes de production sur les sujets et leurs manières de (se) dire et de dire aux autres sont marqués dans les langues et dans les manières dont ces langues sont configurées dans différentes formations sociales—les langues ne sont pas extérieures aux sujets et à leurs histoires, elles sont la matière avec laquelle et dans laquelle ces histoires s'inscrivent.

Mais pour revenir à la question du changement de terrain, l'expression était déjà apparue dans le texte de Pêcheux, Haroche et Henry ([1971] 2020), se rattachant à cette entreprise de lutte contre l'empirisme et le formalisme *avec de nouveaux objets et un nouveau terrain théorique*, selon les termes des auteurs. Dans ce texte, où les auteurs reviennent à Saussure pour penser la place de la sémantique dans les études linguistiques et s'interrogent sur quelle sémantique pour

le discours¹, l'idée d'un changement de terrain se fait déjà par l'insistance à penser le discours dans son lien avec une formation sociale, le mode de production qui la domine à un moment donné de l'histoire et, donc, les rapports de classe qui s'y établissent (ou qui l'établissent). Ce changement de terrain est donc lié à la compréhension de la notion de formation discursive et à sa place dans une manière de penser les discours et leur fonctionnement, et avec eux la langue comme forme matérielle (Orlandi, 2012). Je comprends qu'il s'agit là du changement de terrain nécessaire pour penser la langue à travers le biais du discours, avec les implications que nous avons expliquées plus haut. J'ai compris qu'il s'agit là d'un changement de terrain qui exige la construction d'un lien de plus en plus étroit et conséquent, dans notre travail analytique, entre le discours et ses conditions de production, bien que je comprenne qu'il s'agit d'un changement de terrain que l'AD a effectué et qui ne cesse de produire ses effets. Comme le disent Mariani et Medeiros (2013, p. 23):

Le travail d'analyse discursive des processus de production des significations, et de leurs effets, lorsqu'il est pris du point de vue de Pêcheux et Orlandi, se concentre sur la suspension des certitudes, la critique des évidences, la déconstruction des vérités, l'écoute du silence et la politique du silence. Le politique, entendu ici comme la division des significations dans le langage, est donc constitutif du travail d'analyse.

Nous sommes face à un changement de terrain et, oui, sous les effets de la nécessaire reterritorialisation qui a été pratiquée dans le champ de l'analyse matérialiste du discours au Brésil, car toute production de connaissance se fait dans l'histoire, déterminée par les

1 Nous appellerons « sémantique discursive » l'analyse scientifique des processus caractéristiques d'une formation discursive, cette analyse qui prend en compte le lien qui relie ces processus aux conditions de production du discours (aux positions auxquelles il doit être référé). (Haroche; Pêcheux; Henry [1971] 2020, p. 33)

modes mêmes d'organisation et de fonctionnement de la Formation Sociale dans laquelle elle est produite.

Cela dit, j'esquisserai, dans les lignes qui me restent, une tentative de dialogue avec une autre question qui peut surgir des textes lus et qui, d'une certaine manière, touche à la question finale proposée par Pêcheux et Haroche sans, bien sûr, être près d'y répondre. Il s'agit de la question de l'appropriation sociale des savoirs, comme le disent les auteurs, dans son rapport à « l'échec scolaire » et de la question de la reterritorialisation des savoirs dans une formation sociale donnée. Je comprends que cet ensemble de questions dans leur relation renvoie à une manière de penser la pratique éducative à partir de la compréhension que l'école, que l'on peut prendre comme un lieu privilégié (parmi d'autres) dans lequel l'appropriation sociale des savoirs peut être produite, en tant qu'Appareil Idéologique d'État², n'est pas sans lien avec les « inégalités structurelles, inhérentes à l'essence même du mode de production capitaliste » (Pêcheux; Gadet, [1977] 2011, p. 306, souligné par moi), c'est-à-dire qu'elle en subit les effets et les reproduit, bien qu'elle puisse constituer des espaces de résistance (selon Pêcheux³) et de transformation (selon Althusser–reproduction-transformation⁴). Je dis cela parce que, en revenant sur ces textes, il me semble que, sans nier la nécessité d'interroger en permanence les pratiques éducatives, il faut, avant de (re)produire des solutions, s'interroger sur les évidences pour questionner les significations de l'échec scolaire et les données qui pointent les lacunes de nos apprentissages pour dire, par exemple, une pauvreté des apprentissages⁵ qui caractérise

2 DE NARDI, Fabiele Stockmans; NASCIMENTO, Mizaél Inácio do. **Sobre a educação, os lugares e o direito às línguas: tecendo questões**. Disponible en: https://issuu.com/neplev/docs/ebook_v_seplev_com_ficha_e_isbn/s/17574890

3 PÊCHEUX, Michel [1981]. Delimitações, inversões, deslocamentos. Traduction: José Horta Nunes. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, n. 19, jul./dez, p. 7 -24, 1990.

4 ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

5 DE NARDI, Fabiele Stockmans; NASCIMENTO, Mizaél Inácio do. **Discursos sobre la educación a distancia en América Latina**. Disponible en: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/hispanistas/2020/TRABALHO_COMPLETO_EV143_MD8_SA102_ID293_05062020095948.pdf

les uns au détriment des autres : de quels apprentissages parle-t-on? Qui sont effectivement les « pauvres » ? Qui sont ceux qui produisent les textes et génèrent les chiffres qui nous catégorisent? En d'autres termes, il faut changer de terrain et peut-être repenser ce qui nous territorialise pour créer des discours et des pratiques qui permettent de renverser les piliers sur lesquels les relations sociales ont été produites dans notre éducation.

RÉFÉRENCES

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul [1971]. A Semântica e corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise de discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. Disciplinarização dos Estudos em Análise de Discurso. **Gragoatá**, Niterói, v. 18, n. 34, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v18i34.32956>. Disponible en: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/download/32956/18943/111201>. Accès le: 24 Jul 2023.

ORLANDI, Eni. Nota introdutória. **Escritos**, Campinas, n. 3. Labeurb. Unicamp, 1998. Disponible à l'adresse: <https://www.marxists.org/portugues/pecheux/1977/mes/40.pdf>. Accès le: 23 Jul 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. [1977]. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? Traduction: Eni Puccinelli Orlandi. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise do Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 295-310.

« CHANGEMENT DE TERRAIN » ET LANGUE : D'UN SYSTÈME PARFAIT À UN LIEU DE MALENTENDUS

Mizael Inácio do Nascimento (UFRPE)

«*J'aime sentir ma langue se froter à la langue de Luís de Camões* »¹. Je prends les mots de Caetano Veloso pour m'interroger sur les significations qu'évoque le fragment précédent, c'est-à-dire sur le sens de «*la langue de Luís de Camões*». Quelle conception de la langue cette affirmation implique-t-elle? L'allusion au poète lusitanien indique-t-elle un idéal de langue à atteindre par tous? Est-elle exempte de toute traversée de l'extériorité? Est-elle une construction achevée, fermée, hétérogène, transparente, parfaite? Les questions formulées ici ne visent pas à trouver des réponses, mais à penser cet objet de fascination et d'étrangeté qui, dans le cadre de l'Analyse du discours, nécessite, selon les termes de Pêcheux, un « changement de terrain ». Pêcheux se chargera de me guider sur ce terrain aride dont les fissures cachent un objet qui contient de l'opacité, de l'équivoque, de l'historicité, c'est-à-dire la langue. Une langue pleine de sens.

Et c'est précisément la question du sens, dont la linguistique a tenté de se « débarrasser », qui sera à l'origine des préoccupations de cet auteur concernant la place de la langue dans les études discursives. Pour commencer ce parcours, je prendrai comme objet de réflexion

1 Fragment extrait de la chanson "Língua", de Caetano Veloso (1984).

le texte *L'Analyse Automatique du Discours* (AAD69), texte fondateur de la théorie du discours, dans lequel l'auteur fait part de ses premières inquiétudes sur la notion de langage dans la tradition des études linguistiques.

Si les effets de sens se réalisent dans les processus discursifs, la langue constitue le lieu matériel de ces effets de sens, et comprendre le fonctionnement (au sens saussurien) et non la fonction de cette matérialité spécifique de la langue est ce qui intéresse le dispositif de l'AAD. Pour ce faire, la caractérisation de cette matérialité, du point de vue de la théorie du discours, doit s'éloigner de la conception adoptée par la linguistique, c'est-à-dire que concevoir la langue comme la base d'un lexique et de systèmes phonologiques, morphologiques et syntaxiques est considéré comme insuffisant.

Cette position résulte du fait que, jusqu'alors, la réflexion sur la langue se confondait avec l'étude du texte, dont les questions visaient à envisager des études de compréhension de texte et des activités grammaticales normatives ou prescriptives. Le texte était donc le moyen par lequel on cherchait à accéder aux usages sémantiques et syntaxiques pour travailler sur les questions de sens, qui se matérialisent par des formulations telles que « Que veut dire ce texte? » (Pêcheux, [1975] 1995, p. 63).

A partir du déplacement promu par Saussure dans son *Cours de Linguistique Générale*, la langue est pensée comme un système et, à ce titre, elle n'est plus comprise comme ayant pour *fonction* d'exprimer le sens. Cette position aboutit à la notion de langue comme objet dont le fonctionnement peut être décrit par la science linguistique, puisque c'est la langue, en tant qu'« [...] ensemble de systèmes autorisant des combinaisons et des substitutions réglées par des éléments définis » (Pêcheux, [1975] 1995, p. 62), qui fonctionne, et non le texte.

Une autre critique des postulats saussuriens concerne la notion de langue comme objet homogène établie à partir de l'exclusion de la

parole et des *institutions non sémiologiques* hors de la zone de pertinence de la science linguistique. De telles exclusions ont pour conséquence la réapparition du sujet parlant en tant que subjectivité en acte, en tant qu'unité active d'intentions conscientes. La parole représente donc « *la voie de la liberté humaine* » (Pêcheux, [1975] 1995, p. 71), position à laquelle Pêcheux s'oppose en affirmant que, loin de se configurer comme un lieu de liberté humaine, « *le discours se prononce toujours à partir de conditions de production données* », c'est-à-dire que le discours peut être considéré comme appartenant à un système de normes qui n'est ni purement individuel, ni globalement universel, mais qui correspond à « [...] une certaine place dans une formation sociale donnée, puisqu'il se situe dans le rapport de forces existant entre les éléments antagonistes d'un champ politique donné » (Pêcheux, [1975] 1995, p. 76-77, souligné par l'auteur).

La notion de langue unique et homogène a joué un rôle moteur dans les études linguistiques et a contribué à ce que les études sur le sens soient de plus en plus balayées sous le tapis de la linguistique, ce qui a nécessité un changement de perspective théorique, c'est-à-dire un changement de terrain qui a fait entrer dans le giron de la linguistique (ou qui a fait disparaître ce qui avait été balayé sous le tapis) des éléments qui lui étaient extérieurs.

Le « terrain » continue d'être parcouru et, dans ses « fissures » des réflexions sur cet objet qui constitue la matérialité discursive, c'est-à-dire la langue, sont présentes. Nous en arrivons à l'ouvrage *Les Vérités de la Palice*, publié en 1975, dans lequel Pêcheux défend une articulation entre la linguistique et la théorie historique des processus idéologiques et scientifiques, qui, à son tour, fait partie de la science des formations sociales.

Dans la distinction langue/discours—ou base linguistique/processus discursifs—chaque système linguistique est doté d'une autonomie relative, chargée de réguler les lois internes, c'est-à-dire que les structures phonologiques, morphologiques et syntaxiques qui constituent

l'objet de la linguistique y sont soumises. C'est sur la base de ces lois internes que se développent les processus discursifs, qui ne doivent cependant pas être considérés comme une simple expression de la pensée ou une simple activité cognitive.

De la trajectoire parcourue jusqu'ici résulte une autre rencontre avec un autre texte emblématique de Pêcheux: *Discours: Structure ou événement?* (1983), qui révèle un autre « changement de terrain ». En d'autres termes, influencé par la théorie psychanalytique de Freud et de Lacan, Pêcheux commence à aborder la langue à partir d'une perspective différente, selon laquelle il existe un point où la langue et l'inconscient se touchent, c'est-à-dire que la langue est abordée comme la langue, une conception qui permettra de reconnaître que le réel est constitutif de la matérialité linguistique et que la langue est sujette à l'équivoque, ce qui commence à déranger le fantôme de la science régaliennne qui cherche à nier son existence. La reconnaissance du réel propre à la langue supplante la conception de la langue comme base invariable des processus discursifs, défendue dans les travaux précédents, en plus de démontrer qu'il n'est pas possible de séparer le symbolique du rôle de l'équivoque, de l'ellipse et du manque.

Dans la théorie du discours, une langue affectée par le réel signifie que quelque chose échappe toujours à l'univocité, que le pas-tout habite l'ordre du langage et que l'équivoque est traitée comme un « [...] fait structurel impliqué par l'ordre du symbolique » (Pêcheux, [1983] 2015, p. 51), qui affecte la régularité du système de la langue. Et, pour ne pas tomber dans un ramollissement théorique, suggère Pêcheux, il faut des procédures (modes d'interrogation des données et formes de raisonnement) qui rendent compte de ce fait linguistique de l'équivoque, et capables de neutraliser la cohérence (apparente) de la représentation logique inscrite dans l'espace des « mondes normaux ».

Il me semble pertinent d'ouvrir un espace à la réflexion que Pêcheux et Gadet ([1981] 2010) développent, dans *La langue inaccessible*, sur la notion de réel de la langue et son déplacement dans le champ de la

linguistique, étant donné que, dans leur pratique théorique, la langue est trouvée comme son propre objet ou le réel de la langue comme l'appellent les auteurs. Les pistes suivies dans ce parcours prennent comme référence la thèse de Milner (1987), proposée dans *L'amour du langage*, notamment en ce qui concerne l'utilisation du terme réel–emprunté à la distinction de Lacan entre réel, symbolique et imaginaire—à partir de laquelle Pêcheux et Gadet critiquent la dualité entre empirisme et rationalisme, courants qui ont guidé les études linguistiques.

Ces deux courants étaient présents à la base de ces études, constitutivement affectés par une double dérive. D'une part, l'empirisme, animé par une conception historicisante des phénomènes sociaux qui donnera naissance à la figure contemporaine du sociologisme; d'autre part, le rationalisme, qui cherche à fonder le rapport entre l'unité du langage et la cohérence systémique de la pensée avec la figure contemporaine du logicisme. A l'opposé de cette position, les auteurs reprennent le concept de réel du langage, travaillé par Milner, pour critiquer ce qu'ils considèrent comme un faux débat méthodologique entre empirisme et rationalisme. Selon eux, le réel du langage est l'impossible qui lui est propre, et accepter que l'ordre du langage inclut l'impossible représente l'établissement d'un déplacement du débat entre ces deux courants d'études linguistiques, c'est-à-dire que la disjonction entre un ordre propre au langage et une vision de l'extérieur représentée par les phénomènes sociaux est déconstruite.

Dans ce « changement de terrain », il convient de considérer la reconfiguration, à partir de la psychanalyse, de la notion de sujet cartésien qui circulait dans les sciences humaines à celle de sujet décentré, intervalle entre *langage, idéologie et inconscient*, qui le configure non plus comme un sujet empirique, mais comme un sujet qui correspond « [...] à une *certaine place* sociale dans une formation sociale donnée » (Pêcheux, [1969] 1997, p. 77), c'est-à-dire qu'il est constitué par des formations sociales et représente une place sociale dans le discours. Le sujet étant ce « lieu » socialement et idéologiquement consti-

tué, il est interprété par d'autres sujets au sein des *formations imaginaires* qui représentent la place du sujet dans les processus discursifs.

C'est en ce sens que la notion *d'inconscient*, issue de la psychanalyse, permet de comprendre l'oubli de leur assujettissement et leur rôle dans la reproduction des rapports de production, c'est-à-dire leur rôle dans la société. En d'autres termes, le « changement de terrain » promu par les réflexions théoriques produites par Pêcheux permet la reproduction et/ou la transformation des rapports de production au sein des formations idéologiques. Et dans ces rapports se trouve le langage, responsable de la matérialisation des processus discursifs.

RÉFÉRENCES

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

PÊCHEUX, Michel [1983]. Análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad: B. S. Mariani *et al.*, 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 311-318.

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel [1983]. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine [1975]. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. B.S. Mariani *et. al.* 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-178.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise [1981]. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. 2. ed. Campinas: Editora RG, 2010.

Evandra e Thiago: Em *Remontemos de Foucault a Spinoza*¹, Pêcheux ([1977] 2020) apresenta um forte posicionamento sobre a conexão entre teoria e política, que o conduziu à crítica de correntes como o “logicismo”, o “sociologismo” e dos “riscos de fala”, que, dentro da Linguística, (de)negavam a política. Ele defendia que não se pode fazer teoria sem tomar, simultaneamente, posição na luta de classes. Hoje, circulam, no Brasil, enunciados como “Escola sem partido”, “Meu Partido é o Brasil”, “Minha cor é o Brasil”, entre outros, que são próprios do discurso da extrema direita. Funciona em enunciados como esses a denegação da política? Podemos dizer que se trata de uma tentativa de desideologização da política? É possível praticarmos a AD sem tomar posição na luta de classes?

1 Publicação original: PÊCHEUX, Michel [1977]. *Rémontons de Foucault à Spinoza*. In: TOLEDO, Monteforte. (org.). **El discurso político**. México: Nueva Imagen, 1980. p. 181-200. Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel [1977]. *Remontemos de Foucault a Spinoza*. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise de Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 40-57.

DE QUE COR É O BRASIL: O ESPAÇO DA CONTRADIÇÃO NA DIVISÃO POLÍTICA DOS SENTIDOS

Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)

“*Minha cor é o Brasil*”. Este enunciado, que posteriormente virou slogan de movimento conservador que nega a existência de racismo no Brasil, foi dito por Hélio Fernando Barbosa Lopes. Mais conhecido por Hélio Negão, o deputado federal do PSL foi o mais votado nas eleições de 2018, e a declaração foi uma das maneiras de celebrar a vasta votação e de invalidar as acusações feitas ao presidente eleito no mesmo pleito, de postura racista. Ao mesmo tempo em que o enunciado conta com assinatura e datação, nele fica marcada a assunção do sujeito que diz e que, ao dizê-lo, toma posição pela causa materializada na forma de palavras e se inscreve em uma ordem que não é do individual.

Esse sujeito (Hélio ou outro qualquer) é o mesmo que enuncia (porque se inscreve no que diz) coisas do tipo: “*A força do Brasil é a união do seu povo, porque a nossa cor é, e sempre será, o Brasil!*”. “*Não precisamos de um dia da consciência negra, branca, parda, amarela, albina... Precisamos de 365 dias de consciência humana.*” “*Pretos e brancos unidos, somos um só povo.*” “*O Brasil não é um país racista*” “*Respeito não tem cor nem raça, tem consciência.*” O fio que lineariza esses enunciados, co-

locando-os em relação, organiza no âmbito do senso comum um modo de dizer, ser-estar no mundo com efeito de unidade, harmonia e consenso no que diz respeito à questão racial. Ainda, acaba por cristalizar e sedimentar determinados sentidos e práticas.

É o trabalho discursivo, aquele que toma a linguagem para além do senso comum que vai retirar os enunciados de seu lugar de estaticidade e obviedade. Este movimento encontra sua descrição em Pêcheux (1977, p. 1):

[...] uma certa maneira de tratar os textos está inextricavelmente imbricada em uma certa maneira de fazer política. Não podemos pretender falar de discursos políticos sem tomar posição na luta de classe, já que essa tomada de posição determina, na verdade, a maneira de conceber as formas materiais concretas sob as quais as “ideias” entram em luta na história.

Os enunciados anteriormente citados são considerados, nesta abordagem, na perspectiva de uma leitura teórica, a partir de uma tomada de posição que os retira da suposta neutralidade e considera as disputas de sentido em que se inserem. Ao recompor a teia que trama os encontros e amarras do fio discursivo que entrelaça um enunciado ao outro, o analista depara-se imediatamente com cortes, desfiados, descontinuidades. Seu lugar de cientista teórico que toma partido não só lhe possibilita enxergar os espaços de divisão do sentido, como também convoca-o à responsabilidade teórico-política de descrever o funcionamento desses estranhos e provocativos “corpos” com os quais se encontra, em um esforço hercúleo, embora inútil, de isenção.

A inscrição dos enunciados em pauta situa-se no âmbito da questão racial, mas não está desvinculada da questão de classes, haja vista as condições históricas da divisão social no Brasil e a consequente inse-

parabilidade de ambas as questões. Almeida (2021, p. 50) defende a tese do racismo como prática histórica

[...] decorrente da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.

Esse pressuposto constitui o fundamento da noção de *racismo estrutural*, que o autor explicita, mais adiante, como prática partícipe da formação social e não desvestida de caráter político, uma vez que é na instância do poder político que se tecem e legitimam (ou não) as práticas racistas. Tais reflexões levam Almeida a se perguntar se a lógica do racismo seria diferente da lógica das classes. Nossa inscrição teórica materialista faz-nos adentrar o debate proposto pelo autor, concordando com a posição dele acerca de ser esse um falso debate, e concordando também especialmente com a seguinte afirmação:

A divisão de classes, a divisão de grupos no interior das classes, o processo de individualização e os antagonismos sociais que caracterizam as contradições que formam a sociabilidade capitalista têm o racismo como veículo importantíssimo. [...]. São indivíduos concretos que compõem as classes à medida que se constituem concomitantemente como classe e como minoria nas condições estruturais do capitalismo. Assim, classe e raça são elementos sobredeterminados. (Almeida, 2021, p. 185).

O pressuposto marxista da sobredeterminação entre classe e raça é desenvolvido também por Fernandes ([1965] 2021, p. 823), ao defender que a “população de cor”¹ do regime escravocrata herdou formas limitadas de vida social integrada, colhendo como consequência disso um impacto destrutivo e fase longa de desorganização social. Junto

1 O destaque é do autor.

a isso, ainda consoante o autor, “a formação e a consolidação do regime de classes não seguiram um caminho que beneficiasse a reabsorção gradual do ex-agente do trabalho escravo”.

Nessa perspectiva, podemos compreender como a convergência dos fatores *classe social* e *raça* dão forma às contradições sociais. O conjunto de enunciados que apresentamos no início desta reflexão constituem materialidade que opacifica também essa relação, ao projetarem uma sociedade racialmente homogênea, ao mesmo tempo que pacífica, isenta de dissensos e disputas.

O trabalho teórico é o espaço político que possibilita a desestratificação sintático-enunciativa dos enunciados, com vistas à emergência de outra teia de dizeres que dão sustentação à existência de práticas racistas no corpo social, tais como as que seguem:

Se somos todos iguais, logo, não há negros (assim como não há indígenas ou outros grupos étnicos raciais não hegemônicos). *Se não há negros, logo, também não há práticas racistas. Se não há racismo, logo, não se justificam, por exemplo, políticas de cotas raciais.* Esses ecos, que falam antes e em outros lugares (o *ça parle*, de Pêcheux²) atuam como se independentes fossem, no entanto, são justamente eles que sustentam a produção e circulação dos demais, tanto os já ditos, como aqueles a-dizer.

É na ordem do real que a luta dos contrários enfrenta e confronta a suposta unidade; no caso em pauta, a negação das práticas racistas. No espaço do jurídico ganha forma o enquadramento de diferentes formas de violência, desde a física até a simbólica, contra sujeitos negros e negras. É assim, por exemplo, que a Lei Afonso Arinos, de 3 de junho de 1951, é evocada, nos anos 70, pela jornalista Glória Maria, para denunciar e responsabilizar atitude racista contra ela. A recorrência de tantos outros episódios de mesma natureza, ao longo do tempo, mo-

2 PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, São Paulo, 1988.

biliza a organização social e jurídica que resulta na *Lei da Injúria Racial*, de 1989, notadamente, seu artigo Art. 1º: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.” A emergência de novas leis reiterando sua razão de ser ratifica que há, sim, práticas a serem combatidas. Destas, poderíamos arrolar as tantas leis voltadas à inclusão social dos sujeitos negros e negras. Tais formulações, da ordem do jurídico, configuram práticas políticas de resistência. Destacamos a Lei 14.532, que equipara o crime de injúria racial a crime racial. Em 11 de janeiro de 2023, no alvorecer do governo do presidente Lula, não por acaso, a referida lei foi sancionada durante cerimônia de oficialização de Anielle Franco no cargo de ministra da Igualdade Racial³. Ao equiparar injúria racial a racismo, a instância jurídica subtrai qualquer forma de ataque ao cidadão negro, em razão de sua cor, da esfera da individualidade, e reconhece que o ato atinge o grupo ao qual ele pertence. O caráter simbólico e ideológico da lei corrobora, deste modo, que o Brasil contemporâneo é multicolor, e sobretudo, que, no espectro da cidadania, alguns tons de pele precisam ainda reivindicar sua legitimidade, porque “Uma ideologia é não-idêntica a si mesma, ela não existe a não ser sob a modalidade da divisão; ela não se realiza senão dentro da contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários.” (Pêcheux, 1977, p. 8).

A falácia em que se inscreve o enunciado “Minha cor é o Brasil” vem à tona quando submetida ao escrutínio do político, no confronto com a Lei que reafirma a inexistência da democracia racial. Na atualização de cada morte, a desnaturalização do triste evento, como acontecimento que não pode ser da ordem da normalidade, sinaliza com marcadores tingidos de sangue negro que o racismo existe e persiste, sim. A ordem do real confronta, assim, a suposta estabilização dos sentidos, demarcando a divisão no interior do mesmo.

3 Anielle Franco é irmã de Marielle Franco, ativista política e vereadora do Rio de Janeiro, assassinada em 2018.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

BRASIL. Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Lei da Injúria Racial**. Brasília, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor. Acesso em: 3 fev. 2023.

BRASIL. Lei 14.532, de 11 de janeiro de 2023. **Lei do Crime Racial**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14532.htm. Acesso em: 3 fev. 2023.

FERNANDES, Florestan [1965]. **A integração do negro na sociedade de classes**. 6. ed. São Paulo, Ed. Contracorrente, 2021.

PÊCHEUX, Michel. **Remontémons de Foucault a Spinoza**. México: Nueva Imagen, 1977.

O POLÍTICO NA DESPOLITIZAÇÃO, O IDEOLÓGICO DA DESIDEOLOGIZAÇÃO

Thiago Alves França (UNEB)

Provocado pelas questões apresentadas, vou fazer algumas considerações sobre os enunciados “Minha cor é o Brasil” e “Meu partido é o Brasil”. Os dois materializam um discurso sobre a nação, que repete um imaginário de unidade, apagando/esmaecendo diferenças/dissimetrias político-sociais para que, enfim, sejamos “pintadas” com as cores do Brasil, todas com as mesmas cores. Assim, a identificação com o sentido de nação encontra, no imaginário de unidade, uma de suas condições de produção.

O enunciado “Minha cor é o Brasil”, que ilustra a pretensa unidade, em sua formulação, retoma tentativas de apagar a violência racial sobre/com a qual o Brasil foi construído. A lembrança “inconveniente” desta violência atestaria uma brutal cisão, que dificultaria o “sentimento” de união nacional. O enunciado ilustra, então, uma tentativa de apagar a história de que o solo brasileiro foi fertilizado com lágrimas, sangue, suor e martírio na escravidão (Nascimento, 2016) e que, portanto, nunca foi um paraíso racial.

“Minha cor é o Brasil” atualiza o mito da democracia racial. Ora, do modo como vejo, não é necessário nenhum grande esforço para que se justifique por que se chama a isto de “mito”. Todavia, é relevan-

te destacar a eficácia desse mito, os efeitos que ele segue produzindo, isto é, sua atualidade. Um destes efeitos é justamente a desarticulação que ele tenta implicar: se não há racismo, desarticula-se a necessidade de enfrentá-lo, já que não se combate o que não existe (Domingues, 2005).

O discurso da democracia racial, no modo como entendo, é condição de produção para o sentido de nação e da coesão de sujeitos que esse discurso pressupõe; é linha que costura uma imagem de unidade, motivo de orgulho nacional. “Minha cor é o Brasil”, nesta filiação, trabalha (n)o escamoteamento do racismo estrutural (Almeida, 2021), embora apareça mimetizado como nacionalismo. Negar a existência do racismo, eis um caminho cínico (ainda que a adesão a esse discurso possa ser honesta) de reforçar a costura da imaginária unidade nacional.

O outro enunciado, “Meu partido é o Brasil”, ao mesmo tempo em que deixa de reconhecer partidos políticos como instâncias por meio das quais se assegura o sistema representativo e os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal – o que abre espaço para outras formas de intervenção, antidemocráticas –, nega a dissimetria, a diferença, a divisão de sujeitos e ideologias. Afirmo isto considerando que, teoricamente, o que justifica a criação de diferentes partidos é a existência de diferentes ideologias e o agrupamento de sujeitos que se identificam com ideologias comuns. Assim, a existência de diferentes partidos demarca a disputa de perspectivas no cenário político; pressupõe e tolera esta divisão. Mas o que ocorre quando essa divisão é negada?

Ao fazer do Brasil o “partido”, não obstante a cisão que também funciona semanticamente no radical da palavra, são apagadas as divisões, ou, pelo menos, são agregados elementos que reposicionam as diferenças/dissimetrias, tomando-as como de menor importância, ou como ameaças à unidade nacional. Então, assumir o Brasil como partido pode parecer mais legítimo que dividi-lo por “meras” questões ideológicas.

Embalada por um (simulacro de) discurso nacionalista, esta tarefa de unir-se para “resgatar o Brasil” – enunciado associado ao “Meu partido é o Brasil” – parece nobre, de modo que, da leitura possível a partir da identificação com este discurso, não há espaço para deslegitimar a asfixia que este movimento produz sobre/contra os outros; esses outros, é importante dizer, podem “facilmente” tornar-se “inimigos”, combatidos em nome de um pretenso nacionalismo.

Gosto de uma discussão que Sémelin (2009) faz sobre nação, raça e etnia, quando afirma que, ao contrário das duas últimas, é menos “evidente” que a “nação” seja um constructo e que seja, assim como qualquer outra, uma categoria inventada, problemática e insuficiente. Assim, “nação” seria experimentada como mais evidente que algumas outras categorias. Minha impressão é que “classe”, que pode animar a formação de sindicatos, mas também de partidos, por exemplo, é também uma categoria cuja construção é flagrada mais facilmente, isto é, não se apagam os andaimes desta arquitetura, de modo que ela não pareceria tão natural quanto “nação”.

“Minha cor é o Brasil” incentiva a identificação com o estado-nação, obnubilando as exclusões raciais (Trindade, 2022), entre outras. Pelo enunciado, são manifestadas a constatação e a denúncia da existência de uma politização da cor/raça, como se não fosse, a própria “raça”, uma invenção política. “Meu partido é o Brasil” é apresentado também como alternativa à política, sob a ilusão (ou não) de que o pertencimento nacional é natural, apriorístico. Compreendo que, nos dois enunciados, a denegação política funciona; digo isso considerando que se percebe como a ideologia afeta o sujeito que os (re)produz, produzindo desconhecimento (ou cinismo) de quão política é a tentativa de despolitização da raça e da própria política. Pelo modo como leio, estes enunciados, por diferentes vias, pretendem apagar as fraturas, as dissimetrias, as diferenças, a contradição, e o fazem a partir de uma retomada de um processo de homogeneização.

Sabemos que “[...] uma ideologia é não-idêntica a si mesma, [que] ela não existe a não ser sob a modalidade da divisão, [e que] ela não se realiza senão dentro da contradição que organiza nela a unidade e a luta dos contrários” (Pêcheux, [1977] 2020, p. 52). O que estou chamando de homogeneidade é justo esta unidade. Os sujeitos que (re)produzem os enunciados estão sob efeito da ideologia naquilo que ela tem de estabilizadora; esta estabilidade é alcançada negando a existência dos contrários. E é curioso como, sob o efeito da ideologia, nega-se a divisão, homogeneízam-se diferenças, mas também localiza-se a ideologia como um além, que afeta aquele outro que não pertence a esta unidade.

A ideologia, assim, age negando a historicidade que constitui o próprio sujeito e os sentidos que ele retoma, e direcionando o “olhar” desse mesmo sujeito, capaz de identificar a ideologia em qualquer lugar, menos em suas práticas. Sabemos, entretanto, que o sujeito não supera a ideologia. Sendo a constituição dos sujeitos/dos sentidos resultante de processos ideológicos, as práticas dos sujeitos são necessariamente práticas ideológicas; os sentidos que (re)produzem são ideológicos, não sendo possível descrever qual seria mais ou menos ideológico, embora os efeitos produzidos possam ser vários, dependendo da ideologia que os anima. Então, formular a possibilidade de desideologização só é possível a partir de uma noção de ideologia distinta da que trabalhamos em AD, mas também só é possível que o sujeito a defenda honestamente (desconsiderando, pois, um sujeito cínico) se sob efeito de uma ideologia compreendida tal como a pensamos, caracterizada por dissimular seu próprio funcionamento.

Este enredamento ideológico, em certo sentido insuperável, não ocorre sem falhas (Pêcheux, [1978] 2009), porque toda ideologia é dividida. E porque qualquer ideologia é necessariamente dividida, também o é a Formação Discursiva (FD), havendo, por isso, espaços para os movimentos de contraidentificação e de desidentificação. Então, sem nunca deixar de ser sujeito, o sujeito se move. Embora essa pos-

sibilidade de movimento não seja exatamente um ato de inteligência/consciência, cabe destacar que esta movência é tanto menos acidental quanto mais se vislumbram as possibilidades de sua ocorrência. Este é, segundo Pêcheux ([1977] 2020), o essencial da teoria materialista das ideologias, e que já estava presente no trabalho de Spinoza: “[...] quanto menos se conhecem as causas, mais se é submetido a elas” (Pêcheux, [1977] 2020, p. 51).

Neste sentido, a tentativa de apagamento do político tem motivações e efeitos políticos e ideológicos, dos quais eu destacaria a desmobilização do movimento negro, por exemplo, que deixaria de ter pautas próprias porque diluído no engodo de pertencimento nacional, e as v(e)ias abertas para práticas fora do campo democrático, porque motivadas por questões patrióticas, como se o sujeito da nação existisse aprioristicamente, antes de qualquer divisão de classe.

As lutas de classes têm sido, cnicamente ou não, interpretadas como inventadas por quem se posiciona contra o *status quo*. Dizer que há um movimento de politização da raça para poder defender sua despolitização, querendo ou não, é posicionar-se politicamente/ideologicamente, no caso, aderindo a um movimento que assume que, por exemplo, o racismo é contemporâneo à denúncia, como se passasse a existir no momento em que é (d)enunciado. Nesta narrativa que “confunde” o surgimento da dissimetria com o fato de ela ser denunciada, não falar sobre racismo, sobre diferenças políticas/partidárias e outras fissuras desaglutinizadoras bastaria.

O que se chama muitas vezes de politização/ideologização da raça, da etnia, das classes, da sexualidade, do gênero *etc.* é a discussão sobre as condições de invenção de categorias, e a explicitação de quem são os beneficiados por esse sistema de hierarquização/exclusão. É justamente aos beneficiados de sempre que menos interessa que as dissimetrias sejam conhecidas, discutidas e que, a partir de ações coletivas, possam ser, algum dia, superadas.

Penso que a AD tem um certo compromisso com este “desvelamento”, e que nisso consiste a nossa principal tomada de posição nas lutas de classes, já que nossa maneira de lidar com os textos implica um modo de fazer política. Não penso que a militância seja o fim de nossos trabalhos, mas acredito, como destacou Gregolin (2003), que a AD pode ser (e talvez realmente deva ser) um instrumento de intervenção, o que é uma questão de responsabilidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021. (FEMINISMOS PLURAIS)

DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Dinamarca, v. 10, n.10, p. 117-132, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Michel Pêcheux e Michel Foucault: diálogos necessariamente intranquilos entre dois pensamentos inquietos. **Anais...** 2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/MariaDoRosarioValenciseGregolin.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PÊCHEUX, Michel. [1978]. Só há causa daquilo que falha. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009. p. 269-281.

PÊCHEUX, Michel. [1977]. Remontemos de Foucault a Spinoza. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise de discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020. p. 40-56.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir**: usos políticos dos massacres e dos genocídios. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2022. (FEMINISMOS PLURAIS)

Evandra et Thiago: Dans *Remontons de Foucault à Spinoza*¹, Pêcheux ([1977] 2020) présente une position vigoureuse sur le lien entre théorie et politique, ce qui l'a amené à critiquer des courants tels que le « logicisme », le « sociologisme » et les « risques du parle », qui, au sein de la linguistique, (dé)nie la politique. Il soutenait que l'on ne peut pas faire de la théorie sans prendre simultanément position dans la lutte des classes. Aujourd'hui, au Brésil, des déclarations telles que «Escola sem partido» (École sans parti), «Meu Partido é o Brasil» (Mon parti, c'est le Brésil), «Minha cor é o Brasil» (Ma couleur, c'est le Brésil), entre autres, circulent dans le discours de l'extrême droite. Dans de tels énoncés, le déni de la politique fonctionne-t-il? Peut-on dire qu'il s'agit d'une tentative de désidéologisation de la politique? Est-il possible de pratiquer l'AD sans prendre position sur la lutte des classes?

1 Publication originale: PÊCHEUX, Michel [1977]. Remontons de Foucault à Spinoza. In: TOLEDO, Monteforte. (org.). **El discurso político**. México: Nueva Imagen, 1980. p. 181-200. Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1977]. Remontemos de Foucault a Spinoza. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise de Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 40-57.

DE QUELLE COULEUR EST LE BRÉSIL: L'ESPACE DE CONTRADICTION DANS LA DIVISION POLITIQUE DES SENS

Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)

« *Ma couleur, c'est le Brésil* ». Cette phrase, devenue par la suite le slogan d'un mouvement conservateur qui nie l'existence du racisme au Brésil, a été prononcée par Hélió Fernando Barbosa Lopes. Plus connu sous le nom de Hélió Negão, le député fédéral du Parti Social Libéral (PSL) a été le plus voté lors des élections de 2018, et la déclaration a été l'une des façons de célébrer ce vaste vote et d'invalider les accusations faites au président élu lors de la même élection, de position raciste. En même temps que la déclaration a une signature et une datation, elle marque l'assomption du sujet qui dit et qui, en le disant, prend position pour la cause matérialisée sous forme de mots et s'inscrit dans un ordre qui n'est pas celui de l'individu.

Ce sujet (Hélió ou tout autre) est le même qui énonce (parce qu'il est inscrit dans ce qu'il dit) des choses comme: « *La force du Brésil est l'union de son peuple, parce que notre couleur est, et sera toujours, le Brésil !* ». « *Nous n'avons pas besoin d'une journée de la conscience noire, blanche, brune, jaune, des albinos.... Nous avons besoin de 365 jours de conscience humaine.* » « *Noirs et blancs unis, nous sommes un seul peuple.* » « *Le Brésil n'est pas un pays raciste* ». « *Le respect n'a pas de couleur ni de race, il a une conscience.* » Le fil conducteur qui linéarise

ces énoncés, en les mettant en relation, organise dans le champ du sens commun une manière de dire, d'être-au-monde avec un effet d'unité, d'harmonie et de consensus sur la question raciale. Pourtant, elle finit par cristalliser et sédimenter certaines significations et pratiques.

C'est le travail discursif, celui qui porte le langage au-delà du sens commun, qui enlèvera les déclarations de leur place de statique et d'évidence. Ce mouvement est décrit par Pêcheux (1977, p. 1):

[...] une certaine manière de traiter les textes est inextricablement mêlée à une certaine manière de faire de la politique. On ne peut prétendre parler de discours politiques sans prendre position dans la lutte des classes, puisque cette prise de position détermine en fait la manière de concevoir les formes matérielles concrètes sous lesquelles les « idées » entrent en lutte dans l'histoire.

Les énoncés précédemment cités sont considérés, dans cette approche, sous l'angle d'une lecture théorique, d'une prise de position qui les soustrait à la neutralité supposée et considère les disputes de sens dans lesquelles ils s'insèrent. En recomposant la toile qui tisse les rencontres et les liens du fil discursif qui relie un énoncé à un autre, l'analyste est immédiatement confronté à des coupures, des effilochements, des discontinuités. Sa place de scientifique théoricien qui prend parti lui permet non seulement de voir les espaces de division du sens, mais le convoque à la responsabilité théorico-politique de décrire le fonctionnement de ces « corps » étranges et provocateurs avec lesquels il se trouve, dans un effort herculéen, mais inutile, de décharge.

L'inscription des déclarations en question se situe dans le cadre de la question raciale, mais elle n'est pas dissociée de la question de classe, étant donné les conditions historiques de la division sociale au Brésil et l'inséparabilité conséquente des deux questions. Almeida (2021, p. 50) défend la thèse du racisme en tant que pratique historique

[...] découlant de la structure sociale elle-même, c'est-à-dire de la manière « normale » dont les relations politiques, économiques, juridiques et même familiales sont constituées, et non d'une pathologie sociale ou d'un dérèglement institutionnel.

Cette hypothèse constitue la base de la notion de *racisme structurel*, que l'auteur explique, plus loin, comme une pratique qui fait partie de la formation sociale et qui n'est pas dépourvue de caractère politique, puisque c'est dans l'instance du pouvoir politique que les pratiques racistes se tissent et se légitiment (ou non). Ces réflexions amènent Almeida à se demander si la logique du racisme est différente de la logique des classes. Notre inscription théorique matérialiste nous fait entrer dans le débat proposé par l'auteur, en étant d'accord avec sa position selon laquelle il s'agit d'un faux débat, et en étant particulièrement d'accord avec l'affirmation suivante:

La division des classes, la division des groupes à l'intérieur des classes, le processus d'individualisation et les antagonismes sociaux qui caractérisent les contradictions qui forment la sociabilité capitaliste ont le racisme comme véhicule très important. [...]. Ce sont des individus concrets qui composent les classes car ils se constituent concomitamment comme classe et comme minorité dans les conditions structurelles du capitalisme. Ainsi, la classe et la race sont des éléments surdéterminés. (Almeida, 2021, p. 185).

L'hypothèse marxiste de la surdétermination entre la classe et la race est également développée par Fernandes (2021 [1965], p. 823), lorsqu'il affirme que la « population de couleur »¹ du régime esclavagiste a hérité de formes limitées de vie sociale intégrée, récoltant en conséquence un impact destructeur et une longue phase de désorganisation sociale. En outre, toujours selon l'auteur, « la formation et la consoli-

1 Cette remarque est de l'auteur.

dation du régime de classe n'ont pas suivi une voie qui aurait favorisé la réabsorption progressive de l'ancien travailleur esclave ».

De ce point de vue, nous pouvons comprendre comment la convergence des facteurs de *classe sociale* et de *race* façonne les contradictions sociales. L'ensemble des déclarations que nous avons présentées au début de cette réflexion constituent une matérialité qui opacifie également cette relation, en projetant une société racialement homogène, en même temps pacifique, exempte de dissensions et de différends.

Le travail théorique est l'espace politique qui permet la dé-stratification syntaxico-énonciative des énoncés, en vue de l'émergence d'un autre réseau d'énoncés qui soutiennent l'existence de pratiques racistes dans le corps social, tels que les suivants :

Si nous sommes tous égaux, alors il n'y a pas de Noirs (tout comme il n'y a pas d'indigènes ou d'autres groupes ethniques raciaux non hégémoniques). *S'il n'y a pas de Noirs, il n'y a pas de pratiques racistes. S'il n'y a pas de racisme, alors, par exemple, les politiques de quotas raciaux ne sont pas justifiées.* Ces échos, qui parlent avant et dans d'autres lieux (le ça parle de Pêcheux²), agissent comme s'ils étaient indépendants, mais ce sont précisément eux qui soutiennent la production et la circulation des autres, ceux qui sont déjà dits et ceux qui sont à dire.

C'est dans l'ordre du réel que la lutte des contraires se confronte à l'unité supposée, en l'occurrence la négation des pratiques racistes. Dans l'espace juridique, l'encadrement des différentes formes de violence prend forme, du physique au symbolique, à l'encontre des hommes et des femmes noirs. C'est ainsi, par exemple, que la loi Afonso Arinos du 3 juin 1951 est évoquée, dans les années 1970, par la journaliste Glória Maria, pour dénoncer et responsabiliser les attitudes racistes à son encontre. La récurrence de tant d'autres épisodes de même nature, au fil du temps, mobilise l'organisation sociale et juridique qui aboutit à la *loi sur les préjugés raciaux*, de 1989, notamment son article 1 :

2 PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, São Paulo, 1988.

« Les crimes résultant d'une discrimination ou d'un préjugé de race, de couleur, d'ethnie, de religion ou d'origine nationale seront punis, sous la forme de la présente loi. » L'émergence de nouvelles lois rappelant sa raison d'être entérine le fait qu'il existe bel et bien des pratiques à combattre. Parmi celles-ci, on pourrait citer les nombreuses lois visant à l'inclusion sociale des hommes et des femmes noirs. Ces formulations de l'ordre juridique configurent des pratiques politiques de résistance. Nous soulignons la loi 14.532, qui assimile le délit d'injure racial à un crime racial. Le 11 janvier 2023, à l'aube du gouvernement du président Lula, ce n'est pas un hasard, si la loi susmentionnée a été sanctionnée lors d'une cérémonie d'officialisation d'Anielle Franco en tant que Ministre de l'Égalité Raciale³. En assimilant les injures raciales au racisme, l'organe juridique retire de la sphère de l'individualité toute forme d'attaque contre les citoyens noirs en raison de leur couleur, et reconnaît que l'acte affecte le groupe auquel ils appartiennent. Le caractère symbolique et idéologique de la loi corrobore ainsi que le Brésil contemporain est multicolore, et surtout que dans le spectre de la citoyenneté, certaines nuances de peau ont encore besoin de revendiquer leur légitimité, parce que « Une idéologie est non identique à elle-même, elle n'existe que sous le mode de la division; elle ne se réalise que dans la contradiction qui organise en elle l'unité et la lutte des contraires. » (Pêcheux, 1977, p. 8).

L'erreur dans laquelle s'inscrit l'affirmation « Ma couleur, c'est le Brésil » remonte à la surface lorsqu'elle est soumise à l'examen du politique, dans la confrontation avec la loi qui réaffirme l'inexistence de la démocratie raciale. Dans l'actualisation de chaque mort, la dénaturalisation de l'événement triste, en tant qu'événement qui ne peut être de l'ordre de la normalité, signale par des marqueurs teintés de sang noir que le racisme existe et persiste. L'ordre du réel se confronte ainsi à la prétendue stabilisation des sens, en délimitant la division en son sein.

3 Anielle Franco est la sœur de Marielle Franco, activiste politique et conseillère municipale de Rio de Janeiro, assassinée en 2018.

REFÉRENCES

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

BRASIL. Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Lei da Injúria Racial**. Brasília, 1989. Disponible à l'adresse: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor. Accédé en: 03 Fév. 2023.

BRASIL. Lei 14.532, de 11 de janeiro de 2023. **Lei do Crime Racial**. Brasília, 2023. Disponible à l'adresse: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14532.htm. Accédé en: 03. Fév. 2023.

FERNANDES, Florestan [1965]. **A integração do negro na sociedade de classes**. 6. ed. São Paulo, Ed. Contracorrente, 2021.

PÊCHEUX, Michel. **Remontémons de Foucault a Spinoza**. México: Nueva Imagen, 1977.

LE POLITIQUE DANS LA DÉPOLITISATION, L'IDÉOLOGIQUE DANS LA DÉSIDÉOLOGISATION

Thiago Alves França (UNEB)

Provoqué par les questions présentées, je ferai quelques considérations sur les déclarations « Ma couleur, c'est le Brésil » et « Mon parti, c'est le Brésil ». Tous deux matérialisent un discours sur la nation, qui répète un imaginaire d'unité, effaçant/estompant les différences/divergences socio-politiques de sorte que, finalement, nous sommes « peints » aux couleurs du Brésil, tous avec les mêmes couleurs. Ainsi, l'identification au sens de la nation trouve, dans l'imaginaire de l'unité, l'une de ses conditions de production.

L'affirmation « Ma couleur, c'est le Brésil », qui illustre la prétendue unité, reprend dans sa formulation les tentatives d'effacer la violence raciale sur/avec laquelle le Brésil s'est construit. Le souvenir « gênant » de cette violence attesterait d'un schisme brutal, qui ferait obstacle au « sentiment » d'unité nationale. La déclaration illustre donc une tentative d'effacer l'histoire selon laquelle le sol brésilien a été fertilisé par des larmes, du sang, de la sueur et des martyrs de l'esclavage (Nascimento, 2016) et que, par conséquent, il n'a jamais été un paradis racial.

« Ma couleur, c'est le Brésil » actualise le mythe de la démocratie raciale. De mon point de vue, il n'est pas nécessaire de faire un grand

effort pour justifier ce que l'on appelle un « mythe ». Cependant, il est pertinent de souligner l'efficacité de ce mythe, les effets qu'il continue à produire, c'est-à-dire son actualité. L'un de ces effets est précisément la désarticulation qu'il tente d'impliquer: s'il n'y a pas de racisme, la nécessité de l'affronter est désarticulée, puisqu'on ne peut combattre ce qui n'existe pas (Domingues, 2005).

Le discours de la démocratie raciale, tel que je le comprends, est une condition de production du sens de la nation et de la cohésion des sujets que ce discours présuppose; c'est un fil qui permet de coudre une image d'unité, un motif de fierté nationale. « Ma couleur, c'est le Brésil », dans cette affiliation, travaille la et dans la dissimulation du racisme structurel (Almeida, 2021), bien qu'il apparaisse simulé en tant que nationalisme. En niant l'existence du racisme, il s'agit d'une manière cynique (bien que l'adhésion à ce discours puisse être honnête) de renforcer la couture de l'unité nationale imaginaire.

L'autre déclaration, « Mon parti, c'est le Brésil », tout en ne reconnaissant pas les partis politiques comme des instances par lesquelles le système représentatif et les droits fondamentaux définis dans la Constitution fédérale sont garantis—ce qui ouvre l'espace à d'autres formes d'intervention, antidémocratiques -, nie la dissymétrie, la différence, la division des sujets et des idéologies. Je dis cela en considérant que, théoriquement, ce qui justifie la création de différents partis est l'existence d'idéologies différentes et le regroupement d'individus qui s'identifient à des idéologies communes. Ainsi, l'existence de partis différents délimite la dispute des perspectives dans l'arène politique; elle présuppose et tolère cette division. Mais que se passe-t-il lorsque cette division est niée?

En faisant du Brésil le « parti », malgré la division qui fonctionne aussi sémantiquement dans le radical du mot, les divisions sont effacées ou, du moins, des éléments sont ajoutés qui repositionnent les différences/dissembances, les considérant comme de moindre impor-

tance, ou comme des menaces pour l'unité nationale. Ainsi, s'attaquer au Brésil en tant que parti peut sembler plus légitime que de le diviser pour de « simples » questions idéologiques.

Enveloppée d'un (simulacre de) discours nationaliste, cette tâche de s'unir pour « sauver le Brésil »—une énonciation associée à « Mon parti, c'est le Brésil »—semble noble, de sorte que, à partir de la lecture possible de l'identification à ce discours, il n'y a pas de place pour délégitimer l'asphyxie que ce mouvement produit sur/contre les autres; ces autres, il est important de le dire, peuvent « facilement » devenir des « ennemis », combattus au nom d'un prétendu nationalisme.

J'aime bien une discussion que Sémelin (2009) fait à propos de la nation, de la race et de l'ethnicité, quand il dit que, contrairement aux deux dernières, il est moins « évident » que la « nation » est une construction et qu'elle est, comme toute autre, une catégorie inventée, problématique et insuffisante. Ainsi, la « nation » serait vécue comme plus évidente que certaines autres catégories. J'ai l'impression que la « classe », qui peut animer la formation de syndicats, mais aussi de partis, par exemple, est aussi une catégorie dont la construction est plus facilement repérable, c'est-à-dire que l'échafaudage de cette architecture n'est pas effacé, de sorte qu'elle ne semblerait pas aussi naturelle que la « nation ».

L'expression « Ma couleur, c'est le Brésil » encourage l'identification à l'État-nation, dissimulant les exclusions raciales (Trindade, 2022), entre autres. L'énonciation, l'observation et la dénonciation de l'existence d'une politisation de la couleur/race se manifestent, comme si la « race » elle-même n'était pas une invention politique. « Mon parti, c'est le Brésil » se présente aussi comme une alternative à la politique, avec l'illusion (ou non) que l'appartenance nationale est naturelle, apriorique. Je comprends que, dans les deux énoncés, le déni politique fonctionne; je dis cela en considérant que l'on perçoit comment l'idéologie affecte le sujet qui les (re)produit, produisant

l'ignorance (ou le cynisme) du caractère politique de la tentative de dépolitisation de la race et de la politique elle-même. D'après ma lecture, ces déclarations, par différents moyens, visent à effacer les fractures, les dissymétries, les différences, la contradiction, et elles le font à partir d'une reprise d'un processus d'homogénéisation.

On sait qu' « [...] une idéologie est non identique à elle-même, [qu'] elle n'existe que sous le mode de la division, [et qu'] elle ne se réalise que dans la contradiction qui organise en elle l'unité et la lutte des contraires. » (Pêcheux, [1977] 2020, p. 52). Ce que j'appelle homogénéité est justement cette unité. Les sujets qui (re)produisent les énoncés sont sous l'effet de l'idéologie dans ce qu'elle a de stabilisant; cette stabilité est obtenue en niant l'existence des contraires. Et il est curieux de constater que, sous l'effet de l'idéologie, la division est niée, les différences sont homogénéisées, mais l'idéologie se situe aussi comme un au-delà, qui affecte cet autre qui n'appartient pas à cette unité.

L'idéologie agit donc en niant l'historicité qui constitue le sujet lui-même et les significations qu'il prend, et en orientant le « regard » de ce même sujet, capable d'identifier l'idéologie ailleurs que dans ses pratiques. Nous savons cependant que le sujet ne surmonte pas l'idéologie. Etant la constitution de sujets/sens résultant de processus idéologiques, les pratiques des sujets sont nécessairement des pratiques idéologiques; les sens qui se (re)produisent sont idéologiques, sans qu'il soit possible de décrire lesquels seraient plus ou moins idéologiques, bien que les effets produits puissent être divers, en fonction de l'idéologie qui les anime. Ainsi, formuler la possibilité d'une désidéologisation n'est possible qu'à partir d'une notion d'idéologie distincte de celle avec laquelle nous travaillons dans AD, mais il n'est également possible pour le sujet de la défendre honnêtement (en faisant abstraction, donc, d'un sujet cynique) que sous l'effet d'une idéologie entendue comme nous la pensons, caractérisée par la dissimulation de son propre fonctionnement.

Cet enchevêtrement idéologique, en quelque sorte insurmontable, ne se fait pas sans faille (Pêcheux, [1978] 2009), car toute idéologie est divisée. Et parce que toute idéologie est nécessairement divisée, la Formation Discursive (FD) l'est aussi, il y a donc des espaces pour les mouvements de contre-identification et de désidentification. Ainsi, sans jamais cesser d'être sujet, le sujet se déplace. Bien que cette possibilité de mouvement ne soit pas exactement un acte d'intelligence/conscience, il faut noter que ce mouvement est d'autant moins accidentel que l'on entrevoit les possibilités de son occurrence. C'est, selon Pêcheux ([1977] 2020), l'essentiel de la théorie matérialiste des idéologies, déjà présente chez Spinoza: « [...] le moins on connaît les causes, le plus on y est soumis » (Pêcheux, [1977] 2020, p. 51).

En ce sens, la tentative d'effacement du politique a des motivations et des effets politiques et idéologiques, dont je retiendrai par exemple la démobilisation du mouvement noir, qui n'aurait plus d'agendas propres parce que dilués dans le leurre de l'appartenance nationale, et les voies/veines ouvertes à des pratiques hors du champ démocratique, parce que motivées par des enjeux patriotiques, comme si le sujet de la nation existait aprioristiquement, avant toute division de classe.

Les luttes de classes ont été, cyniquement ou non, interprétées comme inventées par ceux qui se positionnent contre le statu quo. Dire qu'il existe un mouvement de politisation de la race pour défendre sa dépolitisation, qu'on le veuille ou non, c'est se positionner politiquement/idéologiquement, dans ce cas, en adhérant à un mouvement qui suppose que, par exemple, le racisme est contemporain de la dénonciation, comme s'il naissait au moment où il est (d)énoncé. Dans ce narratif qui « cofonde » l'émergence de la dissymétrie avec le fait qu'elle soit dénoncée, il suffirait de ne pas parler de racisme, de différences politiques/partisanes et d'autres fissures.

Ce que l'on appelle souvent la politisation/idéologisation de la race, de l'ethnicité, de la classe, de la sexualité, du genre, etc. est la discussion sur les conditions de l'invention des catégories et l'explicitation des bénéficiaires de ce système de hiérarchisation/exclusion. C'est précisément pour les bénéficiaires habituels qu'il est le moins intéressant que les dissymétries soient connues, discutées et, par le biais d'actions collectives, puissent un jour être surmontées.

Je pense qu'AD a un certain engagement dans ce « dévoilement », et que c'est notre position principale dans les luttes de classe, puisque notre façon de traiter les textes implique une façon de faire de la politique. Je ne pense pas que le militantisme soit la fin de notre travail, mais je crois, comme l'a souligné Gregolin (2003), que l'AD peut être (et peut-être devrait vraiment être) un instrument d'intervention, ce qui est une question de responsabilité.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021. (FEMINISMOS PLURAIS)

DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, Dinamarca, v. 10, n.10, p. 117-132, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Michel Pêcheux e Michel Foucault: diálogos necessariamente intranquilos entre dois pensamentos inquietos. **Anais...** 2003. Disponível à l'adresse: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/MariaDoRosarioValenciseGregolin.pdf>. Accès le: 4 Nov. 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PÊCHEUX, Michel. [1978]. Só há causa daquilo que falha. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009. p. 269-281.

PÊCHEUX, Michel. [1977]. Remontemos de Foucault a Spinoza. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise de discurso**: apontamentos para uma história

da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020. p. 40-56.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir**: usos políticos dos massacres e dos genocídios. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2022. (FEMINISMOS PLURAIS).

Evandra e Thiago: No artigo *As massas populares são um objeto inanimado?*¹, Pêcheux ([1978] 2015) apresenta os procedimentos e os resultados de uma pesquisa feita com um corpus em situação experimental, no qual membros de grupos de direita e de esquerda deveriam criar resumos das principais ideias políticas a partir do Relatório Mansholt, cuja autoria foi apagada. Tendo em vista as atuais condições de produção, em que as materialidades do digital tomam expressividade nos *corpora* dos analistas de discurso, como podemos, considerando a especificidade do digital, produzir diferentes corpora discursivos que se relacionem a uma situação experimental de construção do arquivo? Sendo possível a criação do corpus experimental, qual(is) critério(s) de exclusão podem ser abordados metodologicamente?

1 Publicação original: Pêcheux, Michel. Are the masses an animate object? *In*: SANKOFF, David. (org.). **Linguistic variation**. New York: Academic Press, 1978. p. 251-266.

Tradução brasileira: Pêcheux, Michel [1978]. *As massas populares são um objeto inanimado?* Tradução: Suzy Lagazzi. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015f. p. 251-273.

MATERIALIDADES DO/NO DIGITAL: MODOS DE LEITURA E DE CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO

Fernanda Correa Silveira Galli (UFPE)

... palavras, expressões e enunciados produzem diferentes sentidos de acordo com a posição da qual são enunciados.
(Pêcheux, 2011, p. 272).

A arquitetura como construir portas, de abrir; ou como construir o aberto; construir, não como ilhar e prender, nem construir como fechar secretos; construir portas abertas, em portas; casas exclusivamente portas e teto.
(Melo Neto, 1994, p. 345).

A constituição do *corpus* de análise é, desde sempre, um desafio e, ao mesmo tempo, um ponto crucial para pesquisas ancoradas no dispositivo teórico-metodológico pecheuxtiano: a partir da relação entre língua (“sistema sintático intrinsecamente passível de jogo”) e exterioridade (“inscrição de efeitos linguísticos materiais na história”), é que se “[...] constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo” (Pêcheux, 1997, p. 63), compreendido não como um repositório de documentos organizados e autorizados social e institucionalmente,

mas como um “[...] campo de documentos pertinentes [...]” sobre determinada questão (Pêcheux, 1997, p. 57). Nessa visada, o arquivo não está pronto, não é “dado”¹, ele se estabelece na relação entre língua, história e sujeitos interpelados pela ideologia, de modo que, do ponto de vista de sua materialidade, é “[...] aquilo que faz com que ele signifique de um modo e não de outro” (Dias, 2015, p. 973), não sem a opacidade que lhe atravessa.

Considerar o arquivo em sua materialidade, como aquele que “[...] permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes”, conforme assinalam Guilhaumou e Maldidier (1997, p. 164), implica em considerar os diferentes e contraditórios modos de ler – uma leitura interpretativa, não uma “[...] leitura literal enquanto apreensão-do-documento”, instaurando “[...] uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma’” (Pêcheux, 1997, p. 57). Nessa medida, o arquivo tem sua própria determinação e demanda uma compreensão peculiar na prática analítica: “[...] [d]o lugar e [d]o momento da interpretação, em relação aos da descrição” (Pêcheux, 2002, p. 54), num movimento de alternância entre os dois processos, o que (nos) possibilita a constituição de um *corpus* de análise.

Há, portanto, como salienta Pêcheux (1997), em *Ler o arquivo hoje*, uma relação inseparável entre arquivo-e-leitura, construção que envolve o gesto de ler como um gesto político, num “espaço polêmico” de produção e reprodução de discursos, promovendo o encontro “entre uma memória e uma atualidade” (Pêcheux, 2002). O movimento² de constituição do *corpus*, por sua vez, não se dá sem entrelaçamen-

1 Na abordagem sobre *Discurso: fato, dado, exterioridade*, Orlandi (2012a, p. 44) aponta que “[...] a noção de dado é, ela própria, um efeito ideológico do qual a análise de discurso procura desconstruir a evidência, explicitando seus modos de produção”.

2 Segundo Petri (2002, p. 123), em AD, “[...] a construção do trabalho se dá num *movimento pendular*, no qual o pesquisador está sempre indo e vindo da teoria para o corpus, do corpus para o arquivo, do arquivo para a teoria, e assim sucessivamente, até construir um dispositivo teórico analítico satisfatório.”

tos do sujeito-pesquisador, afetado sócio-histórico-ideologicamente, numa rede que envolve o(s) outro(s) e as materialidades recortadas em determinadas condições de produção. Cada movimento, um movimento singular; cada *corpus*, um *corpus* sobre determinada questão e em condições de produção específicas; cada tratamento dado ao *corpus*, um modo de ler e escutar os discursos...

Embora a construção do arquivo seja, quase sempre, determinada pelos objetivos específicos e/ou por uma questão de pesquisa que permite um direcionamento na constituição do *corpus*, quando se trata de construção de arquivo do/no digital é preciso considerar tanto as especificidades das materialidades³ quanto as condições de produção desse espaço, as quais são marcadas por um funcionamento outro da língua na história. No trabalho de pesquisa com a materialidade do/no digital, é preciso considerar, ainda, o modo como o espaço digital afeta o sujeito-usuário-pesquisador e funciona como um dispositivo experimental, na medida em que “[...] sua constituição e, conseqüentemente, sua descrição dependem das experiências de análise.”, tal como sinaliza Petri (2013, p. 41). Desse modo, a materialidade do/no digital permite ao sujeito modos de ler e de construir o arquivo a partir do “[...] jogo entre o mesmo e o outro, que caracteriza a heterogeneidade contraditória de todo campo de arquivo” (Pêcheux, 2011, p. 281).

Diante da constituição de um *corpus* e(m) suas condições de produção do/no espaço digital, cabe ao sujeito-pesquisador arquitetar caminhos que propiciem um “movimento pendular” (Petri, 2002), um “batimento entre descrição e interpretação” (Pêcheux, 2002), uma prática analítica de “leitura-trituração” (Pêcheux, 2016, p. 25), a qual compreende “cortes, extrações, deslocamentos e aproximações”, de maneira a produzir um recorte⁴. Esse trabalho envolve “[...] o linguístico e o histórico, enquanto indissociáveis no processo de produção do sujeito

3 São entendidas enquanto “o processo de significação que se dá pela emergência da discursividade digital na forma material do discurso (texto, imagem, cena urbana, etc.), e em certo meio material (aplicativo, rede social, cidade etc.)” (Dias, 2016, p. 16).

4 De acordo com Orlandi (1984, p. 14), o recorte é uma “unidade discursiva”, “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação.”.

do discurso e dos sentidos que (o) significam.” (Orlandi, 2012a, p. 37), o que, por sua vez, expõe tanto a questão do real da língua (o equívoco) e do real da história (a contradição), quanto a complexidade do arquivo, “[...] [d]o impossível de ser atingido” (Pêcheux, 2002) na dispersão (do) digital. Como assinala Orlandi (2012b, p. 38), é preciso “[...] estabelecer uma relação de consistência entre a teoria, o método, os procedimentos e o objeto.”, com vistas a eleger critérios possíveis.

Nessa perspectiva, abordar as materialidades do/no digital implica pensar modos de leitura, de construção do arquivo e de constituição do *corpus* sem perder de vista as atuais condições de produção das tecnologias de informação e comunicação. Implica, sobretudo, ter no horizonte o fato de que as “[...] palavras, expressões e enunciados produzem diferentes sentidos de acordo com a posição da qual são enunciados.” (Pêcheux, 2011, p. 272), tal como aponta Pêcheux na abordagem sobre o relatório Mansholt, no que diz respeito à análise empreendida por dois grupos (de direita e de esquerda): as “[...] diferenças apareceram não apenas na natureza dos resultados, mas são decorrentes do modo como a eles se chegou” (Pêcheux, 2011, p. 257). Trata-se, nessa medida, de compreender o funcionamento da leitura enquanto interpretação, o que pode permitir o estabelecimento de critérios de inclusão e/ou de exclusão na construção do arquivo e na constituição de *corpus* de pesquisa; ou, parafraseando o poeta, investir no movimento (de leitura, de arquivo) pode funcionar como modo de não “ilhar e prender”, mas de “construir portas abertas”, portas por-onde, portas-porvir.

REFERÊNCIAS

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo (REDISCO)**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p. 8-20, 2016. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2515> . Acesso em: 28 mar. 2023.

DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 972-980,

2015. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030>. Acesso em: 28 mar. 2023.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. *In*: ORLANDI, Eni Pucinelli (org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 163-185.

MELO NETO, João Cabral. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Discurso: dado, fato, exterioridade. *In*: ORLANDI, Eni Pucinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012a. p. 36-51.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Pontes: Campinas, 2012b.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Segmentar ou Recortar. *In*: **Série Estudos 10**. Uberaba: FIU, 1984.

PÊCHEUX, Michel [1981]. Abertura do colóquio. *In*: CONEIN, B. *et al.* (org.). **Materialidades Discursivas**. Campinas: Editora Unicamp, 2016. p. 23-29.

PÊCHEUX, Michel. [1978]. As massas populares são um objeto inanimado? *In*: ORLANDI, Eni Pucinelli. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux – Textos selecionados: Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 251-273.

PÊCHEUX, Michel. [1983]. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2002.

PÊCHEUX, Michel. [1982]. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni Pucinelli. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 55-66.

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. *In*: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. (org.). **Análise de discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013, v. 1. p. 39-48.

PETRI, Verli. Por um acesso fecundo ao arquivo. **Letras** (UFSM), Santa Maria, v. 1, n. 21, 2002. p. 121-125.

O TEMPO DAS MÁQUINAS ALGORÍTMICAS DE LEITURA

Cristiane Costa Dias (LABEURB/NUDECRI/UNICAMP)

Gostaria de começar tomando como central para a reflexão sobre a expressividade da materialidade digital nos *corpora* dos analistas de discurso, uma noção incontornável para essa teoria, que é a da leitura. Para tanto, quero situar essa problemática entre os anos 80-83, conhecido como o primeiro momento da grande “desconstrução” da Análise de Discurso, centrada em torno do tema da leitura e do arquivo, e os anos 2010-2013, que entendo como o segundo momento de uma “virada” no campo da AD em torno do tema da leitura e do digital. Dois textos sustentam essa abordagem, o primeiro é o texto de Denise Maldidier ([1990] 2003), no livro *A inquietação do discurso*, “A desconstrução domesticada 1980 – 1983”, e o segundo, o texto de Eni Orlandi (2012), no livro *Discurso em Análise*, “Análise de Discurso e contemporaneidade científica”.

Os dois textos se situam em contextos marcados por uma “ferida política” aberta na pele daqueles que sonharam com um movimento revolucionário capaz de romper com o capitalismo. Na França, é uma ferida que se abre pela ruptura da união das esquerdas e o desaparecimento de uma certa forma de fazer política. Naquela conjuntura, essa ferida é suturada pelo “pragmatismo político” (Courtine, [1982] 2006). No Brasil que se configura a partir dos anos 2010, essa ferida é aberta

pela emergência de um discurso de extrema-direita, a desestabilização da democracia e também por uma nova forma de se fazer política, determinada pelo digital. Podemos dizer que, por aqui, essa ferida é ainda uma fratura exposta.

De maneiras muito diferentes, e em momentos distintos do próprio capitalismo, essas duas conjunturas, embora separadas por 30 anos, vão marcar rupturas e deslocamentos no campo da Análise de Discurso.

O problema que se colocava nos anos 80, e que marca a “desconstrução domesticada” na teoria, era o do objeto da Análise de Discurso, naquele momento, centrado no discurso político, e, junto com isso, o do dispositivo construído para “ler” esse objeto. A questão era se haveria uma coincidência entre a teoria e o seu objeto, o que a tornaria datada e encerrada numa conjuntura política muito específica de produção do discurso político. Courtine ([1982] 2006, p. 11) tece a crítica aos procedimentos da AD, no texto “O professor e o militante”, ao expor algumas características desta disciplina e apontar para a “materialidade escrita de seus *corpora*” e do seu dispositivo. Para o autor, duas perguntas derivam dessa crítica: “o que a AD lê? Por que esses discursos?” e “como a AD lê esses discursos”. Questões que me parecem familiares à problemática da construção dos *corpora* da AD e dos procedimentos e dispositivos de leitura afetados pela materialidade digital, nos dias atuais.

A conjuntura da “desconstrução” dos anos 80 se dá sobre a problemática que diz respeito ao *reagrupamento dos corpora* e aos *resultados do procedimento* (Courtine, [1982] 2006). O momento da desconstrução domesticada se centra, portanto, em um debate sobre o *corpus*, que indica a saída das “máquinas de ler”, construídas sob a égide de *corpora* estáveis, fixos, de natureza doutrinária, para a construção das “máquinas paradoxais”, que diz respeito à “[...] construção de *corpus* heterogêneo e estratificado, em reconfiguração permanente, coextensiva à leitura que dele se faz” (Pêcheux, 1983 *apud* Maldidier, 1990, p. 289). Essa

saída muda totalmente a perspectiva da noção de leitura e, em consequência, os procedimentos e dispositivos de leitura. É preciso pensar o *corpus* a partir do primado do interdiscurso, deixando que este último intervenha em sua construção.

Toda essa desconstrução não se dá sem uma longa reflexão sobre os conceitos. Dentre eles, destaco o de formação discursiva que tende a uma certa homogeneidade sob a tutela das máquinas de ler, que lançam mão de uma leitura mais regrada, a partir de procedimentos de classificação e reagrupamento que dão forma ao *corpus*. É preciso fazer aparecer a heterogeneidade das formações discursivas e, com isso, a contradição dos discursos, como, por exemplo, os discursos de direita e esquerda que, analisados com critérios classificatórios, não dão conta da nova conjuntura política, na qual eles têm limites difusos e inassinaláveis. É aí que a retomada dos dispositivos e procedimentos de construção de *corpus* se faz necessária, de modo que dê conta das contradições. É preciso colocar em questão o campo conceitual e metodológico da Análise de Discurso e apostar na abertura do sentido e na opacidade da leitura, dando lugar à tensão. Isso inclui o trabalho com a prática da informática que, do ponto de vista metodológico, também exige dos analistas de discurso “[...] uma construção explícita de seus procedimentos de descrição” (Marandín; Pêcheux, 1984 *apud* Maldidier, 1990, p. 281).

A partir do que foi dito até aqui, eu gostaria de levantar dois pontos cruciais para pensar as atuais condições de produção da Análise de Discurso, no que diz respeito à construção de *corpora* discursivos, considerando a especificidade do digital. O primeiro ponto é o do arquivo e o segundo, o da memória. Por um lado, o trabalho de arquivo que, no digital, nos coloca em confronto com a quantidade, a repetição e a instabilidade do *corpus*. Por outro lado, a questão da memória, que, no digital, nos coloca em confronto com o já-dito, o (parece) sempre lembrado e o recuperável. Para mim, essas duas noções são o ponto

de virada da conjuntura dos anos 2010-2013. É preciso trabalhar sobre elas.

Aqui, trago o segundo texto que sustenta essa abordagem, o texto de Orlandi (2012) “Análise de Discurso e contemporaneidade científica”. Nele, a autora anuncia o “momento de uma virada na análise de discurso”, em uma nova conjuntura intelectual e sociopolítica. Para Orlandi (2012), essa nova conjuntura inaugura um novo campo de questões, novas interrogação e um outro programa de leitura.

Na esteira da autora, considero o digital o cerne desse novo campo inaugural de questões que redefine a construção do arquivo pelas interrogações que podemos fazer aos discursos, numa dada conjuntura, nesse caso, a do digital. A materialidade digital diz respeito, portanto, à existência da discursividade, à forma material e aos desdobramentos que ela assume em novas textualidades, produzindo mudanças na natureza do objeto de estudo da Análise de Discurso. Esse objeto ganha outras dimensões que é preciso considerar a partir do campo teórico-metodológico da teoria, pelo trabalho com os dispositivos de interpretação.

Pensando o dispositivo teórico, considero a memória um ponto nodal para compreender as atuais condições de produção da Análise de Discurso – a virada – no que diz respeito à construção de *corpora* discursivos.

Se a memória discursiva, que marca o tempo da desconstrução, constituindo os traços sócio-históricos a partir dos quais uma formulação é passível de interpretação, trabalhando a constituição do discurso pela filiação dos sentidos à materialidade discursiva, é a noção de memória metálica (Orlandi, 1998) – um “simulacro de memória” – que vai constituir os traços técnicos, trabalhando a circulação pela repetição dos dizeres na materialidade formal da máquina. Essa noção já aponta para uma outra relação com a informática e com os objetos de estudo da AD, pela informatização dos arquivos. Já a memória digital (Dias,

2018) vai constituir os traços algorítmicos, trabalhando a formulação dos dizeres em circulação, em sua materialidade digital. Trata-se de uma noção fundamental para se pensar a construção do *corpus*, pois ela coloca o problema da repetição em outra esfera, a da formulação, o que permite repensar a relação com o interdiscurso, primado da construção de *corpus*, na medida em que mantém os dizeres em circulação, pela reformulação¹. É preciso dizer ainda que a memória digital não se restringe ao ambiente digital, mas tem seu funcionamento atado à estrutura do significante, lá onde a formulação está circunscrita materialmente aos dispositivos digitais. Não se trata de localizar se um dizer se origina ou não no ambiente digital, mas de mostrar seu acontecimento pelo digital, o que se dá pelo funcionamento da memória digital quando vemos, por exemplo, uma *hashtag* numa camiseta.

Quanto ao dispositivo analítico, o ponto central é a necessidade de se considerar o funcionamento da quantidade na constituição dos *corpora* discursivos. Além disso, considerar os mecanismos tecnológicos (buscas, programas, algorítmicos *etc.*) no que diz respeito ao reagrupamento dos *corpora* (recorte) e aos resultados do procedimento. Não é possível prescindir desses mecanismos.

É o batimento entre esses dispositivos (teórico e analítico) que permite ao analista não construir universos logicamente automatizados de leitura.

Embora hoje o problema da leitura se configure de maneiras muito distintas daquela dos anos 80, marcada por uma retomada do objeto da Análise de Discurso a partir da reconfiguração dos procedimentos de análise, ele se recoloca como princípio incontornável da teoria: como lemos afetados pela produção seriada (e algoritmizada) das textualidades?

1 A noção de reformulação aqui não se limita ao dito, mas a operações como compartilhamento, *hashtag*, comentários, reações, uso de robôs, que fazem com que o dizer circule em distintas situações e signifique diferentemente.

Podemos dizer que a necessidade de elaborar procedimentos de análise que deem conta das novas textualidades coincide com o próprio trabalho de arquivo e de desenvolvimento da teoria, levando em conta a materialidade digital de seus *corpora*. Nessa retomada, as máquinas algorítmicas indicam uma outra perspectiva para a noção de leitura.

REFERÊNCIAS

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Tradução: Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2003.

MALDIDIER, Denise. **L'inquiétude du discours**. Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 63-78.

PECHEUX, Michel *et al.* [1981] (org.) **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

Evandra et Thiago: Dans l'article *Les masses populaires sont-elles un objet animé?*¹, Pêcheux ([1978] 2015) présente les procédures et les résultats d'une recherche effectuée avec un corpus en situation expérimentale, dans laquelle des membres de groupes de droite et de gauche doivent créer des résumés des principales idées politiques du Rapport Mansholt, dont la paternité a été effacée. Dans les conditions actuelles de production, où les matérialités du numérique s'expriment dans les corpus des analystes du discours, comment pouvons-nous, compte tenu de la spécificité du numérique, produire des corpus discursifs différents qui se rapportent à une situation expérimentale de construction de l'archive? La création du corpus expérimental étant possible, quels critères d'exclusion peuvent être méthodologiquement abordés?

1 Publication originale: PÊCHEUX, Michel. Are the masses an animate object? In: SANKOFF, David. (org.). **Linguistic variation**. New York: Academic Press, 1978. p. 251-266.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1978]. As massas populares são um objeto inanimado? Traduction: Suzy Lagazzi. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015f. p. 251-273.

MATÉRIALITÉS DU/EN NUMÉRIQUE: MODES DE LECTURE ET DE CONSTRUCTION DE L'ARCHIVE

Fernanda Correa Silveira Galli (UFPE)

... les mots, les expressions et les énoncés produisent des significations différentes selon la position à partir de laquelle ils sont énoncés.
(Pêcheux, 2011, p. 272).

***L'architecture comme construction de portes, d'ouverture ;
ou comment construire l'ouvert ;
construire, non pas pour isoler et emprisonner,
ni construire pour fermer secrètement ;
construire des portes ouvertes ; en portes ;
les maisons exclusivement des portes et des toits.***
(Melo Neto, 1994, p. 345).

La constitution du corpus d'analyse a toujours été un défi et, en même temps, un point crucial pour une recherche ancrée dans le dispositif théorico-méthodologique pecheuxien: du rapport entre langue (« système syntaxique intrinsèquement susceptible de jeu ») et extériorité (« inscription des effets linguistiques matériels dans l'histoire »), c'est que « [...] constitue le nœud central d'un travail de lecture d'archives » (Pêcheux, 1997, p. 63), entendu non pas comme un dépôt de documents socialement et institutionnellement organisés et autori-

sés, mais comme un « [...] champ de documents pertinents [...] » sur une question donnée (Pêcheux, 1997, p. 57). Dans cette optique, l'archive n'est pas prête, elle n'est pas « donnée »¹, elle s'établit dans le rapport entre langage, histoire et sujets interpellés par l'idéologie, de sorte que, du point de vue de sa matérialité, elle est « [...] ce qui fait qu'elle signifie d'une certaine manière et pas d'une autre » (Dias, 2015, p. 973), non sans l'opacité qui la traverse.

Considérer l'archive dans sa matérialité, comme celle qui « [...] permet une lecture qui met en évidence des dispositifs et des configurations significatifs », comme le soulignent Guilhaumou et Maldidier (1997, p. 164), implique de prendre en compte des lectures différentes et contradictoires—une lecture interprétative, et non une « [...] lecture littérale comme appréhension du document », établissant « [...] une description du « travail de l'archive comme rapport de l'archive à elle-même, dans une série de conjonctures, travail de la mémoire historique en perpétuelle confrontation avec elle-même (Pêcheux, 1997, p. 57). Dans cette mesure, l'archive a sa propre détermination et exige une compréhension particulière dans la pratique analytique: « [...] du/le lieu et du/le moment d'interprétation, par rapport à ceux de la description » (Pêcheux, 2002, p. 54), dans un mouvement d'alternance entre les deux processus, qui (nous) permet de constituer un corpus d'analyse.

Il y a donc, comme le souligne Pêcheux (1997) dans Lire l'archive aujourd'hui, une relation indissociable entre archive et lecture, une construction qui implique le geste de lecture comme geste politique, dans un « espace polémique » de production et de reproduction de discours, favorisant la rencontre « entre une mémoire et un temps

1 Dans l'approche sur *Discurso: fato, dado, exterioridade*, Orlandi (2012a, p. 44) souligne que « [...] la notion de données est elle-même un effet idéologique dont l'analyse du discours cherche à déconstruire l'évidence, en explicitant ses modes de production ».

présent » (Pêcheux, 2002). Le mouvement² de constitution du corpus, à son tour, ne se fait pas sans l'entrelacement du sujet-chercheur, socio-historiquement et idéologiquement affecté, dans un réseau qui implique l'autre (les autres) et les matérialités découpées dans certaines conditions de production. Chaque mouvement, un mouvement singulier; chaque corpus, un corpus sur une question particulière et dans des conditions de production spécifiques; chaque traitement donné au corpus, une manière de lire et d'écouter les discours...

Bien que la construction de l'archive soit presque toujours déterminée par des objectifs spécifiques et/ou par une question de recherche qui permet d'orienter la constitution du corpus, lorsqu'il s'agit de la construction d'une archive du numérique, il est nécessaire de considérer à la fois les spécificités des matérialités³ et les conditions de production de cet espace, qui sont marquées par un autre fonctionnement de la langue dans l'histoire. Dans le travail de recherche sur la matérialité du numérique, il faut aussi considérer comment l'espace numérique affecte le sujet-usager-chercheur et fonctionne comme un dispositif expérimental, dans la mesure où « [...] sa constitution et, par conséquent, sa description dépendent des expériences d'analyse », comme le souligne Petri. Ainsi, la matérialité du numérique permet au sujet de lire et de construire l'archive à partir du « [...] jeu entre le même et l'autre, qui caractérise l'hétérogénéité contradictoire de tout champ d'archives. » (Pêcheux, 2011, p. 281).

Face à la constitution d'un corpus et (dans) ses conditions de production de/dans l'espace numérique, il revient au sujet-chercheur de concevoir des pistes qui assurent un « mouvement pendu-

2 Selon Petri (2002, p. 123), en AD, « la construction de l'œuvre se fait dans un *mouvement pendulaire*, où le chercheur fait toujours des allers-retours de la théorie au corpus, du corpus à l'archive, de l'archive à la théorie, et ainsi de suite, jusqu'à la construction d'un dispositif théorique d'analyse satisfaisant ».

3 Elles sont entendues comme « le processus de signification qui se produit à travers l'émergence de la discursivité numérique dans la forme matérielle du discours (texte, image, scène urbaine, etc.), et dans un certain support matériel (application, réseau social, ville, etc.) » (Dias, 2016, p. 16).

laire » (Petri, 2002), un « battement entre description et interprétation » (Pêcheux, 2002), une pratique analytique de « lecture-trituration » (Pêcheux, 2016, p. 25), qui comprend des « coupes, extractions, déplacements et approximations », afin de produire un découpage⁴. Ce travail implique « [...] le linguistique et l'historique, comme inséparables dans le processus de production du sujet du discours et des significations qui (le) signifie. » (Orlandi, 2012a, p. 37), ce qui, à son tour, expose à la fois la question du réel du langage (l'équivoque) et du réel de l'histoire (la contradiction), ainsi que la complexité de l'archive, « [...] de l'/impossible à réaliser » (Pêcheux, 2002) dans la dispersion (du) numérique. Comme le souligne Orlandi (2012b, p. 38), il est « [...] nécessaire d'établir un rapport de cohérence entre la théorie, la méthode, les procédures et l'objet », afin de choisir les critères possibles.

Dans cette perspective, aborder les matérialités du numérique implique de réfléchir aux manières de lire, de construire l'archive et de constituer le corpus sans perdre de vue les conditions actuelles de production des technologies de l'information et de la communication. Cela implique surtout d'avoir à l'horizon le fait que « [...] les mots, les expressions et les énoncés produisent des significations différentes selon la position à partir de laquelle ils sont énoncés » (Pêcheux, 2011, p. 272), comme le souligne Pêcheux dans son approche du rapport Mansholt, à propos de l'analyse menée par deux groupes (droite et gauche): les « [...] différences sont apparues non seulement dans la nature des résultats, mais aussi dans la manière dont ils ont été obtenus » (Pêcheux, 2011, p. 257). Dans cette mesure, il s'agit de comprendre le fonctionnement de la lecture comme interprétation, ce qui peut permettre d'établir des critères d'inclusion et/ou d'exclusion dans la construction de l'archive et dans la constitution du corpus de recherche ; ou, en paraphrasant le poète, investir dans le mouvement (lecture, archivage) peut fonctionner comme un moyen de ne pas « isoler et emprison-

4 Selon Orlandi (1984, p. 14), la coupe est une « unité discursive », des « fragments corrélés de langage et de situation ».

ner », mais de « construire des portes ouvertes », des portes-par-où, des portes-pour-venir.

RÉFÉRENCES

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo (REDISCO)**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p. 8-20, 2016. Disponível à l'adresse: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2515> Accès le: 28 mar. 2023.

DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 972-980, 2015. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030>. Acesso em: 28 mar. 2023.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Pucinelli (org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 163-185.

MELO NETO, João Cabral. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Discurso: dado, fato, exterioridade. In: ORLANDI, Eni Pucinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012a, p. 36-51.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Pontes: Campinas, 2012b.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Segmentar ou Recortar. In: **Série Estudos 10**. Uberaba: FIU, 1984.

PÊCHEUX, Michel [1981]. Abertura do colóquio. In: CONEIN, B. *et al.* (org.). **Materialidades Discursivas**. Campinas: Editora Unicamp, 2016. p. 23-29.

PÊCHEUX, Michel. [1978]. As massas populares são um objeto inanimado? In: ORLANDI, Eni Pucinelli. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux – Textos selecionados: Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 251-273.

PÊCHEUX, Michel. [1983]. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2002.

PÊCHEUX, Michel. [1982]. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni Pucinelli. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 55-66.

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. *In*: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. (org.). **Análise de discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013, v. 1. p. 39-48.

PETRI, Verli. Por um acesso fecundo ao arquivo. **Letras** (UFSM), Santa Maria, v. 1, n. 21, 2002. p. 121-125.

L'ÉPOQUE DES MACHINES ALGORITHMIQUES DE LECTURE

Cristiane Costa Dias (LABEURB/NUDECRI/UNICAMP)

Je voudrais commencer par prendre comme point central de la réflexion sur l'expressivité de la matérialité numérique dans les corpus des analystes du discours, une notion incontournable pour cette théorie, qui est celle de la lecture. Pour ce faire, je voudrais situer cette problématique entre les années 1980-83, connues comme le premier moment de la grand « déconstruction » de l'Analyse du Discours, centrée sur le thème de la lecture et de l'archive, et les années 2010-2013, que je comprends comme le deuxième moment d'un « tournant » dans le champ de l'AD autour du thème de la lecture et du numérique. Deux textes soutiennent cette approche: le premier est celui de Denise Maldidier ([1990] 2003), dans le livre *L'Inquiétude du discours*, « Déconstruction-Reconfiguration. Des tâtonnements (1976-1979) aux reconfigurations (1980-1983) », et le second, le texte d'Eni Orlandi (2012), dans le livre *Discurso em Análise*, « Análise de Discurso e contemporaneidade científica ».

Les deux textes s'inscrivent dans des contextes marqués par une « blessure politique » ouverte sur la peau de ceux qui rêvaient d'un mouvement révolutionnaire capable de rompre avec le capitalisme. En France, il s'agit d'une blessure ouverte par la rupture de l'union de la gauche et la disparition d'une certaine manière de faire de la politique.

Cette blessure a alors été suturée par le « pragmatisme politique » (Courtine, [1982] 2006). Au Brésil, configuré depuis les années 2010, cette blessure a été ouverte par l'émergence d'un discours d'extrême droite, la déstabilisation de la démocratie et aussi par une nouvelle façon de faire de la politique, déterminée par le numérique. On peut dire qu'ici, cette blessure est encore une fracture exposée.

De manière très différente, et à des moments différents du capitalisme lui-même, ces deux conjonctures, bien que séparées par 30 ans, vont marquer des ruptures et des déplacements dans le champ de l'analyse du discours.

Le problème qui se pose dans les années 1980, et qui marque la « déconstruction domestiquée » dans la théorie, est celui de l'objet de l'Analyse du discours, alors centré sur le discours politique, et, conjointement, celui du dispositif construit pour « lire » cet objet. La question était de savoir s'il y avait une coïncidence entre la théorie et son objet, qui la rendrait datée et enfermée dans une conjoncture politique très spécifique de production de discours politiques. Courtine ([1982] 2006, p. 11) critique les procédures de l'AD dans le texte « L'instituteur et le militant », en exposant certaines caractéristiques de cette discipline et en pointant la « matérialité écrite de ses corpus » et de son dispositif. Pour l'auteur, deux questions découlent de cette critique: « que lit l'AD? Pourquoi ces discours ? » et « comment l'AD lit ces discours? » Ces questions me semblent familières à la problématique de la construction des corpus d'AD et des procédures et dispositifs de lecture affectés par la matérialité numérique aujourd'hui.

La « déconstruction » des années 1980 s'est centrée sur le problème du regroupement des corpus et des résultats de la procédure (Courtine, [1982] 2006). Le moment de la déconstruction domestiquée est donc centré sur un débat autour du corpus, qui marque le passage des « machines à lire », construites sous l'égide de corpus stables, figés, doctrinaux, à la construction de « machines paradoxales », qui concerne

la « [...] construction d'un corpus hétérogène et stratifié, en reconfiguration permanente, coextensif à la lecture qui en est faite. » (Pêcheux, 1983 *apud* Maldidier, 1990, p. 289). Ce départ change totalement la perspective de la notion de lecture et, par conséquent, les procédures et les dispositifs de lecture. Il faut penser le corpus à partir du primat de l'interdiscours, en laissant ce dernier intervenir dans sa construction.

Toute cette déconstruction ne se fait pas sans une longue réflexion sur les concepts. Parmi eux, je souligne la formation discursive qui tend à une certaine homogénéité sous la tutelle des machines à lire, qui utilisent une lecture plus régulée, basée sur des procédures de classification et de regroupement qui façonnent le corpus. Il est nécessaire de mettre en évidence l'hétérogénéité des formations discursives et, par conséquent, la contradiction des discours, comme, par exemple, les discours de droite et de gauche qui, analysés à l'aide de critères classificatoires, ne tiennent pas compte de la nouvelle conjoncture politique, dans laquelle ils ont des limites diffuses et inassignables. C'est là que la reprise des dispositifs et procédures de construction de corpus est nécessaire, afin de rendre compte des contradictions. Il faut interroger le champ conceptuel et méthodologique de l'Analyse du discours et parier sur l'ouverture du sens et l'opacité de la lecture, suscitant des tensions. Il s'agit notamment de travailler avec la pratique de l'informatique qui, d'un point de vue méthodologique, oblige également les analystes du discours à « [...] construire explicitement leurs procédures de description. » (Marandin; Pêcheux, 1984 *apud* Maldidier, 1990, p. 281).

A partir de ce qui a été dit jusqu'ici, je voudrais soulever deux points cruciaux pour réfléchir aux conditions actuelles de production de l'Analyse du Discours, en ce qui concerne la construction de corpus discursifs, compte tenu de la spécificité du numérique. Le premier point est celui de l'archive et le second, celui de la mémoire. D'une part, le travail d'archivage qui, dans le numérique, nous met face à la quantité, à la répétition et à l'instabilité du corpus. D'autre part, la ques-

tion de la mémoire qui, dans le numérique, nous confronte au déjà dit, au toujours (apparemment) retenu et au récupérable. Ces deux notions sont pour moi le tournant de la conjoncture 2010-2013. C'est sur elles qu'il faut travailler.

J'apporte ici le deuxième texte qui soutient cette approche, le texte d'Orlandi (2012) « Analyse du discours et contemporanéité scientifique. » L'auteur y annonce le « moment d'un tournant dans l'analyse du discours », dans une nouvelle conjoncture intellectuelle et sociopolitique. Pour Orlandi (2012), cette nouvelle conjoncture inaugure un nouveau champ de questions, de nouvelles interrogations et un autre programme de lecture.

A la suite de l'auteur, je considère le numérique comme le cœur de ce nouveau champ de questions inaugural qui redéfinit la construction de l'archive par les questions que l'on peut poser aux discours dans une conjoncture donnée, en l'occurrence celle du numérique. La matérialité numérique concerne donc l'existence de la discursivité, la forme matérielle et le déploiement qu'elle assume dans de nouvelles textualités, produisant des changements dans la nature de l'objet d'étude de l'analyse du discours. Cet objet acquiert d'autres dimensions qui doivent être prises en compte dans le champ théorico-méthodologique de la théorie, en travaillant avec les dispositifs d'interprétation.

En ce qui concerne le dispositif théorique, je considère la mémoire comme un point nodal pour comprendre les conditions actuelles de production de l'Analyse du discours–le tournant–en ce qui concerne la construction de corpus discursifs.

Si la mémoire discursive, qui marque le temps de la déconstruction, constitue les traces socio-historiques à partir desquelles une formulation est soumise à l'interprétation, opérant la constitution du discours par l'affiliation des significations à la matérialité discursive, c'est la notion de mémoire métallique (Orlandi, 1998)–un « simulacre de mémoire »–qui constituera les traces techniques, opérant la circu-

lation par la répétition des énoncés dans la matérialité formelle de la machine. Cette notion laisse déjà entrevoir un autre rapport à l'informatique et aux objets d'étude de l'AD, du fait de l'informatisation des archives. La mémoire numérique (Dias, 2018) constituera les traces algorithmiques, travaillant sur la formulation des dictons en circulation, dans leur matérialité numérique. C'est une notion fondamentale pour penser la construction du corpus, car elle place le problème de la répétition dans une autre sphère, celle de la formulation, ce qui permet de repenser le rapport à l'interdiscours, le primat de la construction du corpus, dans la mesure où il maintient les dire en circulation, par la reformulation¹. Il faut dire aussi que la mémoire numérique ne se limite pas à l'environnement numérique, mais son fonctionnement est lié à la structure du signifiant, où la formulation est matériellement circonscrite aux dispositifs numériques. Il ne s'agit pas de repérer si un énoncé provient ou non de l'environnement numérique, mais de montrer son occurrence par le numérique, ce que donne le fonctionnement de la mémoire numérique lorsque l'on voit, par exemple, un hashtag sur un tee-shirt.

Quant au dispositif analytique, le point central est la nécessité de considérer le fonctionnement de la quantité dans la constitution des corpus discursifs. En outre, les mécanismes technologiques (recherches, programmes, algorithmes, etc.) doivent être pris en compte en ce qui concerne le regroupement des corpus (clipping) et les résultats de la procédure. Il n'est pas possible de se passer de ces mécanismes.

C'est la combinaison de ces dispositifs (théoriques et analytiques) qui permet à l'analyste de ne pas construire des univers de lecture logiquement automatisés.

Bien qu'aujourd'hui le problème de la lecture soit configuré de manière très différente de celle des années 1980, marquée par une

1 La notion de reformulation ne se limite pas ici à ce qui est dit, mais à des opérations telles que le partage, le hashtag, les commentaires, les réactions, l'utilisation de robots, qui font que la parole circule dans des situations différentes et signifie différemment.

reprise de l'objet de l'Analyse du discours à partir de la reconfiguration des procédures d'analyse, il est rétabli comme un principe incontournable de la théorie : comment lire affecté par la production sérielle (et algorithmique) des textualités ?

On peut dire que la nécessité de développer des procédures analytiques qui prennent en compte les nouvelles textualités coïncide avec le travail même d'archivage et de développement de la théorie, en tenant compte de la matérialité numérique de ses corpus. Dans ce retour, les machines algorithmiques indiquent une autre perspective pour la notion de lecture.

REFERÊNCIAS

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Traduction: Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. Traduction: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2003.

MALDIDIER, Denise. **L'inquiétude du discours**. Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 63-78.

PECHEUX, Michel *et al.* (org.) **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016 [1981].

Evandra e Thiago: Nos textos *As ciências humanas e o “momento atual”*¹ e *Foi “propaganda” mesmo que você disse?*² Pêcheux ([1969] 2015c, [1979] 2015g) traz discussões sobre sociedade de consumo, sobre os efeitos de despolitização/superpolitização na sociedade industrial, além de discutir sobre novas formas históricas de assujeitamento do indivíduo que se desenvolveram com o próprio capitalismo. Que formas históricas são essas? Como podemos pensar questões como a da despolitização/superpolitização na relação com as discussões sobre o empreendedorismo de si no contexto histórico atual?

1 Publicação original: PÊCHEUX, Michel. Les sciences humaines et le «moment actuel». **La pensée**, v. 143, 1969. p 62-79.

Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel [1969]. As ciências humanas e o «momento atual». Tradução: Bethania Mariani. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015c. p. 175-202.

2 Publicação original: PÊCHEUX, Michel. Vous avez bien dit propagande?. **Colloque texte et institution**. Montréal, 1979.

Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel [1979]. Foi “propaganda” mesmo que você disse? Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 73-92.

A QUEM INTERESSA A TEORIA SOCIAL DO MATERIALISMO HISTÓRICO? PENSEMOS COM MICHEL PÊCHEUX

Maria Virgínia Borges Amaral (UFAL)

*Nas vésperas de maio de 1968, a França estruturalista
não se entendia: entre as pedras das calçadas parisienses
brota a cada instante uma teoria nova que refaz o mundo
a partir de uma tópica, na falta de uma utopia.*

(Dosse, 1994, p. 109).

Há mais de meio século (ou, para ser mais preciso, há sessenta e quatro anos), Michel Pêcheux já refletia sobre a problemática do conhecimento e participava ativamente do movimento ao qual a epígrafe deste texto faz referência. Eram tempos de análise, contestação e “reinvenção” do projeto científico moderno. Estavam postos em debate os moldes tradicionais da cultura ocidental de um saber “academista” que “[...] impelia as ciências humanas para as margens que as distanciaram da historicidade” (Dosse, 1994, p. 18). Faz-se referência ao movimento político/ideológico no campo das ideias desenvolvido na França na segunda metade do século XX e alastrado pelo ocidente. Dosse (1994, p. 17) diz que “[...] o estruturalismo terá sido a *Koiné* de toda uma geração intelectual, mesmo que não exista solidariedade de doutrina e menos ainda de escola ou de combate entre seus diver-

sos representantes.” Pêcheux ([1969] 2011a, p. 189-190), ao examinar o discurso das ciências humanas nesse movimento, identifica uma diversidade de temas, e também se refere ao que chamou de uma “koiné internacional” (um efeito metafórico da expressão grega para indicar uma língua que se pretendia comum entre os pensadores), com “ressonância marxista”, às vezes tratando de um progresso do “pensamento marxista”, às vezes absorvendo certos termos em contextos “estranhos ao marxismo”, operando deslizamentos de sentidos “aliados à conjuntura política e ideológica internacional”.

Em meio à diversidade de tendências do pensamento e do comportamento, que pareciam engendrar mudanças na racionalidade dominante na sociedade capitalista para constituir outra civilização, Pêcheux elabora o projeto para a análise de discursos nesta sociedade. Dialoga, permanentemente, com *pensadores da condição humana*, dentre os quais Lévi-Strauss, Althusser, Foucault e Lacan, sem desconhecer a imensa polêmica acerca do modo e das perspectivas de conhecimento que os diferenciavam e da variação de estilo e de disciplina que os separavam. O debate envolve, ao mesmo tempo, as ciências humanas e as ciências sociais em busca do reconhecimento do “estatuto de ciência” almejado. Isso tudo ocorre numa “relação de superioridade-inferioridade” entre “[...] certa elite filosófico literária, brilhante, mas nebulosa”, como diz Pêcheux, “e a massa dos trabalhadores, modestos, mas sérios [...]” (Pêcheux, [1969] 2011a, p. 178).

Michel Pêcheux marca posição neste terreno movediço das ideias. Coloca-se diante das ciências para as analisar historicamente em relação ao vínculo que as mantêm com a política e a ideologia. Os escritos desse pensador apontam suas preocupações com os efeitos da sociedade moderna sobre a liberdade dos indivíduos, num processo de *assujeitamento* intensificado por aprimoradas estratégias de controle e dominação de uma classe sobre a outra. O capitalismo cria, a cada fase do seu desenvolvimento, novas “[...] formas históricas de assujeitamento do indivíduo” (Pêcheux [1979] 2011b, p. 80). Hoje, sob a predominân-

cia do sistema financeiro, o capitalismo mira o indivíduo e o consumo, atentando para os impactos sociais e ambientais do seu desenvolvimento. Sob a orientação de discurso político neoliberal, foca nos direitos à propriedade, à “liberdade de escolhas” e ao empreendedorismo. Assim, as formas de assujeitamento vão ficando cada vez mais sofisticadas e fortalecidas pela *ideologia*, que encontra na *política*, na *propaganda* e na *tecnologia* um campo imensamente fértil para o exercício do controle social.

Retoma-se, neste texto, o cenário de luta do pensamento contemporâneo no *jogo combinado/contraditório* entre ciência e intervenção social. Apontam-se as bases histórico-sociais e os fundamentos teóricos que orientam o debate das ciências humanas trazido por Michel Pêcheux para, assim, identificar a complexidade das questões abordadas no contexto histórico atual que envolvem o conhecimento vinculado à realidade social e às novas formas de controle político e ideológico da sociedade capitalista.

A LUTA INCESSANTE DO PENSAMENTO CRÍTICO

Na história da ciência, a luta entre ideias se dá mediada pela *ideologia*, luta esta que incorpora princípios conservadores ou revolucionários, comprometidos com a manutenção ou a transformação da sociedade. Na acepção do materialismo histórico, a ideologia age nas relações sociais capitalistas e converte os indivíduos em sujeitos aptos à construção/reprodução de uma sociedade cujas bases são sustentadas pela exploração de um grupo (maioritário, a “massa de trabalhadores”) por outro (minoritário – os capitalistas). Nesse processo sócio-histórico caracterizado pela luta de classes, “ser sujeito” é uma evidência elementar, como disse Althusser (1996, p. 132), e isso não parece ser um problema para a sociedade atual, até porque a ideologia se encarrega de fortalecer essa ideia – todos são “sujeitos de direito”. Ou melhor, todos são sujeitos “[...] opressores e oprimidos em constante antago-

nismo entre si” (Marx, 1998, p. 4). Com Marx e Engels (1986, p. 72), pensemos: os indivíduos da classe dominante, “[...] na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente [...] que dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e a distribuição de ideias do seu tempo”. Logo, é desta maneira que a ciência, tendo uma força tão significativa nas relações sociais e no controle das ideias, é vista como uma ameaça à sociedade caso intente resistir e destoar das ideias da classe dominante.

As ciências humanas, fortalecidas durante as grandes revoluções – cultural, política e econômica – dos séculos XVIII e XIX (sobretudo a inglesa e a francesa), chegam ao século XX carregadas de um imenso pluralismo de ideias acerca do agir social. Vêm imbricadas a um desenvolvimento da *técnica* fetichizada de autonomia e atreladas a transformações imensuráveis das forças produtivas e das relações interpessoais. A sociedade capitalista tem a necessidade de criar esse fetiche de autonomia tecnológica (Lukács, 2013) para justificar a expansão do seu domínio em todas as esferas humanas. A preponderância da técnica sobre o pensamento implica a “mistificação da realidade” (Marcuse, [1964] 2015), a “alienação técnica” (Pêcheux, [1969] 2011a) e, conseqüentemente, a *despolitização* do sujeito. Como diz Marcuse ([1964] 2015, p. 188), “[...] hoje os elementos mistificadores estão dominados e são empregados na publicidade, na propaganda e na política”. As ciências modernas, cunhadas pela técnica – a “[...] ciência sendo absorvida na técnica.” (Pêcheux, [1969] 2011a, p. 184) –, promovem o comportamento que aceita a insanidade e contrariam a racionalidade. Parece-nos, pois, que até hoje o homem dominou a técnica; agora, corre o risco de ser totalmente dominado por ela, e tornar-se um homem mais tolhido da condição de *ser livre*, de tornar-se um *ser robotizado/despolitizado*.

Talvez se trate, apenas, de uma postura “política” da ciência e da técnica que implicaria o esforço de adaptação do “[...] homem à ciência e de humanizar a técnica.”, como contesta Pêcheux ([1969] 2011a,

p. 182), ou de resolver a “dualidade homem/técnica”, tentando evitar que a ciência seja “absorvida na técnica”. Tais alternativas podem explicar os efeitos de *despolitização/superpolitização* gerados na/pela ciência, em que se produz *efeito de lugar de política* (predominantemente, em prol do capitalismo). Mas a questão é mais complexa: trata-se da perspectiva da produção científica na sociedade capitalista. Na concepção histórico-materialista do conhecimento científico na sociedade moderna (a sociedade da Antiguidade e da Idade Média não produziam “conhecimento efetivamente científico”), sustentam-se dois pressupostos teóricos que denotam a perspectiva política da ciência: o gnosiológico e o ontológico histórico-social. Importa saber qual desses pressupostos contribui para se conhecer os “[...] fundamentos históricos e sociais que deram origem a determinado fenômeno, permitindo, com isso, compreender a sua natureza mais profunda e não simplesmente o questionamento de lacunas e imperfeições” (Tonet, 2013, p. 11). Nessa linha, ancoramos a reflexão que segue.

O pressuposto gnosiológico, enquanto teoria do conhecimento, foca o ato do sujeito do conhecimento; o conhecimento é o próprio objeto de estudo. O sujeito colhe os dados, classifica-os, ordena e, empregando fórmulas do método científico moderno, conclui dizendo o que é o objeto, limitando-se a descrição da sua aparência (Tonet, 2013). A ação de se conhecer o objeto numa perspectiva gnosiológica é reconhecida e predominante na classificação das ciências humanas e das ciências sociais, ordenadas por disciplinas agrupadas segundo o *método* do conhecimento e/ou a *função* que as ligam e as mantêm em relação com o sistema social, assim como entende Pêcheux ([1969] 2011a). Nesta perspectiva, o lugar do sujeito é preponderante em relação ao objeto; seu “ponto de vista” fundamenta o processo e o resultado do conhecimento é direcionado, sobretudo, à manutenção da ordem social vigente.

O campo das ciências humanas, assim como o das ciências da natureza (a exemplo da biologia), pode ter o pressuposto gnosiológico

ou o ontológico como regente do conhecimento, visto que *o ser social*, ou o *natural*, é objeto de estudo em todos esses campos. Contudo, o ponto de partida e o ponto de chegada do conhecimento implicam a distinção entre um pressuposto e o outro. Na perspectiva ontológica histórica-social, parte-se do objeto guiado pela pergunta “o que é o ser?” ou “o que é a realidade?” para, em seguida, definir o “como conhecer” (Tonet, 2013). Destarte, tem-se como finalidade encontrar os elementos que indiquem à subjetividade como capturar o objeto, interpretá-lo, traduzi-lo teoricamente e resultar no *concreto pensado*, “[...] síntese de múltiplas determinações” na concepção de Marx (1983, p. 218). Assim, pode-se compreender a natureza mais profunda do objeto (Tonet, 2013) para que se possa operar transformações radicais na realidade social.

A INDISSOCIABILIDADE DO CONHECIMENTO COM A REALIDADE SOCIAL

Ora, o conhecimento produzido em uma realidade histórico-social é, definitivamente, guiado por uma *finalidade* (o “por teleológico” lukacsiano). Pode-se explicitar: pensemos no *trabalho*, categoria fundante do ser social, como o meio e o fim da sociabilidade humana. Quando o *trabalho* é deslocado da sua centralidade no processo de conhecimento da realidade, o *fim* é fornecer à intervenção social elementos para fortalecer a dominação e o controle do trabalho pela classe dominante. Ainda pensando com Tonet (2013, p. 104), se é o *fim* que determina o que deve ser conhecido, então ressalta-se o papel das ciências ao dispor o conhecimento da realidade social, uma vez que “[...] neste são indicados valores que incidem sobre a organização e a condução dos destinos da sociedade.”

É interessante observar, a partir da análise de Pêcheux ([1969] 2011a), como o conhecimento incorporado pela *função* (na perspectiva funcionalista) das *ciências humanas* e das *sociais* define o processo de intervenção na sociedade para moldar o homem aos padrões

modernos de *consumidor despolitizado*. A *função* da ciência moderna seria orientada pelo projeto que revitaliza o pressuposto gnosiológico no momento atual, separando consciência de realidade, espírito de matéria; uma dicotomia que caracterizou a história do pensamento até Marx (Tonet, 2013).

Tomada como instrumento de controle pela ideologia dominante, a ciência, aparentemente independente da sociedade à qual se vincula, enaltece o discurso de neutralidade científica e “ideo-política”, fortalece o desmonte da teoria social crítica de natureza marxista e, consequentemente, tenta obscurecer a luta de classes que teria se extinguido com a derrocada dos paradigmas da crítica à sociedade capitalista. Essa discussão remonta ao movimento estruturalista da década de 1960 (haja vista o movimento de maio de 68), orquestrando um discurso antiacadêmico para converter saber científico até então constituído em um “novo projeto” de conhecimento e prática social. Parecia estar posto o “[...] fim de uma época para além da qual todo saber estaria por ser reinventado” (Pêcheux, [1969] 2011a, p. 180).

Ferry e Renaut (1988, p. 20) escrevem acerca dos “efeitos supostos catastróficos” do projeto de um humanismo moderno de maio de 68, “[...] aparentemente emancipador e defensor da dignidade humana, não teria feito mais do que se transformar em seu contrário para tornar-se cúmplice, ou mesmo a causa da opressão”. É isso que se observa na sociedade atual: uma regressão do pensamento moderno, que tenta assegurar a “‘ultrapassagem’ do marxismo e da luta de classe por meios apropriados às circunstâncias.” (Pêcheux, [1969] 2011a, p. 185), desembocando, inclusive, na “intolerância do trabalho científico”, como se vê nos dias atuais.

Por fim, seria interessante pensar em que resposta poderíamos dar, no momento atual, à pergunta feita por Pêcheux ([1969] 2011a, p. 189) há mais de meio século: “Quem tem necessidade do materialismo histórico enquanto ciência?”. Continuamos a perguntar a quem

interessa a teoria social crítica de Marx. Poderíamos dizer que o processo de conhecimento científico, sob a regência do pressuposto ontológico marxiano ou histórico-social, é uma ameaça ao pensamento tradicional da cultura ocidental, em geral dominado pela perspectiva gnosiológica. Uma abordagem marxista do conhecimento tem o mérito de pôr em xeque os fundamentos do “pensamento humanista”, um tanto ingênuo, gerado no movimento da década de 1960, e de identificar os limites do atual projeto científico reinventado nas fronteiras da sociedade de classes.

A partir do pensamento pecheuxtiano, que se atualiza a cada momento, concluímos: “[...] não se trata de assegurar a “hegemonia” do pensamento marxista nas condições e práticas atuais, mas sim de lhe permitir intervir efetivamente no processo de produção de conhecimento.” (Pêcheux, [1969] 2011a, p. 200) e, conseqüentemente, na realidade social.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis [1970]. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 105-142.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**, vol. 1: O campo do signo. São Paulo: Ensaio 1994.

FERRY, Luc; RENAUT, Alain. **Pensamento 68**: Ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. São Paulo: Ensaio, 1988.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARCUSE, Herbert. [1964] **O homem unidimensional**: estudos da sociologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.

MARX, Karl [1959]. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Cortez, 1986.

MARX, Karl. [1948]. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo, Cortez, 1998.

PÊCHEUX, Michel. [1969] As Ciências Humanas e o “Momento Atual” *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editores, 2011a. p. 175-202.

PÊCHEUX, Michel. [1979] Foi propaganda mesmo que você disse? *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editores, 2011b. p. 73-92.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukacs, 2013.

AS VIAS DO ASSUJEITAMENTO EMPREENDEDOR DE SI: LIBERDADE E CONTROLE

Rita de Kássia Kramer Wanderley (IFCE – Campus Crateús)

As duas vias do capitalismo – americana e prussiana – são destacadas por Michel Pêcheux no texto *Foi “propaganda” mesmo que você disse?* ([1979] 2015) como elementos históricos centrais no que concerne à reflexão política sobre a questão da propaganda no contexto da “guerra ideológica”. Numa retomada da memória da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, o autor explicita um encadeamento de fatos que evidenciariam emergência da psicologia como centro das estratégias retóricas na busca da adesão ideológica das massas, sobretudo a partir da Segunda Guerra.

Uma contribuição desse texto para se pensar as formas de assujeitamento do presente na formação social neoliberal brasileira diz respeito, primeiramente, à análise de Pêcheux sobre a via americana do capitalismo no que concerne à ideologia jurídica do contrato livre. Esse modo de produção constrói as formas de assujeitamento que projetam o empreendedorismo de si como mola propulsora da sociedade neoliberal, apagando os efeitos da divisão social do trabalho sobre a determinação das classes.

O autor cita exemplos dessa forma de assujeitamento que identifique na (re)produção de discursos na contemporaneidade, a saber:

1) “ligação entre o aparelho político e o aparelho escolar”.

Observa-se, por exemplo, o empreendedorismo como dispositivo curricular na Base Nacional Comum Curricular, considerando o contexto atual do Brasil (cf. Kramer Wanderley, 2020).

Além disso, a adoção das categorias sociocognitivas de competências e habilidades na organização curricular de objetivos de aprendizagem dos objetos de conhecimento (cf. Brasil, 2019a, 2019b) evidencia o trabalho do Estado neoliberal na formação de sujeitos que trabalhem a favor do mercado, numa política ideológica do capital humano. Conforme esclarece o grupo de pesquisa Vernant sobre a categoria competência em sua penetração no discurso pedagógico na França,

[...] a *Escola de Competências* pretende individualizar a formação das crianças, de acordo com suas potencialidades, integrando às competências as *habilidades inatas* e o *capital cultural herdado do ambiente familiar*. Digerindo de vez a *retórica emancipatória*, disfarça sob uma *aparência cintilante uma desregulamentação brutal do sistema educacional*, pela *diferenciação de ‘cursos’ e diplomas*, e pela *competição de indivíduos e instituições*, de modo a constituir um *mercado*. Prometendo oferecer a cada criança a *educação mais adaptada à sua personalidade e às suas necessidades*, ela atua de fato como um *amplificador de desigualdades sociais* (Grupo Pierre Vernant, 2019, grifos meus)¹.

2) “as formas ‘americanas’ da liberdade individual e do *self-government* (grifo do autor), vão juntas com as da educação, ponto em funcionamento certa concepção do Iluminismo ao contato com a vida,

1 Tradução livre. O texto original estava disponível em <http://www.groupejeanpierrevernant.info/#QueFaire3>. Acesso em: 9 nov. 2019. O link não está mais disponível. No entanto, para um maior aprofundamento sobre a pesquisa com a categoria da competência em sua penetração no discurso pedagógico na França, na perspectiva do mesmo grupo, conferir o conjunto de excelentes artigos do número especial da revista *Philosophie de l'éducation: les compétences en question*, editada pelo Collège International de Philosophie, Rue Descartes, 2012/1, N. 73. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-rue-descartes-2012-1.htm#>.

os fatos de experiência (...)” – na formação discursiva empreendedora, o discurso do eu, da experiência, tem efeito legitimador da verdade, a depender do lugar social e da posição de quem produz tal discurso.

Na produção dos discursos em rede, o empreendedorismo de si atravessa o discurso da ciência de modo, muitas vezes, a sobredeterminá-lo, pelo valor social tem sido atribuído ao discurso da experiência. O fenômeno dos *digital influencers*, dos coaches, mentores e dos discursos motivacionais, pautados na lógica do “faça dessa maneira porque eu fiz assim e tive sucesso”, testemunham sobre uma técnica de assujeitamento pela retórica da inspiração (Casaqui, 2017). Essa, por sua vez, é produzida pelas condições de produção do capitalismo americano. Esse funcionamento diz respeito aos modos de assujeitamento dos quais nos fala Pêcheux ([1979] 2015, p. 81), no que concerne ao “duplo termo de liberalismo e de pragmatismo”.

Continuando sua crítica, Pêcheux ([1979] 2015) aponta, também, as contradições ao modo de produção próprios à segunda via do capitalismo, que produz a dominação e a exploração de classes a partir das antigas formas de assujeitamento com base no Estado feudal-monárquico, com bases na centralização, no aparelho militar e na ideologia religiosa. Como formas de assujeitamento desse modo de produção, o autor cita o hábito da burocracia, a prática do silêncio, da censura, das punições corporais, a retórica da convicção, a hipnose e o sonambulismo e o amestramento dos reflexos (Pêcheux, [1979] 2015, p. 82).

Segundo o autor, na tensão entre esta e a primeira via se formam as *condições de exercício das propagandas políticas* (p. 82, grifos do autor), declaração na qual observo grande atualidade, considerando os espaços midiáticos em rede. Assim como entende Han (2022), o capitalismo atual é um modo de produção determinado pelo regime de informação sustentado pela/na vigilância da conexão. Nesse sentido, formas de assujeitamento próprias da segunda via se engendram na arquitetura tecnológica de modo invisibilizado para que, efetivamente,

operem na psicologia das massas em estratégias de vigilância e propaganda travestida de debate democrático voltado à “ordem de um novo consenso liberal” (Pêcheux, [1979] 2015, p. 90).

Trata-se das análises de *hiperlinks* e técnicas de rastreabilidade dos comportamentos que Loveluck (2018) demonstra como modo de desenhar uma política social nos algoritmos para que seja possível disseminar informações e ideologias conforme os interesses do “livre mercado” das redes. Sob o véu da liberdade de escolha e da personalização, essas análises tornam os indivíduos em seus comportamentos, pensamentos, discursos, relações completamente rastreáveis e governáveis, levando ao grau máximo a obtenção de dados para a eficácia da propaganda. Com esse quadro desenhado por uma política neoliberal da “infocracia” (Han, 2022) como crise da democracia pela digitalização, ficam mais relevantes os apontamentos de Pêcheux ([1979] 2015) sobre Maio de 68 e 78.

Numa crítica ao antimarxismo que iria surgir a partir da defesa de uma democracia capitalista e de um “socialismo possível”, Pêcheux nos faz algumas provocações sobre as formas de assujeitamento desse mesmo discurso pretensamente democrático: os gestos e as declarações substituem as práticas (*dizer é fazer?*); é preciso ‘convencer’ as massas de que elas não terão o poder e que, contraditoriamente, o terão, apenas se votarem. Assim, “[...] o Estado capitalista moderno passou a ser mestre na arte de agir a distância sobre as massas” (Pêcheux, [1979] 2015, p. 91).

Desse modo, a leitura de Pêcheux ([1979] 2015) é de que, com o esvaziamento da luta de classes e com a eclosão de teorias antimarxistas, ocorre um processo de politização pela despolitização, no sentido de que pensar a ideologia é lutar contra a classe dominante pela tomada de poder. O deslizamento do agir para o dizer como forma de exercer o poder dentro do modo de produção capitalista, para ele, é uma forma de assujeitamento eficaz, ideológica, psicológica e que eclode no eixo

das duas vias do capitalismo, sob efeito de que existe apenas um socialismo possível, no encobrimento de um anticapitalismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. 598p. Acesso em: 8 dez. 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. **Práticas Empreendedoras na Escola**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-depraticas/aprofundamentos/201-praticas-empendedoras-na-escola>. Acesso em: 8 dez. 2019b.

CASAQUI, Vander. Abordagem crítica da cultura da inspiração: produção de narrativas e o ideário da sociedade empreendedora. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v. 20, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1355/936>. Acesso em: jun. 2023.

HAN, Byun-Chul. **Infocracia**: digitalização da crise da democracia. São Paulo: Vozes, 2022.

KRAMERWANDERLEY, Rita de Kássia. **Dainspiração à interpelação**: o discurso fitness no Instagram. Recife. 272 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programas de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39008>. Acesso em: jun. 2023.

LOVELUCK, Benjamin. **Redes, liberdade e controle**: uma genealogia política da internet. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 73-92.

Evandra et Thiago: Dans les textes *Les sciences humaines et le « moment actuel »*¹ et *Vous avez bien dit propagande?*², Pêcheux ([1969] 2015c, [1979] 2015g) introduit des discussions sur la société de consommation, sur les effets de la dépolitisation/superpolitisation dans la société industrielle, ainsi que sur les nouvelles formes historiques d’assujettissement de l’individu qui se sont développées avec le capitalisme lui-même. Quelles sont ces formes historiques? Comment pouvons-nous penser à des questions telles que la dépolitisation/superpolitisation en relation avec les discussions sur l’entrepreneur de soi-même dans le contexte historique actuel?

1 Publication originale: PÊCHEUX, Michel. Les sciences humaines et le «moment actuel». **La pensée**, v. 143, 1969. p 62-79.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1969]. As ciências humanas e o «momento atual». Traduction: Bethania Mariani. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015c. p. 175-202.

2 Publication originale: PÊCHEUX, Michel. Vous avez bien dit propagande ? **Colloque texte et institution**. Montréal, 1979.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1979]. Foi “propaganda” mesmo que você disse?. Traduction: Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015g. p. 73-92.

QUI S'INTÉRESSE À LA THÉORIE SOCIALE DU MATÉRIALISME HISTORIQUE ? RÉFLÉCHISSONS AVEC MICHEL PÊCHEUX

Maria Virginia Borges Amaral (UFAL)

A la veille de mai 1968, la France structuraliste ne se comprend pas : entre les pierres des trottoirs parisiens, une nouvelle théorie surgit à chaque instant, refaisant le monde dans une perspective d'actualité, en l'absence d'une utopie.
(Dosse, 1994, p. 109).

Il y a plus d'un demi-siècle (ou plus précisément soixante-quatre ans), Michel Pêcheux réfléchissait déjà à la problématique de la connaissance et participait activement au mouvement auquel se réfère l'épigraphe de ce texte. C'était l'époque de l'analyse, de la contestation et de la « réinvention » du projet scientifique moderne. Les moules traditionnels de la culture occidentale d'un savoir « académiste » qui « [...] repoussait les sciences humaines dans les marges qui les éloignaient de l'historicité » (Dosse, 1994, p. 18) étaient remis en question. Il s'agit du mouvement politique/idéologique dans le domaine des idées qui s'est développé en France dans la seconde moitié du 20^e siècle et qui s'est répandu dans tout l'Occident. Dosse (1994, p. 17) dit que « [...] le structuralisme a été la *Koinè* de toute une génération intellectuelle, même s'il n'y a pas de solidarité de doctrine, et encore moins d'école ou de

combat entre ses différents représentants. ». Pêcheux ([1969] 2011a, p. 189-190), en examinant le discours des sciences humaines dans cette mouvance, identifie une diversité de thèmes, et parle aussi de ce qu'il appelle une « Koinè internationale » (effet métaphorique de l'expression grecque pour désigner un langage qui se voulait commun aux penseurs), à « résonance marxiste », traitant tantôt d'un progrès de la « pensée marxiste », absorbant tantôt certains termes dans des contextes « étrangers au marxisme », opérant des glissements de sens « alliés à la conjoncture politique et idéologique internationale ».

Dans la diversité des courants de pensée et de comportement, qui semblent engendrer des changements dans la rationalité dominante de la société capitaliste pour constituer une autre civilisation, Pêcheux élabore le projet d'analyse des discours de cette société. Il dialogue en permanence avec les *penseurs de la condition humaine*, dont Lévi-Strauss, Althusser, Foucault et Lacan, sans ignorer l'immense controverse sur le mode et les perspectives de connaissance qui les différencient et la variation de style et de discipline qui les sépare. Le débat implique à la fois les sciences humaines et sociales à la recherche de la reconnaissance du « statut de la science » souhaité. Tout cela se déroule dans un « rapport de supériorité-infériorité » entre « [...] une certaine élite philosophico-littéraire, brillante mais nébuleuse », comme le dit Pêcheux, « et la masse des travailleurs, modeste mais sérieuse [...] » (Pêcheux, [1969] 2011a, p. 178).

Michel Pêcheux prend position sur ce terrain mouvant des idées. Il se place face aux sciences pour les analyser historiquement en fonction du lien qu'elles entretiennent avec la politique et l'idéologie. Les écrits de ce penseur témoignent de ses préoccupations quant aux effets de la société moderne sur la liberté des individus, dans un processus d'*assujettissement* intensifié par l'amélioration des stratégies de contrôle et de domination d'une classe sur une autre. Le capitalisme crée, à chaque étape de son développement, de nouvelles « [...] formes historiques d'assujettissement de l'individu » (Pêcheux

[1979] 2011b, p. 80). Aujourd'hui, sous la prédominance du système financier, le capitalisme cible l'individu et la consommation, en faisant attention aux impacts sociaux et environnementaux de son développement. Sous l'égide du discours politique néolibéral, il met l'accent sur les droits de propriété, la « liberté de choix » et l'esprit d'entreprise. Ainsi, les formes d'assujettissement deviennent de plus en plus sophistiquées et renforcées par l'idéologie, qui trouve dans la *politique*, la *propagande* et la *technologie* un champ immensément fertile pour l'exercice du contrôle social.

Ce texte reprend le scénario de la lutte de la pensée contemporaine dans le *jeu combiné/contradictoire* entre la science et l'intervention sociale. Les bases historico-sociales et les fondements théoriques qui guident le débat sur les sciences humaines porté par Michel Pêcheux sont rappelés afin de cerner la complexité des enjeux abordés dans le contexte historique actuel qui concerne les savoirs liés à la réalité sociale et les nouvelles formes de contrôle politique et idéologique de la société capitaliste.

LE COMBAT INCESSANT DE LA PENSÉE CRITIQUE

Dans l'histoire des sciences, la lutte entre les idées est médiée par l'idéologie, une lutte qui incorpore des principes conservateurs ou révolutionnaires, engagés dans le maintien ou la transformation de la société. Au sens du matérialisme historique, l'idéologie agit dans les relations sociales capitalistes et convertit les individus en sujets capables de construire/reproduire une société dont les fondements sont soutenus par l'exploitation d'un groupe (la majorité, la « masse des travailleurs ») par un autre (la minorité—les capitalistes). Dans ce processus socio-historique caractérisé par la lutte des classes, « être sujet » est une évidence élémentaire, comme le disait Althusser (1996, p. 132), et cela ne semble pas poser de problème à la société actuelle, notamment parce que l'idéologie se charge de renforcer cette

idée–tout le monde est « sujet de droit ». Ou plutôt, tout le monde est un sujet « [...] oppresseur et opprimé en antagonisme constant l'un par rapport à l'autre » (Marx, 1998, p. 4). Avec Marx et Engels (1986, p. 72), pensons: les individus de la classe dominante, « [...] dans la mesure où ils dominent en tant que classe et déterminent toute l'étendue d'une époque historique, il est évident [...] qu'ils dominent aussi en tant que penseurs, en tant que producteurs d'idées ; qu'ils règlent la production et la distribution des idées de leur temps ». C'est ainsi que la science, qui a une force si importante dans les relations sociales et dans le contrôle des idées, est considérée comme une menace pour la société si elle tente de résister et de s'écarter des idées de la classe dominante.

Les sciences humaines, renforcées au cours des grandes révolutions–culturelles, politiques et économiques–des 18e et 19e siècles (notamment l'anglaise et la française), sont arrivées au 20e siècle chargées d'un immense pluralisme d'idées sur l'action sociale. Elles sont imbriquées dans le développement de la *technique* fétichisée de l'autonomie et liées à des transformations incommensurables des forces productives et des relations interpersonnelles. La société capitaliste a besoin de créer ce fétiche de l'autonomie technologique (Lukács, 2013) pour justifier l'expansion de sa domination dans toutes les sphères humaines. La prépondérance de la technique sur la pensée implique la « mystification de la réalité. » (Marcuse, [1964] 2015), « l'aliénation technique » (Pêcheux, [1969] 2011a) et, par conséquent, la *dépolitisation* du sujet. Comme le dit Marcuse ([1964] 2015, p. 188), « [...] aujourd'hui les éléments mystificateurs sont maîtrisés et employés dans la publicité, la propagande et la politique ». Les sciences modernes, inventées par la technique – « [...] la science étant absorbée par la technique. » (Pêcheux, [1969] 2011a, p. 184)–promeuvent des comportements qui acceptent la folie et vont à l'encontre de la rationalité. Il nous semble donc que jusqu'à aujourd'hui l'homme a dominé la technique; il risque maintenant d'être totalement dominé par elle, et de devenir

un homme encore plus privé de la condition d'être libre, de devenir un être *robotisé/dépolitisé*.

Peut-être s'agit-il simplement d'une position « politique » sur la science et la technologie qui impliquerait l'effort d'adapter « [...] l'homme à la science et d'humaniser la technique », comme le conteste Pêcheux ([1969] 2011a, p. 182), ou de résoudre la « dualité homme/technique » en essayant d'empêcher la science d'être « absorbée par la technique. » Ces alternatives peuvent expliquer les effets de *dépolitisation/superpolitisation* générés dans/par la science, dans lesquels l'*effet de la place du politique* est produit (majoritairement en faveur du capitalisme). Mais la question est plus complexe: il s'agit de la perspective de la production scientifique dans la société capitaliste. Dans la conception historico-matérialiste de la connaissance scientifique dans la société moderne (la société de l'Antiquité et du Moyen Âge ne produisait pas de « connaissance effectivement scientifique »), deux hypothèses théoriques sont soutenues qui dénotent la perspective politique de la science: l'hypothèse gnoséologique et l'hypothèse ontologique historico-sociale. Il est important de savoir laquelle de ces hypothèses contribue à la connaissance des « [...] fondements historiques et sociaux qui ont donné naissance à un phénomène donné, nous permettant ainsi de comprendre sa nature profonde et de ne pas nous contenter de questionner les lacunes et les imperfections » (Tonet, 2013, p. 11). Dans cette ligne, nous ancrons la réflexion suivante.

L'hypothèse gnoséologique, en tant que théorie de la connaissance, se concentre sur l'acte du sujet du savoir; le savoir est l'objet même de l'étude. Le sujet recueille les données, les classe, les ordonne et, en utilisant les formules de la méthode scientifique moderne, conclut en disant ce qu'est l'objet, en se limitant à la description de son apparence (Tonet, 2013). L'action de connaître l'objet dans une perspective gnoséologique est reconnue et prédominante dans la classification des sciences humaines et sociales, ordonnées par disciplines regroupées selon la *méthode* de connaissance et/ou la fonction qui les relie

et les maintient en relation avec le système social, au sens de Pêcheux (2011a [1969]). Dans cette perspective, la place du sujet est prépondérante par rapport à l'objet ; son « point de vue » sous-tend le processus et le résultat de la connaissance est avant tout orienté vers le maintien de l'ordre social en place.

Les sciences humaines, comme les sciences naturelles (par exemple la biologie), peuvent avoir un postulat gnoséologique ou ontologique comme principe directeur de la connaissance, puisque l'*être social* ou *naturel* est l'objet d'étude dans tous ces domaines. Cependant, le point de départ et le point d'arrivée de la connaissance impliquent une distinction entre un présupposé et l'autre. Dans la perspective ontologique historico-sociale, on part de l'objet guidé par la question « qu'est-ce que l'être? » ou « qu'est-ce que la réalité ? » pour ensuite définir le « comment savoir » (Tonet, 2013). Ainsi, il s'agit de trouver les éléments qui indiquent à la subjectivité comment saisir l'objet, l'interpréter, le traduire théoriquement et aboutir à la pensée concrète, « [...] synthèse de déterminations multiples » dans la conception de Marx (1983, p. 218). Ainsi, la nature profonde de l'objet peut être comprise (Tonet, 2013), ce qui permet d'opérer des transformations radicales dans la réalité sociale.

L'INSÉPARABILITÉ DU SAVOIR ET DE LA RÉALITÉ SOCIALE

Or, le savoir produit dans une réalité historico-sociale est bel et bien guidé par une *finalité* (le « pourquoi téléologique » lukacsien). Pensons au *travail*, catégorie fondatrice de l'être social, comme moyen et fin de la sociabilité humaine. Lorsque le *travail* est évincé de sa centralité dans le processus de connaissance de la réalité, la *finalité* est de fournir à l'intervention sociale des éléments pour renforcer la domination et le contrôle du travail par la classe dominante. Toujours en pensant avec Tonet (2013, p. 104), si c'est la fin qui détermine ce qui doit être connu, alors le rôle des sciences dans la connaissance de la

réalité sociale est mis en évidence, puisque « [...] en cela sont indiquées des valeurs qui affectent l'organisation et la conduite des destins de la société. »

Il est intéressant d'observer, à partir de l'analyse de Pêcheux ([1969] 2011a), comment les connaissances incorporées par la *fonction* (dans la perspective fonctionnaliste) des *sciences humaines et sociales* définissent le processus d'intervention dans la société pour modeler l'homme aux normes modernes d'un *consommateur dépolitisé*. La *fonction* de la science moderne serait guidée par le projet qui revitalise l'hypothèse gnoséologique à l'heure actuelle, séparant la conscience de la réalité, l'esprit de la matière ; une dichotomie qui a caractérisé l'histoire de la pensée jusqu'à Marx (Tonet, 2013).

Prise comme instrument de contrôle par l'idéologie dominante, la science, apparemment indépendante de la société à laquelle elle est liée, fait l'éloge du discours de neutralité scientifique et « idéo-politique », renforce le démantèlement de la théorie sociale critique de nature marxiste et, par conséquent, tente d'obscurcir la lutte des classes qui se serait éteinte avec l'effondrement des paradigmes de la critique de la société capitaliste. Cette discussion remonte au mouvement structuraliste des années 1960 (dans la perspective du mouvement de Mai 68), orchestrant un discours anti-académique pour convertir la connaissance scientifique jusqu'alors constituée en un « nouveau projet » de connaissance et de pratique sociale. Il semblait s'agir de la « [...] fin d'une époque au-delà de laquelle tout savoir était à réinventer. » (Pêcheux, [1969] 2011a, p. 180).

Ferry et Renaut (1988, p. 20) écrivent à propos des « effets supposés catastrophiques » du projet d'humanisme moderne de Mai 68, « [...] apparemment émancipateur et défendant la dignité humaine, il n'aurait fait que se transformer en son contraire pour devenir le complice, voire la cause de l'oppression ». C'est ce que l'on observe dans la société actuelle: une régression de la pensée moderne, qui tente d'assurer le

« ‘dépassement’ du marxisme et de la lutte des classes par des moyens appropriés aux circonstances. » (Pêcheux, [1969] 2011a, p. 185), allant jusqu’à « l’intolérance du travail scientifique », comme on le voit aujourd’hui.

Enfin, il serait intéressant de réfléchir à la réponse que nous pourrions donner, à l’heure actuelle, à la question posée par Pêcheux ([1969] 2011a, p. 189) il y a plus d’un demi-siècle: « Qui a besoin du matérialisme historique comme science? ». Nous continuons à nous demander qui s’intéresse à la théorie sociale critique de Marx. Nous pourrions dire que le processus de la connaissance scientifique, sous l’empire du pré-supposé ontologique ou socio-historique marxien, est une menace pour la pensée traditionnelle de la culture occidentale, généralement dominée par la perspective gnoséologique. Une approche marxiste de la connaissance a le mérite de remettre en cause les fondements de la « pensée humaniste » quelque peu naïve issue du mouvement des années 1960, et d’identifier les limites du projet scientifique actuel réinventé aux frontières de la société de classes.

Sur la base de la pensée pecheuxtienne, réactualisée à chaque instant, nous concluons : « [...] il ne s’agit pas d’assurer l’ « hégémonie » de la pensée marxiste dans les conditions et les pratiques actuelles, mais de lui permettre d’intervenir efficacement dans le processus de production des connaissances. » (Pêcheux, 2011a [1969], p. 200) et, par conséquent, dans la réalité sociale.

RÉFÉRENCES

ALTHUSSER, Louis. [1970] *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**, vol. 1: O campo do signo. São Paulo: Ensaio 1994.

FERRY, Luc; RENAUT, Alain. **Pensamento 68**: Ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. São Paulo: Ensaio, 1988.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARCUSE, Herbert. [1964] **O homem unidimensional**: estudos da sociologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.

MARX, Karl. [1959]. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Cortez, 1986.

MARX, Karl. [1948]. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo, Cortez, 1998.

PÊCHEUX, Michel. [1969] As Ciências Humanas e o “Momento Atual”. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editores, 2011a. p. 175-202.

PÊCHEUX, Michel. [1979] Foi propaganda mesmo que você disse? *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editores, 2011b. p. 73-92.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukacs, 2013.

LES VOIES DE L'ASSUJETTISSEMENT ENTREPRENEUR DE SOI: LIBERTÉ ET CONTRÔLE

Rita de Kássia Kramer Wanderley (IFCE – Campus Crateús)

Les deux voies du capitalisme–américain et prussien–sont soulignées par Michel Pêcheux dans le texte *Vouz avez bien dit propagande?* ([1979] 2015) comme des éléments historiques centraux pour une réflexion politique sur la question de la propagande dans le contexte de la « guerre idéologique ». Dans une évocation de la Première et de la Seconde Guerres Mondiales, l'auteur explique un enchaînement de faits qui montrerait l'émergence de la psychologie comme centre des stratégies rhétoriques dans la recherche de l'adhésion idéologique des masses, surtout depuis la Seconde Guerre mondiale.

Une contribution de ce texte à la réflexion sur les formes d'assujettissement du présent dans la formation sociale néolibérale brésilienne concerne tout d'abord l'analyse que fait Pêcheux du mode de capitalisme américain au regard de l'idéologie juridique du contrat libre. Ce mode de production construit des formes d'assujettissement qui projettent l'entrepreneur de soi comme moteur de la société néolibérale, effaçant les effets de la division sociale du travail sur la détermination des classes.

L'auteur cite des exemples de cette forme d'assujettissement que j'identifie dans la (re)production de discours à l'époque contemporaine, à savoir :

1) « lien entre l'appareil politique et l'appareil scolaire ».

Par exemple, l'entrepreneuriat est observé comme un dispositif curriculaire dans la Base Nacional Comum Curricular, compte tenu du contexte actuel du Brésil (selon Kramer Wanderley, 2020).

En outre, l'adoption des catégories sociocognitives de compétences et d'aptitudes dans l'organisation curriculaire des objectifs d'apprentissage des objets de connaissance (selon Brasil, 2019a, 2019b) met en évidence le travail de l'État néolibéral pour former les sujets à travailler en faveur du marché, dans une politique idéologique du capital humain. Comme l'explique le groupe de recherche Vernant à propos de la catégorie de compétence dans sa pénétration du discours pédagogique en France,

[...] l'école des compétences vise à individualiser l'éducation des enfants en fonction de leur potentiel, en intégrant les capacités innées et le capital culturel hérité de l'environnement familial dans les compétences. Digérant une fois pour toutes la rhétorique émancipatrice, elle camoufle sous une apparence clinquante une dérégulation brutale du système éducatif, en différenciant les «cours» et les diplômes, et en mettant en concurrence les individus et les institutions pour constituer un marché. En promettant d'offrir à chaque enfant l'éducation la plus adaptée à sa personnalité et à ses besoins, elle agit en fait comme un amplificateur des inégalités sociales (Groupe Pierre Vernant, 2019, souligné par moi).¹

2) « les formes 'américaines' de liberté individuelle et d'autogouvernement (souligné par l'auteur), vont de pair avec celles de l'édu-

1 Traduction de la traduction fait par l'auteur de cet article. Le texte original était disponible sur <http://www.groupejeanpierrevnant.info/#QueFaire3>. Accès le: 9 Nov. 2019. Le lien n'est accessible. Cepedant, pour une recherche plus approfondie sur la catégorie de compétence et sa pénétration dans le discours pédagogique en France, du point de vue du même groupe, voir le recueil d'excellents articles dans le numéro spécial de la revue Philosophie de l'éducation : les compétences en question, publié par le Collège International de Philosophie, Rue Descartes, 2012/1, N. 73. Disponible à l'adresse : <https://www.cairn.info/revue-rue-descartes-2012-1.htm#>.

cation, le point où une certaine conception des Lumières est mise en œuvre au contact de la vie, des faits d'expérience (...) ».-dans la formation discursive entrepreneuriale, le discours du soi, de l'expérience, a un effet de légitimation de la vérité, en fonction de la place sociale et de la position de ceux qui produisent ce discours.

Dans la production de discours de réseau, l'entrepreneuriat du soi traverse le discours de la science d'une manière qui le surdétermine souvent, en raison de la valeur sociale qui a été attribuée au discours de l'expérience. Le phénomène des *influenceurs numériques*, des coachs, des mentors et des discours de motivation, basés sur la logique du « faites-le comme ça parce que je l'ai fait comme ça et j'ai réussi », témoigne d'une technique d'assujettissement par la rhétorique de l'inspiration (Casaqui, 2017). Celle-ci est à son tour produite par les conditions de production du capitalisme américain. Ce fonctionnement concerne les modes d'assujettissement dont parle Pêcheux ([1979] 2015, p. 81), à propos du « double terme de libéralisme et de pragmatisme ».

Poursuivant sa critique, Pêcheux ([1979] 2015) souligne également les contradictions du mode de production propre à la seconde voie du capitalisme, qui produit la domination et l'exploitation de classe à partir des anciennes formes d'assujettissement fondées sur l'État féodal-monarchique, basé sur la centralisation, l'appareil militaire et l'idéologie religieuse. Comme formes d'assujettissement de ce mode de production, l'auteur cite l'habitude de la bureaucratie, la pratique du silence, la censure, les châtiments corporels, la rhétorique de la conviction, l'hypnose et le somnambulisme et le dressage des réflexes (Pêcheux, [1979] 2015, p. 82).

Selon l'auteur, c'est dans la tension entre cette voie et la première que se forment les *conditions d'exercice de la propagande politique* (p. 82, nous soulignons), une affirmation dans laquelle j'observe une grande pertinence, compte tenu des espaces médiatiques en réseau. Comme le comprend Han (2022), le capitalisme actuel est un mode de produc-

tion déterminé par le régime d'information soutenu par la surveillance de la connexion. En ce sens, les formes d'assujettissement typiques de la seconde voie sont engendrées dans l'architecture technologique de manière invisible, de sorte qu'elles opèrent effectivement dans la psychologie des masses dans des stratégies de surveillance et de propagande déguisées en débat démocratique visant à « l'ordre d'un nouveau consensus libéral » (Pêcheux, [1979] 2015, p. 90).

Ce sont les analyses des hyperliens et les techniques de tracking comportemental que Loveluck (2018) démontre comme une manière de concevoir une politique sociale en algorithmes afin de pouvoir diffuser des informations et des idéologies selon les intérêts du « libre marché » des réseaux. Sous le voile de la liberté de choix et de la personnalisation, ces analyses rendent les individus dans leurs comportements, pensées, discours, relations complètement traçables et gouvernables, portant la collecte de données à son degré maximal pour l'efficacité de la propagande. Avec ce tableau dressé par une politique néolibérale d'« infocratie. » (Han, 2022) comme crise de la démocratie par la numérisation, les notes de Pêcheux ([1979] 2015) sur Mai 68 et 78 prennent toute leur pertinence.

Dans une critique de l'anti-marxisme qui émergerait de la défense d'une démocratie capitaliste et d'un « socialisme possible », Pêcheux fait quelques provocations sur les formes d'assujettissement de ce même discours prétendument démocratique : les gestes et les déclarations remplacent les pratiques (*est-ce que dire c'est faire ?*); il faut « convaincre » les masses qu'elles n'auront pas le pouvoir et que, contradictoirement, elles ne l'auront que si elles votent. Ainsi, « [...] l'État capitaliste moderne est passé maître dans l'art d'agir à distance sur les masses. » (Pêcheux, [1979] 2015, p. 91).

Par conséquent, la lecture de Pêcheux ([1979] 2015) est qu'avec la vidange de la lutte des classes et l'émergence des théories anti-marxistes, il y a un processus de politisation par dépolitisation, au sens

où penser l'idéologie, c'est lutter contre la classe dominante pour la prise du pouvoir. Le glissement de l'agir au dire comme mode d'exercice du pouvoir dans le mode de production capitaliste est pour lui une forme d'assujettissement effectif, idéologique, psychologique qui éclate sur l'axe des deux voies du capitalisme, sous l'effet qu'il n'y a qu'un seul socialisme possible, dans la dissimulation d'un anticapitalisme.

RÉFÉRENCES

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível à l'adresse: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. 598p. Accès le: 8 dec. 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. **Práticas Empreendedoras na Escola**. Disponível à l'adresse: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-depraticas/aprofundamentos/201-praticas-empreendedoras-na-escola>. Accès le: 8 dec. 2019b.

CASAQUI, Vander. Abordagem crítica da cultura da inspiração: produção de narrativas e o ideário da sociedade empreendedora. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v. 20, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível à l'adresse: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1355/936>. Accès en: juin 2023.

HAN, Byun-Chul. **Infocracia**: digitalização da crise da democracia. São Paulo: Vozes, 2022.

KRAMER WANDERLEY, Rita de Kássia. **Da inspiração à interpelação**: o discurso fitness no Instagram. Recife. 272 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programas de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível à l'adresse: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39008>. Accès en: juin 2023.

LOVELUCK, Benjamin. **Redes, liberdade e controle**: uma genealogia política da internet. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse?. In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 73-92.

Evandra e Thiago: No colóquio *Materialidades Discursivas*¹, realizado em abril de 1980 na França, pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas e sociais foram convidados para discutir a noção central do colóquio, as materialidades discursivas. Portanto, Pêcheux ([1980] 2016, p. 25, grifos do autor) questiona: “como, então, não ir até o fim e não reconhecer que a pretensão de analisar discursos coloca necessariamente em jogo aquilo que eu chamaria de *tomar partido pela imbecilidade?*”. Em outro artigo, *Metáfora e Interdiscurso*², Pêcheux ([1984] 2015h, p. 151-152, grifos do autor) pontua que “Nosso empreendimento supõe, parece-me, levar a sério a noção de materialidade discursiva enquanto nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada”. Considerando essas duas passagens de diferentes textos de Pêcheux, como podemos pensar a noção de materialidade discursiva? Em que ela se difere da noção de corpus discursivo? Como podemos relacionar a tomada de partido/posição pela imbecilidade com a noção/prática da resistência no trabalho teórico-analítico com diferentes materialidades discursivas?

1 Publicação original: PÊCHEUX, Michel [1980]. Ouverture du colloque. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (eds.). **Colloque “Matérialités Discursives”**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 6-10.

Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel [1980]. Abertura do Colóquio. Tradução: Débora Massmann. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. **Materialidades Discursivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 23-32.

2 Publicação original: PÊCHEUX, Michel. Metapher und Interdiskurs. In: LINK, Jürgen; WULFING, Wülfing. (eds.). *Bewegung und Stillstand in Metaphern und Mythen*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1984. p. 93-99.

Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel [1984]. Metáfora e Interdiscurso. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015h. p. 151-161.

MATERIALIDADE DISCURSIVA: DE QUE MATÉRIA ESTAMOS MESMO FALANDO?

Maria Cristina Leandro Ferreira (UFRGS)

A Análise do Discurso sempre foi uma disciplina inquieta do seu objeto. E essa inquietude se comprova de muitas formas. Uma delas é a preocupação em tornar precisa a matéria que concerne a esse objeto. Questão nada simples, pois complexo e, muitas vezes, contraditório é o modo como construímos os nossos dispositivos. E o fazemos, olhando-os pelo avesso, indistinguindo o dentro e o fora, instaurando o imprevisível, abrindo lugar para o estranho; enfim, nos expondo às possíveis falhas, às faltas inexoráveis e às fronteiras indiscerníveis. Estas costumam ser práticas habituais entre as tarefas do analista de discurso.

A entrada da noção de materialidade discursiva se faz relativamente tarde na teoria, o que não significa que não se possa detectá-la no curso das discussões epistemológicas desenvolvidas por Michel Pêcheux e seu grupo, já desde o início. Poderíamos arriscar que a problemática da materialidade discursiva estaria no ponto de junção da ordem tríplice do real. Ou seja: considerar as materialidades discursivas em jogo pressupõe levar em conta o ponto de cruzamento e de interseção onde o real da língua, o real da história e o real do inconsciente se encontram. E isso vai fazer toda a diferença. Nesse encontro, tecido pela linguagem, é preciso situar, especialmente, a falta, enquan-

to elemento estruturante; bem como o equívoco e a contradição, comuns aos conceitos de real aqui reunidos.

Quando o Colóquio sobre *Materialidades discursivas* foi proposto (lá em 1979), de fato, essa parecia ser a grande questão em jogo: o papel da tríplice asserção do real no modo como historiadores, linguistas e psicanalistas lidavam com a análise de fatos do discurso. Isto porque levar em conta a noção do real significaria afastar-se de uma posição mais tradicional de submissão a um *fantasma teórico unificador*, ancorado ao funcionamento linguístico do sistema e às relações do texto, do discurso e da fala com a história.

Uma das particularidades mais caras à Análise do Discurso é, precisamente, saber jogar o jogo do sistema *ad hoc*, não para reproduzi-lo, e sim, transgredi-lo, subvertê-lo, valendo-se, para isso, das próprias regras. Courtine e Marandin (no livro *Materialidades discursivas*, 2016, p. 53) abordam esse ponto e o formulam lindamente por meio de uma metáfora tão potente quanto simples, ao comentarem qual seria o objeto para a Análise de Discurso, já que ela seria uma disciplina transitória. Trago aqui um pequeno trecho com as palavras dos autores:

[...] por que construir objetos teóricos, como procuramos fazer, que correm o risco de ser apenas construções efêmeras? É o destino do pensamento: é preciso construir máquinas de costura para descosturar as falsas totalidades. (Courtine; Marandin, 2016, p. 53, grifos meus).

Pois a Análise do Discurso seria essa “máquina discursiva”, esse cavalo de Tróia infiltrado no campo das demais ciências humanas e sociais, na tentativa de tirar do esquadro, desalinhar e, assim, surpreender o modo como os intelectuais e cientistas liam os textos então. Como máquina, porém, a disciplina não pretendeu se colocar como prática-modelo-reprodutora-de-leitura (a tal “prótese ortopédica”, mencionada por Pêcheux), mas, ao contrário, abrir brechas, criar atalhos, “[...] para libertar a análise dos discursos [...] das rotinas da reprodu-

ção do sentido e engajá-la na produção de acontecimentos” (Pêcheux, 2016, p. 27).

Para Pêcheux, havia, nessa relação entre a história, a língua e o inconsciente, uma *heterogeneidade irreductível*; e justamente desse entrecruzamento tenso e estranhamente familiar iria ser forjada a natureza teórica das materialidades discursivas. Surgiria daí, então, o que resulta como uma reprodução de falas ouvidas, relatadas ou transcritas, um entrecruzamento de escritos citando falas, e de outros escritos. E Pêcheux nos faz pensar nas marcas, nos vestígios, nos traços dessas distintas materialidades: a do linguista, tendo por base a língua, enquanto forma abstrata; a do historiador, tomando a história como narrativa dos fatos e a do psicanalista, atento à escuta do inconsciente pela fala e por seus lapsos, atos falhos e silenciamentos. Aqui há um ponto importante a ressaltar, já que Pêcheux distingue os problemas enfrentados por essas três categorias em seu percurso de análise e o faz pelo viés da “intervenção”. Esta seria operada pela escuta analítica e teria um potencial transformador; ao passo que linguistas e historiadores (e penso que ele também incluiria aqui analistas de discurso) ficariam se questionando sobre o que transformar, retirando “[...] por antecipação uma parte de sua responsabilidade e, assim, retardando indefinidamente o momento de sua ‘intervenção’.” (Pêcheux, 2016, p. 26).

No texto com as “questões iniciais” do colóquio, de forma provocativa, é proposta a pergunta: **de que nos protegemos ao nos declarar linguistas, historiadores ou psicanalistas?**

Caberia talvez acrescentar: e nós, analistas de discurso, nos protegemos de algo? Não me parece ser esse o nosso caso. Ao nos nomearmos *analistas de discurso*, estamos, antes de tudo, nos expondo, nos posicionando, com a toda a intensidade e responsabilidade, endossando conceitos críticos, que passam pela ideologia, pela luta de classes, pelo assujeitamento, pelo materialismo, entre tantos outros. Não se trata, portanto, de proteção ou anteparo, mas de assunção assertiva de um

lugar teórico determinado. E o fazemos com todos os riscos e consequências que advêm dessa atitude de enfrentamento e resistência em relação a um *status quo* consagrado no campo acadêmico.

Em Análise do Discurso, nós trabalhamos sempre em terreno pantanoso, onde a possibilidade da deriva, do silêncio, dos paradoxos é constante. O campo discursivo é um campo minado, tenso, cercado de armadilhas, criando um cenário beligerante e provocativo. O próprio Pêcheux alimenta esse confronto, como se percebe no questionamento que ele faz no referido colóquio sobre materialidades discursivas.

Como, então, não ir até o fim e não reconhecer que a pretensão de analisar discursos coloca necessariamente em jogo aquilo que eu chamaria de tomar partido pela imbecilidade (Pêcheux, 2016, p. 25).

O que seria “tomar partido pela imbecilidade” ao analisar discursos? Na perspectiva de Pêcheux e dos demais organizadores do Colóquio, “fazer o imbecil” seria assumir uma posição teórica fingindo não perceber as falsas respostas que encontram solução para tudo, ou buscar fragmentar o enunciado esvaziando-o de seus restos de sentido, ou ainda manter-se alienado à sua própria leitura e às suas condições de produção. Tudo isso resultando em um dispositivo muito particular: “leitura-trituração”. O nome já diz tudo, quase nada sobra dessa leitura. Ou melhor, produz-se um total esvaziamento de sentidos e uma completa dessubjetivação do sujeito e de seu efeito-autor. Donde, a imbecilidade!

Observemos mais de perto agora esse “tomar partido pela imbecilidade” em contraposição a “tomar partido pela seriedade”, em outro texto de Pêcheux (Pêcheux, [1984] 2015, p. 151-152), ambos tendo como pano de fundo a noção de materialidade discursiva. O que diz ele:

[...] levar a sério a noção de materialidade discursiva enquanto nível de existência sócio-histórica, que não é nem

a língua, nem a literatura, nem mesmo as mentalidades de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada (Pêcheux, [1984] 2015, p. 151-152).

Levar a sério a questão das materialidades discursivas é, antes de tudo, trabalhar, além do tríptico real, o aspecto sócio-histórico que é determinante das circunstâncias externas envolvidas, as quais serão incorporadas aos fatos do discurso. Além disso, significa trabalhar nas bordas das demais áreas que conformam o escopo teórico-epistemológico da Análise do Discurso, realocando fronteiras entre as disciplinas e, assim, produzindo um *pequeno acontecimento*. Ressalte-se bem, todavia, o que diz Pêcheux (2016, p. 29): “[...] um pequeno acontecimento, e não um *happening* universitário”. *Touché!*

Aqui parece haver uma reafirmação de que o objeto de pesquisa que importa para a Análise do Discurso se encontra nas formas de circulação que se instauraram historicamente **entre** essas zonas discursivas que se transformaram ao longo do tempo (destaque-se a posição de **entremeio** sempre defendida por Orlandi (2016, p. 9). Ao referir-se a *condições verbais de existência dos objetos em uma conjuntura histórica determinada*, Pêcheux acentua o estatuto da linguagem (e não da língua) permeada pela espessura da historicidade, o que lhe confere opacidade e densidade. A isso, se incorporam os elementos do político e do ideológico, presentes na produção dos sentidos.

Quanto ao questionamento de como relacionar as duas tomadas de posição (imbecilidade x seriedade) referentes à noção de materialidade discursiva, diria que não há relação, no sentido estrito de termo; há tensão, confronto, contradição. De um lado, Pêcheux aborda a pretensão de analisar discursos, isolando-os de territórios vizinhos; de outro, esvaziando os discursos de sua opacidade. Portanto, diria que Pêcheux fala da mesma problemática como espelho invertido (im-

becilidade x seriedade), alertando para os riscos da banalização do conceito de materialidade, desfigurando seu caráter de resistência.

Em relação às particularidades entre *corpus* e *materialidade*, poderia dizer que o *corpus discursivo* se encontra inserido na noção de materialidade discursiva, mas com ela não se confunde, não se trata de uma sobredeterminação, são conceitos com traços operacionais de distinto escopo. No referencial teórico construído por Courtine ([1981] 2014, p. 54) no livro *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, o *corpus* discursivo compreende “[...] um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das condições de produção do discurso”. Nessa proposta, as condições de produção podem ser entendidas como o ponto em que língua e história se entrecruzam e, em virtude desse movimento, temos as determinações que conduzem à produção do discurso.

Uma distinção ainda que pode ser aduzida é que o *corpus* discursivo compõe, predominantemente, o dispositivo analítico, enquanto que a materialidade discursiva é uma categoria de mais largo alcance que integra a base teórico-analítica e epistemológica. Ou seja: não só de *corpus* se constitui a materialidade, ela se constitui, poderia afirmar, de um real sócio-histórico, que se alia aos outros três para constituir sua natureza. A matéria prima dessa materialidade seriam as “formas discursivas”¹, conceito que não foi quase explorado ao longo do percurso da teoria do discurso, mas que compreende em seu estatuto as questões de linguagem aliadas a condições de produção, ampliando a noção de enunciado, por fazerem intervir a historicidade.

Finalizando, diria que mais do que nunca a prática da resistência continua com toda sua potência sendo levada a cabo pelos analistas de discurso que, inspirados por Pêcheux, conseguem tomar partido,

1 Nas palavras de Pêcheux ([1969] 1992, p. 105), “[...] toda forma discursiva particular remete necessariamente à série de formas possíveis sobre outras superfícies linguísticas”. E assim, a partir do encadeamento entre forma linguística e forma histórica podemos ir pontuando as zonas de sombra do equívoco, das contradições do político e do ideológico que se marcam nas formas materiais.

em sua militância teórica, ao lado daqueles que desconfiam do óbvio, não se submetem à dominação e fazem da Análise do Discurso ferramenta para desfazer as evidências e desconstruir totalidades.

REFERÊNCIAS

COURTINE, Jean-Jacques. [1981]. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacque; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a análise de discurso? *In*: CONEIN, Bernard *et al* (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 33-54.

ORLANDI, Eni. Nota introdutória à tradução brasileira. *In*: CONEIN, Bernard *et al* (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 9-16.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69) [1969]. *In*: GADET, François; HAK, Ton. (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani *et al*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso [1984]. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 151-161.

PÊCHEUX, Michel. Abertura do Colóquio. *In*: CONEIN, Bernard *et al* (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 23-32.

MATERIALIDADE DISCURSIVA: “NÃO SE PODE DIZER NÃO IMPORTA O QUÊ”

Suzy Lagazzi (UNICAMP)

Perguntar pela materialidade discursiva é já estar afetada pela doce angústia de que as respostas que eu possa ter são apenas pontos de partida para novas perguntas. É já ter me dado conta de que minhas interpretações dependem do modo pelo qual os discursos estão formulados. É estar de braços dados com a inquietude de que analisar discursos é “[...] decidir não saber nada do que se lê” (Pêcheux, [1980] 2016, p. 25), o que significava, para Pêcheux, “*tomar partido pela imbecilidade*” (Pêcheux, [1980] 2016, p. 25). Portanto, analisar discursos é aprender a perguntar, principalmente, sobre os pontos que nos parecem óbvios, para que nossas certezas, absolutizadas em verdades, comecem a nos lançar vislumbres de que aquele tal enunciado poderia estar escrito de outro modo, de que sua prosódia poderia ser outra, de que aquela imagem poderia ter outro enquadramento, de que a luminosidade poderia ser maior ou menor, de que aquela música poderia ter um outro arranjo, de que aquele corpo poderia estar em outro ritmo, e de que todas essas mudanças muito provavelmente produziriam outros sentidos que se configurariam em diferentes interpretações.

Insistindo sobre a importância de tomar partido pela imbecilidade, Pêcheux ([1983] 1999, p. 54), em sua discussão sobre o papel da memória, reitera o provérbio chinês: “Quando lhe mostramos a lua, o im-

becil olha o dedo”. E “por que não?”, provoca o autor. Perguntar pela materialidade discursiva é, na imbecilidade, insistir em desviar o olhar, (des)ajustar a escuta para que “[...] o resíduo [tenha] tanta importância quanto o traço eleito” (Pêcheux, [1980] 2016, p. 26), para que, no trajeto dos sentidos, os diferentes modos da formulação sejam o ponto de ancoragem do trabalho sobre a interpretação, para que o significante faça primado sobre o significado. Analisar discursos é ficar atento às bordas do dizer, seguir o que foge ao olhar, ouvir o sussurro em nossos ouvidos, sentir o tamborilar distraído dos nossos dedos, para localizar na linguagem o que (trans)borda as fronteiras ao convocar o sujeito no (des) conhecimento de si. “Resíduos” que redimensionam o “traço eleito” e vão dando à alteridade seu lugar primordial no procedimento de perguntar por aquilo que não está, por aquilo que está do modo como está, por aquilo que não poderá estar... Analisar discursos é dar consequência ao caráter relacional no jogo entre significantes, entre significados, e entre os dois. “Dizer que os valores são ‘relativos’ significa que eles são relativos uns em relação aos outros”, ressaltam Gadet e Pêcheux (2004, p. 57), retomando Saussure. A definição do valor pelo negativo nos situa fora do conteudismo e localiza significado e significante num jogo de “[...] diferenças sem termos positivos” (Saussure, [1916] 1972, p. 139). Encontrar-se nas diferenças, buscar o efeito *in absentia* da associação e seu primado sobre a “presença” do dizer, do olhar, do escutar, do sentir são princípios que assentam a leitura e a compreensão discursivas em bases materialistas. Não são as ideias que movem o mundo. O discurso, em suas “[...] diferentes materialidades significantes” (Orlandi, 1995, p. 37), resiste no sujeito e é essa resistência que movimenta a história, abrindo brechas para que o alhures tenha chance de fissurar a repetição.

“Os efeitos discursivos são do domínio de uma materialidade específica, a propósito da qual não se pode [...] dizer não importa o quê” (Pêcheux, [1980] 2016, p. 28). O autor resalta que o que “[...] irrompe no espaço da repetição discursiva” e faz movimento, produz transformação, “[...] não resulta de não importa qual fenda, torsão,

modificação.” (Pêcheux, [1980] 2016, p. 28). É preciso, diz ele em outro momento, “[...] levar a sério a noção de *materialidade discursiva* enquanto nível de existência sócio-histórica [...] que remete às condições verbais de existência dos objetos [...] numa conjuntura histórica dada” (Pêcheux, [1984] 2011, p. 151-152). Estamos no domínio da especificidade material. Das “condições verbais de existência dos objetos”, reiteradas por Pêcheux, me permito derivar para as “condições significantes de existência dos objetos”. A prática analítica discursiva requer que prestemos atenção à linguagem, em seus diferentes modos significantes, sempre no batimento entre a estrutura e o acontecimento, num exercício refinado de investidas e retomadas que vão aguçando a relação do analista com a linguagem no garimpo dos efeitos de sentido, atento à formulação discursiva, sob as determinações que a história vai alinhavando.

A tomada de posição materialista exige que reconheçamos que o real tem primazia sobre o que o sujeito produz como conhecimento sobre esse real. Reiterando essa posição, Pêcheux (1990, p. 29) vai dizer que “[...] há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito”. “O real é o impossível... que seja de outro modo”, diz o autor (Pêcheux, 1990, p. 29), portanto, em nosso encontro com o real, não há contorno possível, não há negociação. O real nos confronta e nos convoca, seja na incompletude da linguagem, que nos situa na “injunção a interpretar” (Orlandi, 1996, p. 30), seja na contradição da história, que nos impede qualquer síntese, seja na falta, que o inconsciente, esse avesso sem fundo, transveste de desejo, necessariamente irrealizado. O sujeito resiste na incompletude, resiste na contradição, resiste na falta, em um mundo que se apresenta em versões significantes diversas e demanda materialmente esse sujeito. Nessa injunção a significar, a materialidade discursiva faz resistência no sujeito pela incompletude, pela contradição, pela falta. Uma resistência que é simbólica (Lagazzi, 2019), que se faz no confronto com os sentidos, e que se afasta de qualquer “tomada de consciência” ou “salto voluntarista” (Pêcheux, 1988, p. 295). A posição discursiva materialista

recusa o idealismo em seus fundamentos, recusa a noção de sujeito-origem-fonte-de-sentido. A linguagem constitui o sujeito em condições históricas determinadas e é na demanda significante, que se dá sempre na história, que o sujeito se significa e significa o mundo, em “[...] diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos.” (Orlandi, 1996, p. 9).

Nessas demandas significantes materialmente distintas, que se apresentam em objetos simbólicos diversos, estamos diante de diferentes elementos significantes que vão compor “processos de significação diversos” (Orlandi, 1996, p. 12). “Há muitos modos de significar e a matéria significante tem plasticidade, é plural. [...] afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele”, nos diz Orlandi (1996, p. 12). Esses elementos significantes, que são matéria significante, estruturados em relações simbólicas, vão compor as diferentes materialidades significantes, dando suporte à interpretação. Trata-se, venho afirmando, de “[...] diferentes modos significantes pelos quais os sentidos se formulam” por e para sujeitos (Lagazzi, 2011a, 2011b).

Cada vez mais o dispositivo teórico-analítico discursivo vem sendo mobilizado em análises de objetos simbólicos que se constituem a partir de uma “composição material”, apresentando “[...] diferentes materialidades significantes em imbricação” (Lagazzi, 2009, p. 68). Nessas composições materiais, sejam produções audiovisuais, fotografias, ilustrações, quadrinhos, revistas, grafites, arte-instalações, apresentações musicais, dança, teatro, *vlogs* e *blogs*... as diferentes materialidades significantes se relacionam pela contradição, na incompletude linguageira que as constitui. O olhar em composição com a música; o traço em composição com as cores e a luminosidade; o corpo em composição com o ritmo, a gestualidade e o espaço... Diferentes materialidades significantes compostas em imbricação. Em se tratando da perspectiva discursiva materialista, é fundamental considerarmos a composição material a partir da contradição e da incompletude, em que cada materialidade significante se afeta pela(s) outra(s), sem que as diferenças

entre elas sejam anuladas. “Uma concepção materialista da discursividade na qual os efeitos do interdiscurso não se resolvem em um ponto de integração, mas se desenvolvem em contradições” (Pêcheux, [1984] 2011, p. 157).

A materialidade significante não se confunde com um objeto simbólico, nem tampouco com o *corpus* de análise. Para definir o objeto a ser analisado, a partir da pergunta que sintetiza a compreensão do processo discursivo que o analista busca, este mobilizará diferentes arquivos, que lhe apresentarão diferentes possíveis materiais de análise. Feita a definição do objeto simbólico, é importante que este seja considerado em sua constituição material, no batimento entre estrutura e acontecimento, nas suas “condições significantes de existência”, o que permitirá, então, que o analista pergunte pelas materialidades significantes que compõem esse objeto, o modo pelo qual esse objeto materializa discursos. Se, por exemplo, o objeto definido for estruturado verbalmente, o analista estará em confronto com a materialidade verbal; se for um objeto que se constitui por uma composição material, como um filme, o analista estará em confronto com a materialidade visual, imbricada às materialidades verbal e sonora. E é no trabalho teórico-analítico com essa(s) materialidade(s) significante(s), que os sucessivos recortes do material selecionado, sempre a partir da pergunta de análise, irá delineando as regularidades no funcionamento discursivo, com a conseqüente e gradual definição do *corpus*, que só se fecha no final da análise. Um procedimento analítico discursivo materialista, em que teoria e análise estão juntas, em contradição.

REFERÊNCIAS

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.

LAGAZZI, Suzy. Resistência Simbólica. *In*: MARIANI, Bethania (Coord.). **Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso e áreas afins (Encidis)**.

Niterói: UFF, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/I8xWY2wjiD0> Acesso em: 10 abr. 2023.

LAGAZZI, Suzy. Análise de Discurso: a materialidade significante na história. **Linguagem, História e Memória – discursos em movimento**. In: RENZO, Ana Di.; MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da; OLIVEIRA, Tânia Pitombo de (org.). Campinas: Pontes Editores, 2011a. p. 275-290.

LAGAZZI, Suzy. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significante. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; BRANCO, Luiza Katia Andrade Castello (org.). **Análise de Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre**. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG Editores, 2011b. p. 401-410.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significante na memória. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (org.). **O Discurso na Contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni. Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal. **RUA**, Campinas, v. 1, p. 35-47, 1995.

PÊCHEUX, Michel [1980]. **Materialidades Discursivas**. In: CONEIN, Bernard *et al.* (org.) Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel [1983]. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* (org.). **Papel da Memória**. Campinas: Pontes Editores, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel [1983]. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 1990.

PÊCHEUX, Michel [1984]. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 151-161.

SAUSSURE, Ferdinand. [1916] **Curso de Linguística Geral**. 9. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

Evandra et Thiago: Lors du colloque *Matérialités Discursives*¹, qui s'est tenu en avril 1980 en France, des chercheurs de différents domaines des sciences humaines et sociales ont été invités à discuter de la notion centrale du colloque, les matérialités discursives. Par conséquent, Pêcheux ([1980] 2016, p. 25, souligné par l'auteur) s'interroge: « Comment alors ne pas aller jusqu'au bout, et ne pas reconnaître que la prétention d'analyser des discours met nécessairement en jeu ce que j'appellerai un *parti pris pour l'imbécillité*? ». Dans un autre article, *Métaphore et interdiscours*², Pêcheux ([1984] 2015h, p. 151-152, souligné par l'auteur) fait remarquer que « Notre engagement suppose, me semble-t-il, de prendre au sérieux la notion de matérialité discursive comme niveau d'existence socio-historique, qui n'est ni la langue, ni la littérature, ni même les « mentalités » d'une époque, mais qui renvoie aux conditions verbales d'existence des objets (scientifiques, esthétiques, idéologiques...) dans une conjoncture historique donnée. » En considérant ces deux passages de textes différents de Pêcheux, comment pouvons-nous penser la notion de matérialité discursive? En quoi diffère-t-elle de la notion de corpus discursif? Comment pouvons-nous mettre en relation la prise de parti/position par l'imbécillité avec la notion/pratique de résistance dans le travail théorique-analytique avec des matérialités discursives différentes?

1 Publication originale: PÊCHEUX, Michel [1980]. Ouverture du colloque. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (eds.). *Colloque "Matérialités Discursives"*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 6-10.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1980]. Abertura do Colóquio. Traduction: Débora Massmann. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. *Materialidades Discursivas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 23-32.

2 Publication originale: PÊCHEUX, Michel. Metapher und Interdiskurs. In: LINK, Jürgen; WULFING, Wülfing. (eds.). *Bewegung und Stillstand in Metaphern und Mythen*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1984. p. 93-99.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1984]. *Metáfora e Interdiscurso*. Traduction: Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015h. p. 151-161.

LA MATÉRIALITÉ DISCURSIVE : DE QUELLE MATIÈRE PARLONS-NOUS VRAIMENT ?

Maria Cristina Leandro Ferreira (UFRGS)

L'analyse du discours a toujours été une discipline inquiète de son sujet. Et cette inquiétude se manifeste de plusieurs manières. L'une d'entre elles est le souci de préciser la matière qui concerne cet objet. Ce n'est pas simple, car la manière dont nous construisons nos dispositifs est complexe et souvent contradictoire. Et nous le faisons en les regardant de l'intérieur vers l'extérieur, en ne distinguant pas l'intérieur et l'extérieur, en établissant l'imprévu, en faisant place à l'étrange, bref, en nous exposant à des échecs possibles, à des failles inexorables et à des frontières indiscernables. Il s'agit là de pratiques habituelles parmi les tâches de l'analyste du discours.

La notion de matérialité discursive est entrée relativement tard dans la théorie, ce qui ne veut pas dire qu'elle ne peut pas être détectée au cours des discussions épistémologiques développées par Michel Pêcheux et son groupe, dès le début. On peut avancer que la problématique de la matérialité discursive se situerait au point de conjonction du triple ordre du réel. En d'autres termes, considérer les matérialités discursives en jeu suppose de prendre en compte le point d'intersection où se rencontrent le réel du langage, le réel de l'histoire et le réel de l'inconscient. Et c'est ce qui fera toute la différence. Dans cette rencontre, tissée par le langage, il faut situer notamment le manque,

comme élément structurant ; ainsi que l'équivoque et la contradiction, communes aux concepts de réel rassemblés ici.

Lorsque le Colloque sur les *Matérialités discursives* a été proposé (en 1979), en effet, tel semblait être l'enjeu majeur : le rôle de la triple affirmation du réel dans la manière dont les historiens, les linguistes et les psychanalystes abordaient l'analyse des faits discursifs. Car prendre en compte la notion de réel, c'est sortir d'une position plus traditionnelle de soumission à un *fantasme théorique unificateur*, ancré sur le fonctionnement linguistique du système et sur les rapports du texte, du discours et de la parole avec l'histoire.

L'une des caractéristiques les plus chères à l'Analyse du discours est précisément de savoir jouer le jeu du système *ad hoc*, non pas pour le reproduire, mais pour le transgresser, le subvertir, en utilisant ses propres règles. Courtine et Marandin (dans l'ouvrage *Matérialités discursives*, 2016, p. 53) abordent ce point et le formulent magnifiquement à travers une métaphore aussi puissante que simple, lorsqu'ils commentent ce que serait l'objet de l'Analyse du discours, puisqu'il s'agirait d'une discipline de transition. Voici un court extrait des propos des auteurs :

[...] pourquoi construire des objets théoriques, comme nous nous efforçons de le faire, qui risquent de n'être que des constructions éphémères ? C'est le sort de la pensée : il faut construire des machines à coudre pour découdre les fausses totalités. (Courtine; Marandin, 2016, p. 53, souligné par moi).

L'Analyse du discours serait cette «machine discursive», ce cheval de Troie infiltré dans le champ des autres sciences humaines et sociales, pour tenter de sortir de la case, de désaxer et donc de surprendre la manière dont les intellectuels et les scientifiques lisaient alors les textes. En tant que machine, cependant, la discipline n'entendait pas se placer comme une pratique-modèle-reproducteur-de-lecture (la

«prothèse orthopédique» évoquée par Pêcheux), mais, au contraire, ouvrir des brèches, créer des raccourcis, «[...] libérer l'analyse du discours [...] des routines de la reproduction du sens et l'engager dans la production d'événements» (Pêcheux, 2016, p. 27).

Pour Pêcheux, il y avait une *hétérogénéité irréductible* dans ce rapport entre histoire, langage et inconscient ; et c'est précisément à partir de cet entrelacement tendu et étrangement familier que se forgerait la nature théorique des matérialités discursives. Il en ressort une reproduction de la parole entendue, rapportée ou transcrite, un entrelacement d'écrits citant la parole, et d'autres écrits. Et Pêcheux nous fait réfléchir aux marques, aux traces, aux empreintes de ces différentes matérialités : celle du linguiste, fondée sur la langue comme forme abstraite ; celle de l'historien, prenant l'histoire comme récit de faits et celle du psychanalyste, attentif à l'écoute de l'inconscient à travers la parole et ses lapsus, ses actes manqués et ses silences. Il y a là un point important à souligner, car Pêcheux distingue les problèmes rencontrés par ces trois catégories dans son parcours d'analyse et le fait par le biais de «l'intervention». Celle-ci serait opérée par l'écoute analytique et aurait un potentiel transformateur ; alors que les linguistes et les historiens (et je pense qu'il inclurait aussi les analystes de discours ici) en seraient réduits à se demander ce qu'il faut transformer, enlevant «[...] par anticipation une part de leur responsabilité et retardant ainsi indéfiniment le moment de leur 'intervention'». (Pêcheux, 2016, p. 26).

Dans le texte contenant les «questions initiales» du colloque, la question est proposée de manière provocante : **de quoi nous protégeons-nous en nous déclarant linguistes, historiens ou psychanalystes ?**

Peut-être devrions-nous ajouter : de quoi nous protégeons-nous, nous, analystes du discours ? Cela ne semble pas être le cas. Lorsque nous nous proclamons *analystes du discours*, nous nous exposons avant tout, nous nous positionnons, avec toute l'intensité et la responsabi-

lité qui s'imposent, en endossant des concepts critiques, qui passent par l'idéologie, la lutte des classes, l'asservissement, le matérialisme, parmi tant d'autres. Il ne s'agit donc pas d'une protection ou d'un bouclier, mais d'une prise en charge affirmée d'une place théorique déterminée. Et nous le faisons avec tous les risques et conséquences que comporte cette attitude de confrontation et de résistance par rapport à un statu quo consacré dans le champ académique.

En Analyse du Discours, nous travaillons toujours sur un terrain marécageux, où la possibilité de dérive, de silence, de paradoxe est constante. Le champ discursif est un champ de mines, tendu, entouré de pièges, créant un scénario belliqueux et provocateur. Pêcheux lui-même nourrit cette confrontation, comme en témoigne l'interrogation qu'il formule dans le colloque précité sur les matérialités discursives.

Comment alors ne pas aller jusqu'au bout, et ne pas reconnaître que la prétention d'analyser des discours met nécessairement en jeu ce que j'appellerai un *parti pris pour l'imbécillité*? (Pêcheux, 2016, p. 25).

Que signifierait «prendre parti pour l'imbécillité» dans l'analyse des discours ? Dans la perspective de Pêcheux et des autres organisateurs du colloque, «prendre parti pour l'imbécillité» serait d'assumer une position théorique en feignant de ne pas remarquer les fausses réponses qui trouvent une solution à tout, ou de chercher à fragmenter l'énoncé en le vidant de ses restes de sens, ou encore de rester aliéné à sa propre lecture et à ses conditions de production. Tout cela aboutit à un dispositif très particulier : la «lecture-trituration». Comme son nom l'indique, il ne reste presque plus rien de cette lecture. Ou plutôt, elle produit un vide total de significations et une désobjectivisation complète du sujet et de son effet-auteur. De là vient l'imbécillité!

Regardons maintenant de plus près ce «prendre parti pour l'imbécillité» par opposition au «prendre parti pour le sérieux», dans un autre

texte de Pêcheux (Pêcheux, [1984] 2015, p. 151-152), tous deux sur fond de la notion de matérialité discursive. Ce qu'il dit :

[...] de prendre au sérieux la notion de matérialité discursive comme niveau d'existence socio-historique, qui n'est ni la langue, ni la littérature, ni même les «mentalités» d'une époque, mais qui renvoie aux conditions verbales d'existence des objets (scientifiques, esthétiques, idéologiques...) dans une conjoncture historique donnée. (Pêcheux, [1984] 2015, p. 151-152).

Prendre au sérieux la question des matérialités discursives, c'est d'abord travailler, en plus du triple réel, l'aspect socio-historique déterminant des circonstances extérieures en jeu, qui seront incorporées dans les faits de discours. En outre, il s'agit de travailler aux confins des autres domaines qui constituent le champ théorico-épistémologique de l'Analyse du Discours, en déplaçant les frontières entre les disciplines et en produisant ainsi un *petit événement*. Cependant, il convient de souligner ce que dit Pêcheux (2016, p. 29) : «[...] un petit événement, pas un *happening* universitaire». *Touché!*

Cela semble réaffirmer que l'objet de recherche qui importe pour l'Analyse du discours se trouve dans les formes de circulation qui se sont historiquement établies **entre** ces zones discursives qui ont changé au fil du temps (il convient de souligner la position **d'entre-deux** toujours défendue par Orlandi (2016, p. 9). En se référant aux *conditions d'existence verbales des objets dans une conjoncture historique donnée*, Pêcheux souligne le statut du langage (et non de la langue) imprégné par l'épaisseur de l'historicité, qui lui confère opacité et densité. À cela s'ajoutent les éléments du politique et de l'idéologique, présents dans la production des significations.

Quant à la question de savoir comment relier les deux positions (imbécillité x sérieux) par rapport à la notion de matérialité discursive, je dirais qu'il n'y a pas de relation, au sens strict du terme ; il y a tension,

confrontation, contradiction. D'une part, Pêcheux aborde la prétention d'analyser les discours en les isolant des territoires voisins; d'autre part, en vidant les discours de leur opacité. Je dirais donc que Pêcheux parle de la même problématique comme d'un miroir inversé (imbécillité x sérieux), mettant en garde contre les risques de banalisation du concept de matérialité, défigurant son caractère de résistance.

En ce qui concerne les particularités entre corpus et matérialité, je pourrais dire que le corpus discursif est inséré dans la notion de matérialité discursive, mais il ne se confond pas avec elle, il ne s'agit pas d'une surdétermination, ce sont des concepts avec des traits opérationnels de portée différente. Dans le cadre théorique construit par Courtine ([1981] 2014, p. 54) dans l'ouvrage *Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens)*, le corpus discursif comprend «[...] un ensemble de séquences discursives, structurées selon un plan défini en fonction d'un certain état des conditions de production du discours». Dans cette proposition, les conditions de production peuvent être comprises comme le point d'intersection entre la langue et l'histoire et, en vertu de ce mouvement, nous avons les déterminations qui conduisent à la production du discours.

Une autre distinction peut être faite: le corpus discursif constitue principalement le dispositif analytique, tandis que la matérialité discursive est une catégorie plus large qui intègre la base théorico-analytique et épistémologique. En d'autres termes, la matérialité n'est pas seulement constituée de corpus, elle est constituée, pourrais-je dire, d'un réel socio-historique, qui se combine avec les trois autres pour constituer sa nature. La matière première de cette matérialité serait les «formes discursives»¹, un concept qui n'a pas été presque exploré sur le chemin de la théorie du discours, mais qui comprend dans

1 Pour reprendre les termes de Pêcheux ([1969] 1992, p. 105), «[...] toute forme discursive particulière renvoie nécessairement à la série des formes possibles sur d'autres surfaces linguistiques». Ainsi, à partir du lien entre forme linguistique et forme historique, nous pouvons mettre en évidence les zones d'ombre de l'équivoque, les contradictions du politique et de l'idéologique qui se marquent dans les formes matérielles.

son statut les questions de langage alliées aux conditions de production, élargissant la notion d'énonciation, en intervenant dans l'historicité.

En conclusion, je dirais que, plus que jamais, la pratique de la résistance continue, avec toute sa puissance, à être menée par les analystes du discours qui, inspirés par Pêcheux, parviennent à prendre parti dans leur militantisme théorique, aux côtés de ceux qui se méfient des évidences, ne se soumettent pas à la domination et utilisent l'Analyse du Discours comme un outil pour défaire les évidences et déconstruire les totalités.

RÉFÉRENCES

COURTINE, Jean-Jacques. [1981]. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacque; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a análise de discurso? *In*: CONEIN, Bernard *et al* (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 33-54.

ORLANDI, Eni. Nota introdutória à tradução brasileira. *In*: CONEIN, Bernard *et al* (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 9-16.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69) [1969]. *In*: GADET, François; HAK, Ton. (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani *et al*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso [1984]. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 151-161.

PÊCHEUX, Michel. Abertura do Colóquio. *In*: CONEIN, Bernard *et al* (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 23-32.

LA MATÉRIALITÉ DISCURSIVE: « ON NE PEUT PAS DIRE N'IMPORTE QUOI »

Suzy Lagazzi (UNICAMP)

S'interroger sur la matérialité discursive, c'est déjà être affecté par la douce angoisse que les réponses que je peux avoir ne sont que des points de départ pour de nouvelles questions. C'est avoir déjà réalisé que mes interprétations dépendent de la manière dont les discours sont formulés. C'est faire corps avec le malaise qu'analyser les discours, c'est «[...] décider de ne rien savoir de ce qu'on lit» (Pêcheux, [1980] 2016, p. 25), ce qui signifie, pour Pêcheux, «prendre parti pour l'imbécillité» (Pêcheux, [1980] 2016, p. 25). Par conséquent, analyser les discours, c'est apprendre à s'interroger, principalement, sur les points qui nous semblent évidents, de sorte que nos certitudes, absolutisées en vérités, commencent à nous faire entrevoir que cet énoncé pourrait être écrit différemment, que sa prosodie pourrait être différente, que cette image pourrait avoir un autre cadrage, que la luminosité pourrait être plus ou moins grande, que cette musique pourrait avoir un autre arrangement, que ce corps pourrait être dans un autre rythme, et que tous ces changements produiraient très probablement d'autres significations qui se configurerait dans différentes interprétations.

Insistant sur l'importance de prendre le parti de l'imbécillité, Pêcheux ([1983] 1999, p. 54), dans sa discussion sur le rôle de la mémoire, reprend le proverbe chinois: «Quand on lui montre la lune, l'imbécile regarde son doigt ». Et «pourquoi pas?», s'interroge l'au-

teur. S'interroger sur la matérialité discursive, c'est, dans l'imbécillité, insister sur le détournement du regard, (dé)réglér l'écoute pour que «[...] le résidu [ait] autant d'importance que la trace choisie» (Pêcheux, [1980] 2016, p. 26), pour que, dans le parcours des significations, les différents modes de formulation soient le point d'ancrage du travail d'interprétation, pour que le signifiant prenne le pas sur le signifié. Analyser les discours, c'est être attentif aux bords de ce qui est dit, suivre ce qui échappe au regard, écouter le murmure à l'oreille, sentir le tambourinement distrait des doigts, repérer dans le langage ce qui (trans)borde les frontières en convoquant le sujet dans la (dé) connaissance de soi. Des «résidus» qui redimensionnent la «trace élue» et donnent à l'altérité sa place primordiale dans la procédure de demande de ce qui n'est pas, de ce qui est comme ça, de ce qui ne peut pas être... Analyser les discours, c'est donner une conséquence au caractère relationnel dans le jeu entre les signifiants, entre les signifiés, et entre les deux. «Dire que les valeurs sont 'relatives' signifie qu'elles sont relatives les unes aux autres», soulignent Gadet et Pêcheux (2004, p. 57), reprenant Saussure. La définition de la valeur par le négatif nous situe hors du contenu et situe signifié et signifiant dans un jeu de «[...] différences sans termes positifs» (Saussure, [1916] 1972, p. 139). Se retrouver dans les différences, rechercher l'effet *in absentia* de l'association et sa primauté sur la «présence» du dire, du regarder, de l'écouter, du sentir sont des principes qui fondent la lecture discursive et la compréhension sur des bases matérialistes. Ce ne sont pas les idées qui font bouger le monde. Le discours, dans ses «[...] différentes matérialités signifiantes» (Orlandi, 1995, p. 37), résiste dans le sujet et c'est cette résistance qui fait bouger l'histoire, ouvrant des brèches pour que l'ailleurs ait une chance de fissurer la répétition.

«Les effets discursifs relèvent d'une matérialité spécifique, dont on ne peut [...] rien dire» (Pêcheux, [1980] 2016, p. 28). L'auteur souligne que ce qui «[...] fait irruption dans l'espace de la répétition discursive» et fait mouvement, produit une transformation, «[...] ne résulte pas d'une quelconque fissure, torsion, modification» (Pêcheux, [1980] 2016, p. 28). Il faut, dit-il à un autre moment, «[...] prendre au sérieux

la notion de matérialité discursive comme niveau d'existence socio-historique [...] qui renvoie aux conditions verbales d'existence des objets [...] dans une conjoncture historique donnée» (Pêcheux, [1984] 2011, p. 151-152). Nous sommes dans le domaine de la spécificité matérielle. Des «conditions verbales d'existence des objets», reprises par Pêcheux, je me permets de dériver vers les «conditions signifiantes d'existence des objets». La pratique analytique discursive exige de prêter attention au langage dans ses différents modes signifiants, toujours dans le battement entre structure et événement, dans un exercice raffiné d'assauts et de reprises qui aiguisent le rapport de l'analyste au langage dans l'exploitation des effets de sens, attentif à la formulation discursive, sous les déterminations que l'histoire est en train d'aligner.

Adopter une position matérialiste oblige à reconnaître que le réel prime sur ce que le sujet produit comme savoir sur ce réel. Répétant cette position, Pêcheux (1990, p. 29) affirme que «[...] l'objet est indépendant de tout discours tenu sur lui». «Le réel est l'impossible... qu'il en soit autrement», dit l'auteur (Pêcheux, 1990, p. 29), donc, dans notre rencontre avec le réel, il n'y a pas de contour possible, il n'y a pas de négociation. Le réel nous confronte et nous convoque, que ce soit dans l'incomplétude du langage, qui nous place dans «l'injonction d'interpréter» (Orlandi, 1996, p. 30), ou dans la contradiction de l'histoire, qui nous empêche toute synthèse, ou dans le manque, que l'inconscient, ce revers sans fond, transforme en désir, nécessairement irréalisé. Le sujet résiste dans l'incomplétude, résiste dans la contradiction, résiste dans le manque, dans un monde qui se présente sous différentes versions signifiantes et exige matériellement ce sujet. Dans cette injonction à signifier, la matérialité discursive résiste au sujet par l'incomplétude, la contradiction et le manque. Une résistance qui est symbolique (Lagazzi, 2019), qui se fait dans la confrontation avec les significations, et qui s'éloigne de toute «prise de conscience» ou «saut volontariste» (Pêcheux, 1988, p. 295). La position discursive matérialiste refuse l'idéalisme dans ses fondements, refuse la notion de sujet-origine-source-de-sens. Le langage constitue le sujet dans des conditions historiques déterminées et c'est dans l'exigence signi-

ficative, qui se produit toujours dans l'histoire, que le sujet se signifie et signifie le monde, dans «[...] différents gestes d'interprétation, puisque les différentes langues, ou les différentes formes de langage, avec leurs différentes matérialités, signifient de différentes manières.» (Orlandi, 1996, p. 9).

Dans ces demandes signifiantes matériellement distinctes, qui se présentent dans des objets symboliques différents, nous sommes confrontés à des éléments signifiants différents qui vont composer «des processus de signification différents» (Orlandi, 1996, p. 12). «Il y a plusieurs façons de signifier et la matière signifiante a une plasticité, elle est plurielle. [...] elle affecte le geste d'interprétation, elle lui donne une forme», nous dit Orlandi (1996, p. 12). Ces éléments significatifs, qui sont des matières significatives, structurées dans des relations symboliques, composeront les différentes matérialités significatives, soutenant l'interprétation. J'ai dit qu'il s'agit de «[...] différents modes de signification à travers lesquels les significations sont formulées» par et pour les sujets (Lagazzi, 2011a, 2011b).

De plus en plus, le dispositif théorique-analytique discursif a été mobilisé dans des analyses d'objets symboliques constitués à partir d'une «composition matérielle», présentant «[...] différentes matérialités signifiantes en imbrication» (Lagazzi, 2009, p. 68). Dans ces compositions matérielles, qu'il s'agisse de productions audiovisuelles, de photographies, d'illustrations, de bandes dessinées, de magazines, de graffitis, d'installations artistiques, de performances musicales, de danse, de théâtre, de vlogs et de blogs... les différentes matérialités signifiantes sont liées par la contradiction, dans l'incomplétude linguistique qui les constitue. Le regard en composition avec la musique; la ligne en composition avec les couleurs et la luminosité; le corps en composition avec le rythme, le geste et l'espace... Différentes matérialités significatives composées en imbrication. Dans une perspective discursive matérialiste, il est fondamental de considérer la composition matérielle du point de vue de la contradiction et de l'incomplétude, dans laquelle chaque matérialité signifiante est affectée par l'autre

ou les autres, sans que les différences entre elles soient annulées. «Une conception matérialiste de la discursivité dans laquelle les effets de l'interdiscours ne se résolvent pas en un point d'intégration, mais se développent en contradictions» (Pêcheux, [1984] 2011, p. 157).

La matérialité signifiante ne se confond pas avec un objet symbolique, ni avec le corpus d'analyse. Pour définir l'objet à analyser, à partir de la question qui synthétise la compréhension du processus discursif que l'analyste recherche, il mobilisera différentes archives, qui lui présenteront différents matériaux d'analyse possibles. Une fois l'objet symbolique défini, il est important de le considérer dans sa constitution matérielle, dans le battement entre structure et événement, dans ses «conditions significatives d'existence», ce qui permettra ensuite à l'analyste de s'interroger sur les matérialités significatives qui composent cet objet, sur la manière dont cet objet matérialise les discours. Si, par exemple, l'objet défini est structuré verbalement, l'analyste sera confronté à la matérialité verbale; s'il s'agit d'un objet constitué par une composition matérielle, comme un film, l'analyste sera confronté à la matérialité visuelle, imbriquée dans les matérialités verbale et sonore. Et c'est dans le travail théorico-analytique avec ces matérialités signifiantes que les coupes successives du matériau sélectionné, toujours basées sur la question de l'analyse, mettront en évidence les régularités du fonctionnement discursif, avec la définition conséquente et progressive du corpus, qui n'est clos qu'à la fin de l'analyse. Une procédure analytique discursive matérialiste, dans laquelle théorie et analyse sont ensemble, en contradiction.

RÉFÉRENCES

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.

LAGAZZI, Suzy. Resistência Simbólica. In: MARIANI, Bethania (Coord.). **Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso e áreas afins (Encidis)**. Niterói: UFF, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/I8xWY2wjiD0> Acesso em: 10 abr. 2023.

LAGAZZI, Suzy. Análise de Discurso: a materialidade significante na história. **Linguagem, História e Memória – discursos em movimento**. In: RENZO, Ana Di; MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da; OLIVEIRA, Tânia Pitombo de (org.). Campinas: Pontes Editores, 2011a. p. 275-290.

LAGAZZI, Suzy. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significante. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; BRANCO, Luiza Katia Andrade Castello (org.). **Análise de Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas: RG Editores, 2011b. p. 401-410.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significante na memória. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (org.). **O Discurso na Contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni. Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal. **RUA**, Campinas, v. 1, p. 35-47, 1995.

PÊCHEUX, Michel [1980]. **Materialidades Discursivas**. In: CONEIN, Bernard *et al.* (org.) Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel [1983]. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al* (org.). **Papel da Memória**. Campinas: Pontes Editores, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel [1983]. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 1990.

PÊCHEUX, Michel [1984]. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 151-161.

SAUSSURE, Ferdinand. [1916] **Curso de Linguística Geral**. 9. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

Evandra e Thiago: Em *Delimitações, inversões, deslocamentos*¹, texto em que Pêcheux recorre à história para discutir questões da língua, bem como para teorizar a resistência, o autor aponta que o poder impresso pela burguesia tende à invisibilidade visto que o invisível seria mais eficaz e melhor para o assujeitamento à ideologia dominante. Em acréscimo, afirma que o ventre do nazismo ainda é fecundo (Pêcheux, [1982a] 1990, p. 17). Segundo o autor, as resistências consistem em: “não entender ou entender errado; não ‘escutar’ as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras da sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...”. Partindo dessa discussão feita pelo autor, como podemos entender o germe do nazismo, sob a forma da invisibilidade, no interior da formação social brasileira? Na condição de analistas de discurso, como podemos, no interior da teoria, produzir outras formas de resistência para além daquelas já mencionadas por Pêcheux?

1 Publicação original: PÊCHEUX, Michel. *Délimitations, retournements, déplacements. L'homme et la société*, v. 63-64, 1982. p. 53-69.

Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel [1982a]. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. Tradução: José Horta Nunes. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24. 1990. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636823. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ESPECTROS DIGITAIS: ENTRE O HORROR DA VISIBILIDADE DO AGENTE OPRESSOR E A EFICÁCIA DA INVISIBILIDADE DA DOMINAÇÃO

Maurício Beck (PPGL-UESC)

O texto *Delimitações, inversões e deslocamentos*, de Michel Pêcheux, percorre um determinado período histórico, a chamada era das revoluções. Escrito em maio de 1980, logo após a revolução sandinista, a última de cunho marxista desde então, o texto aborda a história das emanações de espectros políticos (incluindo os espectros de Marx ou dos marxismos), transformações e inversões do limite entre o visível e o invisível, bem como deslocamentos insuspeitos de fronteiras. É, entretanto, no final do texto que Pêcheux fará menção ao nazismo por meio da citação de um artigo contemporâneo de Jean-Pierre Faye. A citação do “ventre ainda fecundo do nazismo” traz consigo uma metáfora biológica, eis algo que Pêcheux havia tomado certa precaução crítica poucas páginas antes. A saber: trata-se da metáfora do “[...] germe revolucionário independente, presente em estado prático como uma essência certamente entravada” (Pêcheux, 1990, p. 16). Na leitura do filósofo, essa noção teria efeitos religiosos, pois subentende “[...] um desenvolvimento orgânico completo, contido em estado de prefiguração” (Pêcheux, 1990, p. 16). Em outras palavras, o germe biológico, ao pensar o político, traria consigo inadvertidamente uma teleologia

religiosa de contrabando. Seria pertinente indagar se a menção a Faye (que tratava da noção arendtiana de totalitarismo), como também ocorre com as menções a Baudrillard no texto pecheuxtiano, não guarda uma distância bastante crítica.

Apesar de colocar as palavras de Faye entre aspas, Pêcheux continua sua reflexão sobre o risco de um recomeço do nazismo. E, nesse ponto, entra outra citação, a de um ex-pupilo althusseriano, interlocutor de Fidel Castro e Che Guevara, o midiólogo Régis Debray. Aliás, Debray comparece em outros momentos, suas citações complementam reflexões sobre línguas, comunicação e propaganda nos processos revolucionários mencionados ao longo do texto. Retomando o fio da argumentação de Pêcheux, “o ventre ainda fecundo do nazismo” pode gestar o acontecimento de sua volta por efeito do aperfeiçoamento da arte de anestesia e de asfixia (uma opressão sem dor, sem coerção?) das “línguas de vento” das mídias audiovisuais e (por que não?) digitais. Ora, os riscos da eficácia das mídias na repercussão de *fake news* já são bem conhecidos, basta lembrar do efeito de pânico em massa, o delírio de uma invasão alienígena, ocasionado pela dramatização radiofônica de *A Guerra do Mundos* de H. G. Wells, realizada por Orson Welles, nos EUA, em 1938. Eis um evento anedótico que nos dá a ver o que pode acontecer quando “[...] o registro da ficção (reconhecida como tal em seus efeitos) parece deixar hoje, na política, cada vez mais lugar ao parecer (isto é, a um simulacro do real): o especular está esvaziando o imaginário...” (Pêcheux, [1979] 2011, p. 92). Eis aí dois alertas que conferem atualidade aos artigos da virada da década de 1970 para a de 1980.

Não sei se daria para falar em invisibilidade, talvez seja mais profícuo chamar de certa latência na esfera privada, de nazismos e de fascismos, em uma formação social como a brasileira, essa mesma que presenciou a emergência do integralismo no começo do Estado Novo. O movimento fascista desmantelado pelas organizações de trabalhado-

res na batalha da praça da Sé, em sete de outubro de 1934, dia lembrado como o da Revoadada das Galinhas Verdes. A atual visibilização midiática de movimentos (proto)fascistas pode ter causado estranheza a muitos, especialmente aqueles pouco familiarizados com o Estado de Exceção que vigora nos interstícios e nas quebradas dos muitos Brasis afastados da urbanidade democrática da Nova República. No entanto, defendendo que, para além ou aquém do horror da visibilização do nazismo entranhado em nossa formação social, há a invisibilidade do saber e do poder da burguesia transnacional e de suas corporações digitais, que talvez sejam as burocracias mais eficazes já produzidas. Elas coletam terabytes de dados de populações, muitas vezes sem respeitar os limites das fronteiras dos Estados, enquanto dispensam qualquer mecanismo de coerção na realização intensiva da coleta.

Deslocando as fronteiras da questão, motor deste texto, qual seria o efeito da invisibilidade da extensão e da dimensão do saber e do poder das mídias digitais contemporâneas, essas propriedades de megacorporações transnacionais? Mesmo tendo em conta que seus médiuns em transe (*influencers* e *coaches*, flautistas de *Hamelin* em todo caso, a serviço de algoritmos anônimos e opacos) que fazem marchar as massas de inscritos ou de seguidores, ainda estejam mais ou menos circunscritos a fronteiras nacionais? Parafraseando Horkheimer, quem deseja falar sobre o fascismo não deveria silenciar sobre o capitalismo. O poder existe, como lembra Pêcheux, e seus tentáculos digitais ultrapassam, de modo cada vez mais concreto (síntese de múltiplas determinações), o regaço materno do poder estatal.

Podemos produzir, nós analistas de discurso, formas de resistência (por que não de revolta?) para além daquelas que Pêcheux nos falou? Talvez tais resistências não possam nunca ser antecipadas por teóricos de gabinete ou analistas acadêmicos, o que ainda podemos fazer é uma escuta cada vez mais atenta das lutas em curso, e traçar a genealogia dos processos de resistência-revolta-revolução do século XXI.

REFERÊNCIAS

PÊCHEUX, Michel [1982]. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução: Jose Horta Nunes. **Caderno de Estudos Lingüísticos**, Campinas: Unicamp/ IEL, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel. Foi “Propaganda” Mesmo que Você Disse? *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos escolhidos. Campinas: Pontes, 2011. p. 73-92.

FALAR DO OUTRO, FALAR O OUTRO

Phellipe Marcel da Silva Esteves (UFF)

Ninguém imaginará que, topando os obstáculos mencionados, eu haja procedido invariavelmente com segurança e percorrido, sem me deter, caminhos certos. Não senhor, não procedi nem percorri. Tive abatimentos, desejo de recuar; contornei dificuldades: muitas curvas. Acham que andei mal? **A verdade é que nunca soube quais foram os meus atos bons e quais foram os maus.** [...] E como sempre tive a intenção de possuir as terras de S. Bernardo, **considerarei legítimas as ações que me levaram a obtê-las.** (Ramos, [1934] 1984, p. 39, negritos nossos). [...] apesar de a revolução *política* poder ter sucesso nas tarefas imediatas, apenas a revolução *social* concebida por Marx — com seu “trabalho” positivo de “regeneração” — pode prometer realizações duradouras e transformações estruturais verdadeiramente irreversíveis. (Mészáros, [2002] 2011, p. 577).

Indistinção. O poder, na ideologia, não é percebido de modo discreto. Ele gruda nos corpos, ele vai sugando as almas. Não se materializa como sintoma de imediato. Demora. A conta-gotas. Vai borrando os limites éticos: da ideologia dominante e das demais ideologias. O sujeito da ideologia ora reflete, ora refrata esse seu espelho, o Sujeito

com o qual deve se identificar, onde se reconhece e se perde. Vai, assim, intercalando atos que são *bons* ou *maus*, mas que, no afã da perseguição do poder — um aumento no salário, um título de propriedade, a aprovação num concurso público ou num processo seletivo, a eleição a um cargo político, a defesa de um povo, a manutenção do *status quo*, a revolução *etc.* –, soam todos como *legítimos*. Isso tudo nos ensina Graciliano Ramos, em *São Bernardo*.

Alhos e bugalhos aqui. Se queremos falar da persistência do mal como legítima, se queremos mostrar um poder tido como vencido mas que se vivifica quando menos se espera, precisamos ir para além do althusserianismo que atravessa nossas reflexões e, no âmbito do materialismo, considerar inclusive quem critica a perspectiva, mas que estabelece diálogos não com ela, mas com o desejo de transformação. O poder, para Foucault, se dá no *macro*, mas também de modo *micro*. Seria necessário extinguir os micropoderes que asseguram, cotidianamente, o funcionamento dos aparelhos de Estado, tanto os ideológicos quanto os repressivos. Com isso, pode parecer que o filósofo “negligencia o aparelho de Estado”. Ele responde:

[...] os movimentos revolucionários marxistas ou influenciados pelo marxismo, a partir do final do século XIX, privilegiaram o aparelho de Estado como alvo da luta. A que foi que isto levou? Para poder lutar contra um Estado que não é apenas um governo, é preciso que o movimento revolucionário se atribua o equivalente em termos de forças político-militares, que ele se constitua, portanto, como partido, organizado — interiormente — como um aparelho de Estado, com os mesmos mecanismos de disciplina, as mesmas hierarquias, a mesma organização de poderes. Esta consequência é grave. (...) para que o processo revolucionário não seja interrompido, uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que **nada mudará na sociedade**

se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados.
(Foucault, 1979, p. 85, negritos nossos).

Baseados nessa citação de Foucault, preferimos pensar num *continuum* entre os poderes macro e os poderes micro, ou seja, os poderes que circulam nos aparelhos de Estado — como os partidos, a polícia, a igreja, a escola — e os poderes que circulam *aparentemente* fora dos aparelhos¹, cotidianamente, na forma de ideologia do dia a dia. É esse ponto que nos interessa: a interincidência dos macropoderes nos micropoderes, e vice-versa, a partir da língua. Em outras palavras: como discursividades que fornecem o poder simbólico de controlar e ceifar vidas, como o nazismo, sobrevivem à queda das instituições em que se constituíram. Foucault é certo aqui, embora contraditório: as revoluções do século XX, inspiradas no marxismo, fundaram instituições simétricas às que combateram, organizando-se em aparelhos de Estado semelhantes. Um reformismo inerente (embora não necessariamente) às práticas revolucionárias e que, evidentemente, também dá vigor aos próprios movimentos políticos de enfrentamento reformista ao capitalismo. Ou, como diz o defensor de uma economia baseada em princípios dos povos originários, referindo-se à assimilação do “Bem viver” por discursos publicitários de governos andinos e mesmo pela então chanceler alemã Angela Merkel, “Com velhas ferramentas não se constrói o novo” (Acosta, 2016, p. 105). Os micropoderes se entranham nas velhas ferramentas, nos aparelhos já existentes. O nazismo perdura ao nazismo. *Morto-vivo e leitmotiv*.

1 Note-se em Mattos (1998) que o discurso do cotidiano não está, diferentemente do que pretende Foucault, fora dos aparelhos do Estado, mas *aparentemente* fora, na forma de discurso de familiaridade, por exemplo. A conversa jogada fora dentro de casa, mas também na espera de um ônibus, no atendimento comercial, dentro de um elevador. E, se chegarmos à contemporaneidade, nas chamadas redes sociais, em aplicativos de namoro e pegação, em *softwares* de troca de mensagens.

Embora compreendamos as necessidades imediatas de lamber feridas e evitar que as moscas pousem, não podemos deixar de defender nosso ponto. Não basta *resistir* ao nazismo. Para combatê-lo, é necessário destruí-lo. E fazer brotar outros germes, promovendo identificações com outros discursos, outras práticas ideológicas. A questão, então, não nos parece ser a de encontrar outras formas de resistência — uma vez que resistir é inevitável e constitutivo —, mas outras formas, *discursivas*, de cortar o mal (pela raiz?), ressoando alternativas, possibilidades. E é aqui que entramos em Mészáros.

Para o filósofo húngaro, extremamente crítico e cético aos trabalhos de Althusser, já em Marx podemos identificar desaprovação a movimentos que se baseiem numa transgressão política, e não necessariamente social, que revertam o funcionamento do próprio capitalismo. Esse tipo de movimento desautorizaria a organização *formal* do *capitalismo*, mas permitiria que, com a manutenção do Estado e da divisão do trabalho, o *capital* se mantivesse. Estado, capital e trabalho devem ser derrubados, segundo Mészáros, duma só vez: “[...] nenhum dos três poderia ser ‘derrubado nem abolido’, mas apenas ‘transcendido e superado’” (Mészáros, [2002] 2011, p. 576). Dada a assimetria dos e entre os sujeitos, bem como sua organização desigual independentemente da formação social, não consideramos viável a “transcendência/superação” (Mészáros, [2002] 2011) da divisão do trabalho, mas é fundamental que a mais-valia seja abolida. Da mesma maneira, e pensando do lugar de uma formação social marcada por “[...] condições sócio-históricas inequivocamente afetadas por processos coloniais, patriarcais, capitalistas e/logo racistas/racialistas” (Modesto, 2021, p. 3), qualquer revolução que não derrube as condições de possibilidade, existência e felicidade do racismo não passa de reformismo. Principalmente no Brasil e nas demais nações colonizadas, o racismo possibilita, sustenta e garante não apenas a divisão do trabalho, mas a própria mais-valia. A dialética é essa: há uma reciprocidade na persistência e no fim do trabalho explorado, do racismo (assim como de outras violên-

cias subjetivas, como o patriarcado), do capital, do Estado... e isso vem acompanhado também do desabrochar de outra formação social baseada em outros saberes, outras relações de produção, outras forças.

O crucial aqui é que estamos falando de “outras” e “outros”. Nossas práticas de resistência, também cotidianas, estão em muito calcadas ora a uma negação do Sujeito universal — “Ele não”, “Não passarão”, “Fora X” —, ora a uma alteridade inescapável mas também intangível — “Um outro mundo é possível”, “Outra economia para outra civilização” (Acosta, 2016, p. 171) *etc.* Mas que outro sistema, modelo, paradigma é esse? O outro não triunfa apenas negando o passado, mas obrigatoriamente se autoafirmando. Uma revolução social e discursiva. Entendemos que a negação dos saberes de uma formação discursiva não leva a outra formação discursiva. O silêncio pode fazê-lo, mas também é necessário se autoafirmar para dar consistência ao novo.

Não apenas desmaiar (Pêcheux, [1983] 1990), mas respirar em meio à asfixia. Disputar sentidos, mas quebrar fronteiras. Dialogar não com nazistas, fascistas e racistas, mas com aqueles de quem discordamos em estratégia, em busca da afirmação. Falar *do outro*, mas sobretudo falar *o outro* (como em Lazzarato, [2014] 2017, p. 231). Partir da superestrutura para chegar à estrutura. Estudar as formações teóricas burguesas, a economia política. Em atividade em movimentos sociais — ocupações de escolas, por exemplo —, enquanto professores e pesquisadores, não apenas dar aulas ou fazer palestras, mas varrer, plantar, limpar os espaços, cozinhar, dialogar com a juventude como se não fosse o portador do saber ou da autoridade de cátedra: ocupar o lugar da alteridade, evitando repetir as posições do cotidiano que nos dão poder. Reconhecer que nem tudo cabe no que já existe. Aceitar a destruição com silêncio. Cantar e dançar, mas saber gritar e neutralizar a voz dos zumbis.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

FOUCAULT, Michel [1975]. “Poder – corpo”. Tradução: José Thomaz Brum Duarte e Déborah Danowski. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LAZZARATO, Maurizio [2014]. **O governo do homem endividado**. Tradução: Daniel P.P. da Costa. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

MATTOS, Maria Augusta Bastos de. **Dispersão e memória no cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MÉSZAROS, István [2002]. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em: 5 jul. 2022.

PÊCHEUX, Michel [1983]. A análise de discurso: três épocas. Tradução: Maria Augusta Bastos de Mattos. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

RAMOS, Graciliano [1934]. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

Evandra et Thiago: Avec *Délimitations, retournements, déplacements*¹, texte dans lequel Pêcheux recourt à l'histoire pour discuter des questions de langage, ainsi que pour théoriser la résistance, l'auteur souligne que le pouvoir imprimé par la bourgeoisie tend à l'invisibilité puisque l'invisible serait plus efficace et meilleur pour la soumission à l'idéologie dominante. En outre, il affirme que le nazisme est encore fécond (Pêcheux, [1982a] 1990, p. 17). Selon l'auteur, les résistances consistent en : « ne pas comprendre ou mal comprendre; ne pas 'écouter' les ordres; ne pas répéter les litanies ou les répéter à tort et à travers, parler quand le silence est exigé; parler sa langue comme une langue étrangère que l'on maîtrise mal; changer, détourner, altérer le sens des mots et des phrases; prendre les énoncés au pied de la lettre; déplacer les règles de la syntaxe et déstructurer le lexique en jouant sur les mots... ». Sur la base de cette discussion menée par l'auteur, comment comprendre le germe du nazisme, sous forme d'invisibilité, au sein de la formation sociale brésilienne ? En tant qu'analystes du discours, comment pouvons-nous, dans le domaine de la théorie, produire d'autres formes de résistance que celles déjà mentionnées par Pêcheux ?

1 Publication originale: PÊCHEUX, Michel. *Délimitations, retournements, déplacements. L'homme et la société*, v. 63-64, 1982. p. 53-69.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1982a]. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. Traduction: José Horta Nunes. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 7-24. 1990. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636823. Disponible à l'adresse suivante: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Accès le: 21 avr. 2022.

SPECTRES NUMÉRIQUES : ENTRE L'HORREUR DE LA VISIBILITÉ DE L'AGENT OPPRESSEUR ET L'EFFICACITÉ DE L'INVISIBILITÉ DE LA DOMINATION

Maurício Beck (PPGL-UESC)

Le texte de Michel Pêcheux *Délimitations, retournements et déplacements* couvre une certaine période historique, l'ère dite des révolutions. Écrit en mai 1980, peu après la révolution sandiniste, la dernière révolution marxiste depuis lors, le texte aborde l'histoire des émanations de spectres politiques (y compris les spectres de Marx ou des marxismes), des transformations et des inversions de la frontière entre le visible et l'invisible, ainsi que des déplacements insoupçonnés de frontières. C'est cependant vers la fin du texte que Pêcheux évoque le nazisme en citant un article contemporain de Jean-Pierre Faye. La citation du « ventre encore fécond du nazisme » est porteuse d'une métaphore biologique, que Pêcheux avait déjà critiquée quelques pages plus tôt. Il s'agit de la métaphore du « [...] germe révolutionnaire indépendant, présent à l'état pratique comme une essence certainement entravée. » (Pêcheux, 1990, p. 16). Dans la lecture du philosophe, cette notion aurait des effets religieux, puisqu'elle implique « [...] un développement organique complet, contenu dans un état de préfiguration » (Pêcheux, 1990, p. 16). En d'autres termes, le germe biologique,

en pensant le politique, apporterait par inadvertance une téléologie religieuse de contrebande. Il serait pertinent de se demander si la mention de Faye (qui traitait de la notion arendtienne de totalitarisme), comme d'ailleurs les mentions de Baudrillard dans le texte pêcheuxien, ne maintient pas une distance plutôt critique.

Malgré la mise entre guillemets des propos de Faye, Pêcheux poursuit sa réflexion sur le risque d'une résurgence du nazisme. Et c'est à ce moment qu'intervient une autre citation, celle d'un ancien élève althussérien, interlocuteur de Fidel Castro et de Che Guevara, le spécialiste des médias Régis Debray. En fait, Debray apparaît à d'autres moments, ses citations complétant les réflexions sur les langues, la communication et la propagande dans les processus révolutionnaires mentionnés tout au long du texte. Pour reprendre le fil de l'argumentation de Pêcheux, « le ventre encore fécond du nazisme » peut gestationner l'événement de son retour par l'effet du perfectionnement de l'art de l'anesthésie et de l'asphyxie (une oppression indolore, sans coercition ?) des « langues de vent » de l'audiovisuel et (pourquoi pas ?) des médias numériques. Or, les risques de l'efficacité des médias dans la diffusion des fake news sont déjà bien connus, il suffit de se rappeler l'effet de panique collective, le délire d'une invasion extraterrestre, provoqué par la dramatisation radiophonique de *La Guerre des mondes* de H. G. Wells, interprétée par Orson Welles, aux USA, en 1938. Voici un événement anecdotique qui nous donne un aperçu de ce qui peut se passer lorsque « [...] le registre de la fiction (reconnu comme tel dans ses effets) semble aujourd'hui, en politique, laisser de plus en plus de place au semblant (c'est-à-dire à un simulacre de réel): le spéculaire est en train de vider l'imaginaire... » (Pêcheux, [1979] 2011, p. 92). Voilà deux avertissements qui actualisent les articles du tournant des années 1970-1980.

Je ne sais pas si l'on peut parler d'invisibilité, peut-être serait-il plus utile de parler d'une certaine latence dans la sphère privée,

des nazismes et des fascismes, dans une formation sociale comme celle du Brésil, celle-là même qui a vu l'émergence de l'intégrisme au début de l'Estado Novo. Le mouvement fasciste a été démantelé par les organisations ouvrières lors de la bataille de Praça da Sé le 7 octobre 1934, un jour dont on se souvient comme celui de la Revoadá das Galinhas Verdes. La visibilité médiatique actuelle des mouvements (proto)fascistes a pu en étonner plus d'un, en particulier ceux qui ne connaissent pas l'état d'exception qui prévaut dans les interstices et dans les brisures des nombreux Brésiliens éloignés de l'urbanité démocratique de la Nouvelle République. Cependant, je soutiens que, au-delà ou en dessous de l'horreur de la visibilisation du nazisme ancrée dans notre formation sociale, il y a l'invisibilité du savoir et du pouvoir de la bourgeoisie transnationale et de ses entreprises numériques, qui sont peut-être les bureaucraties les plus efficaces jamais produites. Elles collectent des téraoctets de données auprès des populations, souvent sans respecter les limites des frontières étatiques, tout en se passant de tout mécanisme coercitif dans la réalisation intensive de la collecte.

En déplaçant les frontières de la question qui anime ce texte, quel serait l'effet de l'invisibilité de l'étendue et de la dimension du savoir et du pouvoir des médias numériques contemporains, ces propriétés des mégacorporations transnationales ? Même si leurs médiums en transe (influenceurs et coachs, joueurs de flûte de *Hamelin* en tout cas, au service d'algorithmes anonymes et opaques) qui font défiler les masses d'abonnés ou de followers, restent plus ou moins circonscrits par les frontières nationales ? Pour paraphraser Horkheimer, ceux qui veulent parler du fascisme ne devraient pas se taire sur le capitalisme. Le pouvoir existe, comme le rappelle Pêcheux, et ses tentacules numériques s'étendent de plus en plus concrètement (en synthétisant des déterminations multiples) au-delà du giron maternel du pouvoir étatique.

Pouvons-nous, en tant qu'analystes du discours, produire des formes de résistance (pourquoi pas de révolte ?) au-delà de celles dont Pêcheux nous a parlé ? Peut-être ces résistances ne pourront-elles jamais être anticipées par les théoriciens de cabinet ou les analystes académiques; ce que nous pouvons encore faire, c'est écouter toujours plus attentivement les luttes en cours, et tracer la généalogie des processus de résistance-révolte-révolution du vingt-et-unième siècle.

RÉFÉRENCES

PÊCHEUX, Michel [1982]. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução: Jose Horta Nunes. **Caderno de Estudos Lingüísticos**, Campinas: Unicamp/ IEL, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel. Foi "Propaganda" Mesmo que Você Disse? *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos. Campinas: Pontes, 2011. p. 73-92.

PARLER DE L'AUTRE, PARLER L'AUTRE

Phellipe Marcel da Silva Esteves (UFF)

Personne ne s'imaginera qu'après avoir rencontré les obstacles susmentionnés, j'ai toujours avancé en toute sécurité et emprunté les bons chemins sans m'arrêter. Non, monsieur, je n'ai pas avancé, je n'ai pas voyagé. J'ai eu des revers, j'ai voulu revenir en arrière, j'ai contourné des difficultés : beaucoup de virages. Pensez-vous que j'ai mal marché ? **La vérité, c'est que je n'ai jamais su quels actes étaient bons et quels actes étaient mauvais.** [...] Et comme j'avais toujours eu l'intention de posséder les terres de São Bernardo **j'ai considéré comme légitimes les actions qui m'ont conduit à les obtenir.** (Ramos, [1934] 1984, p. 39, souligné par moi).

[...] si la révolution *politique* peut réussir dans les tâches immédiates, seule la révolution *sociale* conçue par Marx—avec son «travail» positif de «régénération»—peut promettre des réalisations durables et des transformations structurelles véritablement irréversibles. (Mészáros, [2002] 2011, p. 577).

Indistinction. Le pouvoir dans l'idéologie ne se perçoit pas discrètement. Il colle aux corps, il aspire les âmes. Il ne se matérialise pas immédiatement en tant que symptôme. Il prend du temps. Au compte-

gouttes. Il brouille les frontières éthiques : de l'idéologie dominante et des autres idéologies. Le sujet de l'idéologie reflète et réfracte parfois son miroir, le Sujet avec lequel il doit s'identifier, où il se reconnaît et se perd. Ainsi, il entremêle des actes *bons ou mauvais*, mais qui, dans la quête du pouvoir—augmentation de salaire, titre de propriété, réussite à un examen public ou à un processus de sélection, élection à un poste politique, défense d'un peuple, maintien du *statu quo*, révolution, etc.—semblent toutes *légitimes*. Graciliano Ramos nous enseigne tout cela à *São Bernardo*.

Il y a des pommes et des poires ici. Si nous voulons parler de la persistance du mal comme légitime, si nous voulons montrer un pouvoir que l'on croyait vaincu mais qui se vivifie au moment où l'on s'y attend le moins, nous devons dépasser l'althussérianisme qui traverse nos réflexions et, dans le cadre du matérialisme, considérer même ceux qui critiquent la perspective, mais qui établissent des dialogues non pas avec elle, mais avec le désir de transformation. Pour Foucault, le pouvoir se produit dans le *macro*, mais aussi dans le *micro*. Il faudrait éteindre les micropouvoirs qui assurent le fonctionnement quotidien de l'appareil d'État, tant idéologique que répressif. Il peut sembler que le philosophe « néglige l'appareil d'Etat ». Il répond :

[...] Les mouvements révolutionnaires marxistes ou influencés par le marxisme à partir de la fin du 19e siècle ont privilégié l'appareil d'État comme cible de la lutte. À quoi cela a-t-il abouti ? Pour pouvoir lutter contre un État qui n'est pas seulement un gouvernement, le mouvement révolutionnaire doit s'attribuer l'équivalent en termes de forces politico-militaires, qu'il doit donc se constituer en parti, organisé—en interne—comme un appareil d'État, avec les mêmes mécanismes de discipline, les mêmes hiérarchies, la même organisation des pouvoirs. La conséquence est grave. (...) si l'on ne veut pas interrompre le processus révolutionnaire, l'une des premières choses

à comprendre est que le pouvoir n'est pas localisé dans l'appareil d'État et que **rien ne changera dans la société si l'on ne modifie pas les mécanismes de pouvoir qui opèrent en dehors, en dessous, à côté de l'appareil d'État, à un niveau beaucoup plus élémentaire, plus quotidien.** (Foucault, 1979, p. 85, souligné par moi).

A partir de cette citation de Foucault, nous préférons penser à un continuum entre les macro-pouvoirs et les micro-pouvoirs, c'est-à-dire les pouvoirs qui circulent dans les appareils d'État—comme les partis, la police, l'église, l'école—et les pouvoirs qui circulent *apparemment* en dehors des appareils¹, au quotidien, sous la forme de l'idéologie de tous les jours. C'est ce point qui nous intéresse: l'inter-incidence des macro-pouvoirs dans les micro-pouvoirs, et vice versa, à partir du langage. En d'autres termes : comment les discours qui fournissent le pouvoir symbolique de contrôler et de prendre des vies, comme le nazisme, survivent à la chute des institutions dans lesquelles elles ont été constituées. Foucault a raison ici, même si c'est contradictoire : les révolutions du 20^{ème} siècle, inspirées par le marxisme, ont fondé des institutions symétriques à celles qu'elles combattaient, en s'organisant dans des appareils d'État similaires. Un réformisme qui est inhérent (mais pas nécessairement) aux pratiques révolutionnaires et qui, bien sûr, donne aussi de la vigueur aux mouvements politiques mêmes de la confrontation réformiste avec le capitalisme. Ou, comme le dit le défenseur d'une économie basée sur les principes des peuples originels, en se référant à l'assimilation du « Bien Vivre » par les discours publicitaires des gouvernements andins et même par la chancelière allemande de l'époque, Angela Merkel, « Avec de vieux appareils, on ne peut pas construire le nouveau » (Acosta, 2016, p. 105).

1 Notons chez Mattos (1998) que le discours de la vie quotidienne n'est pas, contrairement à ce qu'affirme Foucault, en dehors des appareils de l'État, mais *apparemment* en dehors, sous la forme du discours de la familiarité, par exemple. La conversation se joue à l'intérieur du foyer, mais aussi en attendant un bus, dans un service commercial, dans un ascenseur. Et, si nous en venons à l'époque contemporaine, dans les soi-disant réseaux sociaux, dans les applications de rencontre, dans les logiciels de messagerie.

Les micropouvoirs sont ancrés dans les appareils existants. Le nazisme perdure. *Mort-vivant et leitmotiv.*

Bien que nous comprenions la nécessité immédiate de panser les plaies et d'empêcher les mouches de se poser, nous ne pouvons nous empêcher de défendre notre point de vue. Il ne suffit pas de *résister* au nazisme. Pour le combattre, il faut le détruire. Et faire germer d'autres germes, favorisant les identifications à d'autres discours, d'autres pratiques idéologiques. La question ne nous semble donc pas être celle de trouver d'autres formes de résistance—puisque résister est inévitable et constitutif—mais d'autres manières, discursives, de couper le mal (à la racine ?), de faire résonner des alternatives, des possibles. Et c'est là que nous entrons dans Mészáros.

Pour le philosophe hongrois, extrêmement critique et sceptique à l'égard de l'œuvre d'Althusser, on peut déjà identifier chez Marx une désapprobation des mouvements qui se fondent sur une transgression politique, et pas nécessairement sociale, qui renverse le fonctionnement du capitalisme lui-même. Un tel mouvement interdirait l'organisation *formelle du capitalisme*, mais permettrait au *capital* de se maintenir en maintenant l'État et la division du travail. État, capital et travail doivent être renversés, selon Mészáros, d'un seul coup : « [...] aucun des trois ne peut être « renversé ou aboli », mais seulement « transcendé et dépassé » » (Mészáros, [2002] 2011, p. 576). Compte tenu de l'asymétrie des sujets et entre eux, ainsi que de leur organisation inégale quelle que soit la formation sociale, nous ne considérons pas que la « transcendance/dépassement » (Mészáros, [2002] 2011) de la division du travail soit réalisable, mais qu'il est essentiel d'abolir la plus-value. De même, et en se plaçant du point de vue d'une formation sociale marquée par « [...] des conditions socio-historiques affectées sans équivoque par des processus coloniaux, patriarcaux, capitalistes et/ou racistes » (Modesto, 2021, p. 3), toute révolution qui ne renverse pas les conditions de possibilité, d'existence et de bonheur du racisme n'est rien d'autre qu'un réformisme. En particulier au Brésil

et dans d'autres nations colonisées, le racisme permet, soutient et garantit non seulement la division du travail, mais aussi la plus-value elle-même. La dialectique est la suivante: il y a une réciprocité dans la persistance et la fin du travail exploité, du racisme (ainsi que d'autres violences subjectives, comme le patriarcat), du capital, de l'État... et cela s'accompagne également de l'éclosion d'une autre formation sociale basée sur d'autres connaissances, d'autres relations de production, d'autres forces.

Ce qui est crucial ici, c'est que nous parlons d' « autres » et d' « autres ». Nos pratiques de résistance, qui sont aussi quotidiennes, sont très largement fondées sur une négation du Sujet universel – « Pas lui », « Ils ne passeront pas », « Dehors X »—et sur une altérité inéluctable mais aussi intangible – « Un autre monde est possible », « Une autre économie pour une autre civilisation » (Acosta, 2016, p. 171) etc. Mais de quel autre système, modèle, paradigme s'agit-il? L'autre ne triomphe pas seulement en niant le passé, mais nécessairement en s'affirmant. Une révolution sociale et discursive. Nous comprenons que la négation des savoirs d'une formation discursive ne conduit pas à une autre formation discursive. Le silence peut le faire, mais il faut aussi s'affirmer pour donner consistance au nouveau.

Il ne s'agit pas seulement de s'évanouir (Pêcheux, [1983] 1990), mais de respirer au milieu de l'asphyxie. Contester les significations, mais briser les frontières. Dialoguer non pas avec les nazis, les fascistes et les racistes, mais avec ceux avec qui nous sommes en désaccord sur la stratégie, en quête d'affirmation. Parler *de l'autre*, mais surtout parler *l'autre* (comme dans Lazzarato, [2014] 2017, p. 231). Partir de la superstructure pour arriver à la structure. Étudier les formations théoriques bourgeoises, l'économie politique. En travaillant dans des mouvements sociaux–occupations d'écoles, par exemple–en tant qu'enseignants et chercheurs, ne pas se contenter d'enseigner ou de donner des conférences, mais balayer, planter, nettoyer les espaces, cuisiner, dialoguer avec les jeunes comme si l'on n'était pas le détenteur

du savoir ou l'autorité de la chaise : occuper la place de l'altérité, éviter de répéter les positions quotidiennes qui nous donnent du pouvoir. Reconnaître que tout ne s'inscrit pas dans l'existant. Accepter la destruction par le silence. Chanter et danser, mais savoir crier et neutraliser la voix des zombies.

RÉFÉRENCES

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Traduction: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

FOUCAULT, Michel [1975]. "Poder – corpo". Traduction: José Thomaz Brum Duarte e Déborah Danowski. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LAZZARATO, Maurizio [2014]. **O governo do homem endividado**. Traduction: Daniel P.P. da Costa. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

MATTOS, Maria Augusta Bastos de. **Dispersão e memória no cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MÉSZAROS, István [2002]. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Traduction: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponible à l'adresse: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Accès le: 5 jul. 2022.

PÊCHEUX, Michel [1983]. A análise de discurso: três épocas. Traduction: Maria Augusta Bastos de Mattos. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

RAMOS, Graciliano [1934]. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

Evandra e Thiago: No artigo *Ideologia–aprisionamento ou campo paradoxal?*¹, Pêcheux ([1983b] 2015i, p. 115, grifos do autor) teoriza acerca dos objetos paradoxais como “idênticos consigo mesmo e se comportam antagonicamente consigo mesmos.” Com base nessa reflexão, que comportava significantes como “povo, direito, liberdade, trabalho, gênero, vida, ciência e paz” (Pêcheux, [1983b] 2015i, p. 115), como podemos entender a noção de objetos paradoxais? Que outros significantes podem ser tomados como objetos paradoxais? Há deslocamentos possíveis na noção de objetos paradoxais nas atuais condições de produção?

1 Publicação original: PÊCHEUX, Michel. Ideologie–festung oder paradoxer raum? **Das Argument**, Berlin, v. 139, 1983. p. 379-387.

Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel [1983b]. Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? Tradução: Carmen Zink. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015i. p. 107-119.

OBJETOS PARADOXAIS: UM PERCURSO DE UMA NOÇÃO NA OBRA DE MICHEL PÊCHEUX

André Cavalcante (UFPE)

A maioria de nós, analistas do discurso, quando tentamos dar aulas sobre a teoria, sempre lidamos com uma inquietação: “Como trabalhar essas noções e conceitos que estão atrelados um ao outro?” Ao falarmos de sujeito, temos que trazer junto noções como Ideologia e formação discursiva, por exemplo. Da mesma forma, a noção de objeto paradoxal está estritamente relacionada à Ideologia e à contradição.

Como a teoria do discurso vai nos capturando na nossa identificação, no avanço de nossas leituras na obra pecheuxtiana, os objetos paradoxais foram se tornando uma questão que, de certo modo, percorreu minha tese de doutorado¹, na qual refleti sobre as resistências e produção de sentidos dos/sobre os corpos trans. No entanto, o encontro com esta noção já vem de antes. Em um primeiro momento, durante a palestra de Mónica Zoppi-Fontana², no SEAD de 2015, ela retoma Pêcheux, refletindo o gênero como objeto paradoxal. Em outro momento, já pesquisando sobre o corpo na Análise do Discurso, me deparo

1 Tese intitulada “O corpo que habito: resistências e produção de sentidos dos/sobre os corpos trans”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagem da UFF, em 2021, sob orientação de Vanise Medeiros.

2 Em trabalho anterior, Zoppi-Fontana (2005) reflete o caráter contraditório da ideologia e apresenta os objetos sobre os quais Pêcheux teoriza.

com a reflexão de Aline Azevedo (2012) sobre o corpo como objeto paradoxal, que se significa por efeitos de homogeneidade e universalidade.

Ideologia–aprisionamento ou campo paradoxal?, Pêcheux ([1982a] 2015a) é um dos artigos de Pêcheux teoriza a noção de objeto paradoxal. Em seu texto, ao discutir sobre a Ideologia, em especial no enfoque sobre a contradição, ele aponta que estes objetos são “[...] simultaneamente, idênticos consigo mesmos e se comportam antagonicamente consigo mesmos” (Pêcheux, [1982a] 2015a, p. 115). Isto é, há objetos específicos entendidos por Pêcheux como conflitantes, instáveis e que se tomam posições distintas sobre eles. Estes inscrevem-se, portanto, na

[...] ‘luta de deslocamento ideológica’ [...] de choques, que questionam a definição e fronteira do ‘discurso político’ [...] [e] da vida privada [...] capitalista se reproduz na medida em que ela se transforma, reorganiza (Pêcheux, [1982a] 2015a, p. 114-115).

Ao falar sobre os choques entre as fronteiras discursivas, Pêcheux nos faz refletir sobre como os objetos paradoxais jogam luz para o funcionamento da contradição, cerne de uma teoria materialista que pensa a reprodução/transformação das relações de produção. A “luta de deslocamentos ideológicas” da qual Pêcheux se refere insiste “[...] na apreensão de objetos (constantemente contraditórios e ambíguos) (Pêcheux, [1982a] 2015a, p. 115). Aqui, podemos entender que é papel da ideologia dissimular e tentar apagar o funcionamento ambíguo e contraditório de tais objetos. Nessa luta, como nos diz Pêcheux em *Delimitações, Inversões e Deslocamentos*, “[a] unidade é submetida a uma divisão”, o que é próprio da luta de classe que revela um “mundo que não acaba nunca de *se dividir em dois*” (Pêcheux, [1982b] 1990, p. 12).

Até o momento, citamos o gênero como um objeto paradoxal, mas, em *Metáfora e Interdiscurso*, o autor também cita como outro exemplo

“a liberdade”, na contemporaneidade, sendo uma unidade dividida, “[...] suscetível de se inscrever em um ou outro efeito conjuntural, politicamente sobre-determinado” (Pêcheux, [1984a] 2015b, p. 157-158).

Além do artigo mencionado acima, essa discussão se apresenta também no artigo *A língua inatingível*, no qual Pêcheux e Gadet discutem sobre esses objetos que não podem ter estatuto de lógicos, uma vez que suas relações de força são extremamente móveis, “[...] com movimentos flexíveis que são surpreendentes por causa do paradoxo que eles possuem” (Pêcheux; Gadet, 2015, p. 97).

Liberdade, Deus, nação, mudança, gênero, povo, direito, trabalho, ciência, natureza, paz, ordem, igualdade, justiça, poder, moral, saber, prazer sexual, família são exemplos de objetos paradoxais arrolados por Pêcheux em muitos de seus textos e que não são os “[...] ‘objetos’ ideológicos regionais tomados um a um, mas o próprio corte em região (Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber etc.)” (Pêcheux, [1984b] 2014, p. 5). Para o autor, “[...] são as relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões que constituem o palco da luta ideológica de classes” (Pêcheux, [1984b] 2014, p. 5). Destacamos aqui dois pontos a pensar junto com Pêcheux: 1. Há momentos em que o autor nomeia a noção como “objetos ideológicos”, no entanto se sobressai o uso de “objetos paradoxais”. 2. Esses objetos, conforme o autor, não são tomados de forma individual, mas regionais, submetidos à desigualdade-subordinação das lutas de classes. Assim, podemos entender que os objetos paradoxais cortam regiões de saberes, podem, então, estar filiados a formações discursivas opostas.

Em dois outros textos anteriores a esses aqui citados, Pêcheux já preconizava a discussão sobre os objetos paradoxais. Em *Semântica e Discurso* ([1975] 2009, p. 132), o autor, ao refletir sobre as lutas ideológicas e as posições de classe, afirma que os objetos, chamados por ele de ideológicos, em situações concretas como na Escola, na Família,

demonstram o vínculo contraditório da reprodução e transformação das relações de produção.

Voltando um pouco mais no percurso teórico Pêcheux, em *Remontemos de Foucault a Spinoza* ([1977] 2011, p. 190), há ainda uma outra forma basilar de discussão desses objetos. Pêcheux, quando reflete sobre o caráter regional das formações ideológicas, diz que estas se referem simultaneamente às mesmas “coisas” sob formas contraditórias na relação com a luta de classes. Essas “coisas” diferentes são, ao exemplo do autor, Liberdade, Deus e Justiça. Historicamente, podemos perceber que esta noção percorre diferentes fases do empreendimento teórico de Michel Pêcheux, ora como objetos ideológicos, ora como objetos paradoxais. Em cada momento, o autor vai apresentando alguns significantes como exemplo, repetindo-os em outros textos e acrescentado mais exemplos. A própria definição também vai se repetindo nos textos e em outros vai aparecendo mais elaborada.

A partir dessas discussões pecheuxtianas, essa noção foi sendo desdobrada em teorizações de outros analistas, como em Zoppi-Fontana e Azevedo, já citadas, entre outros³. Em meu trabalho de doutoramento, analisei de que modo o sintagma “corpo trans” foi se constituindo como um exemplo de objeto paradoxal, uma vez que organiza dizeres idênticos e contraditórios, marcando a reprodução e transformação de dizeres, ao se inscreverem em formações discursivas opostas; uma filiada aos dizeres da luta trans e outra que deslegitimava e violentava essa forma de subjetivar-se.

Como dito desde o início, ao falarmos de uma noção teórica da Análise do Discurso, iremos sempre trazer outras noções, o que nos faz perceber o quão complexa e rica é a produção teórico-metodológica da AD. Aqui, intentamos fazer um percurso histórico de como a noção percorre a obra de Pêcheux, além de mostrarmos alguns

3 Adorno (2016) também discute a noção pecheuxtiana e retoma a discussão nesta presente obra. Também podemos citar o trabalho de Freitas (2018) sobre a língua como um objeto paradoxal.

desdobramentos atuais. Para tanto, ratificamos o caráter fundante da Ideologia nos estudos do discurso e a contradição como uma forma de representar as lutas de classes na linguagem.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Guilherme. Os vlogs e a identificação paradoxal dos criadores de discurso. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 37, jan-jun, 2016.

AZEVEDO, Aline F. O corpo como objeto paradoxal. **Entremeios: revista de estudos do discurso**, n. 5, jul, 2012.

CAVALCANTE, André. **O corpo que habito**: resistências e produção de sentidos dos/sobre os corpos trans. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Niterói: 2021.

FREITAS, Ronaldo. Objetos paradoxais na História das Ideias Linguísticas: uma pesquisa sobre o ensino de língua Portuguesa no Brasil. **Fragmentum**, Santa Maria, n. Especial, jul./dez. 2018

PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. [1977] Remontemos de Foucault à Spinoza. *In*: BARONAS, R.L. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção conceito de formação discursiva. 2. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Pedro & João Editores, 2011.

PÊCHEUX, Michel. [1982b] Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução: José Horta Nunes). **Cad. Est. Ling.**, Campinas, n. 19, jul./dez, 1990.

PÊCHEUX, Michel. [1982a] Ideologia – Aprisionamento ou campo paradoxal? *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados. Campinas: Pontes Editores, 2015a. p. 107-119.

PÊCHEUX, Michel. [1984a] Metáfora e interdiscurso. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados. Campinas: Pontes Editores, 2015b. p. 151-161.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 93-105.

PÊCHEUX, Michel. [1984b] Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. Tradução: Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira). **Décalages**, v. 1, n. 4, 2014.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Ideologia e objetos paradoxais. **Revista Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, 2005.

A IDEOLOGIA É PARADOXAL: PONTUAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO IDEOLÓGICO

Guilherme Adorno (UEM)

O conjunto de perguntas me leva a retomar a necessidade de contextualizar o momento em que Michel Pêcheux trouxe a formulação sobre os “objetos paradoxais” na relação com seu próprio percurso de trabalho. Interessante notar que o texto de onde vem a citação apresentada pela questão é de uma conferência pronunciada em 1982 e publicada em 1983 somente em alemão até 2011, quando foi editada a tradução brasileira pela primeira vez. Portanto, um texto que não teve, aparentemente, uma circulação relevante na França e nem foi amplamente discutido no Brasil até bem pouco tempo. Mônica Zoppi-Fontana (2005), em “Objetos Paradoxais e Ideologia”, foi uma das primeiras a tratar especificamente da noção de objetos paradoxais no contexto do artigo de Pêcheux, logo depois de ter acesso ao original e à tradução realizada por Carmen Zink naquele momento. Esse mesmo texto de Zoppi-Fontana é uma referência essencial para compreender o contexto e a trajetória de escrita de Pêcheux em relação aos embates e deslocamentos em torno da “ideologia”, conceito polêmico para a época e ainda nos dias atuais pela confusão de sua utilização em diferentes campos de saber. Buscarei refazer um percurso mais circunscrito à tradução brasileira.

Quero destacar um posicionamento que tenho defendido (Adorno, 2019) em relação aos desenvolvimentos teóricos de Michel Pêcheux. São largamente discutidos os efeitos da Psicanálise na AD sobretudo a partir do conhecido “Anexo 3” e uma leitura-interpretação que pode escorregar numa redução: a Psicanálise seria a causa (ou numa posição mais branda, a “principal responsável”) do olhar discursivo para a resistência, o equívoco, o heterogêneo, a falha, o furo e todos os funcionamentos que apontam para a diferença em relação ao mesmo, à sujeição mecânica e à “maquinaria discursiva”, que fariam parte dessa filiação ao materialismo histórico. Justamente, a exemplo do que acontece em outro texto do autor, “Delimitações, Inversões e Deslocamentos”, a discussão sobre os objetos paradoxais permite mostrar como o próprio materialismo althusseriano deu base e sustentação para o avanço em direção à resistência simbólica (certamente com contribuições vindas também de leituras psicanalíticas). Como mostra Pêcheux desde o título de seu texto, é o entendimento sobre o conceito de ideologia que está em jogo: aprisionamento ou campo paradoxal?

Na tradução brasileira de apenas 13 páginas, o texto se inicia na página 107, porém apenas na 115 aparece a formulação “objetos paradoxais”. Nas páginas anteriores, o autor discorre sobre problemáticas em torno do conceito de “ideologia” e aponta para a necessidade de se olhar para o que ele chama de “lutas ideológicas em movimento”. Pêcheux retoma interpretações marxistas clássicas, desde a relação entre teoria e prática nos socialismos existentes até a “pretensão de teorizar genericamente” sobre a ideologia dominante no modo de produção capitalista.

Um dos pontos principais de ataque de Pêcheux incide sobre as supostas demarcações de antemão dos contrários em luta, para que seja possível, “[...] contra as lógicas inscritas na forma estável da fortificação [...]”, em outra direção, “descrever os tipos de choque de deslocamentos, que não colocam em oposição classes, ‘interesses’, ou determinadas posições prévias, mas que tratem da reprodução/transformação

das relações de classe” (Pêcheux, 2011, p. 114-115). Uma discussão que remonta a um embate entre Althusser e alguns de seus mais severos críticos.

Mais de uma década antes, Althusser ([1973] 1978) escreveu sua “Resposta a John Lewis”, em que o autor, ao desmontar o argumento de seu adversário filosófico-político, problematiza o próprio conceito de classe social. A metáfora escolhida por Althusser é a do jogo de futebol. Enquanto, por um lado, no esporte, os times adversários já têm uma existência definida previamente à própria partida, as classes sociais só existem no exato momento em que estão em confronto. No Brasil, esta metáfora é particularmente explicativa quando pensamos na lista extensa de clássicos como Flamengo X Fluminense, Corinthians X Palmeiras, Bahia X Vitória, Grêmio X Internacional *etc.* Como pensar, então, adversários em termos de classes?

Historicamente, a teoria marxista é fundada sobre a descrição das lutas entre classe trabalhadora e classe burguesa, mas essa pode ser justamente uma ilusão teórico-terminológica. O que argumenta Althusser é que a forma específica da luta vai definir como os contrários (elementos em contradição) se constituem. Isso pode mesmo ser retirado de alguns textos de Marx e Engels quando, ainda no século XIX, descrevem as diferenças do processo de constituição do capitalismo e suas contradições na França, na Inglaterra e na Alemanha. Não se trata das mesmas “classe burguesa” e “classe trabalhadora”. A designação é uma forma de apresentar regularidades em meio às diferenças. Porém, são sempre análises de condições concretas em conjunturas específicas que tratam ou deveriam tratar as análises marxistas. As especificidades de classe serão determinadas no próprio confronto específico entre elas. Isso para não avançarmos ainda sobre vários outros elementos, como contradições secundárias ou frações de classe (teoricamente e analiticamente desenvolvidos em autores como Alain Badiou e Nicos Poulantzas), que compõem as contradições do capitalismo para além do clássico da luta de classes Proletariado X Burguesia.

Portanto, é valendo-se dessa posição filosófica que Pêcheux (2011, p. 115-116) reafirma “A singularidade dessas lutas de deslocamento ideológicas [...]”, insistentes “[...] na repreensão de objetos (constantemente contraditórios e ambíguos) paradoxais, que são, simultaneamente, idênticos consigo mesmos e se comportam antagonicamente consigo mesmos.”, acrescentando ainda que “[...] funcionam em relações de força móveis, em mudanças confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis.”

Curiosamente, é em outro texto que encontramos uma formulação particularmente explicativa: “[...] os objetos ideológicos implicados no interior das lutas em movimento são **necessariamente** objetos de paradoxo lógico.” (Pêcheux; Gadet, 2011, p. 97, grifo meu). Portanto, defendo que a formulação “objetos paradoxais” diz respeito a todo e qualquer funcionamento ideológico. Todo objeto ideológico é um objeto paradoxal. Essa posição certamente não impede de localizar certos objetos frente a outros como parte dos procedimentos de análise discursiva. Provavelmente, em certas condições, alguns objetos podem estar mais em evidência do que outros ou apresentar contradições específicas. Sempre é, como reitera Pêcheux, um funcionamento desigual. Porém, não é possível delimitar de antemão qual é o objeto dominante ou qual é o subordinado. Somente uma análise conjuntural pode fornecer pistas mais sustentadas sobre a conjuntura dos objetos ideológicos-paradoxais.

Depois dessa contextualização, quero, de forma breve, apontar para alguns objetos que circulam, por vezes, quando escrevo este texto (fevereiro de 2023), como evidentes. É sempre um investimento teórico devolver a opacidade desses objetos e atualizá-los analiticamente.

Desde o golpe contra a presidenta Dilma, colocado em ato pela encenação do *impeachment* em 2016, o Brasil vive mais acirradamente o que passou a ser chamado de “polarização política”. E as designações foram muitas desde então: Esquerdistas X Extrema Direita,

Petistas X Bolsonaristas, Progressistas X Conservadores, ou mesmo o catalizador de várias dessas polarizações, Esquerda X Direita. Para ser consequente com o trabalho discursivo, precisamos escapar dessa ontologia das posições políticas, incluindo aí os meandros de setores sociais atuantes: juristas, militantes, trabalhadores, empresários, professores, evangélicos, católicos, ambientalistas, movimentos sociais e assim por diante. Existem, por exemplo, movimentos interessantes no meio evangélico que vão na direção oposta ao conservadorismo. Ainda que persista um núcleo duro do cinismo entre evangélicos, é preciso estar atento a possíveis posições progressistas. Em outra direção, sobretudo depois que se tornou fundamental a contraposição ao autoritarismo, é igualmente necessário devolver a opacidade da “defesa da democracia”, do “Estado de Direito” e das instituições jurídicas (não terei espaço para fazer a discussão merecida, mas indico os trabalhos de Suzy Lagazzi, Márcio Naves e Bernard Edelman sobre a constituição da ideologia jurídica no Capitalismo). Uma tendência histórica de reprodução do funcionamento de certas posições, como as ligadas a essas designações (evangélicos e defensores da democracia, por exemplo), não impede que as identificações sempre possam derivar e se movimentar, dependendo das condições de produção e quais são os objetos dessa discursividade.

Em outro texto, argumentei (Adorno, 2016) como os próprios processos de identificação também podem ser vistos como paradoxais. Pêcheux sustenta que a consideração do funcionamento paradoxal da ideologia implica em (re)pensar a linguagem e o sujeito (dois pontos extensamente trabalhados pelo autor). Lembro apenas a convocação de Pêcheux em relação à necessidade da escuta política das novas formas de assujeitamento nas composições entre as vias históricas da liberdade e do autoritarismo. Acredito que analisar o funcionamento paradoxal dos objetos ideológicos e das identificações pode ser um gesto que nos ajude a escutar mais tais formas de assujeitamento.

Como venho afirmando, caracterizado pela possibilidade de *atribuição simultânea de diferentes sentidos por diferentes posições-sujeitos no efeito de não diferença/divisão destes sentidos e sujeito*, o objeto ideológico-paradoxal funciona como *um efeito catalisador da polissemia, admitindo que diferentes posições-sujeito se identifiquem/reconheçam a este/neste objeto simulando sentidos parafrásticos em direção ao mesmo*. O Capital tem necessidade de fronteiras móveis porque também precisa lidar com sujeitos e objetos em movência (Adorno, 2016, p. 286-287).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Guilherme. Os vlogs e a identificação paradoxal dos criadores de discurso. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 37, p. 257-292, jan./jun. 2016. Disponível em: [<http://www.revistalinguas.com/edicao37/artigo11.pdf>]. Acesso em: 03. fev. 2023.

ADORNO, Guilherme. Algoritmizar a língua?: automatização, informatização, materialismo discursiva. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 174–197, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657798/21804>. Acesso em: 03. fev. 2023.

ALTHUSSER, Louis [1973]. Resposta a John Lewis. In: ALTHUSSER, Louis. **Posições**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 12-72.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. [1991]. A língua inatingível [entrevista]. In: ORLANDI, Eni. (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 93-106.

PÊCHEUX, Michel [1982/1983]. Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? In: ORLANDI, Eni. (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2011. p. 107-119

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Objetos Paradoxais e Ideologia. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 41-59, jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/download/977/833/1637>. Acesso em: 03 fev. 2023

Evandra et Thiago: Dans l'article *L'idéologie: citadelle ou espace paradoxal*¹, Pêcheux ([1983b] 2015i, p. 115, souligné par l'auteur) théorise les objets paradoxaux comme « identiques à eux-mêmes et se comportant de manière antagoniste envers eux-mêmes ». À partir de cette réflexion, qui tenait des signifiants tels que « le peuple, le droit, la liberté, le travail, le genre, la vie, la science et la paix » (Pêcheux, [1983b] 2015i, p. 115), comment comprendre la notion d'objets paradoxaux? Quels autres signifiants peuvent être pris comme objets paradoxaux? Y a-t-il des déplacements possibles de la notion d'objets paradoxaux dans les conditions de production actuelles?

1 Publication originale: PÊCHEUX, Michel. Ideologie-festung oder paradoxer raum?. **Das Argument**, Berlin, v. 139, 1983. p. 379-387.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1983b]. Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? Traduction: Carmen Zink. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015i. p. 107-119.

OBJETS PARADOXAUX: PARCOURS D'UNE NOTION DANS L'OEUVRE DE MICHEL PÊCHEUX

André Cavalcante (UFPE)

La plupart d'entre nous, analystes du discours, lorsque nous essayons d'enseigner la théorie, sommes toujours confrontés à une préoccupation: « Comment travailler ces notions et concepts qui sont liés les uns aux autres ? » Lorsque nous parlons de sujet, nous devons réunir des notions telles que l'idéologie et la formation discursive, par exemple. De même, la notion d'objet paradoxal est strictement liée à l'idéologie et à la contradiction.

Comme la théorie du discours nous saisit dans notre identification, dans la progression de nos lectures dans l'œuvre pecheux-tienne, les objets paradoxaux sont devenus une question qui, d'une certaine manière, a traversé ma thèse de doctorat¹, dans laquelle j'ai réfléchi sur les résistances et la production de significations de/à propos des corps trans. Cependant, la rencontre avec cette notion est antérieure. Dans un premier moment, lors de la conférence de Mónica Zoppi-Fontana², au SEAD 2015, elle aborde Pêcheux, en réfléchissant

1 Thèse intitulée «O corpo que habito : resistências e produção de sentidos dos/sobre os corpos trans» (Le corps que j'habite : résistances et production de significations de/sur les corps trans), soutenue dans le cadre du Programme de troisième cycle en études linguistiques de l'UFF, en 2021, supervisée par Vanise Medeiros.

2 Dans un travail antérieur, Zoppi-Fontana (2005) réfléchit sur le caractère contradictoire de l'idéologie et présente les objets sur lesquels Pêcheux théorise.

sur le genre comme objet paradoxal. Dans un autre moment, faisant déjà des recherches sur le corps en Analyse du discours, je découvre la réflexion d'Aline Azevedo (2012) sur le corps comme objet paradoxal, qui est signifié par des effets d'homogénéité et d'universalité.

Ideologie – Festung oder paradoxer Raum?, Pêcheux ([1982a] 2015a), est l'un des articles dans lesquels l'auteur théorise la notion d'objet paradoxal. Dans son texte, lorsqu'il discute de l'Idéologie, en particulier de l'accent mis sur la contradiction, il souligne que ces objets sont « [...] simultanément identiques à eux-mêmes et se comportent de manière antagoniste envers eux-mêmes » (Pêcheux, [1982a] 2015a, p. 115). En d'autres termes, il existe des objets spécifiques que Pêcheux considère comme conflictuels, instables et qui prennent des positions différentes à leur égard. Ceux-ci sont inscrits, par conséquent, dans la

[...] 'lutte de déplacement idéologique' [...] des affrontements qui remettent en question la définition et la limite du 'discours politique' [...] [et] de la vie privée [...], le capitalisme se reproduit dans la mesure où il se transforme, se réorganise (Pêcheux, [1982a] 2015a, p. 114-115).

En parlant des affrontements entre frontières discursives, Pêcheux nous fait réfléchir sur la manière dont les objets paradoxaux éclairent le fonctionnement de la contradiction, au cœur d'une théorie matérialiste qui pense la reproduction/transformation des rapports de production. La « lutte des déplacements idéologiques » à laquelle Pêcheux fait référence insiste sur « [...] la répréhension des objets (constamment contradictoires et ambigus) » (Pêcheux, [1982a] 2015a, p. 115). On comprend ici que c'est le rôle de l'idéologie de dissimuler et de tenter d'effacer le fonctionnement ambigu et contradictoire de ces objets. Dans cette lutte, comme le dit Pêcheux dans *Délimitations, Inversions et Déplacements*, « [une] unité est soumise à une division », ce qui est le propre de la lutte des classes qui révèle un « monde qui n'en finit pas de *se diviser en deux* » (Pêcheux, [1982b] 1990, p. 12). Jusqu'ici,

nous avons cité le genre comme objet paradoxal, mais, dans *Métaphore et Interdiscours*, l'auteur cite également comme autre exemple la « liberté », à l'époque contemporaine, étant une unité divisée, « [...] susceptible de s'inscrire dans tel ou tel effet conjoncturel, politiquement surdéterminé » (Pêcheux, [1984a] 2015b, p. 157-158).

Outre l'article mentionné ci-dessus, cette discussion est également présentée dans l'article *Le langage introuvable*, dans lequel Pêcheux et Gadet discutent de ces objets qui ne peuvent pas avoir de statut logique, car leurs rapports de force sont extrêmement mobiles, « [...] aux mouvements souples et surprenants par le paradoxe qu'ils possèdent » (Pêcheux ; Gadet, 2015, p. 97).

La liberté, Dieu, la nation, le changement, le genre, le peuple, le droit, le travail, la science, la nature, la paix, l'ordre, l'égalité, la justice, le pouvoir, la morale, le savoir, le plaisir sexuel, la famille sont des exemples d'objets paradoxaux énumérés par Pêcheux dans nombre de ses textes et qui ne sont pas les « [...] 'objets' idéologiques régionaux pris un par un, mais le découpage même de la région (Dieu, Morale, Droit, Justice, Famille, Savoir, etc.) » (Pêcheux, [1984b] 2014, p. 5). Pour l'auteur, « [...] ce sont les rapports d'inégalité-subordination entre ces régions qui constituent la scène de la lutte idéologique des classes » (Pêcheux, [1984b] 2014, p. 5). Nous soulignons ici deux points à réfléchir avec Pêcheux: 1. Il y a des moments où l'auteur nomme la notion d' « objets idéologiques », cependant, l'utilisation d' « objets paradoxaux » se démarque. 2. Ces objets, selon l'auteur, ne sont pas pris individuellement, mais régionalement, soumis à l'inégalité-subordination des luttes de classes. Ainsi, nous pouvons comprendre que les objets paradoxaux traversent les régions de la connaissance, et peuvent donc être affiliés à des formations discursives opposées.

Dans deux autres textes antérieurs à ceux cités ici, Pêcheux préconisait déjà la discussion d'objets paradoxaux. Dans *Les Vérités de la Palice* ([1975] 2009, p. 132), l'auteur, en réfléchissant sur les luttes idéo-

logiques et les positions de classe, affirme que les objets, qu'il qualifie d'idéologiques, dans des situations concrètes telles que l'École, la Famille, manifestent le lien contradictoire entre la reproduction et la transformation des rapports de production.

En retournant un peu plus loin dans le parcours théorique de Pêcheux, dans *Remontons de Foucault à Spinoza* ([1977] 2011, p. 190), il y a encore une autre manière fondamentale de parler de ces objets. Pêcheux, lorsqu'il réfléchit au caractère régional des formations idéologiques, dit qu'elles renvoient simultanément aux mêmes « choses » sous des formes contradictoires par rapport à la lutte des classes. Ces différentes « choses » sont, dans l'exemple de l'auteur, la Liberté, Dieu et la Justice. Historiquement, on constate que cette notion traverse différentes phases de l'entreprise théorique de Michel Pêcheux, tantôt comme objet idéologique, tantôt comme objet paradoxal. À chaque fois, l'auteur présente certains signifiants comme des exemples, les répète dans d'autres textes et y ajoute d'autres exemples. La définition elle-même est également répétée dans les textes et, dans d'autres, elle apparaît plus élaborée.

À partir de ces discussions pecheuxiennes, cette notion a été développée dans les théories d'autres analystes, tels que Zoppi-Fontana et Azevedo, déjà mentionnés, entre autres³. Dans mon travail de doctorat, j'ai analysé comment le syntagme « corps trans » était constitué comme un exemple d'objet paradoxal, puisqu'il organise des énoncés identiques et contradictoires, marquant la reproduction et la transformation des énoncés, puisqu'ils sont inscrits dans des formations discursives opposées; l'une affiliée aux énoncés de la lutte trans et l'autre qui délégitime et viole cette forme de subjectivité.

Comme nous l'avons dit dès le départ, lorsque nous parlons d'une notion théorique de l'analyse du discours, nous apportons toujours

3 Adorno (2016) discute également la notion pecheuxienne et reprend la discussion dans ce document. Nous pouvons également citer les travaux de Freitas (2018) sur la langue en tant qu'objet paradoxal.

d'autres notions, ce qui nous permet de nous rendre compte de la complexité et de la richesse de la production théorico-méthodologique de l'AD. Nous nous proposons ici de faire un parcours historique de la manière dont la notion traverse l'œuvre de Pêcheux, tout en montrant quelques développements actuels. Pour ce faire, nous ratifions le caractère fondateur de l'Idéologie dans les études de discours et de la contradiction comme mode de représentation des luttes de classes dans le langage.

RÉFÉRENCES

ADORNO, Guilherme. Os vlogs e a identificação paradoxal dos criadores de discurso. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 37, jan-jun, 2016.

AZEVEDO, Aline F. O corpo como objeto paradoxal. **Entremeios: revista de estudos do discurso**, n. 5, jul, 2012.

CAVALCANTE, André. **O corpo que habito**: resistências e produção de sentidos dos/sobre os corpos trans. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Niterói: 2021.

FREITAS, Ronaldo. Objetos paradoxais na História das Ideias Linguísticas: uma pesquisa sobre o ensino de língua Portuguesa no Brasil. **Fragmentum**, Santa Maria, n. Especial, jul./dez. 2018

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel [1977]. Remontemos de Foucault à Spinoza. In: BARONAS, R.L. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção conceito de formação discursiva. 2. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Pedro & João Editores, 2011.

PÊCHEUX, Michel [1982b]. Delimitações, inversões, deslocamentos. Traduction: José Horta Nunes). **Cad. Est. Ling.**, Campinas, n. 19, jul./dez, 1990.

PÊCHEUX, Michel [1982a]. Ideologia – Aprisionamento ou campo paradoxal? In: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados. Campinas: Pontes Editores, 2015a. p. 107-119.

PÊCHEUX, Michel [1984a]. Metáfora e interdiscurso. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados. Campinas: Pontes Editores, 2015b. p. 151-161.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 93-105.

PÊCHEUX, Michel [1984b]. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. Traduction: Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira). **Décalages**, v. 1, n. 4, 2014.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Ideologia e objetos paradoxais. **Revista Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, 2005.

L'IDÉOLOGIE EST PARADOXALE : DES PONCTUATIONS SUR LE FONCTIONNEMENT IDÉOLOGIQUE

Guilherme Adorno (UEM)

L'ensemble des questions m'amène à revenir sur la nécessité de contextualiser le moment où Michel Pêcheux a mis en relation la formulation sur les «objets paradoxaux» avec son propre parcours. Il est intéressant de noter que le texte d'où provient la citation présentée par la question est issu d'une conférence donnée en 1982 et publiée en 1983 uniquement en allemand jusqu'en 2011, date à laquelle la traduction brésilienne a été éditée pour la première fois. Il s'agit donc d'un texte qui n'a apparemment pas eu de diffusion pertinente en France et qui n'a pas été largement discuté au Brésil jusqu'à une date récente. Mónica Zoppi-Fontana (2005), dans « Objetos Paradoxais e Ideologia », a été l'une des premières à traiter spécifiquement de la notion d'objets paradoxaux dans le contexte de l'article de Pêcheux, peu après avoir eu accès à l'original et à la traduction réalisée par Carmen Zink à l'époque. Ce même texte de Zoppi-Fontana est une référence essentielle pour comprendre le contexte et la trajectoire de l'écriture de Pêcheux en relation avec les affrontements et les déplacements autour de l'« idéologie », un concept controversé à l'époque et encore aujourd'hui en raison de la confusion de son utilisation dans différents

domaines de la connaissance. J'essaierai de retracer un parcours plus circonscrit à la traduction brésilienne.

Je voudrais souligner une position que j'ai défendue (Adorno, 2019) par rapport aux développements théoriques de Michel Pêcheux. Les effets de la psychanalyse sur l'AD sont largement discutés, notamment à partir de la fameuse « anexo 3 »¹ et d'une lecture-interprétation qui peut glisser vers une réduction: la psychanalyse serait la cause (ou dans une position plus douce, la « principale responsable ») du regard discursif sur la résistance, l'équivoque, l'hétérogénéité, l'échec, le trou et tous les rouages qui pointent la différence par rapport au même, l'assujettissement mécanique et la « machinerie discursive », qui s'inscriraient dans cette affiliation au matérialisme historique. Précisément, comme dans un autre texte de l'auteur, « Délimitations, retournements et déplacements », la discussion sur les objets paradoxaux permet de montrer comment le matérialisme althussérien lui-même a fourni la base et le support pour l'avancée vers la résistance symbolique (avec certainement des contributions venant aussi des lectures psychanalytiques). Comme le montre Pêcheux dès le titre de son texte, c'est la compréhension du concept d'idéologie qui est en jeu: citadelle ou espace paradoxal ?

Dans la traduction brésilienne de 13 pages seulement, le texte commence à la page 107, mais ce n'est qu'à la page 115 qu'apparaît la formulation « objets paradoxaux ». Dans les pages précédentes, l'auteur aborde la problématique du concept d'« idéologie » et souligne la nécessité de s'intéresser à ce qu'il appelle les « luttes idéologiques en mouvement ». Pêcheux reprend les interprétations marxistes classiques, de la relation entre théorie et pratique dans les socialismes existants à la « prétention à théoriser de manière générique » l'idéologie dominante dans le mode de production capitaliste.

1 PÊCHEUX, M. Il n'y a de cause que de ce qui cloche. In: MALDIDIER, D. **L'Inquiétude du discours**. Paris: Editions des Cendres, 1990, p. 261-272.

L'un des points principaux de l'attaque de Pêcheux porte sur les supposées démarcations préalables des opposés en lutte, de sorte qu'il est possible, « [...] contre les logiques inscrites dans la forme stable de la fortification [...] », dans une autre direction, « de décrire les types d'affrontements de déplacements, qui n'opposent pas des classes, des « intérêts », ou certaines positions préalables, mais qui portent sur la reproduction/transformation des rapports de classe » (Pêcheux, 2011, p. 114-115). Une discussion qui remonte à un affrontement entre Althusser et certains de ses critiques les plus sévères.

Plus d'une décennie auparavant, Althusser ([1973] 1978) écrivait sa « Réponse à John Lewis », dans laquelle l'auteur, en démontrant l'argumentation de son adversaire philosophico-politique, problématise le concept même de classe sociale. La métaphore choisie par Althusser est celle du match de football. Alors que, dans le sport, les équipes adverses ont déjà une existence définie avant le match lui-même, les classes sociales n'existent qu'au moment même où elles se confrontent. En France, cette métaphore est particulièrement explicative quand on pense aux derbies tels que Paris Saint-Germain vs l'Olympique de Marseille et Paris FC vs Red Star FC. Comment alors envisager les adversaires en termes de classes ?

Historiquement, la théorie marxiste est fondée sur la description des luttes entre la classe ouvrière et la classe bourgeoise, mais il peut s'agir précisément d'une illusion théorico-terminologique. Ce que soutient Althusser, c'est que la forme spécifique de la lutte définira la manière dont les contraires (éléments en contradiction) sont constitués. Cela peut même être tiré de certains textes de Marx et Engels lorsque, toujours au 19^{ème} siècle, ils décrivent les différences dans le processus de constitution du capitalisme et de ses contradictions en France, en Angleterre et en Allemagne. Il ne s'agit pas des mêmes « classe bourgeoise » et « classe ouvrière ». La désignation est une façon de présenter des régularités au milieu des différences. Cependant, les analyses marxistes traitent toujours, ou devraient traiter, de conditions

concrètes dans des conjonctures spécifiques. Les spécificités des classes seront déterminées dans la confrontation spécifique entre elles. Sans parler de plusieurs autres éléments, comme les contradictions secondaires ou les fractions de classe (développées théoriquement et analytiquement par des auteurs comme Alain Badiou et Nicos Poulantzas), qui constituent les contradictions du capitalisme au-delà de la lutte de classe classique Prolétariat vs Bourgeoisie.

C'est donc en s'appuyant sur cette position philosophique que Pêcheux (2011, p. 115-116) réaffirme « La singularité de ces luttes de déplacement idéologique [...] », insistant « [...] dans la répréhension des objets (du monde capitaliste) ». « [...] Elles fonctionnent dans des rapports de force mobiles, dans des changements déroutants, qui conduisent à des concordances et à des oppositions extrêmement instables ».

Il est intéressant de noter que c'est dans un autre texte que l'on trouve une formulation particulièrement explicative: « [...] les objets idéologiques impliqués dans les luttes en mouvement sont **nécessairement** des objets de paradoxe logique ». (Pêcheux; Gadet, 2011, p. 97, souligné par moi). Par conséquent, je soutiens que la formulation « objets paradoxaux » concerne tout fonctionnement idéologique. Tout objet idéologique est un objet paradoxal. Cette position n'empêche certainement pas de situer certains objets par rapport à d'autres dans le cadre de procédures d'analyse du discours. Sans doute, dans certaines conditions, certains objets peuvent-ils être plus évidents que d'autres ou présenter des contradictions spécifiques. Il s'agit toujours, comme le répète Pêcheux, d'un fonctionnement inégal. Cependant, il n'est pas possible de déterminer à l'avance quel objet est dominant ou subordonné. Seule une analyse conjoncturelle peut fournir des indices plus soutenus sur la conjoncture des objets idéologico-paradoxaux.

Après cette contextualisation, je voudrais brièvement signaler quelques objets qui circulent parfois, à l'heure où j'écris ce texte (fé-

vrier 2023), comme des évidences. C'est toujours un investissement théorique que de retourner l'opacité de ces objets et de les actualiser analytiquement.

Depuis le coup d'État contre la présidente Dilma, concrétisé par la mise en scène de l'impeachment en 2016, tout le Brésil a connu ce qu'il est convenu d'appeler la « polarisation politique ». Et les désignations ont été nombreuses depuis lors: Gauchistes vs Extrême droite, Petistas vs Bolsonaristas, Progressistes vs Conservateurs, ou encore le catalyseur de plusieurs de ces polarisations, Gauche vs Droite. Pour être cohérents avec le travail discursif, nous devons échapper à cette ontologie des positions politiques, y compris les subtilités des secteurs sociaux actifs: juristes, activistes, travailleurs, hommes d'affaires, enseignants, évangéliques, catholiques, environnementalistes, mouvements sociaux, etc. Il existe, par exemple, des mouvements intéressants dans le milieu évangélique qui vont dans la direction opposée au conservatisme. Même si un noyau dur de cynisme persiste chez les évangéliques, il faut être attentif à d'éventuelles positions progressistes. Dans une autre direction, surtout après que l'opposition à l'autoritarisme soit devenue fondamentale, il est également nécessaire de revenir sur l'opacité de la « défense de la démocratie », de « l'état de droit » et des institutions juridiques (je n'aurai pas la place de faire la discussion méritée, mais je signale les travaux de Suzy Lagazzi, Márcio Naves et Bernard Edelman sur la constitution de l'idéologie juridique dans le capitalisme). Une tendance historique à reproduire le fonctionnement de certaines positions, comme celles liées à ces désignations (évangéliques et défenseurs de la démocratie, par exemple), n'empêche pas les identifications de toujours pouvoir dériver et se déplacer, en fonction des conditions de production et de ce que sont les objets de cette discursivité.

Dans un autre texte, j'ai soutenu (Adorno, 2016) comment les processus d'identification eux-mêmes peuvent aussi être vus comme paradoxaux. Pêcheux soutient que considérer le fonctionnement paradoxal

de l'idéologie implique de (re)penser le langage et le sujet (deux points largement travaillés par l'auteur). Je ne retiens que l'appel de Pêcheux à une écoute politique des nouvelles formes d'assujettissement dans les compositions entre les voies historiques de la liberté et de l'autoritarisme. Je crois que l'analyse du fonctionnement paradoxal des objets idéologiques et des identifications peut être un geste qui nous aide à écouter davantage ces formes d'assujettissement.

Comme je l'ai dit, caractérisé par la possibilité d'*attribution simultanée de significations différentes par des positions-sujet différentes dans l'effet de non-différence/division de ces significations et du sujet*, l'objet idéologique-paradoxal fonctionne comme *un effet catalyseur de la polysémie, permettant à des positions-sujet différentes d'identifier/reconnaître cet objet en simulant des significations paraphrastiques à son égard*. Le capital a besoin de frontières mobiles parce qu'il a également besoin de traiter avec des sujets et des objets mobiles (Adorno, 2016, p. 286-287).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Guilherme. Os vlogs e a identificação paradoxal dos criadores de discurso. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 37, p. 257-292, jan./jun. 2016. Disponível à l'adresse: <http://www.revistalinguas.com/edicao37/artigo11.pdf>. Accedé en: 03. fev. 2023.

ADORNO, Guilherme. Algoritmizar a língua?: automatização, informatização, materialismo discursiva. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 174-197, jul./dez. 2019. Disponível à l'adresse: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657798/21804>. Accedé en: 03. fev. 2023.

ALTHUSSER, Louis [1973]. Resposta a John Lewis. In: ALTHUSSER, Louis. **Posições**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 12-72.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel [1991]. A Língua Inatingível [entrevista]. In: ORLANDI, Eni. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 93-106.

PÊCHEUX, Michel [1982/1983]. Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? In: ORLANDI, Eni. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 107-119

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Objetos Paradoxais e Ideologia. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 41-59, jun. 2005. Disponível à l'adresse: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/download/977/833/1637>. Accedé en: 03. fev. 2023.

Evandra e Thiago: Em *Ler o arquivo hoje*¹, Pêcheux ([1982b] 2014b), discute o trabalho com o tratamento de arquivos e, em particular, o problema do banco de dados. Ao problematizar uma abordagem histórica do trabalho com os arquivos textuais, afirma-nos acerca das clivagens subterrâneas nos modos de ler o arquivo. Como podemos pensar uma atualização dessas questões pontuadas pelo autor, considerando uma sociedade mergulhada no uso das novas tecnologias, sobretudo no contexto da manipulação de dados e interações por meio do uso das hashtags, em que a memória da máquina é constituída exclusivamente de lembranças? Ainda, é possível pensarmos que, além das clivagens subterrâneas nos modos de ler o arquivo, haveria uma clivagem subterrânea nos próprios modos de constituição do arquivo, em que a dispersão e a heterogeneidade se marcariam como características fundantes? Se sim, como?

1 Publicação original: PÊCHEUX, Michel. Lire l'archive aujourd'hui. **Archives et documents de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage (Saint-Goud)**, v. 2, 1982. p. 35-45.

Tradução brasileira: PÊCHEUX, Michel [1982b]. *Ler o arquivo hoje*. Tradução: Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014b.

O QUE NÃO PODE SER ESQUECIDO NA LEITURA DE ARQUIVOS DIGITAIS PELA ANÁLISE DO DISCURSO

Solange Mittmann (UFRGS)

No artigo “Ler o arquivo hoje”, Pêcheux ([1982] 1997) traz o tema da informatização e do trabalho de leitura de documentos de arquivos, apontando para uma divisão social: aqueles que têm direito a produzir leituras originais, a interpretar, a trabalhar a polissemia, e aqueles a quem cabe apreender e reproduzir um sentido unívoco através do desenvolvimento e acionamento de técnicas e instrumentos com essa finalidade. O autor alerta que essa divisão social do trabalho de leitura repercute “[...] sobre a relação de nossa sociedade com sua própria memória histórica” (Pêcheux, [1982] 1997, p. 59), e aponta as clivagens subterrâneas como tema que deve entrar no rol de questões dos intelectuais que trabalham com a leitura. Não cabe para o propósito deste texto apresentar as questões abordadas por Pêcheux no artigo; o que importa ressaltar aqui é que a Análise do Discurso, como disciplina de interpretação e como usuária de recursos da informática, deveria entrar nessa discussão, questionando não só os mecanismos, mas a si própria e seus métodos.

É importante considerar que o conjunto de artigos produzidos por Pêcheux e pelos pesquisadores que o acompanhavam, que envolviam questões sobre informática, tecnologia e leitura de arquivos, se si-

tua no meio acadêmico francês do início dos anos 80, período em que a informatização tomava corpo no cotidiano acadêmico, mas ainda não havia criado a dependência social, econômica e de pesquisa ao digital e à *internet* como vivemos hoje. O desenvolvimento de algoritmos, a monetarização dos rastros de usuários, o controle das redes e o direcionamento da inteligência artificial – para citar apenas alguns exemplos de como o digital nos aborda cotidianamente – nos levam a interrogar quem tem o direito, não apenas de interpretar os documentos de arquivo, mas de planejar a construção da memória histórica através do desenvolvimento e da gerência tanto de mecanismos de produção de documentos como de sistemas de organização de arquivos. Em outras palavras: quem determina os modos como nos é (e será) possível acessar, interpretar e produzir no (e sobre o) meio digital?

A partir da crítica feita por Pêcheux no artigo supracitado, podemos pensar em dois riscos a respeito da leitura e análise do discurso informatizado ou digital e *do uso das novas tecnologias e da manipulação de dados*, tópicos da questão elaborada pelos organizadores desta obra. Por um lado, os intelectuais da leitura dos anos 60 a 80 do século passado poderiam considerar a técnica e os mecanismos da informática como um tema menor, recusando-se a – e, com isso, perdendo a oportunidade de – entrar no debate, que ficaria a cargo dos cientistas e técnicos diretamente envolvidos com o tratamento de dados. O autor chama a atenção para a “arrogância fóbica” dos primeiros a respeito de uma “modéstia utilitarista” dos demais. Trazendo para os dias de hoje e para nosso campo de estudo: poderíamos seguir tomando a *internet*, os mecanismos e os arquivos como instrumentos para levantamento e análise de objetos, sem questionar a produção de efeitos de evidências e os interesses capitalistas em fazer os mecanismos e arquivos funcionarem de certa maneira e não de outras. Por outro lado, decidindo ocupar tal espaço de debate, aqueles intelectuais da leitura e nós hoje poderíamos questionar o efeito de evidência dos dados, isto é, questionar uma forma de leitura de extração (informática, comuni-

cacional, técnica, científica *etc.*), mas cair num novo efeito de evidência, tentando apresentar chaves de interpretação que levariam a um sentido mais preciso, desconsiderando a materialidade constitutiva e, portanto, a opacidade do sentido. Em suas reflexões sobre a informática, Pêcheux nos mostra que não basta tomá-la como instrumento, sem questionar seu funcionamento, mas também não cabe apresentar a Análise do Discurso como uma disciplina que domina os sentidos. Trata-se, como disciplina de interpretação, de expor-se à opacidade e ao Outro. Talvez se trate de não responder com a pluralidade de interpretações possíveis e impossíveis, mas de questionar, mantendo-nos em suspenso diante do real da tecnologia, ou melhor, diante do real da história que sustenta a tecnologia.

Assim como a informática intrigava Pêcheux desde o final dos anos 60 – já que ele a tomava para além de meio de tratamento algorítmico de domínios semânticos –, a *internet* e o digital intrigam os analistas do discurso sobretudo desde o início dos anos 2000. Cabe destacar, entre as novidades que Pêcheux não vivenciou, a *internet* móvel, a vinculação a redes sociais, o desenvolvimento da *internet* das coisas, a aprendizagem das máquinas, o avanço da inteligência artificial como produtora de discursos (por exemplo, *chatbots*, sintetizadores de voz, tradutores de escrita em imagens), entre tantos outros fatores já presentes em nosso cotidiano ou ainda em desenvolvimento no Vale do Silício. Como bem disse Grigoletto (2017, p. 146), se Pêcheux, no artigo supracitado, trazia a discussão sobre a leitura e o armazenamento do arquivo, “[...] hoje, para além da informática, é preciso pensar em como a internet, ao mesmo tempo em que funciona com um grande Arquivo, depositária de milhões de informações que circulam mundo afora, também controla/vigia os trajetos de sentidos da leitura desse arquivo”. É esse controle dos trajetos de sentido – e o litígio social que impõe e movimenta em diferentes direções tais trajetos – que tem intrigado os analistas do discurso nos inúmeros trabalhos que vêm sendo publicados nessas décadas iniciais do novo milênio, inclusive os tra-

balhos de investigação do funcionamento das *tags* (etiquetas, rotulagens ou palavras-chave) como mecanismo de folksonomia individual, colaborativa ou corporativa, e das *hashtags* como mecanismos de compartilhamento, organização, rastreabilidade e *feedback* para novas produções de documentos de arquivo.

Para tratar da questão do controle dos arquivos propiciados pelas novas tecnologias, é importante retornar ao primeiro grande impacto para as pesquisas na área que foi a propagação da *Web 2.0*, quando a imposição unidirecional de discursos e interpretações por parte das empresas midiáticas de comunicação começou a perder espaço para novos sujeitos produtores de conteúdos. Naquele momento, vivemos certa euforia pela democratização da produção e circulação em larga escala de discursos que até então não tinham grande alcance – discursos por demandas sociais passavam a ser lidos e articulados em redes a partir do acesso à *internet*. No Brasil, esse foi um investimento importante do Ministério da Cultura durante o governo Lula, fomentando a participação popular e regional na grande rede. Porém, essa euforia não levava a esquecer que estávamos diante de um aparelho ideológico de estado e que o poder do capital se mantinha no controle das novas formas de produção e circulação de discursos. Afinal, no subterrâneo da tecnologia e das redes, há um sempre retorno da unidirecionalidade comandada pela hegemonia do capital.

Com a *Web 3.0*, a chamada *web* semântica, toma lugar a automação programada – sob a ilusão da liberdade individual – para funcionamentos técnicos e discursivos na forma de relação. Nesse contexto, tomar a *hashtag* como um mecanismo de “contextualização reticular” (Paveau, 2021, p. 223) pode ser produtivo para considerar as possibilidades múltiplas de reorganização de discursos em novas séries na grande arena digital. E essas novas séries podem conduzir as interpretações e os debates em determinadas direções. Mas não podemos nos esquecer de que seguimos sob o domínio, pelo grande capital, do controle dos trajetos de sentidos. Por outro lado, vislumbramos pequenos –

mas significativos – desvios produzidos pela resistência social. É esse litígio que faz a rede e os arquivos se movimentarem em diferentes direções, e não apenas unidirecionalmente.

Por levarmos em consideração sempre os determinantes históricos das relações de produção, não chegou a ser surpresa para os analistas do discurso a percepção, logo depois da euforia pela democratização através da *Web 2.0*, de novas formas de os donos do capital pautarem o debate público – inclusive com o uso massivo de robôs, com o *bot-activism* – promovendo a grande aderência aos discursos conservadores e práticas opressivas, bem como a tomada das redes sociais por empresas de marketing político favorecendo a ultradireita nas eleições em diversos países.

Sabemos que estamos diante da opacidade das formas de dominação e orquestramento sobre a produção, o ordenamento e a circulação de discursos, bem como das formas de vigilância (sobretudo com a *Web 4.0*) e de engajamentos forçados (principalmente através das redes sociais digitais). Assim, não basta entender o funcionamento dos discursos, destrinchar os processos discursivos e descrever os mecanismos tecnológicos (*hashtags*, *chatbots* e demais), pois é preciso considerar as condições de existência, os modos de dominação do capital sobre a construção de mecanismos e sobre os processos discursivos. Por isso, é sempre importante ressaltar que, em nossa análise do funcionamento dos arquivos digitais e das plataformas de relacionamentos, não podemos cair nem num subjetivismo idealista tomando a informação e a comunicação a partir de sujeitos estrategistas, nem num objetivismo quantitativo ou descritivo que nos libertaria dos sujeitos e das subjetividades. E é isso que é preciso levar em conta nos estudos, por exemplo, sobre as *hashtags* (para voltar à questão apresentada pelos organizadores), quando são tomadas como meio de compartilhamento, ou de organização particular, ou de rastreamento de sujeitos e grupos sociais, ou de *feedback* para produção de novos discursos. É preciso considerar

a contradição histórica, a luta de classes e o seu “esquecimento” ideológico. Esse é o subterrâneo dos modos de constituição dos arquivos.

REFERÊNCIAS

GRIGOLETTO, Evandra. Entre a dispersão e o controle: ler os arquivos da internet hoje. In: FLORES, Giovanna G. B. *et al.* (org.). **Análise de Discurso em rede: cultura e mídia**. Volume 3. Campinas: Pontes, 2017. p. 145-169.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Campinas: Pontes, 2021.

PÊCHEUX, Michel [1982]. Ler o arquivo hoje. Tradução: Maria das Graças L. M. do Amaral. In: ORLANDI, Eni. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 55-65.

GESTOS DE LEITURA DO ARQUIVO, HOJE

Solange L. Gallo (UNISUL)
Vitor Pequeno (USF)

Fiquei muito feliz com a indicação do artigo **Ler o Arquivo Hoje**, de Pêcheux, para esta nossa conversa¹. Feliz por muitos motivos, e o primeiro deles é que venho lendo esse artigo há muitos anos, e há muitos anos ele me instiga a pensar coisas novas. Essa é, aliás, uma característica da escrita de Pêcheux, que está particularmente presente nesse texto.

A primeira vez que fiz uma interpretação desse artigo, foi em parceria com alunas do PPGCL, para uma apresentação e posterior publicação no I SEAD², no qual discutimos os principais trabalhos de Pêcheux. No artigo que resultou dessa apresentação, e que foi publicado em 2005³, já tínhamos enfatizado a importância de se distinguir o arquivo, dos bancos de dados, conforme salienta Pêcheux em **Ler o Arquivo Hoje**. Duas questões, a esse respeito, são discutidas por ele. A primeira

-
- 1 PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, Eni (org.) **Gestos de Leitura**: da história no Discurso. Campinas: Ed. Unicamp, 1994. p. 55-65.
 - 2 O I Seminário de Estudos em Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar (I SEAD), que realizou-se em novembro de 2003, em Porto Alegre, na UFRGS, foi organizado por Maria Cristina Leandro Ferreira e por Freda Indursky.
 - 3 GALLO, Solange Leda; FLORES, Giovanna Benedetto; SOUZA, Catarina Rivadávia de. Ler o arquivo hoje. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Ed. Claraluz, 2005. p. 251-256.

é relativa à necessidade de se pensar a leitura enquanto uma escritura, ou seja, pensar que um gesto de leitura vem de uma posição sujeito e, enquanto tal, determinada histórica e ideologicamente, uma questão a respeito das clivagens subterrâneas, o que toca, portanto, o trabalho do analista de discurso. A segunda questão, apontada pelo autor e relacionada à primeira, diz respeito a um dos aspectos dessas clivagens que determinam as leituras, que nunca foi devidamente considerada no trabalho do analista de discurso, sua determinação técnica. Sobre esse ponto Pêcheux, dirá da necessidade de se construir (quem sabe?) “[...] procedimentos algorítmicos informatizados, traduzindo, tão fielmente quanto possível, a pluralidade dos gestos de leitura que possam ser marcados e reconhecidos no espaço polêmico das leituras de arquivo”. Não chegamos a isso. Talvez, se Pêcheux estivesse vivo, teríamos chegado, com ele, que era apaixonado pelas máquinas.

Mas ainda um outro motivo de minha satisfação em discutir aqui esse texto, é o fato de que justamente esse é um dos artigos que traz uma importante base para a reflexão, no nosso grupo⁴, sobre a materialidade digital. Temos dela nos aproximado pela via de um dispositivo analítico ainda em formação, mas que não se configura (ainda?) em um procedimento algorítmico informatizado. Um dos pilares desse dispositivo é a noção de circulação como predominante na determinação dos arquivos. Uma determinação na forma de clivagens subterrâneas, como salientou Pêcheux.

Hoje, com a materialidade digital, temos visto com mais clareza que essas clivagens se sobrepõem, nos diferentes discursos, às instâncias da formulação e da constituição, e têm um aspecto técnico importante (hoje são procedimentos algorítmicos informatizados). O que é interessante salientar é que essas clivagens, como bem nos mostra

4 Grupo de Pesquisa: Produção e divulgação de conhecimento. CNPq desde 2012. Coordenação: Solange M Leda Gallo. <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/887>.

Pequeno (2019)⁵, sempre existiram e determinaram os discursos no nível da circulação. No entanto, a hegemonia da materialidade escrita, por séculos, nos tornou cegos para a sua opacidade. Podemos dizer que a grafia, por exemplo, enquanto uma forma material, nem sempre corresponde à materialidade da escrita. É no âmbito da circulação que as formas materiais se definem discursivamente.

Ao falar, em trabalhos anteriores sobre a forma-discurso de escrita e seu poder de produzir um efeito específico, que chamei de efeito-autor, pude mostrar que não se trata, exclusivamente, ou especialmente, da formulação, como instância produtora desse efeito, e que estávamos desconsiderando o papel da circulação. Ou seja, não é autor o sujeito que (somente) escreve corretamente, do ponto de vista de uma norma, mas o sujeito que inscreve seu texto em um discurso de escrita, que já circula como discurso de autor (literário, jurídico, religioso *etc*). Já estava aí a questão da materialidade técnica, da circulação e da formação dos arquivos.

Com esse horizonte, propus a questão de pesquisa, na época: o que significa um brasileiro ensinar português para outros brasileiros? Estava no escopo dessa questão o problema pedagógico, assim como o problema da colonização, mas sem dúvida a questão da circulação. Ou seja, como fazer textos escolares inscreverem-se em discursos de escrita e circularem fora da Escola? Como levar os alunos a articularem seus textos em arquivos de um discurso de escrita e produzirem o efeito-autor? Na época, foi necessária uma prática envolvendo a materialidade concreta do livro.

A questão da autoria enquanto efeito, portanto, não pode ser pensada senão como uma questão de circulação. Ou seja, ser autor é ter seu texto reconhecido como um texto inscrito em um discurso de escri-

5 PEQUENO, V. (2019) *Tecnologia e esquecimento: uma crítica a representações universais de linguagem*. Tese (Doutorado)–Curso de Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, p.27. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/335212/1/Pequeno_Vitor_D.pdf.

ta (literário, por exemplo), e, por isso, ser interpretado como um texto legítimo – um texto com autoria.

Nessa perspectiva, podemos dizer que os colonizadores portugueses não tiveram êxito em seu trabalho de dominação, no Brasil, sem antes impor sua língua como oficial, e através dela, seus discursos. Como já mostramos em outros trabalhos, à forma grafada dessa língua, passou a corresponder uma forma discursiva de poder, a forma dos discursos de escrita (mesmo quando não mais grafados). Encontramos aí uma materialidade concreta, a língua portuguesa inicialmente grafada, que, ao circular de determinada forma e em relação a certas instituições, passou a constituir os arquivos legítimos da sociedade nascente. E dessa forma processou-se a colonização.

Hoje, trata-se de uma outra colonização: a colonização tecnológica, que não é relativa aos colonizadores portugueses, mas a colonização das grandes corporações midiáticas (*Google, Microsoft, Facebook, Amazon, Apple, etc.*). E, se não tratarmos inicialmente desse problema, não conseguiremos chegar ao problema da circulação e dos arquivos e, conseqüentemente, da autoria, que entendemos como uma questão de circulação, atrelada, hoje, aos processos produtivos dessas empresas.

Se a noção de forma material⁶ nos conduz ao nível da formulação dos discursos, dando abertura para o simbólico para além da língua; algo também acontece no nível da circulação para além do discurso (ou para alguém dele) que é a formação dos bancos de dados, no nível técnico, que resulta em arquivos.

Também por esse motivo, ainda são tão atuais as questões colocadas por Pêcheux em **Ler o Arquivo Hoje**. Isso porque “hoje” a materialidade digital é incontornável; porque “hoje”, a questão da circulação se reconfigurou totalmente; porque “hoje” o que pudemos fazer outra, enquanto professores de língua portuguesa, não é suficiente; por-

6 ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Ed. Pontes, 2005.

que “hoje” a questão da autoria não está exclusivamente relacionada aos discursos de escrita, mas junta-se aí a complexidade das produções em espaços enunciativos informatizados, que se caracterizam, exatamente, por sua forma de circulação e de produzir arquivos. Para além dos bancos de dados, que arquivos são esses?

Podemos concluir esta primeira parte da nossa conversa dizendo que o digital não é um discurso, portanto, mas essa forma-discurso de tipo novo, como vinha sendo, hegemonicamente, até há pouco, a escrita, no trabalho de produção de arquivos.

A tese de Vitor Pequeno nos permite uma leitura contemporânea para essa questão. Proponho avançar nesta discussão ouvindo um pouco esse pesquisador que, no âmbito do nosso grupo de pesquisa, tem nos desafiado com uma reflexão indispensável sobre a questão que aqui se coloca.

...

Da mesma forma que Solange, também tenho uma relação íntima com **Ler o Arquivo Hoje**, e imagino que, de uma forma ou outra, muitos analistas pècheuxtianos devem ter. Providencialmente, Solange menciona a questão da colonização europeia como determinante no processo de constituição das instituições e, portanto, dos arquivos nacionais.

Eu faço essa relação (entre instituições e arquivos), e ela não é, a história nos mostra, automática. Inúmeros trabalhos em AD, incluindo os de Cristiane Dias⁷ e Fábio Barbosa Filho⁸, nos mostram que a produção de uma instituição e de um arquivo é um trabalho de contradições constitutivas. Faço essa relação, pois a história do que Solange chamou de discursos de escrita é a história justamente da dança entre

7 DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 972–980, 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030>. Acesso em: 1 fev. 2023.

8 BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Ler o arquivo em análise de discurso. **Cadernos De Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 64, p. 1-22, 2022.

a constituição das grandes instituições nacionais europeias, e a forma como um dos seus principais mecanismos de produção, e de reprodução das formas produtivas, foi a constituição de arquivos próprios.

Sejamos didáticos: partimos do pressuposto básico que aquilo que, no materialismo histórico, chamamos de instituições (na leitura althusseriana de aparelhos ideológicos e repressivos) está relacionado com as formas materiais de produção e reprodução da vida humana e da diferença de classe. Quero dizer: aquele dispositivo social que é parte estrutural da forma como organizamos a produção da vida e a divisão de classes, chamamos de instituição – a escola, a família, a igreja, a ciência, o jurídico, o midiático, *etc.* Partindo, então, desse pressuposto, precisamos atualizar a pergunta fundamental para os dias de hoje, e essa pergunta Pêcheux já fez: o que é o trabalho de ler o arquivo hoje? Em 2023?⁹

Ora, esse trabalho tem sim, alguma coisa a ver com a colonização. Mas eu gostaria de pensar, aqui, na segunda colonização, mencionada por Solange, que se multiplica a partir e por cima da primeira.

Se pensarmos na colonização das Américas, por exemplo, precisamos pensar na realidade concreta do horror do trabalho escravo, do roubo e da exploração dos recursos naturais de um continente inteiro, e da destruição das civilizações que aqui já viviam. E, se pensarmos no processo, mesmo, de colonização, precisamos também pensar nas violências transformadoras das experiências subjetivas: na catequização, na constituição do sujeito jurídico brasileiro (em todas as suas contradições), na organização do processo escolar, *etc.* Quer dizer: a coloni-

9 Vale, antes de responder, notar que é assustadora a precisão com a qual Pêcheux previu os problemas com os quais agora nos defrontamos. A divisão de trabalhos e a forma como fomos relegados, como professores e como acadêmicos, a um departamento que não parece mais ter nada a ver com a realidade e os fatos da “ciência” propriamente dita, como produzida nesses novos disfarces para a retórica cientificista, é bizarramente espelhada na descrição de Pêcheux. Ainda mais: resta uma mágoa, por ele não ter nos ajudado a desenvolver os instrumentos (provavelmente técnicos) que nos deixariam mais preparados para essa batalha que agora enfrentamos. Podemos somente respeitar sua escolha de nos deixar, e seguirmos com o tanto (e quanto!) que nos foi compartilhado.

zação é um trabalho concreto sobre a terra, o corpo, a vida e a morte. É um trabalho de aniquilação e violência, mas é também um trabalho de constituição de novas formas de vida, subjetivação e morte. Os dispositivos que organizam essas novas formas de subjetivação, nós sempre chamamos, a partir do modelo europeu nacionalista, de instituições.

Podemos defender aqui, portanto, que, no limite, é disso que estamos falando quando falamos das tecnologias digitais e como elas transformaram a vida humana e as formas como se produz a divisão de classe no século XXI. Se tivermos qualquer dúvida sobre essa última asserção só precisamos lembrar dos mecanismos digitais que transformaram e precarizaram tantas formas de microempresas e profissões liberais, com, por exemplo, *apps* como *Uber* e inteligências artificiais cada vez mais proeminentes nas práticas da medicina e do direito. Isso sem contar a reorganização estrutural de quase toda prática profissional (inclusive da educação) para “maximização de sua eficiência” a partir de sistemas informatizados.

A maioria de nós que nascemos antes dos anos 90 devemos notar essa mudança, dura e drástica, nas formas de vida. Ela é acompanhada de uma certa dor, de uma certa perda, de um certo luto. É o que, há alguns anos atrás, eu chamei de amor pelo arquivo. Amor por uma certa ordem das coisas, amor por uma certa forma de subjetivação, hierarquização das “coisas-a-se-saber”, da qual, cada vez mais, somos forçados a nos despedir.

E é aqui, justamente, que incide o problema que, nos anos 80, Pêcheux já formaliza com tanta clareza quando escreve **Ler o Arquivo Hoje**. Existe uma relação íntima entre a constituição de arquivos e as formas de produção e manutenção da forma histórica hegemônica. Se sentimos, hoje, até mesmo na pele, a transformação para um espaço de novas coisas-a-se-saber, de um novo imaginário social sobre o que importa, é simplesmente porque essa já é também uma realidade infra-estrutural sobre as relações de produção: a realidade de *tiktokers* e *you-*

tubers, a realidade dos programadores dos sistemas que ocupam hoje cada faceta de nossas vidas profissionais, a realidade da precarização de certas ocupações, mas também de incentivo a outras, dos produtores de conteúdo, daquilo que capilariza e precifica os segundos (e milissegundos) da nossa atenção, daquilo que gira o capital de consumo na forma da visualização e da atenção, o que já é, em si mesmo, o primeiro e mais valioso gesto produtivo de cada consumidor da cadeira produtiva.

O arquivo, é claro, nunca esteve distante dos modos de funcionamento e organização dos sistemas produtivos. Mas também nunca, na história das discursividades institucionais, ele foi tão colado, próximo, íntimo ao ato produtivo. O ato produtivo (a atenção do consumidor) e o gesto de produção de arquivo (o funcionamento das redes sociais) são um só e o mesmo gesto de leitura-escritura que Pêcheux tão claramente (pre)vê e descreve em **Ler o Arquivo Hoje**. Como esse gesto é configurado, suas condições de possibilidade, são justamente a razão pela qual nosso grupo de pesquisa tem tanto insistido numa leitura das práticas técnicas que constroem os algoritmos de seleção e as ferramentas e interfaces digitais. A falta desse gesto de interpretação, constitui, como defendo em minha tese, um esquecimento que não temos mais o luxo de perpetuar em relação ao quanto as práticas técnicas estão (sub)determinando as condições de possibilidade de produção dos arquivos, e dos sentidos.

Ler o Arquivo Hoje é, na nossa leitura, em primeiro lugar admitir uma nova ordem e relação infra-superestrutural e alargar nossa concepção do que constitui uma instituição. É entender que as grandes organizações e corporações digitais exercem um poder constitutivo das formas de vida urbana e que são por elas que hoje se constrói um novo arquivo. É também ter coragem para, como Pêcheux propôs, nos adentrarmos nas práticas e produtos que produzem cotidianamente esse arquivo. Não adentrar no conteúdo produzido, mas nas formas de sua produção. Isso exige olhar para como a posição-sujeito do lei-

tor contemporâneo é imbricada pela série de instituições industriais, mas também pelas novas exigências subjetivas. Isso exige olhar para como o gesto de formulação se organiza também nessas novas imbricações. Mas, talvez, com mais atenção do que nunca, é buscar entender como os processos de circulação fazem um papel tão central na produção da nova economia, como são condição axial de possibilidade desse novo gesto duplo de leitura-escritura: gesto produtivo de visualização e gesto de inscrição do sujeito nas novas formas de produção do arquivo.

Evandra et Thiago: Dans *Lire l'archive aujourd'hui*¹, Pêcheux ([1982b] 2014b) évoque le travail sur le traitement des archives et, en particulier, le problème de la base de données. En problématisant une approche historique du travail avec les archives textuelles, il nous parle des clivages souterrains dans les manières de lire les archives. Comment penser à une actualisation de ces questions posées par l'auteur, en considérant une société immergée dans l'utilisation des nouvelles technologies, notamment dans le contexte de la manipulation des données et des interactions par l'utilisation des hashtags, dans laquelle la mémoire de la machine est constituée exclusivement de souvenirs? Pourtant, est-il possible de penser qu'à côté des clivages souterrains dans les modes de lecture de l'archive, il y aurait un clivage souterrain dans les modes mêmes de constitution de l'archive, dans lequel la dispersion et l'hétérogénéité se marqueraient comme des caractéristiques constitutives? Dans le cas affirmatif, comment?

1 Publication originale: PÊCHEUX, Michel. Lire l'archive aujourd'hui. **Archives et documents de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage (Saint-Goud)**, v. 2, 1982. p. 35-45.

Traduction brésilienne: PÊCHEUX, Michel [1982b]. Ler o arquivo hoje. Traduction: Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014b.

NE FAUT PAS NÉGLIGER LORS DE LA LECTURE DES ARCHIVES NUMÉRIQUES PAR L'ANALYSE DU DISCOURS

Solange Mittmann (UFRGS)

Dans l'article « **Lire l'archive aujourd'hui** », Pêcheux ([1982] 1997) aborde le thème de l'informatisation et du travail de lecture des documents d'archives en mettant en évidence une division sociale: ceux qui ont le droit de produire des lectures originales, d'interpréter, de travailler sur la polysémie, et ceux qui sont chargés d'appréhender et de reproduire un sens univoque par le développement et l'utilisation de techniques et d'instruments à cet effet. L'auteur avertit que cette division sociale du travail de lecture a des répercussions « [...] sur le rapport de notre société avec sa propre mémoire historique » (Pêcheux, [1982] 1997, p. 59), et signale les clivages souterrains comme un thème qui devrait entrer dans la liste des questions des intellectuels qui travaillent sur la lecture. Ce n'est pas l'objet de ce texte de présenter les questions abordées par Pêcheux dans l'article; ce qu'il est important de souligner ici, c'est que l'Analyse du discours, en tant que discipline d'interprétation et en tant qu'utilisateur de ressources informatiques, devrait entrer dans cette discussion, en interrogeant non seulement les mécanismes, mais aussi elle-même et ses méthodes.

Il est important de considérer que l'ensemble des articles produits par Pêcheux et les chercheurs qui l'accompagnent, qui portent sur des

questions d’informatique, de technologie et de lecture de fichiers, se situe dans le milieu académique français du début des années 1980, une période où l’informatisation prend forme dans le quotidien académique, mais n’a pas encore créé la dépendance sociale, économique et de recherche au numérique et à l’internet que nous connaissons aujourd’hui. Le développement des algorithmes, la monétisation des parcours utilisateurs, le contrôle des réseaux et le ciblage de l’intelligence artificielle—pour ne citer que quelques exemples de la manière dont le numérique nous approche au quotidien—nous amènent à nous demander qui a le droit, non seulement d’interpréter les documents d’archives, mais aussi de planifier la construction de la mémoire historique à travers le développement et la gestion des mécanismes de production des documents et des systèmes d’organisation des archives. En d’autres termes: qui détermine la manière dont nous pouvons (et allons) accéder, interpréter et produire dans (et sur) l’environnement numérique ?

Sur la base de la critique faite par Pêcheux dans l’article susmentionné, nous pouvons penser à deux risques concernant la lecture et l’analyse des discours informatisés ou numériques et *l’utilisation des nouvelles technologies et de la manipulation des données*, thèmes de la question élaborée par les organisateurs de ce travail. D’une part, les intellectuels lecteurs des années 1960 à 1980 pourraient considérer la technique et les mécanismes de l’informatisation comme une question mineure, refusant—et manquant ainsi l’occasion—d’entrer dans le débat, qui serait laissé aux scientifiques et aux techniciens directement impliqués dans le traitement des données. L’auteur attire l’attention sur l’« arrogance phobique » des uns par rapport à la « modestie utilitaire » des autres. Ramenons cela à notre époque et à notre champ d’étude: nous pourrions continuer à considérer l’internet, les mécanismes et les archives comme des instruments d’enquête et d’analyse des objets, sans remettre en question la production d’effets de preuve et les intérêts capitalistes à faire fonctionner les mécanismes et les archives d’une certaine manière et pas d’une autre. D’autre part, en dé-

cidant d'occuper un tel espace de débat, ces intellectuels de la lecture et nous aujourd'hui pourrions questionner l'effet d'évidence des données, c'est-à-dire questionner une forme de lecture d'extraction (informatique, communicationnelle, technique, scientifique, etc.), mais tomber dans un nouvel effet d'évidence, en essayant de présenter des clés d'interprétation qui mèneraient à un sens plus précis, en négligeant la matérialité constitutive et, par conséquent, l'opacité du sens. Dans ses réflexions sur l'informatique, Pêcheux nous montre qu'il ne suffit pas de la prendre comme un instrument, sans s'interroger sur son fonctionnement, mais qu'il ne convient pas non plus de présenter l'Analyse du discours comme une discipline qui domine les significations. En tant que discipline d'interprétation, il s'agit de s'exposer à l'opacité et à l'Autre. Il s'agit peut-être de ne pas répondre par la pluralité des interprétations possibles et impossibles, mais d'interroger, de tenir en haleine devant le réel de la technologie, ou plutôt devant le réel de l'histoire qui soutient la technologie.

Tout comme l'informatique a intrigué Pêcheux depuis la fin des années 1960—puisqu'il l'a portée au-delà d'un moyen de traitement algorithmique des domaines sémantiques —, l'internet et le numérique ont intrigué les analystes du discours surtout depuis le début des années 2000. Il convient de mentionner, parmi les nouveautés que Pêcheux n'a pas connu, l'internet mobile, le lien avec les réseaux sociaux, le développement de l'internet des objets, le machine learning, l'avancée de l'intelligence artificielle comme productrice de discours (par exemple, les chatbots, les synthétiseurs vocaux, les traducteurs d'écrits en images), parmi beaucoup d'autres facteurs déjà présents dans notre quotidien ou encore en cours de développement dans la Silicon Valley. Comme le dit très justement Grigoletto (2017, p. 146), si Pêcheux, dans l'article précité, a amené la discussion sur la lecture et le stockage de l'archive, « [...] aujourd'hui, en plus des technologies de l'information, il est nécessaire de penser à la manière dont internet, tout en fonctionnant comme une grande archive, dépositaire

de millions d'informations circulant dans le monde, contrôle/surveille également les parcours de sens de la lecture de cette archive ». C'est ce contrôle des voies de signification—et le litige social qui impose et déplace ces voies dans différentes directions—qui a intrigué les analystes du discours dans les nombreux travaux qui ont été publiés dans ces premières décennies du nouveau millénaire, y compris les travaux qui étudient le fonctionnement des tags (étiquettes, étiquetage ou mots-clés) en tant que mécanisme de folksonomie individuelle, collaborative ou d'entreprise, et les *hashtags* en tant que mécanismes de partage, d'organisation, de suivi et de retour d'information pour les nouvelles productions de documents d'archives.

Pour aborder la question du contrôle des archives par les nouvelles technologies, il est important de revenir au premier impact majeur sur la recherche dans ce domaine, à savoir la diffusion du Web 2.0, lorsque l'imposition unidirectionnelle de discours et d'interprétations par les entreprises médiatiques a commencé à perdre de l'espace au profit de nouveaux sujets producteurs de contenu. À cette époque, nous avons connu une certaine euphorie due à la démocratisation de la production et de la circulation à grande échelle de discours qui, jusqu'alors, avaient peu de portée—les discours des revendications sociales ont commencé à être lus et articulés dans des réseaux à partir de l'accès à l'internet. Au Brésil, il s'agissait d'un investissement important du ministère de la culture sous le gouvernement Lula, qui encourageait la participation populaire et régionale au grand réseau. Toutefois, cette euphorie ne nous a pas fait oublier que nous étions confrontés à un appareil d'État idéologique et que le pouvoir du capital continuait à contrôler les nouvelles formes de production et de circulation des discours. En effet, dans le sous-sol de la technologie et des réseaux, il existe une unidirectionnalité toujours renouvelée, commandée par l'hégémonie du capital.

Avec le Web 3.0, le soi-disant Web sémantique, l'automatisation programmée prend place—sous l'illusion de la liberté individuelle—pour

les fonctions techniques et discursives sous forme de relations. Dans ce contexte, prendre le *hashtag* comme mécanisme de « contextualisation réticulaire » (Paveau, 2021, p. 223) peut être productif pour considérer les multiples possibilités de réorganiser les discours en nouvelles séries dans la grande arène numérique. Et ces nouvelles séries peuvent orienter les interprétations et les débats dans certaines directions. Cependant, nous ne devons pas oublier que nous sommes toujours sous le contrôle du grand capital, qui contrôle les voies du sens. D'autre part, nous entrevoyons de petites–mais significatives–déviation produites par la résistance sociale. C'est ce litige qui fait que le réseau et les archives se déplacent dans des directions différentes, et pas seulement de manière unidirectionnelle.

Puisque nous prenons toujours en compte les déterminants historiques des relations de production, les analystes du discours n'ont pas été surpris de constater que, peu après l'euphorie de la démocratisation par le Web 2.0, de nouveaux moyens pour les propriétaires du capital de guider le débat public–y compris l'utilisation massive de robots, avec le *bot-activism*–ont favorisé la grande adhésion aux discours conservateurs et aux pratiques oppressives, ainsi que la prise de contrôle des réseaux sociaux par des sociétés de marketing politique favorisant l'ultra-droite lors des élections dans plusieurs pays.

Nous savons que nous sommes confrontés à l'opacité des formes de domination et d'orchestration de la production, de l'ordonnement et de la circulation des discours, ainsi qu'à des formes de surveillance (en particulier avec le Web 4.0) et d'engagements forcés (principalement par le biais des réseaux sociaux numériques). Ainsi, il ne suffit pas de comprendre le fonctionnement des discours, de décortiquer les processus discursifs et de décrire les mécanismes technologiques (*hashtags*, *chatbots* et autres), car il est nécessaire de considérer les conditions d'existence, les modes de domination du capital sur la construction des mécanismes et sur les processus discursifs. Par conséquent, il est toujours important de souligner que, dans notre ana-

lyse du fonctionnement des archives numériques et des plateformes de réseaux sociaux, nous ne pouvons tomber ni dans un subjectivisme idéaliste qui prendrait l'information et la communication à des sujets stratégiques, ni dans un objectivisme quantitatif ou descriptif qui nous libérerait des sujets et des subjectivités. Et c'est ce qu'il faut prendre en compte dans les études, par exemple, sur les hashtags (pour revenir à la question présentée par les organisateurs), lorsqu'ils sont pris comme moyen de partage, ou d'organisation particulière, ou de repérage de sujets et de groupes sociaux, ou de rétroaction pour la production de nouveaux discours. Il faut considérer la contradiction historique, la lutte des classes et son « oubli » idéologique. C'est le sous-sol des modes de constitution des archives.

RÉFÉRENCES

GRIGOLETTO, Evandra. Entre a dispersão e o controle: ler os arquivos da internet hoje. *In*: FLORES, Giovanna G. B. et al. (org.). **Análise de Discurso em rede: cultura e mídia**. Volume 3. Campinas: Pontes, 2017. p. 145-169.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Campinas: Pontes, 2021.

PÊCHEUX, Michel [1982]. Ler o arquivo hoje. Traduction: Maria das Graças L. M. do Amaral. *In*: ORLANDI, Eni. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 55-65.

LES GESTES DE LECTURE DE L'ARCHIVE, AUJOURD'HUI

Solange L. Gallo (UNISUL)

Vitor Pequeno (USF)

J'ai été très heureux que l'article de Pêcheux intitulé **Lire l'archive aujourd'hui** ait été sélectionné pour notre conversation¹. Je suis heureux pour de nombreuses raisons, et la première d'entre elles est que je lis cet article depuis de nombreuses années, et depuis de nombreuses années, il m'incite à penser de nouvelles choses. C'est d'ailleurs une caractéristique de l'écriture de Pêcheux, particulièrement présente dans ce texte.

La première fois que j'ai fait une interprétation de cet article, c'était en partenariat avec des étudiants du PPGCL, pour une présentation et une publication ultérieure lors de le 1er SEAD², dans lequel nous avons discuté des principaux travaux de Pêcheux. Dans l'article issu de cette présentation et publié en 2005³, nous avons déjà sou-

-
- 1 PÊCHEUX, Michel. Lire l'archive aujourd'hui. **Archives et documents de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage (Saint-Goud)**, v. 2, 1982. p. 35-45.
 - 2 Le Premier Séminaire Sur les Études d'Analyse du Discours : une relation sans fin (I SEAD), qui a eu lieu en novembre 2003, à Porto Alegre, à l'UFRGS, a été organisé par Maria Cristina Leandro Ferreira et Freda Indursky.
 - 3 GALLO, Solange Leda; FLORES, Giovanna Benedetto; SOUZA, Catarina Rivadávia de. Ler o arquivo hoje. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Ed. Claraluz, 2005. p. 251-256.

ligné l'importance de distinguer les archives des bases de données, comme le souligne Pêcheux dans **Lire l'archive aujourd'hui**. Il aborde deux questions à cet égard. La première concerne la nécessité de penser la lecture comme une écriture, c'est-à-dire de penser qu'un geste de lecture relève d'une position de sujet et, à ce titre, est historiquement et idéologiquement déterminé, une question relative aux clivages souterrains, qui touche donc au travail de l'analyste du discours. La seconde question, signalée par l'auteur et liée à la première, concerne l'un des aspects de ces clivages qui déterminent les lectures, qui n'a jamais été considéré à sa juste valeur dans le travail de l'analyste du discours, sa détermination technique. Sur ce point, Pêcheux dira de la nécessité de construire (qui sait?) « [...] des procédures algorithmiques informatisées, traduisant le plus fidèlement possible la pluralité des gestes de lecture qui peuvent être marqués et reconnus dans l'espace polémique des lectures d'archives ». Nous n'en sommes pas là. Peut-être, si Pêcheux était vivant, serions-nous arrivés, avec lui, qui était passionné par les machines.

Cependant, une autre raison pour laquelle je suis heureux de discuter de ce texte ici est qu'il s'agit précisément d'un des articles qui fournit une base importante pour la réflexion de notre groupe⁴ sur la matérialité numérique. Nous l'avons abordé à travers un dispositif analytique qui est encore en formation, mais qui n'est pas (encore ?) configuré dans une procédure algorithmique informatisée. L'un des piliers de ce dispositif est la notion de circulation comme prédominante dans la détermination des archives. Une détermination sous forme de clivages souterrains, comme le souligne Pêcheux.

Aujourd'hui, avec la matérialité numérique, nous avons vu plus clairement que ces clivages chevauchent, dans les différents discours, les instances de formulation et de constitution, et ont un aspect technique important (il s'agit aujourd'hui de procédures algorithmiques

4 Groupe de recherche : Production et diffusion des connaissances. CNPq depuis 2012. Coordination : Solange M Leda Gallo. <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogruppo/887>.

informatisées). Ce qui est intéressant de noter, c'est que ces clivages, comme le montre Pequeno (2019)⁵, ont toujours existé et déterminé les discours au niveau de la circulation. Cependant, l'hégémonie de la matérialité écrite, depuis des siècles, nous a rendus aveugles à son opacité. On peut dire que l'orthographe, par exemple, en tant que forme matérielle, ne correspond pas toujours à la matérialité de l'écriture. C'est dans le domaine de la circulation que les formes matérielles sont définies discursivement.

Lorsque j'ai parlé dans des ouvrages précédents de la forme-discours de l'écriture et de son pouvoir de produire un effet spécifique, que j'ai appelé l'effet-auteur, j'ai pu montrer que ce n'est pas exclusivement, ni surtout, la formulation, en tant qu'instance, qui produit cet effet, et que l'on négligeait le rôle de la circulation. Autrement dit, l'auteur n'est pas le sujet qui écrit (seulement) correctement, du point de vue d'une norme, mais le sujet qui inscrit son texte dans un discours d'écriture, qui circule déjà comme discours d'auteur (littéraire, juridique, religieux, etc.). La question de la matérialité technique, de la circulation et de la formation des archives était déjà là.

C'est avec cet horizon que j'ai proposé la question de recherche de l'époque: que signifie pour un Brésilien d'enseigner le portugais à d'autres Brésiliens? Le champ de cette question incluait le problème pédagogique, ainsi que le problème de la colonisation, mais sans aucun doute la question de la circulation. En d'autres termes, comment les textes scolaires peuvent-ils s'inscrire dans des discours d'écriture et circuler en dehors de l'école? Comment amener les élèves à articuler leurs textes dans les archives d'un discours d'écriture et à produire l'effet-auteur? A l'époque, une pratique impliquant la matérialité concrète du livre s'imposait.

5 PEQUENO, Vitor (2019). *Tecnologia e esquecimento: uma crítica a representações universais de linguagem*. Tese (Doutorado) – Curso de Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, p.27. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/335212/1/Pequeno_Vitor_D.pdf.

La question de l'auteur comme effet ne peut donc être pensée que comme une question de circulation. En d'autres termes, être auteur, c'est faire reconnaître son texte comme un texte inscrit dans un discours d'écriture (littéraire, par exemple), et donc être interprété comme un texte légitime—un texte avec une paternité.

Dans cette perspective, on peut dire que les colonisateurs portugais n'ont pas réussi leur œuvre de domination au Brésil sans imposer d'abord leur langue comme officielle, et à travers elle, leurs discours. Comme nous l'avons déjà montré dans d'autres travaux, la forme orthographique de cette langue a fini par correspondre à une forme discursive de pouvoir, la forme des discours écrits (même lorsqu'ils ne sont plus orthographiés). On y trouve une matérialité concrète, la langue portugaise, d'abord épelée, qui, en circulant d'une certaine manière et en relation avec certaines institutions, est devenue l'archive légitime de la société naissante. C'est ainsi que la colonisation a eu lieu.

Aujourd'hui, nous avons affaire à une autre colonisation : la colonisation technologique, qui n'est pas liée aux colonisateurs portugais, mais à la colonisation des grandes entreprises médiatiques (Google, Microsoft, Facebook, Amazon, Apple, etc.). Et si nous n'abordons pas d'abord ce problème, nous ne pourrons pas aborder le problème de la circulation et des archives et, par conséquent, de l'effet-auteur, que nous comprenons comme une question de circulation, liée aujourd'hui aux processus productifs de ces entreprises.

Si la notion de forme matérielle⁶ nous conduit au niveau de la formulation du discours, ouvrant le symbolique au-delà du langage, il se passe aussi quelque chose au niveau de la circulation au-delà du discours (ou au-delà) qui est la formation de bases de données, au niveau technique, qui se traduit par des archives.

6 ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Ed. Pontes, 2005.

C'est aussi pourquoi les questions posées par Pêcheux chez **Lire l'archive aujourd'hui** sont toujours d'actualité. Parce qu'« aujourd'hui », la matérialité numérique est incontournable ; parce qu'« aujourd'hui », la question de la circulation a été complètement reconfigurée ; parce qu'« aujourd'hui », ce que nous avons pu faire dans le passé, en tant qu'enseignants de portugais, ne suffit pas ; parce qu'« aujourd'hui », la question de l'effet-auteur d'un texte n'est pas exclusivement liée aux discours d'écriture, mais à la complexité des productions dans les espaces énonciatifs informatisés, qui se caractérisent précisément par leur forme de circulation et de production de archive. Au-delà des bases de données, quelles sont ces archives ?

Nous pouvons conclure cette première partie de notre entretien en disant que le numérique n'est donc pas un discours, mais ce nouveau type de discours-forme, comme l'écriture l'a été de manière hégémonique, jusqu'à récemment, dans le travail de production des archives.

La thèse de Vitor Pequeno nous permet une lecture contemporaine de cette question. Je propose d'avancer dans cette discussion en écoutant un peu ce chercheur qui, dans le cadre de notre groupe de recherche, nous a interpellés par une réflexion indispensable sur la question qui se pose ici.

...

Comme Solange, j'ai aussi une relation intime avec **Lire l'archive aujourd'hui**, et j'imagine que, d'une manière ou d'une autre, beaucoup d'analystes pêcheuxiens doivent l'avoir. Providentiellement, Solange mentionne la question de la colonisation européenne comme déterminante dans le processus de constitution des institutions et donc des archives nationales.

Je fais cette relation (entre institutions et archives), et elle n'est pas, l'histoire nous le montre, automatique. De nombreux travaux

en AD, dont ceux de Cristiane Dias⁷ et de Fábio Barbosa Filho⁸, nous montrent que la production d'une institution et d'une archive est un travail de contradictions constitutives. Je fais ce rapprochement parce que l'histoire de ce que Solange appelait les discours de l'écriture est l'histoire de la danse entre la constitution des grandes institutions nationales européennes et la manière dont l'un de leurs principaux mécanismes de production, et de reproduction des formes productives, était la constitution de leurs propres archives.

Soyons didactiques: nous partons de l'hypothèse de base que ce que nous appelons institutions dans le matérialisme historique (dans la lecture althussérienne des appareils idéologiques et répressifs) est lié aux formes matérielles de production et de reproduction de la vie humaine et de la différence de classe. Je veux dire : ce dispositif social qui est une partie structurelle de la manière dont nous organisons la production de la vie et la division des classes, nous l'appelons une institution—l'école, la famille, l'église, la science, le droit, les médias, etc. Partant de ce postulat, il faut donc actualiser la question fondamentale d'aujourd'hui, et cette question, Pêcheux l'a déjà posée : quel est le travail de lecture de l'archive aujourd'hui ? En 2023 ?⁹

Ce travail a un rapport avec la colonisation. Mais je voudrais penser ici à la deuxième colonisation, évoquée par Solange, qui se multiplie à partir et par-dessus la première.

7 DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 972–980, 2016. Disponible sur le site: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030>. Accès le: 1 fev. 2023.

8 BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Ler o arquivo em análise de discurso. *Cadernos De Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 64, p. 1-22, 2022.

9 Il convient de noter, avant de répondre, qu'il est surprenant de constater à quel point Pêcheux a anticipé les problèmes auxquels nous sommes aujourd'hui confrontés. La division du travail et la façon dont nous avons été relégués, en tant qu'enseignants et universitaires, dans un département qui ne semble plus avoir rien à voir avec la réalité et les faits de la «science» proprement dite, telle qu'elle est produite dans ces nouvelles formes de rhétorique scientifique, se reflètent bizarrement dans la description de Pêcheux. Plus encore, on regrette qu'il ne nous ait pas aidés à développer les outils (probablement techniques) qui nous auraient permis de mieux nous préparer à la bataille qui nous attend. Nous ne pouvons que respecter son choix de nous quitter, et passer à autre chose avec tant (et combien !) de choses partagées avec nous.

Si nous pensons à la colonisation des Amériques, par exemple, nous devons penser à la réalité concrète de l'horreur du travail des esclaves, du vol et de l'exploitation des ressources naturelles de tout un continent, et de la destruction des civilisations qui y vivaient déjà. Et si nous pensons au processus de colonisation lui-même, nous devons également penser à la violence transformatrice des expériences subjectives : la catéchisation, la constitution du sujet juridique brésilien (dans toutes ses contradictions), l'organisation du processus scolaire, etc. En d'autres termes, la colonisation est un travail concret sur la terre, le corps, la vie et la mort. C'est un travail d'anéantissement et de violence, mais c'est aussi un travail de constitution de nouvelles formes de vie, de subjectivation et de mort. Les dispositifs qui organisent ces nouvelles formes de subjectivation, nous les avons toujours appelés, à partir du modèle nationaliste européen, des institutions.

Nous pouvons donc affirmer ici que, à la limite, c'est de cela que nous parlons lorsque nous évoquons les technologies numériques et la manière dont elles ont transformé la vie humaine et les modes de production de la division de classe au XXI^e siècle. Pour s'en convaincre, il suffit de rappeler les mécanismes numériques qui ont transformé et précarisé tant de formes de microentreprises et de professions, avec par exemple des applications comme Uber et des intelligences artificielles de plus en plus présentes dans les pratiques de la médecine et du droit. Sans parler de la réorganisation structurelle de presque toutes les pratiques professionnelles (y compris l'éducation) pour «maximiser leur efficacité» grâce à des systèmes informatisés.

La plupart d'entre nous, nés avant les années 1990, auront remarqué ce changement brutal et drastique des modes de vie. Il s'accompagne d'une certaine douleur, d'une certaine perte, d'un certain deuil. C'est ce que j'ai appelé, il y a quelques années, l'amour de l'archive. L'amour d'un certain ordre des choses, l'amour d'une certaine forme de subjectivation, de hiérarchisation des «choses à savoir», à laquelle nous sommes de plus en plus contraints de dire adieu.

Et c'est précisément ici que se pose le problème que Pêcheux a formulé si clairement dans les années 1980, lorsqu'il a écrit **Lire l'archive aujourd'hui**. Il existe une relation intime entre la constitution des archives et les formes de production et de maintien de la forme historique hégémonique. Si nous ressentons aujourd'hui, même dans notre propre peau, la transformation en un espace de nouvelles choses à savoir, d'un nouvel imaginaire social sur ce qui compte, c'est simplement parce qu'il s'agit déjà d'une réalité infrastructurelle sur les relations de production : la réalité des tiktokers et des youtubers, la réalité des programmeurs des systèmes qui occupent chaque facette de nos vies professionnelles aujourd'hui, la réalité de la précarité de certaines professions, mais aussi de l'encouragement d'autres, des producteurs de contenu, de ce qui capillarise et précipite les secondes (et les millisecondes) de notre attention, de ce qui fait tourner le capital de consommation sous la forme de visualisation et d'attention, qui est déjà, en soi, le premier et le plus précieux des gestes productifs de chaque consommateur dans la chaise de production.

L'archive, bien sûr, n'a jamais été éloignée des modes de fonctionnement et d'organisation des systèmes productifs. Mais jamais non plus, dans l'histoire des discours institutionnelles, elle n'a été aussi collée, proche, intime à l'acte productif. L'acte productif (l'attention du consommateur) et le geste de production de l'archive (le fonctionnement des réseaux sociaux) sont un seul et même geste de lecture-écriture que Pêcheux (pré)voit et décrit si clairement dans **Lire l'archive aujourd'hui**. La configuration de ce geste, ses conditions de possibilité, sont précisément la raison pour laquelle notre groupe de recherche a tant insisté sur une lecture des pratiques techniques qui construisent les algorithmes de sélection et les outils et interfaces numériques. L'absence de ce geste d'interprétation constitue, comme je le soutiens dans ma thèse, un oubli que nous n'avons plus le luxe de perpétuer par rapport à la manière dont les pratiques techniques

(sous-)déterminent les conditions de possibilité de la production d'archives et de significations.

Lire l'archive aujourd'hui, c'est, dans notre lecture, d'abord admettre un nouvel ordre et une nouvelle relation infra-superstructurels et élargir notre conception de ce qui constitue une institution. C'est comprendre que les grandes organisations et entreprises numériques exercent un pouvoir constitutif sur les formes de la vie urbaine et que c'est à travers elles qu'une nouvelle archive se construit aujourd'hui. C'est aussi avoir le courage, comme le propose Pêcheux, d'entrer dans les pratiques et les produits qui produisent cette archive au quotidien. Non pas dans le contenu produit, mais dans les formes de sa production. Il faut pour cela examiner comment la position de sujet du lecteur contemporain est imbriquée dans la série des institutions industrielles, mais aussi dans les nouvelles exigences subjectives. Il faut pour cela examiner comment le geste de formulation s'organise lui aussi dans ces nouvelles imbrications. Mais, peut-être plus attentivement que jamais, il s'agit de chercher à comprendre comment les processus de circulation jouent un rôle si central dans la production de la nouvelle économie, comment ils sont la condition axiale de possibilité de ce nouveau double geste de lecture-écriture : un geste productif de visualisation et un geste d'inscription du sujet dans les nouvelles formes de production de l'archive.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Evandra Grigoletto: Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS (2005) e Pós-doutora em Análise do Discurso pela UNICAMP (2020). Atualmente, é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, onde atua como docente e pesquisadora, e lidera o Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV). É bolsista produtividade 2 do CNPq.

Thiago César da Costa Carneiro: Doutorando e Mestre em Letras, pela Universidade Federal de Pernambuco, e graduado em Letras – Português (Licenciatura) também pela UFPE. Atualmente, é Editor Assistente e de Layout da Revista Investigações (PPGL/UFPE) e Professor de Língua Portuguesa pela Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco. Bolsista CAPES 001.

E-mail: thiago.costacarneiro@ufpe.br.

À PROPOS DES ORGANISATEURS

Evandra Grigoletto: Doctrice en Théories du Texte et du Discours par l'UFRGS (2005) et Post-doctorat en Analyse du Discours par l'UNICAMP (2020). Elle est actuellement coordinatrice du Programme de Master et de Doctorat en Lettres à l'UFPE, où elle travaille comme enseignante et chercheuse, et dirige le Centre d'études des pratiques langagières et de l'espace virtuel (NEPLEV). Elle est titulaire d'une bourse de productivité 2 du CNPq.

Thiago César da Costa Carneiro: Couramment, il est étudiant en doctorat à l'Université Fédérale de Pernambuco. Il a un Master en Lettres et un diplôme en Lettres-Portugais (licence) également de l'UFPE. Il est actuellement Éditeur adjoint et de layout de la revue Investigações (PPGL/UFPE) et professeur de portugais pour le Département de l'éducation et des sports de l'État de Pernambuco. Titulaire d'une bourse CAPES 001.

Courriel: thiago.costacarneiro@ufpe.br.

SOBRE OS AUTORES

André Cavalcante: Doutor em Estudos de Linguagem pela UFF. Graduado e Mestre em Letras pela UFPE. Realizou estágio pós-doutoramento na FFCLRP-USP, sob supervisão da professora doutora Lucília Abrahão e Sousa. Atualmente, é professor substituto do departamento de Letras da UFPE e membro do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV/UFPE).

E-mail: acbs.cavalcante@gmail.com.

Bethania Mariani: Professora titular do Departamento de Ciências da Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Desde 2018, é editora-chefe da revista Gragoatá, responsável pelos números de Linguagem. Tem graduação em Letras (1982) pela PUC do Rio de Janeiro, mestrado (1989) e doutorado (1996) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Em 2001, fez pós-doutorado na Stanford University, USA, e em 2018 na UFRGS. É bolsista 1B do CNPq e é, mais uma vez, bolsista Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Líder do Laboratório de Arquivos do Sujeito (LAS-UFF).

E-mail: bmariani@id.uff.br.

Carolina Rodríguez: Pesquisadora e docente no Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb/Nudecri) e no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É doutora em Linguística por essa universidade (2000) e realizou estudos pós-doutorais na École Normale Supérieure – Lettres et Sciences Humaines e na Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle, França (2002-2003). Atua nas áreas de análise do discurso, história das ideias linguísticas e saber urbano e linguagem. Dedicar-se principalmente aos seguintes temas: discursos sobre o guarani; nacionalismo linguístico; políticas de língua; gramatização do guarani (período colonial); relações língua e cidade, espaço e ambiência urbana, imagem e discurso visual.

E-mail: carolinamraz@gmail.com.

Cristiane Costa Dias: Possui doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas e Pós-doutorado pelo PPGL-UFSM-Laboratório Corpus. É pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb/Nudecri-Unicamp). É docente permanente do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural (Labjor/IEL-Unicamp). Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (IEL-Unicamp). É membro associado do Laboratório Pléiade–Paris 13. É líder do Grupo de Pesquisa e-Urbano (Diretório do CNPq). Desenvolve pesquisa sobre discurso digital, espaço urbano, refletindo sobre a questão do sujeito e da produção de sentidos no mundo contemporâneo. É autora de inúmeros capítulos de livros e artigos em revistas científicas. Seu último livro é *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*, publicado pela editora Pontes (2018).

E-mail: crisdias@unicamp.br.

Dirce Jaeger: Professora universitária no curso de Licenciatura em Língua Portuguesa e suas literaturas da Universidade de Pernambuco, Brasil, campus Garanhuns. Apesar da formação acadêmica em Letras (UPE), foi no mestrado (UFAL) e no doutorado (UFPE) em Letras/Linguística que se deu seu encontro com a *Análise do Discurso pecheuxtiana*. Desde então, não mais se distanciou do desafio de pensar a relação língua/discurso/ideologia e analisar seus efeitos de sentido no âmbito da formação social brasileira. Desde 2016, coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Discursos da Universidade de Pernambuco (GEPAD/UPE), que tem dado voz e visibilidade a pesquisas desenvolvidas tanto por jovens pesquisadores como por já reconhecidos analistas do cenário acadêmico brasileiro.

E-mail: dirce.jaeger@upe.br.

Eni Puccinelli Orlandi: Doutora em Linguística pela USP e pela Universidade de Paris/Vincennes. Foi professora da USP (1967/1979), da PUC de Campinas (1970/1974), da Unicamp (1979/2002), e da UNIVÁS (2002/2018). Atualmente é pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos, Professora Colaboradora da UNICAMP e Profa visitante da UNEMAT. Desenvolve pesquisas em Teoria e Análise de Discurso, História das Ideias Linguísticas e Jornalismo Científico. É pesquisadora 1A do CNPq. Publicou inúmeros artigos e livros no Brasil e no exterior. Seu livro *As formas do Silêncio*, prêmio Jabuti em Ciências Humanas, foi traduzido para o francês, o italiano e o espanhol; seu livro *Terra à Vista* foi traduzido para o francês.

E-mail: enip@uol.com.br.

Fabiana Ferreira Nascimento de Souza: Possui graduação em Letras, com habilitação em Línguas e Literaturas portuguesa e espanhola pela Universidade Federal de Pernambuco (2002). Mestre em Linguística (2013), com ênfase em Análise do Discurso de linha francesa de orientação pecheuxtiana, na mesma Universidade. Atualmente é Doutora em Letras, também pela Universidade Federal de Pernambuco e dedica-se, especialmente, a discussões sobre o discurso religioso, o discurso político e a educação no campo.

E-mail: fabiana_nuce@yahoo.com.br.

Fabiele Stockmans De Nardi: Doutora em Estudos da Linguagem–Teorias do texto e do Discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007), é atualmente Professora Associada II da Universidade Federal de Pernambuco, atuando nos cursos de Graduação, na área de Língua Espanhola, e Pós-graduação em Letras, na área de Linguística. Vice-líder do NEPLEV–Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual.

E-mail: fabiele.snardi@ufpe.br.

Fernanda Correa Silveira Galli: Docente no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, pesquisadora do NEPLEV (UFPE), editora responsável pela Revista Investigações (PPGL/UFPE) e membra da Comissão Permanente de Arte e Cultura (CPAC/UFPE). Atualmente, tem interesse em temas como: discursos na/da contemporaneidade, artes, tecnologias e mídias digitais.

E-mail: fernanda.galli@ufpe.br.

Freda Indursky: Licenciada em Letras pela UFRGS; Mestre pela Université des Lettres et Sciences Humaines de Besançon, França; Doutora em Ciências da Linguagem pelo IEL/UNICAMP. Atua atualmente no PPG-Letras/UFRGS, como Professora convidada, orientando doutores em Análise de Discurso. Sua pesquisa atual: O papel das mídias na sociedade brasileira contemporânea. Publica em diferentes periódicos. Publicou os livros *A Fala dos Quartéis* e *as Outras Vozes* pela Ed. da UbuCamp e *O Discurso do/sobre o MST*, pela Ed. Pontes.

E-mail: freda.indursky@gmail.com

Gesualda dos Santos Rasia: Analista de discurso formada pela UFRGS, no Doutorado em teorias do Texto e do Discurso. Professora há mais de três décadas, já ensinou no campo, na cidade, na periferia, no centro, no diurno e no noturno. Hoje é professora na UFPR, onde atua na formação de professores e de pesquisadores. Tem especial interesse nos estudos que pautam a relação da linguagem com exterioridade, especialmente para compreender o funcionamento da ordem do social e suas contradições. O texto apresentado insere-se no Projeto “Nós dentre os outros: falas pretas como sutura da memória”, com financiamento de Bolsa Produtividade- CNPQ.

E-mail: gesa.rasia@gmail.com.

Guilherme Adorno: Doutor em Linguística, vice-líder do grupo de pesquisa “O discurso nas fronteiras do social: diferentes materialidades significantes”, pesquisador vinculado ao PoEHMaS/UNICAMP (Centro de Pesquisa Política, Enunciação, História, Materialidades e Sexualidades) e membro do Contradit (Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação). Pesquisa nas áreas de Análise de Discurso e História da Ideias Linguísticas atuando principalmente em temáticas em torno de: discurso, sujeito, tecnologias de linguagem, produção do conhecimento, saber linguístico, epistemologia e história da linguística, mídias, digital, autoria em diferentes práticas sociais, materialismo e funcionamento jurídico.

E-mail: guiadorno1@gmail.com.

Helson Flávio da Silva Sobrinho: Docente da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), atua na graduação em Letras-Português, no mestrado profissional (Profletras) e no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL). Também é pesquisador do CNPq (PQ2). Doutor em Linguística na área de Análise do Discurso (AD) pela Ufal e pós-doutor em Linguística pela Unicamp. Desenvolve estudos sobre Discurso, Sujeito, História, Ideologia. É vice-líder do Grupo de Pesquisa Discurso e Ontologia (Gedon).

E-mail: helsonf@gmail.com.

Luciana Iost Vinhas: Possui graduação em Letras-Português e Inglês pela Universidade Católica de Pelotas e Mestrado em Letras pela mesma instituição. É Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É professora adjunta de Língua Portuguesa na UFRGS, onde atua nos cursos de graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras.

Também é docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas. Lidera o grupo de pesquisa “Ordinário do sentido e resistência (OuSaR)”.

E-mail: luciana.vinhas@ufrgs.br

Luciana Nogueira: Professora adjunta no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Possui doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio na Université Paris 13 (PDSE-Capes). Pós-doutorado na Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) (PNPD-CAPES). Desenvolve pesquisas em Análise de Discurso, História das Ideias Linguísticas e Semântica da Enunciação. É integrante do Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação–Contradit.

E-mail: luciana.nogueira@ufscar.br.

Maria Cristina Leandro Ferreira: Professora titular aposentada do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, atualmente, docente convidada do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Tem doutorado em linguística pela UNICAMP e pós-doutorado em análise do discurso pela Sorbonne-Paris 3. É líder do grupo de pesquisa registrado no CNPq “Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento”. Junto com os pesquisadores que integram o grupo é responsável pelo lançamento dos livros: (1) Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento (imagem, corpo, arte, cultura), em 2015; (2) Glossário de termos do discurso – edição ampliada, em 2020. Tem publicações relacionadas às questões da equivocidade da língua, resistência, corpo, cultura e arte.

E-mail: kittyleandro@gmail.com.

Maria Virgínia Borges Amaral: Professora Titular da Universidade Federal de Alagoas; Doutora em Linguística/Análise do Discurso- pela Universidade Federal de Alagoas; Graduada em Serviço Social; Docente do Curso de Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e da Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL). Pesquisadora (PQ) do CNPq. Líder do Grupo de Estudos em Análise do Discurso.

E-mail: maria.virginia@fsso.ufal.br.

Maurício Beck: Professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Graduado em Psicologia pela Unijuí, mestre e doutor em Letras (Estudos Linguísticos), com bolsa CAPES, pelo PPGL da UFSM, realizou pós-doutorado no PPG em Estudos da Linguagem e no Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS), da UFF, com bolsa FAPERJ. Atualmente desenvolve pesquisas em teoria do discurso e produção de conhecimento no Antropoceno; Análise de Discurso e práticas políticas ameríndias; discurso ficcional e memória.

E-mail: mbeck@uesc.br.

Mizael Inácio do Nascimento: Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco, onde atua na área de Língua Espanhola. Possui Graduação em Letras (1999), Mestrado (2005) e Doutorado (2020) pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente, vem desenvolvendo pesquisa na área de Análise de Discurso de orientação francesa, com foco em Escrit(ur)a e Autoria em Língua Espanhola.

E-mail: mizaelistico@gmail.com.

Phellipe Marcel da Silva Esteves: Pai do Bento. Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. Jornalista (UFRJ), mestre em Letras (Língua Portuguesa – UERJ) e doutor em Estudos de Linguagem (UFF, com estágio de doutorado-sanduíche na Université Paris 13). Egresso do extinto programa de residência em pesquisa da Biblioteca Nacional, fez uma história discursiva das enciclopédias brasileiras. Pesquisador do Laboratório Arquivos do Sujeito, coordena projetos que inter-relacionam Materialismo Histórico, História das Ideias Linguísticas, Análise do Discurso e História do Livro.

E-mail: phellipemarcel@id.uff.com.

Rita de Kássia Kramer Wanderley: Doutora em Letras pelo PPGL da UFPE (2020), com estágio sanduíche na Universidade de Paris-Ouest Nanterre (Paris 10), com ênfase em Análise do Discurso. É Mestra em Letras (2012) pela mesma instituição com ênfase em Lexicologia e Licenciada em Língua Portuguesa pela UFPE (2009). É professora efetiva do Instituto Federal de Educação do Ceará no curso de Letras do Campus de Crateús. Compõe o NEPLEV e colabora em pesquisas do grupo no que envolve espaço digital, redes sociais e discurso empreendedor.

E-mail: rita.kramer@ifce.edu.br.

Rodrigo Oliveira Fonseca: Professor do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Sul da Bahia. Tem formação em História (bacharel e licenciado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; mestre pela Pontifícia Universidade Católica) e Letras (doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Atua nos grupos de pesquisa GEP (Grupo de Estudos Pecheutianos/Unipampa), DTDP (Discurso e Transformação em Diferentes Práticas/UFES), e Conhecimento, História e Língua/UNIR. Organizou os livros *A Conjuração Baiana e os desafios da igualdade no Brasil: história e discurso* (Pedro & João, 2016) e *Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentidos entre continentes* (Unicamp, 2019), este último em conjunto com o coletivo *Contradit*.

E-mail: rodrigoroflin@gmail.com.

Solange Maria Leda Gallo: Solange Leda Gallo é licenciada em Literatura pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1978), mestre em linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1989), doutora em ciências da Universidade Estadual de Campinas (IEL) (1994) e doutora também pelo Collège International de Philosophie de Paris (1992). É professora titular da Universidade do Sul de Santa Catarina–UNISUL, atuando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Ela tem experiência em Lingüística, com ênfase na Análise de Discurso, refletindo sobre autoria e ensino da escrita, e sobre a produção de conhecimento acadêmico-científico. No biênio 2004-2006, foi coordenadora do GT na análise do discurso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Lingüística (ANPOLL) e atualmente coordena uma das linhas de pesquisa deste mesmo GT. Ela também coordena uma das linhas de pesquisa do SEAD (Seminário de Análise do Discurso) e é uma das coordenadoras do SEDISC (Discurso, Cultura e Seminário de Mídia) da PPGCL-Unisul. Ela concluiu um estágio pós-doutoral na UNICAMP em 2011. É parecerista em várias revistas científicas na área. Publicou inúmeros artigos sobre escrita e autoria na perspectiva discursiva incluindo, atualmente, a materialidade digital e a internet como determinantes da produção escrita e sua circulação.

E-mail: solangeledagallo@gmail.com.

Solange Mittmann: Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul–UFRGS. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras. Vinculada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, ministra

disciplinas de Língua Portuguesa nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Letras. Lidera o Grupo de Pesquisa “Discurso, Arquivo, Autoria e Questões de Gênero” e coordena o projeto de pesquisa “Memória e atualidade em práticas e questões de gênero”. Com base nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, analisa discursos sobre questões LGBTQIA+, trabalho feminino, ciberespaço, processo tradutório e ensino de língua portuguesa, mobilizando noções como formação ideológica, formação discursiva, memória social e discursiva, arquivo, autoria, língua e outras materialidades.

E-mail: sol.discurso@gmail.com.

Suzy Lagazzi: Professora Colaboradora do Departamento de Linguística do IEL/Unicamp, em seu percurso de pesquisa tem especial realce a resistência do sujeito em sua contradição e a alteridade do político no social, assim como a imbricação entre o político e o jurídico nas relações sociais. Em suas análises mais recentes, tem se dedicado a compreender processos discursivos que enfocam o social em suas diferenças constitutivas, em composições materiais diversas, com grande interesse por produções fílmicas e fotográficas. Integra o Centro de Pesquisa PoEHMaS (IEL/Unicamp) e lidera, no CNPq, o grupo de pesquisa O discurso nas fronteiras do social: diferentes materialidades significantes e tecnologias de linguagem, em parceria com Guilherme Adorno de Oliveira.

E-mail: slagazzi@gmail.com.

Thiago Alves França: É professor assistente da Universidade do Estado da Bahia, Campus IX-Barreiras, em regime de dedicação exclusiva. É doutor em Letras (Linguística) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (2019), mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) (2013) e mestre pelo programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da UESB (2010). Possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) (2008). É líder do Núcleo de Estudos Discursivos do Oeste da Bahia (Nedob/Uneb) e pesquisador do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (Neplev/UFPE). Como objeto de estudo, tem interesse sobretudo por discursos de ódio no Espaço Virtual.

E-mail: thiagufsa@gmail.com.

Vitor Pequeno: Psicólogo, pesquisador e professor. Graduado em Psicologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2010), Mestre pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (2015), Doutor pelo departamento de Linguística do IEL (2019). Especialista no campo de Análise de Discurso, filosofia da ciência e psicologia. Seus estudos concentram-se na área de tecnologias languageiras, e especificamente tecnologia digital, a partir da perspectiva materialista, com ênfase nas materialidades do discurso. Professor do curso de Psicologia da USF. É pesquisador do grupo de pesquisa PHIM–Projeto História, Inconsciente, Materialidades na UNICAMP e do grupo “Produção e Divulgação do Conhecimento” na UNISUL.

E-mail: pequenovitor@gmail.com.

À PROPOS DES AUTEURS

André Cavalcante: Docteur en Études Linguistiques par l'UFF. Diplômé et titulaire d'un Master en Lettres obtenu à l'UFPE. Il a fait un stage postdoctoral à la FFCLRP-USP, sous la supervision de la professeur doctrice Lucília Abrahão e Sousa. Il est actuellement professeur suppléant au département de lettres de l'UFPE et membre du Centre d'études des pratiques langagières et de l'espace virtuel (NEPLEV/UFPE).

Courriel: acbs.cavalcante@gmail.com.

Bethania Mariani : Professeur titulaire au Département des Sciences du Langage de l'Université Fédérale Fluminense. Depuis 2018, elle est rédactrice en chef de la revue Gragoatá, responsable des numéros de Linguagem. Elle est titulaire d'un diplôme en littérature (1982) de la PUC Rio de Janeiro, un Master (1989) et un Doctorat (1996) en Linguistique par l'Université d'État de Campinas. En 2001, elle a effectué un travail postdoctoral à l'université de Stanford, aux États-Unis, et en 2018 à l'UFRGS. Elle est titulaire d'une bourse CNPq 1B et est à nouveau titulaire d'une bourse Scientifique de Notre État (FAPERJ). Responsable du Laboratoire des Archives du Sujet (LAS-UFF).

Courriel: bmariani@id.uff.br.

Carolina Rodríguez: Elle est chercheuse et enseignante au Laboratoire d'études urbaines (Labeurb/Nudecri) et au Département de Linguistique de l'Institut d'études linguistiques de l'Université de Campinas (Unicamp). Elle est titulaire d'un doctorat en Linguistique de cette université (2000) et a fait des études post-doctorales à l'École Normale Supérieure-Lettres et Sciences Humaines et à l'Université de Paris III-Sorbonne Nouvelle, France (2002-2003). Elle travaille dans les domaines de l'analyse du discours, de l'histoire des idées linguistiques, des connaissances urbaines et de la langue. Ses principaux domaines de recherche sont : les discours sur le guarani ; le

nationalisme linguistique ; les politiques linguistiques ; la grammatisation du guarani (période coloniale); les relations entre la langue et la ville, l'espace et l'ambiance urbaine, l'image et le discours visuel.

Courriel: carolinamraz@gmail.com.

Cristiane Costa Dias: Elle est titulaire d'un doctorat en Linguistique obtenu à l'Université de Campinas et d'un post-doctorat obtenu au PPGL-UFSM-Laboratório Corpus. Elle est chercheuse au Laboratoire d'études urbaines (Labeurb/Nudecri-Unicamp). Elle est chargée de cours permanente dans le cadre du Master en Diffusion Scientifique et Culturelle (Labjor/IEL-Unicamp). Elle collabore au programme de troisième cycle en Linguistique (IEL-Unicamp). Elle est membre associé du Laboratoire de la Pléiade-Paris 13. Elle dirige le groupe de recherche e-Urbano (CNPq Directoire). Elle mène des recherches sur le discours numérique et l'espace urbain, réfléchissant à la question du sujet et de la production de sens dans le monde contemporain. Elle est l'auteur de nombreux chapitres de livres et d'articles dans des revues scientifiques. Son dernier ouvrage est *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*, publié aux éditions Pontes (2018).

Courriel: crisdias@unicamp.br.

Dirce Jaeger: Enseignante de cours à l'Université de Pernambuco, Brésil, campus de Garanhuns, dans le cadre de la Licence de langue portugaise et de ses littératures. Malgré sa formation universitaire en Lettres (UPE), c'est au cours de son Master (UFAL) et de son Doctorat (UFPE) en Lettres/Linguistique qu'elle a rencontré l'Analyse du Discours Pecheuxien. Depuis lors, elle ne s'est pas éloignée du défi de penser la relation entre langue/discours/idéologie et d'analyser ses effets de sens dans le contexte de la formation sociale brésilienne. Depuis 2016, elle coordonne le Groupe d'études et de recherches en analyse du discours de l'Université de Pernambuco (GEPAD/UPE), qui a donné voix et visibilité aux recherches menées tant par de jeunes chercheurs que par des analystes reconnus sur la scène académique brésilienne.

Courriel: dirce.jaeger@upe.br.

Eni Puccinelli Orlandi: Elle est titulaire d'un doctorat en Linguistique obtenu à l'USP et à l'Université de Paris/Vincennes. Elle a été professeur à l'USP (1967/1979), à la PUC Campinas (1970/1974), à l'Unicamp (1979/2002) et à l'UNIVÁS (2002/2018). Elle est actuellement chercheuse au Laboratoire

d'études urbaines, professeur collaborateur à UNICAMP et professeur invité à UNEMAT. Elle développe des recherches sur la théorie et l'analyse du discours, l'histoire des idées linguistiques et le journalisme scientifique. Elle est chercheur au CNPQ 1A. Elle a publié de nombreux articles et ouvrages au Brésil et à l'étranger. Son livre *As formas do silêncio*, récompensé par le prix Jabuti en Sciences Humaines, a été traduit en français, en italien et en espagnol; son livre *Terra à Vista* a été traduit en français.

Courriel: enip@uol.com.br.

Fabiana Ferreira Nascimento de Souza: Elle est titulaire d'un diplôme en Lettres, plus particulièrement en langues et littératures portugaises et espagnoles, de l'Université de Pernambuco (2002). Elle est titulaire d'un master en Linguistique (2013), centré sur l'analyse du discours français avec une orientation pecheuxienne, de la même université. Elle est actuellement titulaire d'un doctorat en Lettres, obtenu également à l'Université de Pernambuco, et se dédie plus particulièrement aux discussions sur le discours religieux, le discours politique et l'éducation dans les campagnes.

Courriel: fabiana_nuce@yahoo.com.br.

Fabiele Stockmans De Nardi: Elle est titulaire d'un doctorat en Études de la langue–Théories du texte et du discours de l'Université de Rio Grande do Sul (2007). Elle est actuellement professeur associé II à l'Université de Pernambuco, où elle s'occupe de cours de premier cycle dans le domaine de la langue espagnole et de cours de troisième cycle en Lettres, dans le domaine de la Linguistique. Vice-directrice du NEPLEV–Centre d'études sur les pratiques linguistiques et l'espace virtuel.

Courriel: fabiele.snardi@ufpe.br.

Fernanda Correa Silveira Galli : Elle est chargée de cours au Département des Lettres et au Programme de troisième cycle en Lettres de l'UFPE, chercheuse au NEPLEV (UFPE), rédactrice en chef de la revue *Investigações* (PPGL/UFPE) et membre de la Commission Permanente pour l'Art et la Culture (CPAC/UFPE). Elle s'intéresse actuellement à des sujets tels que: les discours dans/de la contemporanéité, les arts, les technologies et les médias numériques.

Courriel: fernanda.galli@ufpe.br.

Freda Indursky: Licenciée en Lettres par l'UFRGS; Master par l' Université des Lettres et Sciences Humaines de Besançon, France; Doctrice en Sciences du Langage par l'IEL/UNICAMP. Elle travaille actuellement au PPG-Letras/UFRGS en tant que professeur invité, supervisant des étudiants en doctorat en analyse du discours. Ses recherches actuelles: Le rôle des médias dans la société brésilienne contemporaine. Elle publie dans diverses revues. Elle a publié les livres *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes* par Ed. da Unicamp et *O Discurso do/sobre o MST*, par Ed. Pontes.

Courriel: freda.indursky@gmail.com

Gesualda dos Santos Rasia: Analyste du discours, diplômée par l'UFRGS et titulaire d'un doctorat en Théories du Texte et du Discours. Enseignante depuis plus de trente ans, elle a enseigné à la campagne, en ville, à la périphérie, au centre, le jour et la nuit. Elle est aujourd'hui professeur à l'UFPR, où elle travaille à la formation des enseignants et des chercheurs. Elle s'intéresse particulièrement aux études qui portent sur la relation entre le langage et l'extériorité, notamment pour comprendre le fonctionnement de l'ordre social et ses contradictions. Le texte présenté fait partie du projet «Nous parmi les autres: la parole noire comme suture de la mémoire», financé par une bourse de productivité du CNPQ.

Courriel: gesa.rasia@gmail.com.

Guilherme Adorno: Docteur en Linguistique, vice-directeur du groupe de recherche «Discours aux frontières du social: différentes matérialités signifiantes», chercheur lié à PoEHMaS/UNICAMP (Centre de Recherche sur la Politique, l'Énonciation, l'Histoire, les Matérialités et les Sexualités) et membre de Contradit (Groupe de Travail Discours et Transformation). Il mène des recherches dans les domaines de l'analyse du discours et de l'histoire des idées linguistiques, en travaillant principalement sur des thèmes tels que le discours, le sujet, les technologies du langage, la production de connaissances, la connaissance linguistique, l'épistémologie et l'histoire de la linguistique, les médias, le numérique, la paternité dans différentes pratiques sociales, le matérialisme et le fonctionnement juridique.

Courriel: guiadorno1@gmail.com.

Helson Flávio da Silva Sobrinho: Chargé de cours à l'Université Fédérale d'Alagoas (UFAL), il travaille sur la licence en Lettres-Portugais, le Master professionnel (Profletras) et le Programme de troisième cycle en Linguistique et Littérature (PPGLL). Il est également chercheur au CNPq (PQ2). Il est titulaire d'un doctorat en Linguistique dans le domaine de l'Analyse du Discours (AD) obtenu à l'Ufal et d'un post-doctorat en Linguistique obtenu à l'Unicamp. Il étudie le discours, le sujet, l'histoire et l'idéologie. Il est vice-directeur du Groupe de Recherche sur le Discours et l'Ontologie (Gedon).

Courriel: helsonf@gmail.com.

Luciana Iost Vinhas: Elle est titulaire d'une licence en Lettres-portugais et anglais obtenu à l'Université Catholique de Pelotas et d'un Master en Lettres obtenu dans la même institution. Elle est titulaire d'un doctorat en Lettres obtenu à l'Université Fédérale de Rio Grande do Sul (UFRGS). Elle est professeur adjoint de portugais à l'UFRGS, où elle s'occupe des cours de licence en Lettres et du programme de troisième cycle en Lettres. Elle est également chargée de cours permanente dans le programme de troisième cycle en lettres à l'Université Fédérale de Pelotas. Elle dirige le groupe de recherche «Ordinaire de sens et de résistance (OuSaR)».

Courriel: luciana.vinhas@ufrgs.br

Luciana Nogueira: Professeur adjointe au Département de Lettres et au Programme de troisième cycle en Linguistique à l'Université Fédérale de São Carlos (UFSCar). Elle est titulaire d'un doctorat en Linguistique obtenu à l'Université de Campinas (Unicamp) et a effectué un stage à l'Université Paris 13 (PDSE-Capes). Post-doctorat à l'Université de Vale do Sapucaí (Univás) (PNPD-CAPE). Ses recherches se concentrent sur l'analyse du discours, l'histoire des idées linguistiques et la sémantique de l'énonciation. Elle est membre du groupe de travail Discours et transformation-Contradit.

Courriel: luciana.nogueira@ufscar.br.

Maria Cristina Leandro Ferreira: Elle est professeur titulaire à la retraite à l'Institut de Lettres de l'Université Fédérale de Rio Grande do Sul (UFRGS) et actuellement professeur invitée dans le Programme de troisième cycle en Lettres de l'UFRGS. Elle est titulaire d'un doctorat en Linguistique obtenu à l'UNICAMP et d'un post-doctorat en Analyse du Discours obtenu à la Sorbonne-Paris 3. Elle dirige le groupe de recherche inscrit au CNPq «Ateliers d'analyse

du discours: concepts en mouvement». Avec les chercheurs qui composent le groupe, elle est responsable du lancement des livres: (1) Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento (imagem, corpo, arte, cultura), em 2015; (2) Glossário de termos do discurso – edição ampliada, em 2020. Elle a publié sur les questions de l'équivocité de la langue, la résistance, le corps, la culture et l'art.

Courriel: kittyleandro@gmail.com.

Maria Virgínia Borges Amaral: Professeur titulaire à l'Université d'Alagoas; titulaire d'un doctorat en Linguistique / Analyse du discours obtenu à l'Université d'Alagoas; diplômé en travail social; chargé de cours au premier cycle de la Faculté de Travail Social, au troisième cycle en Travail Social (PPGSS) et au troisième cycle en Linguistique et Littérature (PPGLL). Chercheur (PQ) au CNPq. Responsable du groupe d'étude sur l'analyse du discours.

Courriel: maria.virginia@fso.ufal.br.

Maurício Beck: Professeur et chercheur au sein du programme de troisième cycle en Lettres: Langues et représentations à l'université d'État de Santa Cruz (UESC). Il est titulaire d'un diplôme en Psychologie obtenu à l'Unijuí, un Master et un Doctorat en Lettres (Études Linguistiques), avec une bourse CAPES, obtenus au PPGL de l'UFMS, et a effectué un travail post-doctoral au PPG en Études Linguistiques et au Laboratoire Arquivos do Sujeito (LAS) de l'UFF, avec une bourse FAPERJ. Il mène actuellement des recherches sur la théorie du discours et la production de connaissances dans l'Anthropocène; l'analyse du discours et les pratiques politiques amérindiennes; le discours fictionnel et la mémoire.

Courriel: mbeck@uesc.br.

Mizael Inácio do Nascimento: Professeur adjoint au Département des Lettres de l'Université rurale fédérale de Pernambuco, où il travaille dans la domaine de la langue espagnole. Il est titulaire d'une Licence en Lettres (1999), un Master (2005) et un Doctorat (2020) obtenus dans le Programme de troisième cycle en Lettres de l'Université Fédérale de Pernambuco. Il développe actuellement des recherches dans le domaine de l'analyse du discours français, avec un regard sur l'écriture et la paternité de l'œuvre en espagnol.

Courriel: mizaelistico@gmail.com.

Phellipe Marcel da Silva Esteves: Père de Bento. Professeur adjoint à l'Université Fédérale Fluminense. Journaliste (UFRJ), Master en Lettres (Langue portugaise–UERJ) et Docteur en Études linguistiques (UFF, avec un stage de doctorat en alternance à l'Université Paris 13). Diplômé du programme de résidence de recherche de la Bibliothèque nationale, aujourd'hui disparu, il a écrit une histoire discursive des encyclopédies brésiliennes. Chercheur au Laboratoire Arquivos do Sujeito, il coordonne des projets qui mettent en relation le matérialisme historique, l'histoire des idées linguistiques, l'analyse du discours et l'histoire du livre.

Courriel: phellipemarcel@id.uff.com.

Rita de Kássia Kramer Wanderley: Elle est titulaire d'un doctorat en Lettres obtenu au PPGL de l'UFPE (2020), avec un stage en alternance à l'Université de Paris-Ouest Nanterre (Paris 10), avec accent sur l'analyse du discours. Elle est titulaire d'un master en Lettres (2012) obtenu auprès de la même institution, avec une spécialisation en Lexicologie, et est titulaire d'une Licence en Langue portugaise obtenue auprès de l'UFPE (2009). Elle est enseignante permanente à l'Institut fédéral d'éducation du Ceará, dans le cadre du cours de langues du campus de Crateús. Elle est membre de NEPLEV et collabore aux recherches du groupe sur l'espace numérique, les réseaux sociaux et le discours entrepreneurial.

Courriel: rita.kramer@ifce.edu.br.

Rodrigo Oliveira Fonseca: Professeur d'histoire à l'Université Fédérale du Sud de Bahia. Il est titulaire d'un diplôme en Histoire (baccalauréat et licence de l'Université d'État de Rio de Janeiro; Master de l'Université Catholique Pontificale) et en Littérature (doctorat de l'Université Fédérale de Rio Grande do Sul). Il travaille dans les groupes de recherche GEP (Groupe d'études pecheutiennes/Unipampa), DTDP (Discours et transformation dans différentes pratiques/UFES), et Connaissance, histoire et langage/UNIR. Il a organisé les livres *A Conjuração Baiana e os desafios da igualdade no Brasil: história e discurso* (Pedro & João, 2016) et *Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentidos entre continentes* (Unicamp, 2019). Ce dernier ouvrage a été réalisé en collaboration avec le collectif Contradit.

Courriel: rodrigoroflin@gmail.com.

Solange Maria Leda Gallo: Solange Leda Gallo est titulaire d'une licence en Littérature obtenue à l'Université Catholique Pontificale de Campinas (1978), un master en Linguistique obtenu à l'Université de Campinas (1989), un doctorat en Sciences obtenu à l'Université de Campinas (IEL) (1994) et un doctorat obtenu au Collège International de Philosophie de Paris (1992). Elle est professeur titulaire à l'Universidade do Sul de Santa Catarina–UNISUL, où elle travaille au Programme de troisième cycle en Sciences du langage. Elle a de l'expérience en Linguistique, avec une emphase sur l'Analyse du Discours, la réflexion sur la paternité des ouvrages et l'enseignement de l'écriture, et sur la production de connaissances académiques-scientifiques. En 2004-2006, elle a été coordinatrice du groupe de travail sur l'analyse du discours de l'Association nationale pour la recherche et les études supérieures en langues et linguistique (ANPOLL) et coordonne actuellement l'une des lignes de recherche de ce même groupe de travail. Elle coordonne également l'une des lignes de recherche du SEAD (Séminaire sur l'analyse du discours) et est l'une des coordinatrices du SEDISC (Séminaire sur le discours, la culture et les médias) au PPGCL-Unisul. Elle a effectué un stage post-doctoral à UNICAMP en 2011. Elle fait office d'arbitre pour plusieurs revues scientifiques dans le domaine. Elle a publié de nombreux articles sur l'écriture et la paternité dans une perspective discursive, incluant actuellement la matérialité numérique et l'internet comme déterminants de la production et de la circulation de l'écrit.
Courriel: solangedagallo@gmail.com.

Solange Mittmann: Professeur titulaire à l'Université Fédérale de Rio Grande do Sul–UFRGS. Elle est chargée de cours permanente dans le Programme de troisième cycle en Lettres. Liée au Département des Lettres Classiques et Vernaculaires, elle enseigne la langue portugaise dans les Programmes de Licence et Baccalauréat en Lettres. Elle dirige le groupe de recherche “Discurso, Arquivo, Aatoria e Questões de Gênero” et coordonne le projet de recherche “Memória e atualidade em práticas e questões de gênero”. En se basant sur les hypothèses théoriques de l'analyse du discours français, elle analyse les discours sur les questions LGBTQIA+, le travail des femmes, le cyberspace, le processus de traduction et l'enseignement du portugais, en mobilisant des notions telles que la formation idéologique, la formation discursive, la mémoire sociale et discursive, les archives, la paternité, la langue et d'autres matérialités.

Courriel: sol.discurso@gmail.com.

Suzy Lagazzi: Professeur collaborateur au Département de linguistique de l'IEL/Unicamp, ses recherches ont mis l'accent sur la résistance du sujet dans sa contradiction et sur l'altérité du politique dans le social, ainsi que sur l'imbrication entre le politique et le juridique dans les relations sociales. Dans ses analyses les plus récentes, elle s'est dédiée à la compréhension des processus discursifs qui se concentrent sur le social dans ses différences constitutives, dans diverses compositions matérielles, avec un grand intérêt pour les productions cinématographiques et photographiques. Elle est membre du centre de recherche PoEHMaS (IEL/Unicamp) et dirige le groupe de recherche CNPq O discurso nas fronteiras do social: diferentes materialidades significantes e tecnologias de linguagem, en partenariat avec Guilherme Adorno de Oliveira.

Courriel: slagazzi@gmail.com.

Thiago Alves França: Il est professeur assistant à l'université d'État de Bahia, Campus IX-Barreiras, en exclusivité. Il est titulaire d'un doctorat en Lettres (Linguistique) obtenu à l'Université Fédérale de Pernambuco (UFPE) (2019), d'un master en Linguistique obtenu dans le cadre du Programme de troisième cycle en Linguistique de l'Université d'État du Sud-Ouest de Bahia (UESB) (2013) et d'un master obtenu dans le cadre du Programme de troisième cycle en Mémoire: Langue et société de l'UESB (2010). Il est titulaire d'un diplôme en Littérature vernaculaire de l'Université d'État de Feira de Santana (UEFS) (2008). Il dirige le Centre d'études discursives dans la région de Bahia occidentale (Nedob/Uneb) et est chercheur au sein du groupe de recherche Centre d'études sur les pratiques linguistiques et l'espace virtuel (Neplev/UFPE). Il s'intéresse particulièrement aux discours de haine dans l'espace virtuel.

Courriel: thiagufsa@gmail.com.

Vitor Pequeno: Psychologue, chercheur et enseignant. Il est titulaire d'un diplôme en Psychologie obtenu à l'Université de Santa Catarina Sud (2010), d'un Master obtenu à l'Institut d'études linguistiques de l'Unicamp (2015) et d'un doctorat obtenu au Département de Linguistique de l'IEL (2019). Il est spécialisé dans les domaines de l'analyse du discours, de la philosophie des sciences et de la psychologie. Ses études portent sur les technologies du langage, et plus particulièrement sur la technologie numérique, dans une

perspective matérialiste, en mettant l'accent sur les matérialités du discours. Il enseigne la psychologie à l'USF. Il est chercheur au sein du groupe de recherche PHIM–Projeto História, Inconsciente, Materialidades à UNICAMP et du groupe «Produção e Divulgação do Conhecimento» à l'UNISUL.

Courriel: pequenovitor@gmail.com.



Pontes